

Presidência da República

Relatório de Gestão

2024



Escaneie o **Qr Code** e baixe para seu celular ou acesse a versão digital do **Relatório de Gestão da Presidência da República 2024**.



Presidência da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidência da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Casa Civil

Rui Costa

Secretaria-Geral

Márcio Costa Macêdo

Secretaria de Comunicação Social

Sidônio Cardoso Palmeira

Secretaria de Relações Institucionais

Gleisi Helena Hoffmann

Gabinete de Segurança Institucional

Marcos Antônio Amaro dos Santos

Sumário

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo.....	2	4. Riscos, Integridade, Ética, Transparência, Correição e Controle Interno	96
1.1 Estrutura Organizacional.....	2	4.1 Gestão de Riscos	96
1.2 Identificação da(s) Unidade(s).....	5	4.2 Gestão da Integridade	100
1.3 Principais Normas	8	4.3 Gestão da Ética	102
1.4 Estrutura de Governança.....	9	4.4 Ouvidoria e Transparência.....	108
1.5 Modelo de Negócios	11	4.5 Canais de Informação à Sociedade	114
1.6 Cadeia de Valor	12	4.6 Correição.....	116
1.7 Programas e ações orçamentárias.....	13	4.7 Controle Interno.....	118
1.8 Ambiente Externo.....	14	5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	123
2. Resultados e Desempenho da Gestão	25	5.1 Declaração Anual do Contador.....	123
2.1 Estratégia	25	5.2 Balanço Patrimonial	124
2.2 Resultados Alcançados.....	26	5.3 Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	125
2.3 Grandes Números da CC/PR e SG/PR.....	57	5.4 Contas de Compensação	125
2.4 Grandes Números da SECOM/PR e SRI/PR.....	58	5.5 Superávit/Déficit Financeiro	126
2.5 Grandes Números do GSI/PR e VPR.....	59	5.6 Demonstração das Variações Patrimoniais	127
3. Resultados e Desempenho da Gestão Administrativa	61	5.7 Balanço Orçamentário.....	130
3.1 Gestão Orçamentária e Financeira.....	61	5.8 Execução de RAP Não Processados	132
3.2 Gestão de Custos	63	5.9 Execução de RAP Liquidados.....	133
3.3 Gestão de Pessoas.....	64	5.10 Balanço Financeiro	134
3.4 Gestão de Licitações e Contratos	68	5.11 Resultado Financeiro do Exercício.....	136
3.5 Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	76	5.12 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	137
3.6 Gestão da Tecnologia da Informação.....	84	5.13 Notas Explicativas	139
3.7 Sustentabilidade Ambiental	89	5.14 Esclarecimentos Adicionais	147
3.8 Visitação Pública.....	92	Anexo	148
3.9 Oportunidades e Perspectivas	93		

Casa Civil

O ano de 2024 foi um período de consolidação das políticas públicas que resgataram a dignidade e a qualidade de vida do povo brasileiro. Após o primeiro ano, em que 75 programas federais foram retomados ou lançados, o Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva avançou em 2024 com mais ações e agora caminha para o ciclo da colheita, quando serão entregues os resultados concretos à população.

Com novos e urgentes desafios, a Casa Civil deu continuidade ao seu trabalho de coordenação, integração, monitoramento e avaliação das ações governamentais, prestando assistência direta ao Presidente da República e atuando em pautas estratégicas e relevantes em diversas áreas do Governo.

O trabalho nestes dois anos de gestão permitiu a redução da pobreza e da desigualdade, o aumento dos salários, geração recorde de empregos, maior renda e aumento na massa salarial, além de uma distribuição de renda mais justa. Foram reforçados os compromissos com a democracia e a promoção do desenvolvimento econômico com a inclusão social. Programas como o Desenrola e o Acredita têm apoiado a redução

do endividamento e ampliado o acesso ao crédito para as famílias e os pequenos empreendedores. O Pé-de-Meia, que no início de 2025 pagou a primeira parcela de R\$ 1 mil para os estudantes que passaram de ano em 2024, tem se destacado como instrumento eficaz para garantir a permanência dos estudantes nas escolas. São quase 4 milhões de estudantes beneficiados.

Sob coordenação da Casa Civil, o [Novo PAC](#) deu novos passos na execução de empreendimentos que já estão gerando benefícios robustos na infraestrutura do país em diversas áreas. Os projetos de rodovias, ferrovias, saúde, saneamento, educação profissionalizante, ciência, tecnologia, transição energética, segurança hídrica, inovação e indústria já começam a gerar resultados. O NovoPAC Seleções teve duas etapas lançadas, com o anúncio de dezenas de bilhões de reais destinados a obras inscritas pelos municípios e unidades da federação, retomando efetivamente o Pacto Federativo.

Foram lançados o Programa Nova Indústria Brasil, com medidas direcionadas a setores estratégicos - indústria automotiva, construção, tecnologia da informação e

comunicação, transição energética, complexo industrial da saúde, cadeias agroindustriais, dentre outros -, e o Plano Juventude Negra Viva, com investimentos nas áreas de segurança pública, saúde, educação, emprego, esporte e cultura para essa população.

Graças às iniciativas já existentes, foi possível registrar êxitos em diversas áreas como o Programa Mais Médicos, a redução de filas para cirurgias pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida - com a contratação recorde de novas moradias em 2024 (604,54 mil unidades). Outras ações também tiveram destaque, como a redução do desmatamento, a enorme força-tarefa liderada pelo Governo Federal na resposta às enchentes no Rio Grande do Sul, a resposta emergencial aos incêndios florestais e as ações de proteção dos territórios indígenas como as desintrusões e a inauguração da Casa de Governo, vinculada à Casa Civil, em Roraima.

O Governo Federal também manteve em 2024 o seu compromisso com o equilíbrio das contas públicas. A economia cresceu, com mais investimentos e fortalecimento da indústria, do



Ministro Rui Costa

agronegócio e das exportações, resgatando a confiança dos empresários, dos investidores e da própria sociedade no poder do Brasil.

Graças aos esforços de todos e todas, a Casa Civil pôde cumprir sua missão institucional. No próximo período, daremos continuidade ao trabalho em prol de mais cidadania, desenvolvimento econômico, social e sustentável e inclusão social.

Secretaria de Comunicação Social

Como em uma lavoura, há o momento certo de semear e a hora ideal para colher os frutos. 2024 foi ano de muito trabalho e semeaduras.

Com um país em reconstrução, enfrentamos diversos desafios de comunicação. Tais desafios se tornaram ainda maiores com o acolhimento da gestão na reconstrução do Rio Grande do Sul. As campanhas da Secom apontaram para um governo humanista, consciente do seu papel de transformação, evocando um sentimento de esperança e construção de um futuro próspero.

Com encaminhamento do pacote fiscal, obtenção de resultados inéditos na economia, a redução histórica no índice de desemprego, 24,2 milhões de brasileiros deixando o mapa da fome, dentre outros avanços, o cenário se apresenta como promissor para 2025.

Um dos desafios da comunicação será o de promover a percepção na população na medida exata dos resultados da gestão. Tornar o Governo visto e presente na vida das pessoas requer um esforço especial da equipe da Secom,



Ministro Sidonio Palmeira

atualizando metodologias, integrando a comunicação dos ministérios e, sobretudo, atuando de maneira diligente, fazendo com que as boas notícias circulem, os serviços do Governo cheguem na ponta, sem perder de vista o combate às fake news e a defesa intransponível da integridade da informação, protegendo a vida das famílias, a dignidade dos vulneráveis e o futuro dos jovens.

Acreditamos e estamos construindo uma Secom inovadora, proativa, íntegra, transparente e capaz de unir cada entidade que faz parte do Governo em um único tom, com um único discurso.

Secretaria Geral

Um ano histórico para a Secretaria-Geral da Presidência da República. É assim que defino o ano de 2024. A retomada da participação social se consolidou no ano que passou. Destacamos, neste contexto, a realização da Cúpula do G20 Social. Foram três dias que mostraram ao mundo como o Brasil ouve a sociedade civil organizada e como essa participação pode produzir recomendações que ajudam na tomada de decisão.

O [G20 Social](#) foi tão impactante que a África do Sul, que assumiu a presidência do G20, já se comprometeu a realizar a cúpula para ouvir as populações das 19 economias mais potentes do mundo somadas à União Europeia e à União Africana.

Demos as mãos ao povo gaúcho durante o desastre climático que impactou o estado. Atuamos na coordenação das ações de logística de mais de 36 mil toneladas em donativos. Ainda apoiamos a mobilização das cozinhas solidárias e o fornecimento de gás de cozinha, água potável e alimentos. Fortalecendo a participação social direta, instalamos 16 fóruns nos estados.

Na esteira do diálogo, fizemos o



Ministro Marcio Macedo

Plano Clima Participativo em que, ao lado da Ministra Marina Silva, percorremos os biomas brasileiros para colher opiniões de seus habitantes, de quem sabe como o seu ambiente sofre os impactos da atividade humana.

Foram muitos passos firmes em direção ao povo brasileiro. Aqui está o esforço do Governo Federal para trazer para dentro dos espaços de decisão, as vozes, os sotaques, as dores, as necessidades, as vontades e os sonhos da nossa gente e assim fazer mais para quem mais precisa. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva costuma dizer que quando se governa ouvindo o povo, a chance de acertar é, sempre, maior.

Que venha 2025 e seus desafios.

Secretaria de Relações Institucionais

A Secretaria de Relações Institucionais consolidou, em 2024, o diálogo republicano com as casas do Congresso Nacional, entes federados, sociedade civil e demais instituições, em respeito à primazia do Estado Democrático de Direito.

No Congresso Nacional, o Governo Federal garantiu taxa recorde em aprovação de projetos legislativos de iniciativa do Executivo. A forte parceria garantiu a aprovação de projetos de lei como o Mercado Regulado de Carbono, o Programa Mobilidade Verde e Inovação, o Fundo de Investimento em Infraestrutura Social, o Combustível do Futuro, o Programa Pé de Meia, a Política Nacional de Ensino Médio, a Política Nacional de Assistência Estudantil, o Programa Acredita, além do Pacote Fiscal e da Regulamentação da Reforma Tributária, dentre tantas outras proposições que aliaram responsabilidade fiscal com responsabilidade social. Os projetos prioritários da [Agenda União e Reconstrução](#) seguiram com altos índices de aprovação em 2024, com pelo menos 34 projetos estratégicos enviados para sanção nos mais diversos temas relevantes para o país, tais como, equilíbrio

econômico e das contas públicas, transformação energética e ambiental, desenvolvimento social e cidadania, transformação digital, dentre outros.

Os eventos climáticos extremos, como as enchentes no Rio Grande do Sul e os incêndios em diversos estados, exigiram um grande pacto coletivo e não foi diferente no Congresso Nacional. Em relação ao RS, foram encaminhadas 39 medidas provisórias com foco no auxílio imediato e na reconstrução do Estado, que envolveu cerca de R\$ 54 bilhões em créditos extraordinários repassados ao Estado e aos municípios rio-grandenses. A estiagem que castigou sobretudo o norte do país também contou com medidas legislativas emergenciais como apoio financeiro, além de medidas de prevenção e combate a incêndios.

No âmbito do [Conselho de Desenvolvimento Econômico, Social e Sustentável - CDESS](#), a participação efetiva de conselheiros e conselheiras foi fundamental para a aprovação de projetos estratégicos para o país, como a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, a Iniciativa Nacional de Projetos Tecnológicos

de Alto Impacto, o Pacto pela Igualdade Racial, a Política Nacional de Cuidados, a iniciativa Mais Conhecimento na Amazônia e o Plano Brasil Digital 2030+.

Fundamental destacar também o aprofundamento do diálogo entre Governo Federal e entes federados.

O [Conselho da Federação](#) como espaço de articulação com os entes federados foi fundamental para conquistas federativas importantes. A aprovação do Programa de Renegociação da Dívida dos Estados (PROPAG) permite a renegociação de mais de R\$700 bilhões para Estados, além da redução das desigualdades entre eles. Na agenda municipalista avançamos nos repasses do FPM, FUNDEB e na Desoneração da Folha que permitiram a recuperação fiscal dos municípios. As prefeituras tiveram um ganho de R\$75,56 bilhões de transferências e compensações da União



Ministra Gleisi Helena Hoffmann

aumentando em aproximadamente 15% a arrecadação própria e em 30,4% o crescimento do investimento médio realizado em 2024, resultado do bom relacionamento institucional estabelecido e do fortalecimento definitivo do pacto federativo.

Nesse sentido, 2024 foi um ano de grandes avanços na articulação política, no relacionamento interinstitucional do Governo Federal, na interlocução com Estados e Municípios, com o Poder Legislativo e no relacionamento com entidades da sociedade civil.

Gabinete de Segurança Institucional

Em 2024, o GSI/PR participou da Operação “Raízes do Cedro”, que repatriou mais de 2,6 mil pessoas e levou mais de 100t em ajuda humanitária para o Líbano.

Em seguimento à instituição da Política Nacional de Cibersegurança e de seu Comitê Nacional, alcançaram-se avanços para a elaboração de uma nova Estratégia Nacional de Cibersegurança; igualmente para a definição de parâmetros para atuação internacional do Governo nessa matéria; assim como para a criação de órgão de governança nacional na área de cibersegurança.

Em linha com esses avanços, foram assinados três memorandos de entendimento (Chile, Japão e Uruguai) e três acordos de troca e proteção mútua de informação classificada com a Finlândia, a Eslováquia e a França.

Vale destacar, ainda, a classificação positiva alcançada pelo Brasil como referência em matéria de cibersegurança pelo Índice Global de Segurança Cibernética (UIT).

Quanto à Câmara de Relações

Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo, no último ano realizou-se o 1º Fórum Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (SIC) e instalou-se o Comitê Nacional de SIC.

Em relação ao G-20, foi elaborado, com a participação do GSI/PR, o Plano Estratégico Integrado de Segurança (PEIS-G20), modelo exitoso a ser replicado em grandes eventos de 2025, como BRICS, COP-30 e Cúpula do Mercosul.

Paralelamente, com o [Decreto nº 12.038/2024](#), instituiu-se a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) e seu Comitê; ademais, pautada em quatro eixos complementares, já se inicia a construção da Estratégia Nacional de Fronteiras.

Por fim, pontua-se a bem-sucedida realização de exercícios de emergência nuclear, além da atualização do Plano Estratégico de Comunicação Social para o Setor Nuclear Brasileiro (2025-2028).

Já a Portaria Interministerial MD/GSI/PR 1.897/2024 veio somar à seleção, capacitação e



Ministro Marcos Antônio Amaro dos Santos

recompletamento dos efetivos de Segurança Presidencial, que se ampliaram em 59,4%.

Quanto ao setor espacial, destaca-se o papel do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, ao iniciar estudos para a regulamentação da [Lei nº 14.946/2024](#).

Todas essas conquistas foram alcançadas por meio de ações colegiadas e articulação com atores públicos e privados.



Presidência da República

Relatório de Gestão

2024

Capítulo 01

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.1 Estrutura Organizacional.....	2
1.2 Identificação da(s) Unidade(s).....	5
1.3 Principais Normas	8
1.4 Estrutura de Governança.....	9
1.5 Modelo de Negócios	11
1.6 Cadeia de Valor	12
1.7 Programas e ações orçamentárias.....	13
1.8 Ambiente Externo.....	14

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.1 Estrutura Organizacional

O Relatório de Gestão da Presidência da República (PR) e Vice-Presidência da República (VPR), na forma de relato integrado, unifica as ações e resultados apresentados à sociedade e aos órgãos de Controle Interno e Externo da União, para fins de controles social e institucional.

A Presidência da República, órgão da Administração Direta do Poder Executivo da União, teve a organização básica de seus órgãos estabelecida pela [Lei nº 14.600/2023](#).

Assim, pelo dispositivo legal, integram a estrutura da Presidência da República como órgãos essenciais:

- Casa Civil;
- Secretaria de Comunicação Social;
- Secretaria-Geral;
- Secretaria de Relações Institucionais;
- Gabinete Pessoal do

Presidente da República; e

- Gabinete de Segurança Institucional.

Também pertencem à estrutura da Presidência da República, como órgãos de assessoramento ao Presidente da República:

- o Conselho de Governo;
 - o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável;
 - o Conselho Nacional de Política Energética;
 - o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos;
 - o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
 - o Conselho de Participação Social
 - o Advogado-Geral da União;
 - a Assessoria Especial do Presidente da República.
- São órgãos de consulta do Presidente da República:

- o Conselho da República;

- o Conselho de Defesa Nacional.

A Comissão de Ética Pública - CEP, nos termos do Decreto de 26 de maio de 1999, está vinculada diretamente ao Presidente da República.

À Vice-Presidência da República, por sua vez, órgão específico da estrutura federal cumpre prestar suporte institucional às ações e atividades do Vice-Presidente da República, previstas no art. 79 da [Constituição Federal](#) e no [Decreto nº 11.326/2023](#), com alterações do [Decreto 11.782/2023](#), em especial, para que exerça 3 (três) encargos fundamentais de apoio ao Presidente da República:

- nas substituições temporárias do Presidente da República, em seus afastamentos legais;
- no auxílio à coordenação das programações da estrutura federal, em assuntos estratégicos da República;
- nas missões e representações do Estado brasileiro, no país e

no exterior.

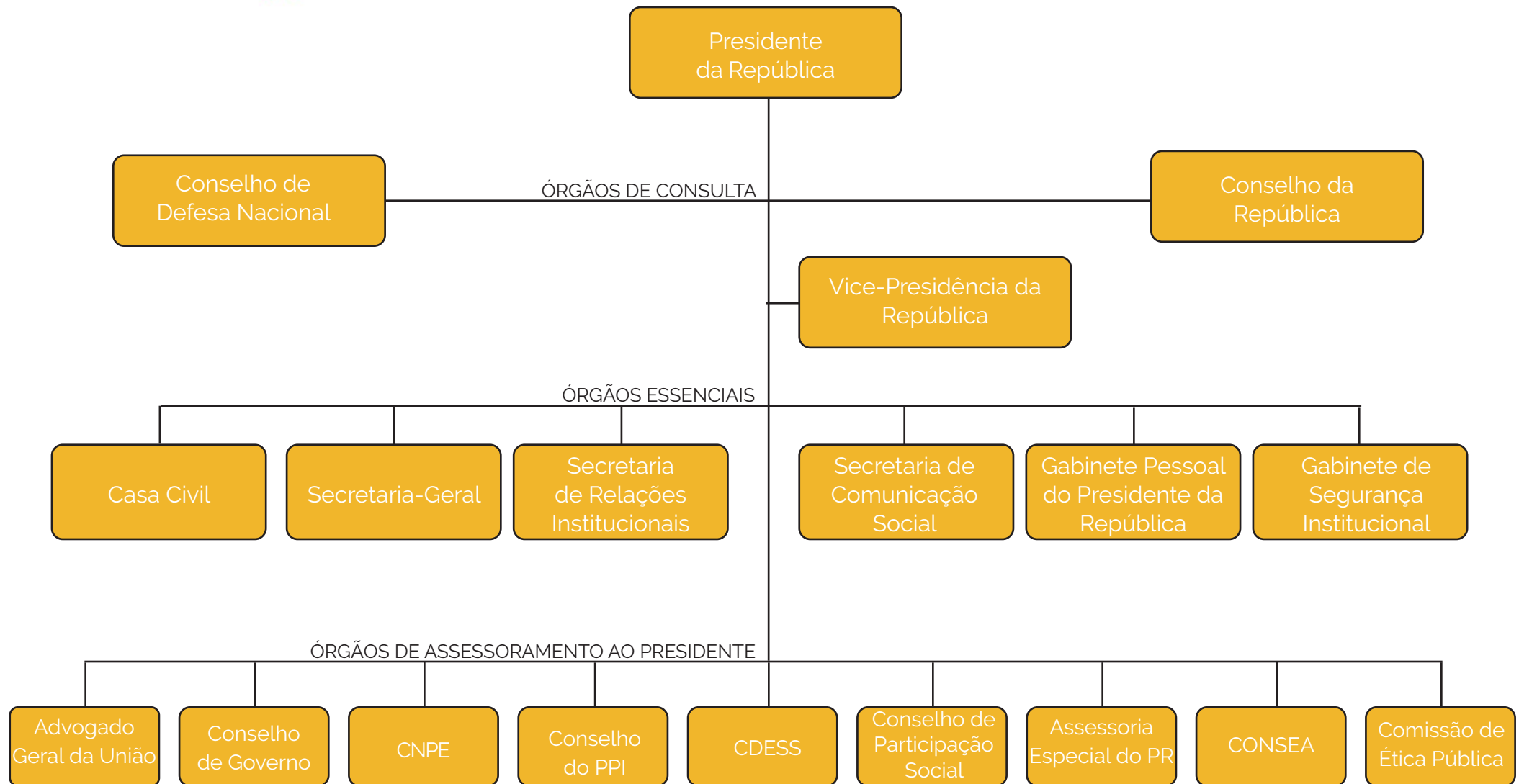
Assim, no cumprimento das programações institucionais, a VPR executa ações específicas ao funcionamento da estrutura de apoio ao Vice-Presidente da República.

Para obter informações sobre a estrutura de cada um dos órgãos integrantes da estrutura organizacional da Presidência da República e Vice-Presidência basta consultar os endereços na tabela a seguir.

Nome do Órgão	Acesso às Informações	Nome do Órgão	Acesso às Informações
Casa Civil	clique aqui	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	clique aqui
Secretaria-Geral	clique aqui		
Secretaria de Relações Institucionais	clique aqui	Conselho de Participação Social	clique aqui
Secretaria de Comunicação Social	clique aqui	Advogado-Geral da União	clique aqui
Gabinete Pessoal do Presidente da República	clique aqui	Assessoria Especial do Presidente da República	clique aqui
Gabinete de Segurança Institucional	clique aqui	Conselho da República	clique aqui
Conselho de Governo	clique aqui	Conselho de Defesa Nacional	clique aqui
Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CNESS)	clique aqui	Comissão de Ética Pública	clique aqui
Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)	clique aqui	Vice-Presidência da República	clique aqui
Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (Conselho do PPI)	clique aqui	O Organograma da Presidência da República encontra-se disposto na figura abaixo.	



Estrutura da Presidência da República e Vice-Presidência



clique nas caixas () para acessar o site de cada órgão

1.2 Identificação da(s) Unidade(s)

A Presidência da República é constituída por um conjunto de órgãos aos quais compete assessorar e apoiar o Presidente da República na realização do Plano de Governo.



Planejamento Estratégico Integrado da PR e VPR (PEI/PR)

Missão

Apoiar o Presidente da República no exercício de suas funções de Chefe de Estado e de Governo para promover uma sociedade democrática, justa e igualitária

Visão de Futuro

Atuar com excelência na coordenação de políticas públicas e no diálogo democrático para a transformação da sociedade

O Planejamento Estratégico Integrado da Presidência da República, nesse contexto, é considerado um instrumento fundamental para a gestão estratégica; e representa o esforço de cada um de seus órgãos em apresentar um plano que busca integrar a missão, visão de futuro, valores institucionais e objetivos estratégicos para as diferentes unidades integrantes da PR e VPR.

Na elaboração do Planejamento Estratégico, com apoio da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, foi utilizada metodologia que buscou integrar e incluir todas as unidades da PR e VPR, tendo como referencial básico o *Balanced Scorecard* (BSC).

Na figura a seguir são apresentados os referenciais estratégicos da Presidência da República.

Valores Institucionais

Cooperação

Integridade

Diversidade

Respeito ao Pacto Federativo

Diversidade

Defesa da Democracia

Harmonia dos Poderes

Para acessar mais informações sobre o PEI/PR [clique aqui](#)



A **Vice-Presidência da República** (VPR) exerce encargos fundamentais de apoio ao Vice-Presidente da República, em especial para as substituições temporárias decorrentes de afastamentos legais do Presidente da República; no auxílio à coordenação das programações da estrutura federal, em assuntos estratégicos da República; e nas missões e representações do Estado.

A **Casa Civil** (CC/PR) assiste ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente, na coordenação, integração, monitoramento e avaliação de mérito e jurídica das ações governamentais.

Além disso, cabe ao órgão coordenar, articular e fomentar políticas e investimentos considerados estratégicos.

A **Secretaria de Comunicação Social** (SECOM/PR) é responsável por formular e implementar a política de comunicação e divulgação social do Poder Executivo Federal; implementar ações orientadas para o exercício de direitos, o

combate à desinformação e a defesa da democracia; auxiliar na promoção da liberdade de expressão e de imprensa; promover o pluralismo e a diversidade midiática; coordenar e acompanhar a comunicação interministerial e a difusão das políticas do Poder Executivo Federal e formular subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República.

Além disso, a SECOM/PR também é responsável por gerenciar os canais de comunicação digital do Presidente da República; acompanhar a elaboração de ações de comunicação digital de interesse do Governo Federal no âmbito do Sistema de Comunicação do Governo Federal - SICOM e estabelecer formas de interação com o cidadão por meio dos canais de comunicação digital.

Em relação à sua estratégia, complementarmente a participação da SECOM/PR no Planejamento Estratégico Integrado da Presidência da República, destaca-se o mandato para formular e executar políticas relacionadas

à publicidade do Governo Federal, bem como, orientar, supervisionar, coordenar e promover alinhamento dos esforços de comunicação publicitária dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema de Comunicação do Governo do Poder Executivo Federal (SICOM).

À **Secretaria-Geral** (SG/PR) compete assistir diretamente o Presidente da República na coordenação e articulação das relações políticas do Governo com os diferentes segmentos da sociedade civil e da juventude. É o órgão responsável por coordenar a política e o sistema nacional de participação social; por implementar instrumentos de consulta pública e de participação popular; e de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias de diálogo e a atuação conjunta entre a Administração Pública Federal e a sociedade civil.

À **Secretaria de Relações Institucionais** (SRI/PR) cabe assistir diretamente o Presidente da República no desempenho de atribuições relativas a

articulação política e relacionamento institucional do Governo Federal; elaboração de estudos de natureza político-institucional; interlocução com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; interlocução com o Poder Legislativo e os partidos políticos; relacionamento e articulação com entidades da sociedade; e criação e implementação de instrumentos de consulta e de diálogo social de interesse do Governo Federal.

Faz parte das competências da SRI/PR, ainda, coordenar e secretariar o funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável.

O **Gabinete Pessoal do Presidente da República** (GPPR) tem, entre suas competências, a de assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições e assuntos pessoais, exercendo seu secretariado particular, suas atividades de cerimonial, bem como assessorar e coordenar a elaboração de sua agenda. Além disso, formula subsídios para os pronunciamentos do

Presidente da República e desempenha a sua ajudância de ordens.

Parte de suas atribuições também são o recebimento e as respostas das correspondências pessoais e sociais do Presidente da República, a formação do seu acervo privado e a administração, conservação e restauro do acervo artístico e cultural público da Presidência da República, assim como coordenar a preservação e a adequação dos palácios e residências oficiais do Presidente.

O **Gabinete de Segurança Institucional** (GSI/PR) tem a competência principal de assistir diretamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente quanto a assuntos militares e de segurança. Além da segurança presidencial, GSI/PR atua em temas relacionados à prevenção e gerenciamento de ameaças à estabilidade institucional



1.3 Principais Normas

Na tabela a seguir são apresentadas as principais normas relacionadas aos órgãos integrantes da estrutura da Presidência da República e Vice-Presidência.

Nome do Órgão	Normativo	Acesso às Informações
Presidência da República	Lei nº 14.600/2023	clique aqui
Vice-Presidência da República	Decreto nº 11.326/2023	clique aqui
Casa Civil	Decreto nº 11.329/2023	clique aqui
Secretaria-Geral	Decreto nº 11.363/2023	clique aqui
Secretaria de Relações Institucionais	Decreto nº 11.364/2023	clique aqui
Secretaria de Comunicação Social	Decreto nº 11.362/2023	clique aqui
Gabinete Pessoal do Presidente da República	Decreto nº 11.400/2023	clique aqui
Gabinete de Segurança Institucional	Decreto nº 11.676/2023	clique aqui
Conselho de Governo	Lei nº 14.600/2023	clique aqui

Nome do Órgão	Normativo	Acesso às Informações
CDESS	Decreto nº 11.454/2023	clique aqui
Conselho de Participação Social	Decreto nº 11.406/2023	clique aqui
Conselho Nacional de Política Energética	Lei nº 9.478/1997	clique aqui
Conselho do PPI	Decreto nº 11.412/2023	clique aqui
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Lei nº 11.346/2006	clique aqui
Advogado-Geral da União	Decreto nº 11.328/2023	clique aqui
Assessoria Especial do Presidente da República	Decreto nº 11.400/2023	clique aqui
Conselho da República	Lei nº 8.183/1991	clique aqui
Conselho de Defesa Nacional	Lei nº 8.041/1990	clique aqui
Comissão de Ética Pública	Decreto sem nº de 26 de maio de 1999	clique aqui

1.4 Estrutura de Governança

Em 2024 aconteceram avanços significativos na estrutura de governança da Presidência da República.

Em primeiro lugar por meio da [Portaria CC/PR nº 713/2024](#), foi reestabelecido o Comitê Integrado de Governança da Presidência da República e Vice-Presidência da República-Cigov/PR. O Cigov/PR tem como objetivo de desenvolver e monitorar políticas e diretrizes estratégicas transversais de governança, no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

Os membros titulares do colegiado são o Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, que o coordenará, os Secretários-Executivos das demais casas palacianas, o Chefe do Gabinete Pessoal, e o Chefe do Gabinete do Vice-Presidente da República. Suas competências são as seguintes:

- Estabelecer orientações e deliberar sobre temas estratégicos de governança

de alcance transversal entre os órgãos que o compõe;

- Atuar, de forma integrada, na manutenção de processos, de estruturas, de práticas e de mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes de governança pública;
- Atuar como Comitê Interno de Governança integrada para os órgãos integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da República;
- Incentivar a aplicação das melhores práticas de governança para:
 - a) implementar o acompanhamento de resultados;
 - b) melhoria do desempenho institucional; e
 - c) aprimoramento do processo decisório;
- Promover e acompanhar a implementação das medidas, dos mecanismos e das práticas organizacionais de governança oriundas do Comitê Interministerial de Governança;
- Promover a integração de iniciativas de governança e o

aperfeiçoamento dos fluxos transversais de comunicação;

- Aprovar relatórios, planos, políticas, planejamentos e projetos relacionados à governança dos órgãos integrantes da Presidência e da Vice-Presidência da República, em especial o



Informações em
Transparência Ativa

Para acessar informações sobre a Governança na Presidência da República [clique aqui](#)

Planejamento Integrado, Plano de Integridade e Relatório de Gestão;

- Promover a padronização de procedimentos e práticas de governança; e
 - Promover a implementação, execução e monitoramento do Programa de Integridade da Presidência da República.
- Em segundo lugar, por meio do [Decreto nº 12.311/2024](#) foi instituído o novo Programa de Integridade da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

Esse Programa apresenta um conjunto estruturado de medidas institucionais para prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades e de outros desvios éticos e de conduta.

O Plano Integridade define as ações para alcançar os objetivos do Programa de Integridade. Essas ações foram divididas nos seguintes eixos, de forma a simplificar seu acompanhamento: Ética e Costumes; Transparência Acesso à Informação, e Participação Social; Equidade, Diversidade e Sustentabilidade no Ambiente de Trabalho; Riscos e Controle Internos; Gestão de Denúncias; Atividade Correcional e Coordenação e Monitoramento.

O Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da PR teve suas atividades retomadas, por meio do [Decreto nº 11.733/2023](#), reforçando o caráter transversal relativo à governança de tecnologia da informação e comunicação e segurança da informação.

Em 2024, o CGD/PR realizou duas Reuniões Ordinárias, as quais deliberaram pela



instituição de Grupo de Trabalho para avaliar e propor ações destinadas ao aprimoramento das medidas de tratamento de dados pessoais previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no âmbito da PR, assim como pela solicitação, aos órgãos representados no colegiado, de manifestação acerca da utilização de Inteligência Artificial por suas unidades.

Resultaram, também, das citadas Reuniões Ordinárias, deliberações para a elaboração e publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República 2024-2027, em cumprimento à Estratégia Federal de Governo Digital 2024-2027, e para designação dos integrantes do Subcomitê Técnico de Soluções Tecnológicas, encarregado de elaborar e monitorar a implementação das diretrizes de governança para o desenvolvimento de sistemas de informação e aplicativos codificados em linguagem de programação no âmbito da PR e VPR.

Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da PR

O Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República tem como competências:

I - coordenar e implementar políticas, diretrizes e normas que assegurem a adoção de boas práticas de governança de tecnologia da informação e comunicação e de segurança da informação;

II - promover a integração entre as estratégias de tecnologia da informação e comunicação e de segurança da informação e as estratégias organizacionais;

III - estabelecer as diretrizes:

a) de minimização de riscos na gestão das informações; e

b) de priorização, de alteração e de distribuição dos recursos orçamentários destinados às ações em tecnologia da informação e comunicação e segurança da informação;

IV - aprovar o plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação, ou o instrumento equivalente, e o plano diretor de tecnologia da informação e comunicação da Presidência da República e Vice-Presidência da República, e monitorar sua execução.

V - aprovar e priorizar a execução de projetos relacionados à tecnologia da informação e comunicação, em consonância com o plano diretor de tecnologia da informação e comunicação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República;

VI - elaborar e aprovar plano de investimento às ações de tecnologia da informação e comunicação;

VII - acompanhar o desempenho das ações, o cumprimento das diretrizes e o alcance dos objetivos e das metas definidas no plano estratégico de tecnologia da informação e comunicação e no plano diretor de tecnologia da informação e comunicação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República;

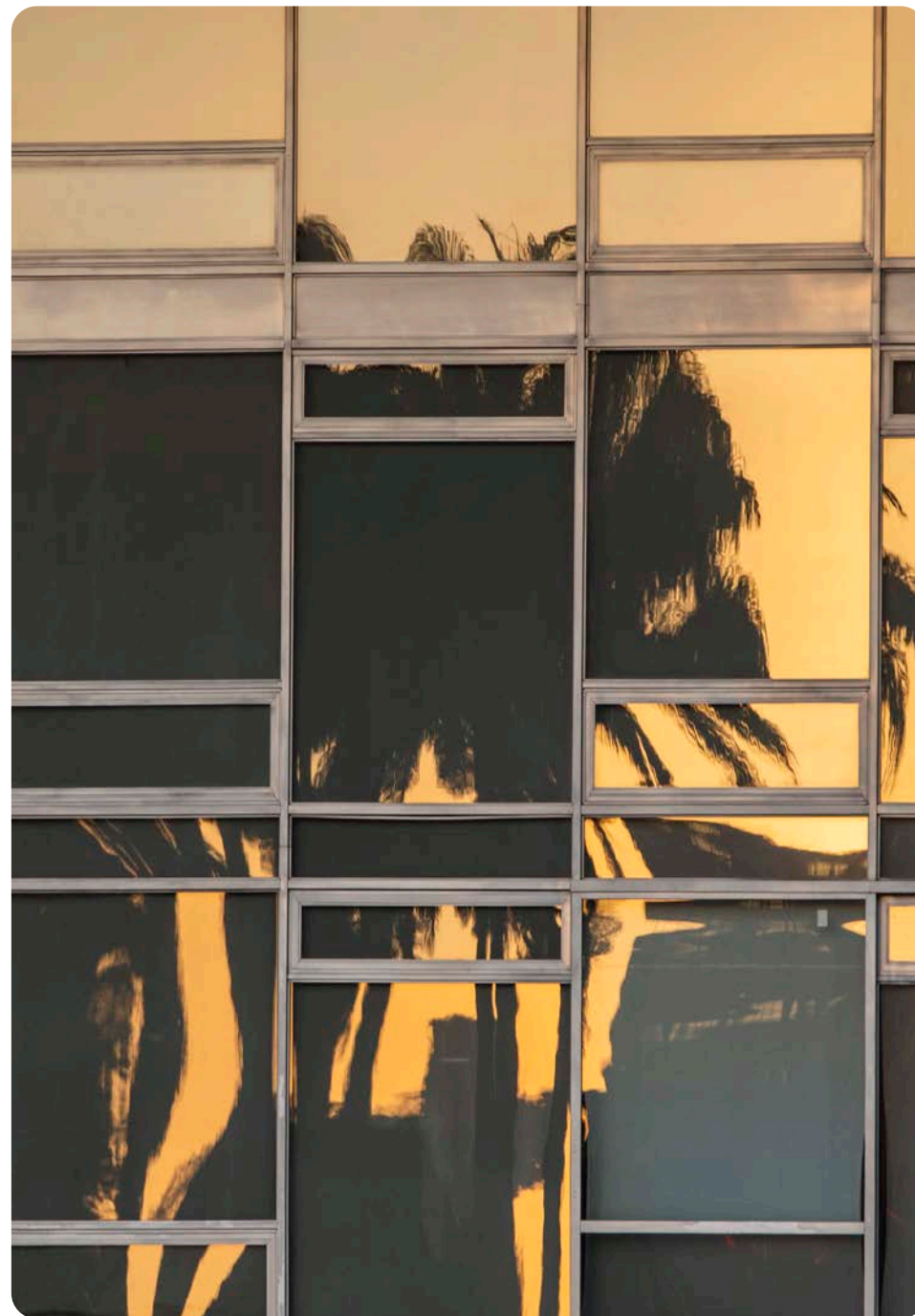
VIII - aprovar a Política de Segurança da Informação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República e monitorar a sua execução, observadas as disposições do Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018;

IX - acompanhar a implementação do plano de ação de segurança da informação da Presidência da República e da Vice-Presidência da República;

X - aprovar o Plano de Transformação Digital da Presidência da República e da Vice-Presidência da República;

XI - aprovar o Plano de Dados Abertos da Presidência da República e da Vice-Presidência da República; e

XII - dispor sobre o seu regimento interno, que será aprovado no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto



1.5 Modelo de Negócios



1.6 Cadeia de Valor

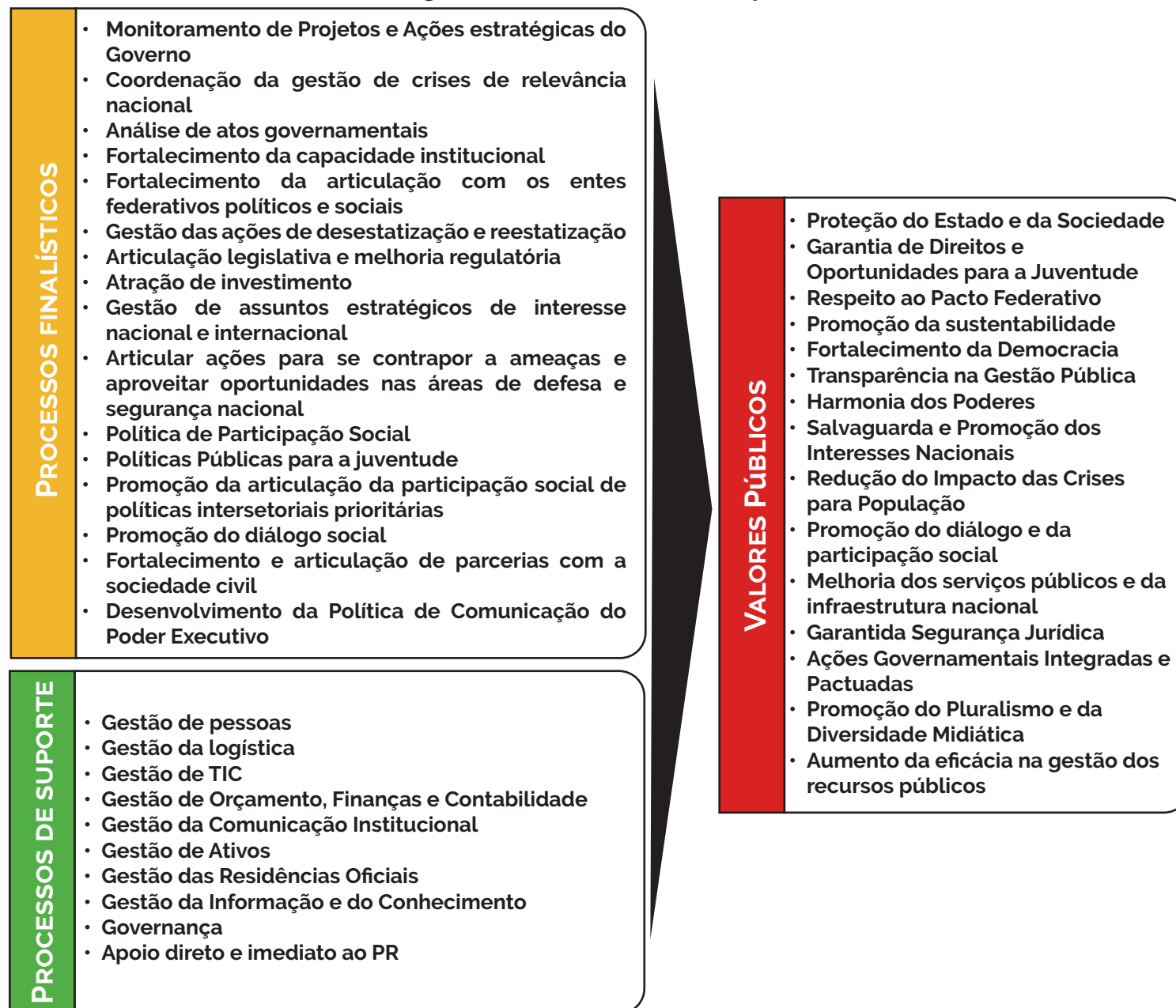
A Cadeia de Valor Integrada da Presidência da República foi elaborada a partir de oficinas e reuniões com os órgãos integrantes e da Vice-Presidência da República, e nela constam 10 macroprocessos de suporte e gestão, 16 macroprocessos finalísticos e 15 valores públicos.

Ela apresenta os macroprocessos, bem como mostra os resultados para a sociedade, orientados à prestação de melhores serviços, com base nas atuais estruturas dos órgãos.

O valor público representa o foco das principais entregas à sociedade pelo conjunto de agentes públicos nomeados para formulação e as entregas com base nos planos do Governo.

Quando identificada a necessidade, a Cadeia de Valor Integrada da PR poderá ser revisada, atualizada e aperfeiçoada, tendo em vista a importância de refletir sua dinâmica de atuação e melhorias implementadas nas estruturas dos órgãos e processos de trabalho.

Cadeia de Valor Integrada da Presidência da República e Vice-Presidência



1.7 Programas e ações orçamentárias

O principal instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal é o Plano Plurianual (PPA). Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, contemplando as despesas de capital e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada. O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos.

A elaboração do PPA 2024-2027 contou com a participação dos Órgãos e Unidades da Presidência da República, assim como envolveu contribuições de outras instituições que compõem o Poder Executivo Federal.

A Presidência da República ficou responsável por 04 (quatro) Programas Finalísticos no PPA 2024-2027 e contribui com outros 02 (dois) Programas sob gestão de outros órgãos do Poder Executivo.

Os programas contemplam um conjunto de políticas públicas financiadas por ações orçamentárias, não orçamentárias e investimentos plurianuais,

previstos na [Lei nº 14.802/2024](#).

Para cada um dos programas são fixados uma meta e um indicador capazes de evidenciar o desempenho anual e ao final do período de quatro anos do PPA. Estes indicadores visam aferir o grau em que os programas se mostram capazes de cumprir os objetivos almejados.

Assim a Presidência da República, possui os seguintes programas finalísticos:

- Programa 1149: Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia;
- Programa 4101: Comunicação Pública e Governamental ;
- Programa 4102: Segurança Institucional ; e
- Programa 5135: Juventude: Direitos, Participação e Bem Viver.

Também existe o Programa 0032 - Gestão e Manutenção do Poder Executivo que não possui indicadores ou metas.

Esse programa é formado pelo conjunto de ações orçamentárias relacionadas às despesas com a manutenção

dos órgãos integrantes da Presidência da República, e da Vice-Presidência da República representando os gastos de pessoal, custeio, publicidade de utilidade pública, entre outros. Tais ações orçamentárias são indispensáveis ao funcionamento dos órgãos vinculados a PR e VPR.

Para saber mais sobre cada um dos programas acesse os atalhos a seguir:

- Programa 1149 - [clique aqui](#)
- Programa 4101 - [clique aqui](#)
- Programa 4102 - [clique aqui](#)
- Programa 5135 - [clique aqui](#)
- Programa 0032 - [clique aqui](#)



1.8 Ambiente Externo

A Presidência da República concentra os órgãos de governo considerados essenciais para que o Presidente da República exerça o seu papel constitucional de Chefe de Governo para a prática de atos de administração e de natureza política.

A **Casa Civil** (CC/PR), por exemplo, assiste diretamente o Presidente na coordenação, integração, avaliação e monitoramento das ações governamentais; na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas com as diretrizes governamentais; na implementação de políticas e de ações destinadas à ampliação da infraestrutura pública e das oportunidades de investimento e de emprego; na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais; entre outras.

Assim, por intermédio da atuação da Casa Civil, a Presidência da República realiza intensa articulação e interação com os órgãos da administração direta e indireta da União.

Foram articuladas ações de órgãos como Polícia Federal, Abin, Funai e Ibama, além de ministérios como Educação, Saúde, Povos Indígenas e Direitos Humanos, todos atuando de forma integrada para assegurar a retomada do modo de vida indígena e o combate a ações ilícitas, como desmatamento e mineração ilegal.

Também merece destaque a atuação para o atendimento ao estado de calamidade pública vivenciado pelo Estado do Rio Grande do Sul em decorrência dos eventos climáticos de chuvas intensas. A plataforma "[BRASIL UNIDO PELO RIO GRANDE DO SUL](#)" apresenta o conjunto de ações em prol do Rio Grande do Sul, dividindo as informações nas seguintes categorias: (i) resposta emergencial ao desastre; (ii) medidas institucionais; (iii) cuidado com as pessoas; (iv) apoio às empresas; (v) apoio ao governo do estado; (vi) apoio aos municípios para reconstrução; (vii) habitação; e (viii) mais infraestrutura para prevenção.

Outra ação importante refere-se à coordenação das ações para o cumprimento das obrigações consignadas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão (Acordo Rio Doce), homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 06 de novembro de 2024. O novo acordo, assinado pelas empresas Samarco (responsável pela barragem do Fundão), Vale (brasileira) e BHP Billiton (anglo-australiana), que controlam a Samarco, e pela Advocacia-Geral da União (AGU), governadores de Minas Gerais e Espírito Santo, Procuradoria-Geral da República (PGR) e Defensoria Pública da União, Ministérios Públicos de MG e do ES e Defensorias Públicas dos dois Estados, destina R\$ 132 bilhões em dinheiro novo para ações de reparação e compensação.

A Presidência da República, por intermédio da Casa Civil, também coordenou a elaboração do [Novo PAC](#), que é um programa de investimentos do Governo Federal em parceria

com as empresas estatais, setor privado, Estados, Municípios e movimentos sociais.

A carteira de investimentos do [Novo PAC](#) é um compromisso coletivo, fruto de um amplo diálogo federativo, para que os projetos selecionados reflitam os anseios das populações de cada região do País. A formação da carteira contou também com a participação importante do setor privado. O Programa viabiliza a modelagem de oportunidades de investimento e a proposição de novas medidas institucionais que tornam os ambientes de negócios mais estáveis e atrativos.

A **Secretaria de Comunicação Social** (SECOM/PR) tem, entre suas competências, formular e implementar a política de comunicação e divulgação social do Poder Executivo Federal; implementar ações orientadas para o acesso à informação, o exercício de direitos, o combate à desinformação e a defesa da democracia; auxiliar na política de promoção da liberdade de expressão e de imprensa;

promover o pluralismo, a diversidade midiática e o desenvolvimento do jornalismo profissional; coordenar e acompanhar a comunicação interministerial e as ações de informação, difusão e promoção das políticas do Poder Executivo Federal; relacionar-se com os meios de comunicação e as entidades dos setores de comunicação, além de coordenar e consolidar a comunicação do Poder Executivo Federal nos canais de comunicação.

A SECOM/PR também é responsável por coordenar a aplicação de pesquisas de opinião pública e outras ações que permitam aferir a percepção e a opinião dos cidadãos sobre perfis, temas e políticas do Poder Executivo Federal nos canais digitais; coordenar, normatizar e supervisionar a publicidade e o patrocínio dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, e das sociedades sob o controle da União; supervisionar as ações de comunicação do País no exterior e a realização

de eventos institucionais da Presidência da República com representações e autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos envolvidos; convocar as redes obrigatórias de rádio e de televisão; apoiar os órgãos integrantes da Presidência da República no relacionamento com a imprensa; disciplinar a implantação e a gestão do padrão digital de governo, dos sítios e portais eletrônicos dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Federal; editar normas e manuais sobre a legislação aplicada à comunicação social; e formular subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República.

Em 2024, a Secretaria de Comunicação Social realizou uma série de ações estratégicas para promover uma comunicação pública inclusiva, transparente e eficaz, enfrentando desafios como o aumento da desinformação e a polarização social.

A produção e divulgação de conteúdos multimídia, incluindo campanhas educativas e

publicitárias, também foram destaques, abordando temas como vacinação, combate à fome e inclusão social. A SECOM/PR reforçou sua transparência ao disponibilizar 175 documentos técnicos ao público e fortaleceu a articulação interministerial e internacional, promovendo parcerias estratégicas e ações coordenadas.

Dentro do objetivo estratégico de aprimoramento de práticas e processos no atendimento à imprensa nacional, regional e internacional, durante o ano de 2024, houve a revisão da portaria que estabelece regras e parâmetros para o credenciamento de profissionais de imprensa nas agendas com participação do Presidente da República ou para que tenham acesso ao Palácio do Planalto para realizar coberturas jornalísticas diariamente. A revisão deu origem a uma nova portaria de credenciamento, que aprimora aspectos da utilização do sistema de credenciamento e moderniza o fluxo de solicitação das credenciais de imprensa.

Foi realizado atendimento contínuo a jornalistas da imprensa nacional, regional e internacional, oferecendo suporte às coberturas realizadas no âmbito da Presidência da República e realizando a divulgação de ações e agendas do Presidente da República, bem como acompanhando e supervisionando a divulgação de políticas, programas e ações do Governo Federal na imprensa nacional e internacional.

Apresenta-se também como destaque a cooperação com organismos como UNESCO e governos internacionais (Reino Unido, França, Alemanha e Chile) para troca de experiências e construção conjunta de políticas públicas; a participação em foros globais, como a Assembleia Geral da ONU e o G20, com destaque para a organização de eventos sobre integridade da informação e os desafios climáticos no âmbito do G20 Social 2024; a construção da posição brasileira e negociação sobre integridade da informação no Grupo de Trabalho de Economia Digital no G20 e; o



lançamento da Iniciativa Global para Integridade da Informação sobre Mudança do Clima, na Cúpula de Líderes do G20.

As agendas internacionais são realizadas sempre a partir de articulação constante entre a SECOM/PR e a comunicação do Ministério das Relações Exteriores. Em 2024, tais agendas incluíram a participação na 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas e na Cúpula do Mercosul, no Uruguai, onde foi assinado o acordo entre o bloco sul-americano e a União Europeia.

Entre as agendas internacionais que receberam cobertura e divulgação aprofundada, destaca-se a Operação Raízes do Cedro, realizada para resgatar brasileiros no Líbano, em meio à zona de conflito no Oriente Médio. A Raízes do Cedro se tornou a maior operação de repatriação de brasileiros e familiares da história do País. Para que fosse feita a divulgação com detalhamento e qualidade à imprensa e à sociedade houve continuamente a articulação necessária junto à Casa Civil,

à Força Aérea Brasileira e a outros ministérios envolvidos na operação.

Em 2024, durante o trabalho de auxílio do Governo Federal na tragédia das enchentes do Rio GrandedoSul, a SECOM/PR teve um papel de suma importância com a ampla divulgação das ações do Governo Federal, a fim de prevenir divulgação de informações falsas e exigir a correção de inverdades publicadas em veículos de comunicação.

Ademais, o programa "Brasil Contra Fake", combateu a desinformação com a publicação de 178 notas e 45 boletins de rádio, alcançando mais de 3 milhões de visualizações. O "Plano de Comunicação pela Igualdade Racial" lançou 19 ações prioritárias voltadas à promoção da inclusão social e da equidade. Já o programa "Bom Dia, Ministro" fortaleceu o diálogo direto entre o Governo e a sociedade, com transmissões para 148 rádios nacionais.

Ainda, sobre o tema Enfrentamento à Desinformação

e Promoção de Pluralismo, a SECOM/PR atuou ativamente na:

- Articulação no Comitê de Enfrentamento da Desinformação, que desenvolve campanhas informativas sobre saúde pública e vacinação, envolvendo ministérios e sociedade civil, como a Frente Parlamentar em Defesa da Vacina;
- Promoção da diversidade midiática e inclusão digital, com iniciativas como a Incubadora de Mídias Negras, Periféricas e Independentes, em parceria com o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Ministério da Cultura;
- Organização do Hackaton Pop 2024, reunindo ministérios, sociedade civil e acadêmicos para criação de soluções tecnológicas que promovam a informação confiável e o combate à desinformação. Com participação das organizações da sociedade civil dentre elas: Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), o Instituto Alana, o Instituto Vero, a Safernet,

a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a União Nacional Dos Estudantes (UNE);

- Liderança no Capítulo Brasileiro da Iniciativa Global para a Integridade da Informação sobre a Mudança do Clima, conectando diferentes setores para fortalecer a confiabilidade das informações relacionadas à crise climática. Com parceria de organizações da sociedade civil tais como: o Instituto Democracia em Xequê (DX), o ClimaInfo, o Instituto Abaré, o Observatório do Clima, Repórteres sem Fronteiras; e
- Composição da Câmara Técnica de Comunicação em Saúde e Saúde Digital do Conselho Nacional de Saúde (CNS), ao lado de diversas organizações governamentais, da sociedade civil e da academia.

A SECOM/PR, em todas as suas funções, exige articulação constante com órgãos diversos do Governo Federal, como a Casa Civil e outros ministérios, com o Gabinete Pessoal do Presidente e também com



órgãos de controle do governo, que integram e perpassam o trabalho diário da Secretaria para divulgar informações corretas e de forma clara para os profissionais de imprensa e para a sociedade. Toda essa articulação interna se reflete positivamente nas relações diretas desses diversos órgãos com a imprensa, fornecendo informações mais claras e detalhadas que atendem ao objetivo fundamental de divulgar as ações do Governo Federal, em todos os seus âmbitos, para a sociedade.

Destaca-se que a SECOM/PR atua de forma ativa na relação com o Congresso Nacional para acompanhamento de projetos de lei que tratem de direitos digitais, combate à desinformação e proteção de direitos humanos no ambiente online. Também participa do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação, contribuindo para a formulação de normativas relacionadas à proteção de dados e segurança da informação no âmbito do Governo Federal.

No que tange a promoção da

Educação Midiática, a SECOM/PR se destacou pela:

- Liderança no desenvolvimento da Estratégia Brasileira de Educação Midiática, em parceria com ministérios-chave como o Ministério da Educação (MEC), Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), Controladoria-Geral da União (CGU) e Ministério das Mulheres, com foco em capacitar a população para o uso crítico e responsável das mídias digitais;
- Ampliação da cooperação com Secretarias Estaduais de Educação, articulada pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), para incorporar a educação midiática aos currículos escolares;
- Parcerias estratégicas com Organizações da Sociedade Civil, como Instituto Palavra Aberta, Safernet, Redes Cordiais, Intervenções e Ação Educativa, para criação de materiais educativos, capacitação de educadores e sensibilização de comunidades.

- Colaboração internacional com países como Reino Unido, França, Finlândia e Dinamarca, além da UNESCO, para desenvolver projetos como o MidiaCOP (educação midiática e ambiental) e capacitações específicas, como a proteção de meninas online; e
- Organização anual da Semana Brasileira de Educação Midiática, que mobiliza redes educacionais e parceiros nacionais e internacionais para promover a conscientização sobre o tema.

Cabe também trazer os seguintes destaques para a Proteção de Direitos no Ambiente Digital:

- Coordenação da construção da Política Nacional de Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital, com consultas públicas, encontros com plataformas digitais e articulação com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);
- Desenvolvimento do Guia para uso de Telas por

Crianças e Adolescentes, com orientações baseadas em evidências para uso equilibrado de telas por crianças, em parceria com entidades como Instituto Alana, Sociedade Brasileira de Pediatria e SaferNet;

- Participação no Grupo de Trabalho para Eliminação da Violência Contra Crianças e Adolescentes, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); e
- Desenvolvimento de iniciativas inovadoras voltadas para educação midiática e digital para pessoas idosas, como a criação de um repositório on-line de materiais didáticos e um referencial curricular nacional, em parceria com CGU, MDHC e MEC.

A **Secretaria-Geral** (SG/PR) atua em forte articulação com órgãos e entidades do Governo Federal, bem como em cooperação com entes federados.

A coordenação e articulação dos instrumentos de participação



social; das políticas públicas para a juventude; da política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; das ações de inclusão social dos catadores e catadoras de materiais recicláveis; e ainda do tratamento das demandas sociais apresentadas ao Governo pela sociedade civil implicam um intenso trabalho de articulação interministerial e interfederativa, dadas as responsabilidades transversais em cada um destes temas. Nesse sentido a Secretaria-Geral abriga órgãos colegiados temporários e permanentes, tanto de participação social como de articulação intergovernamental e promove a colaboração com entes federados para implementação de políticas públicas sob sua responsabilidade.

A relação com outros poderes, embora não esteja diretamente relacionada às atribuições da Secretaria-Geral, é necessária e profícua no que diz respeito ao acompanhamento das matérias legislativas e judiciais que impactam as políticas de

responsabilidade direta da Secretaria-Geral (juventude, participação social, parcerias com a sociedade civil), mas também aquelas correlatas aos colegiados sob coordenação do ministério (segurança alimentar, agroecologia e produção orgânica, inclusão social de catadores e catadoras de materiais recicláveis, questões relacionadas à demográfica e ao desenvolvimento da população, monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

A Secretaria-Geral atua ainda no mapeamento das percepções da sociedade civil sobre propostas legislativas do Governo Federal e na apuração de posições de governo em relação à projetos de interesse dos movimentos sociais.

Já o relacionamento com a sociedade civil é o propósito fundamental da Secretaria-Geral da Presidência da República e, nesse sentido, atuamos por meio dos órgãos colegiados sob nossa responsabilidade direta e também através do apoio e articulação dos demais órgãos

colegiados de participação social do Governo Federal, com destaque para o papel agregador do Fórum Interconselhos, dos Fóruns de Participação Social e da plataforma de participação digital Brasil Participativo, sob coordenação da Secretaria Nacional de Participação Social.

A Secretaria-Geral atua ainda no tratamento das demandas sociais apresentadas pela sociedade civil, com prioridade às temáticas que exigem a articulação interministerial e por meio dos instrumentos e metodologias desenvolvidas pela Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas como os Cadernos de Respostas, as Mesas de Diálogo e os Grupos de Trabalho Técnico.

Cabe ainda a Secretaria-Geral, por meio da Secretaria Nacional de Relações Político-Sociais o apoio ao planejamento, organização e acompanhamento da agenda do Presidente da República com os diferentes segmentos da sociedade civil, bem como a colaboração com as organizações de eventos e solenidades em

que participe o Presidente e com a elaboração de sua agenda futura. Nesse trabalho a secretária desenvolver interface permanente com organizações da sociedade civil e movimentos sociais relacionados às mais diversas temáticas.

A liderança global do Presidente da República, na condição de Chefe de Estado, coloca ênfase na articulação internacional e faz do Brasil ponto de encontro e convergência para grandes fóruns debate e articulação global. Em linha com esse ambiente a Secretaria-Geral atua fortemente para promover a ampliação dos espaços de participação social e canais de incidência da sociedade civil sobre estes espaços. Nesse sentido o G20 Social – Cúpula Social do G20 realizada de 14 a 16 de novembro de 2024, antecedendo a Cúpula de Líderes foi um grande sucesso de participação. O evento reuniu cerca de 70 mil visitantes, com mais de 49 mil inscritos pelo site e a participação ativa de 19.140 pessoas em 249 atividades autogestionadas. A declaração



final, com propostas construídas coletivamente, foi entregue ao presidente Lula, marcando um momento histórico de diálogo social nos fóruns internacionais.

Com área técnica extraordinária constituída especificamente para apoiar a participação social nos fóruns internacionais sediados no Brasil a Secretaria-Geral já vem atuando também no planejamento da participação social tanto na Cúpula dos BRICS, quanto na COP 30 que ocorrerão em 2025. A Secretaria-Geral busca ainda promover e visibilizar a participação da sociedade civil brasileira em fóruns internacionais, especialmente aqueles da Agenda 2030 dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ao fortalecimento das vozes juvenis nos espaços internacionais, às mobilizações da sociedade civil por segurança alimentar, no combate à fome e a pobreza e também visando garantir a continuidade da bem-sucedida experiência brasileira de participação social no G20.

A **Secretaria de Relações Institucionais** (SRI/PR) é um órgão de assessoramento direto

ao Presidente da República e atua na interlocução com Estados, Distrito Federal e Municípios, e, ainda, com o Poder Legislativo e Partidos Políticos. Além disso, mantém articulação e relacionamento institucional com diversas entidades da Sociedade Civil. No âmbito internacional, esse Ministério palaciano realiza a interlocução do Governo Federal com Organizações Internacionais, incluindo as Organizações da Sociedade Civil que atuam no território nacional.

No papel de Secretaria-Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (SE-CDESS), a SRI coordena um amplo fórum de diálogo com um conjunto diversificado de representantes das múltiplas categorias da Sociedade Civil, formalizando consensos e recomendações para o aprimoramento ou implementação de políticas públicas. No âmbito internacional, o CDESS realiza a interlocução com instâncias colegiadas similares, visando conhecer e internalizar

experiências internacionais exitosas que favoreçam o desenvolvimento do País.

O Conselho da Federação é um órgão colegiado integrante da estrutura da SRI que atua na promoção, negociação e pactuação de ações integradas dos Entes Federados em temas relevantes para a promoção do desenvolvimento econômico social sustentável e a redução das desigualdades regionais. Trata-se, portanto, de uma mesa de diálogo federativo cujo principal objetivo é aprofundar a cooperação entre os três níveis de Governo, contribuindo para a formulação de políticas públicas e de reformas institucionais de interesses comuns. Além disso, na atuação da SRI junto aos Entes Federados, busca-se ampliar o diálogo dos ministérios e entidades do Governo Federal com os Estados, Municípios e o Distrito Federal, visando aplicar a oferta de serviços e maior acesso às políticas públicas implementadas.

A SRI possui a competência institucional para realizar a interlocução com o Congresso

Nacional mantendo um diálogo republicano com a Câmara dos Deputados e com o Senado Federal, promovendo uma relação harmoniosa entre os Poderes Executivo Legislativo e Judiciário que permita impulsionar significativamente o desenvolvimento do Brasil, por meio da aprovação de uma agenda legislativa construída a partir do diálogo institucional e do consenso político.

Em 2024, a SRI/PR deu início a uma série de missões parlamentares com foco na temática "defesa da democracia". Foram organizadas 3 missões, duas aos EUA (maio e dezembro) e uma ao Chile (agosto). O objetivo principal foi a realização de encontros para troca de experiências entre parlamentares brasileiros e estrangeiros, entre os quais deputados e senadores que participaram da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de janeiro de 2023 (CPMI do 8/01). Participaram das missões: Senadores Eliziane Gama e Humberto Costa e deputados Jandira Feghali, Dandara, Célia



Xakriabá, Rogério Correia, Pastor Henrique Vieira, Rafael Brito, Tulio Gadelha e Arlindo Chinaglia.

Nos Estados Unidos, foram realizados encontros com deputados membros do US House Select Committee on the January 6th Attack (CPI da Câmara de Deputados dos EUA sobre os ataques de 6 de janeiro de 2021), além de deputados integrantes do Brazil Caucus (grupo de amizade Brasil-EUA), tais como a deputada Sydney Kamlager-Dove e parlamentares do campo progressista norte-americano (senador Bernie Sanders e deputado Jim MacGovern). Os parlamentares brasileiros e norte-americanos assinaram declaração conjunta estabelecendo uma frente internacional parlamentar em defesa da democracia e discutiram a questão das ameaças recentes à democracia, em especial desinformação e fake news, com atenção para o problema da Inteligência Artificial e a necessidade de regulamentação na matéria. Também foram organizados

encontros dos parlamentares com representantes do BID, Banco Mundial, Cepal, além de organizações da sociedade civil e da embaixada do Brasil em Washington.

No Chile, foram realizados encontros com parlamentares da Consertación, entre os quais os senadores Isabel Allende, Francisco Chahuán, Fabiola Campillay, Claudia Pascual e Juan Ignacio Latorre, e os deputados Tomás de Rementeria, Gonzalo Winter e Daniel Melo. Ao final dos encontros, os parlamentares brasileiros e chilenos assinaram declaração conjunta estabelecendo uma frente regional parlamentar em defesa da democracia. Em paralelo, foi realizada reunião com a Ministra da Secretaria Geral da Presidência da República, Camilla Vallejo, sobre a temática da desinformação/fake News.

A SRI também participou da cúpula social do G20 e em reuniões do grupo de engajamento das cidades do G20 (U20), no Rio de Janeiro (novembro), além de apoiar o Conselho de Desenvolvimento

Econômico Social Sustentável na organização e participação em três mesas temáticas do G20 Social:

- Justiça Social, Mudança Climática e o enfrentamento às transformações no mundo do trabalho;
- Inclusão da Sociedade Civil na Reforma da Governança Global: Participação, Equidade e Representatividade; e
- Descarbonização da economia nos países de grande biodiversidade.

A SRI/PR também participou do Pacto Nacional de Prefeitos para a Governança Climática Multinível (CHAMP), representando o Conselho da Federação; de reuniões com autoridades de agências internacionais (ONU HABITAT); além de encontros com jornalistas nacionais e internacionais.

Para o G20 Social, o CDESS mobilizou a participação de seus conselheiros atuantes nos sindicatos, na pauta econômica e ambiental além da presença internacional de autoridades do Conselho Econômico e

Social Europeu e da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares. Ainda, os conselheiros e conselheiras do CDESS atuaram em uma miríade de mesas do G20 Social e nas diversas trilhas do G20 como o W20, B20, F20, T20 e U20.

A SRI/PR esteve presente na COP 29, em Baku, Azerbaijão, participando de 3 painéis realizados no pavilhão Brasil, sobre os temas "Diplomacia parlamentar e mudanças do clima", "Financiamento para adaptação às mudanças climáticas" e "Abordagem brasileira para uma governança climática multinível".

A SRI/PR esteve presente em reuniões de cidades do Mercosul em Assunção (junho e setembro), com o objetivo de contribuir para a recriação de espaços de articulação internacional de governos locais na América do Sul, com foco no agrupamento regional.

Participou, igualmente, de 3 encontros do Fórum de Cidades Amazônicas, em Belém (abril),



Iquitos-Peru (junho) e Leticia-Colômbia (setembro), com o objetivo de avançar a agenda de desenvolvimento urbano sustentável em cidades dos 8 países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

A SRI/PR atuou em reuniões do Subgrupo de Trabalho nº18 Integração Fronteiriça do Mercosul (SGT-18) em Assunção (junho) e Montevideu (outubro), com o objetivo de discutir as demandas e os projetos estratégicos dos Estados e Municípios em faixa de fronteiras.

Finalmente ao longo do ano a SRI/PR organizou missões parlamentares que acompanharam visitas do Senhor Presidente da República aos seguintes países: Colômbia (abril), Paraguai e Bolívia (julho), Chile (agosto), Estados Unidos (Assembleia-Geral da ONU, setembro) e México (outubro).

O **Gabinete de Segurança Institucional** (GSI/PR) é um

dos órgãos integrantes da Presidência da República e é responsável pela assistência direta ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente quanto a assuntos militares e de segurança. Além da segurança presidencial, GSI/PR atua em temas relacionados à prevenção e gerenciamento de ameaças à estabilidade institucional.

A fim de cumprir com suas atribuições legais, especialmente quanto ao art. 8º da [Lei nº 14.600/2023](#), o GSI/PR organiza-se da seguinte forma: Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), Secretaria de Coordenação e Assuntos Aeroespaciais (SCAE), Secretaria de Segurança Presidencial (SPR) e Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética (SSIC).

Além disso, a atuação do GSI/PR caracteriza-se por sua natureza indutora e transversal de articulação governamental, seja por meio de instâncias colegiadas com diversos atores externos, incluindo outros

ministérios e suas vinculadas, seja por meio de ações em rede, para o alcance de programas e políticas a Estados e Municípios.

Entre os temas que contam com a atuação do GSI/PR, destacam-se:

- Segurança Presidencial e de instalações;
- Eventos, viagens e cerimonial militar;
- Potencialização do Programa Espacial Brasileiro (PEB), por meio do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB);
- Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro, por meio do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON e do Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro - CDPNB;
- Desenvolvimento, Proteção e Integração da Faixa de Fronteira, por meio da Política Nacional de Fronteiras e de seu Comitê, do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e da atuação da

Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

- Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNSIC), por meio de seu Comitê Nacional;
- Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI), incluindo ações por meio do Comitê Gestor da Segurança da Informação; e
- Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber), tanto por meio de seu Comitê Nacional, quanto por meio da Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (ReGIC) e do Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov).

Adicionalmente, o GSI/PR preside a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo (Creden), órgão colegiado interministerial que formula políticas públicas para a área das relações exteriores e defesa nacional, articulando e acompanhando programas e ações interministeriais para a cooperação internacional nos

temas de segurança e defesa, integração de fronteiras, populações indígenas, direitos humanos, operações de paz, narcotráfico e demais delitos internacionais, imigração, atividades de inteligência e segurança de infraestruturas críticas, da informação e cibernética.

A **Vice-Presidência da República** é um órgão singular vinculado à Presidência da República que presta apoio ao Vice-Presidente no assessoramento direto ao Presidente da República. Em especial, nos encargos constitucionais específicos de: substituição temporária nas ausências do Presidente da República; ou no exercício da representação do Governo Brasileiro durante missões nacionais e internacionais; ou ainda, no auxílio ao acompanhamento e coordenação presidencial sobre assuntos e programações federais estratégicas, a VPR relaciona-se institucionalmente com outros órgãos e instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Estruturalmente, atua junto aos órgãos essenciais da Presidência da República e aos ministérios supervisores das funções estatais exercidas pelo Executivo Federal, em contato com os órgãos centrais, setoriais e seccionais dos sistemas estruturadores da Administração Pública Federal. No exercício de sua autonomia orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão de pessoal, atua e exerce as funções de Planejamento, Orçamento, Finanças, Gestão e Controles Interno e externo sobre a utilização de seus recursos e resultados.

Essa dinâmica colaborativa utiliza a estrutura definida pelo [Decreto nº 11.326/2023](#), alterado pelos [Decreto nº 11.424/2023](#) e [Decreto nº 11.677/2023](#), para estabelecer a racionalidade e a economia no uso de recursos públicos no cumprimento de sua missão e para o alcance de seus objetivos. Em resumo, atua em suporte ao Vice-Presidente, para apoio ao Presidente da República: substituir e assinar atos de competência exclusiva do presidente, durante suas

ausências temporárias e viagens ao exterior e conduzir missões e representações por atribuição presidencial específica. Por isso, participou em 2024 da representação máxima do Brasil na Comissão Sino-brasileira de Alto Nível e Concertação e Cooperação (COSBAN) e coordenou reuniões temáticas em viagens internacionais à Arábia Saudita, Azerbaijão, China, Guatemala, Vaticano, Irã e Panamá.

Para maior concretude, sincronia e transparência em sua atuação institucional, a VPR fortaleceu seus relacionamentos externos. Por exemplo, com a orientação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) elaborou seu Planejamento Estratégico VPR que conecta ações e programações ao Planejamento Estratégico Integrado da Presidência da República 2023/2026. Com isso, fortalece a sinergia institucional, bem como a participação e sustentabilidade na gestão integrada dos recursos e espaços ocupados pela VPR nas edificações que

compõem o complexo do Palácio do Planalto e no Palácio do Jaburu, residência oficial da Vice-Presidência da República.

Por essa interação institucional, amplia os níveis de economicidade, eficiência e efetividade de suas ações e programações. Em suas licitações e contratos, a VPR adota formato coordenado, supletivo e complementar aos certames da Secretaria de Administração PR. Da mesma forma, utiliza-se do suporte jurídico da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil PR, órgão responsável pelas análises e manifestações jurídicas que atendem a Presidência da República. Ainda em 2024 a VPR manteve as diretrizes de redução de despesas e racionalidade na gestão de seus recursos, para maior agilidade e regularidade no processamento de suas demandas.

Acerca de seus relacionamentos com a sociedade, atendeu recomendações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União para aperfeiçoar o



atendimento de demandas técnicas VPR mantiveram e estimular o exercício pleno forte assessoramento direto das Transparências Ativa nas missões e agendas e Passiva à sociedade. Por do Vice-Presidente com isso, disponibilizou meio para autoridades de outros países, acesso físico e eletrônico direto poderes e níveis de Governo. aos dados, documentos e Essas pautas e agendas são informações que integram os deliberadas e tratadas em acervos de documentos sobre relação institucional de cada os gastos com Cartões de encontro, inclusive quanto aos Pagamento do Governo Federal participantes. Além disso, a (CPGF) de mandatos anteriores. VPR tratou da incorporação Efetivou a desclassificação, ao patrimônio da União dos digitalização, tarjamento e itens não personalíssimos disponibilização documental de presentes em 2024 ao Vice- 1.141 processos de suprimentos Presidente da República, por de fundos classificados em representantes e autoridades mandatos anteriores, hoje já nacionais e estrangeiras. disponíveis no site VPR e no Esse aperfeiçoamento busca Portal da Transparência. Isso fortalecer o controle e gestão permite a consulta e acesso do Acervo Patrimonial VPR, direto da sociedade às cópias inclusive pela criação de digitais dos documentos de instância colegiada para gastos CPGF realizados entre as deliberações sobre o 2005 e 2022, possibilitando assunto, além da realização de a consulta integral ao acervo inventariança específica e da documental de gastos CPGF criação de espaços próprios existente na Vice-Presidência para a guarda dos itens do da República. Acervo Patrimonial VPR.

Ainda sobre relações institucionais com as representações de segmentos empresariais, sociais e institucionais, as assessorias



Presidência da República

Relatório de Gestão

2023

Capítulo 02

2. Resultados e Desempenho da Gestão

2.1 Estratégia	25
2.2 Resultados Alcançados.....	26
2.3 Grandes Números da CC/PR e SG/PR	57
2.4 Grandes Números da SECOM/PR e SRI/PR.....	58
2.5 Grandes Números do GSI/PR e VPR.....	59

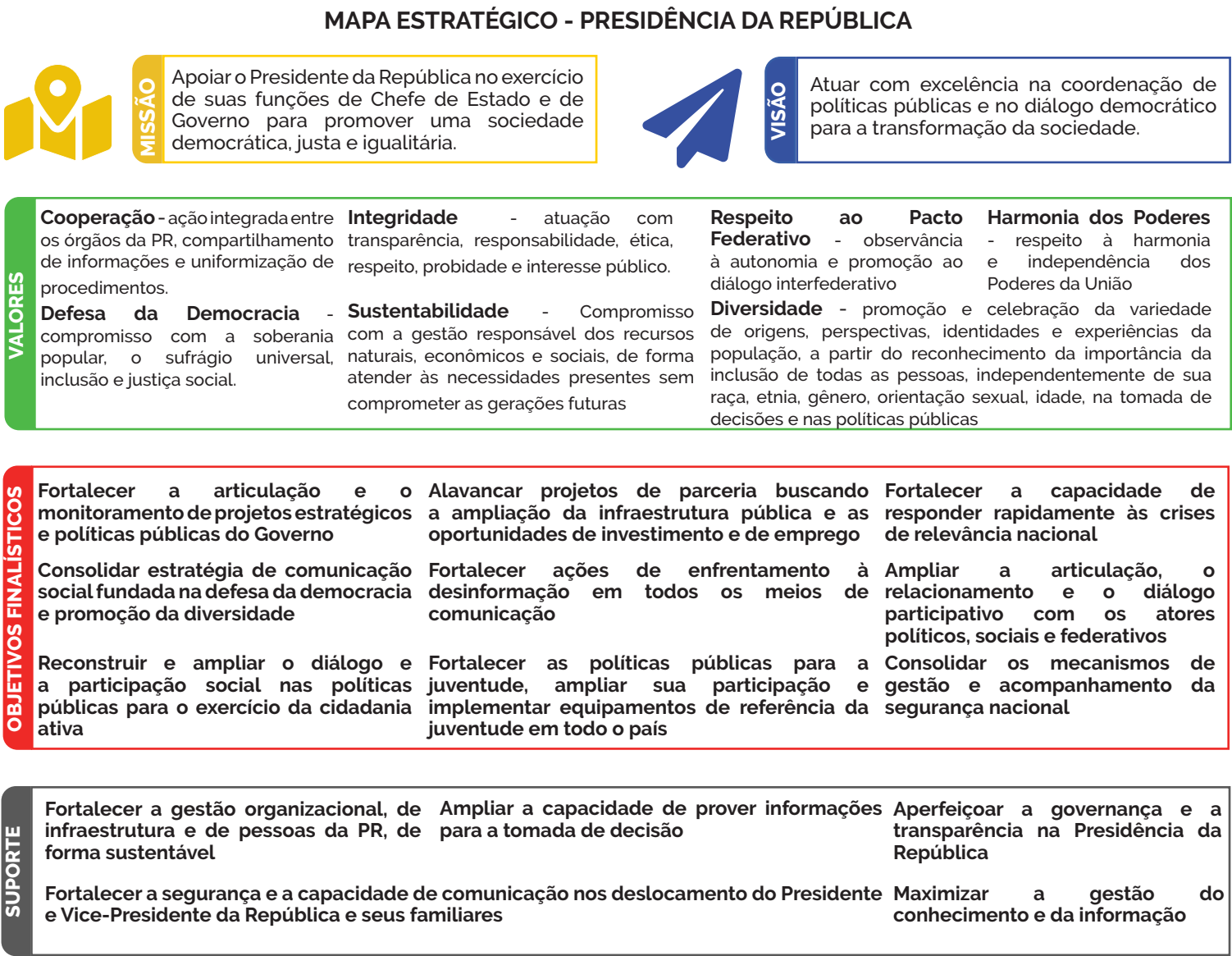
2. Resultados e Desempenho da Gestão

2.1 Estratégia

O Planejamento Estratégico Institucional e Integrado da Presidência da República (PEI/PR) foi elaborado, em 2023, mediante parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e contou com a participação de representantes de todas as unidades da PR.

O PEI/PR foi desenvolvido por meio de uma metodologia inovadora e construtivista, envolvendo a realização de entrevistas com altas autoridades; a identificação de iniciativas de interesse nas unidades; a elaboração do mapa estratégico com missão, visão, valores, objetivos estratégicos; e a elaboração da cadeia de valor.

Em 2024 houve o monitoramento das iniciativas do PEI/PR e foram realizados trabalhos para o detalhamento dos indicadores.



SUORTE

Fortalecer a gestão organizacional, de infraestrutura e de pessoas da PR, de forma sustentável

Ampliar a capacidade de prover informações para a tomada de decisão

Aperfeiçoar a governança e a transparência na Presidência da República

Fortalecer a segurança e a capacidade de comunicação nos deslocamento do Presidente e Vice-Presidente da República e seus familiares

Maximizar a gestão do conhecimento e da informação

Para mais informações sobre o PEI/PR clique aqui

2.2 Resultados Alcançados

Em 2024 o PEI/PR concentrou-se na execução da estratégia, principalmente na identificação, teste e validação dos indicadores estratégicos e no portfólio de iniciativas estratégicas. Com a reativação do Comitê Integrado de Governança da Presidência da República (CIGOV), por meio da [Portaria CC/PR nº 713, de 09 outubro de 2024](#), ocorrerá, no início de 2025, a revisão do mapa estratégico, dos indicadores e iniciativas, com validação pelo CIGOV. Apresentamos, na sequência, informações relacionadas aos

objetivos estratégicos do PEI/PR e sua descrição; e principais iniciativas. Adicionalmente são trazidas informações para cada uma das unidades da Presidência da República e Vice – Presidência relativas aos resultados de 2024. Informações adicionais sobre os resultados do PEI/PR podem ser consultados em Transparência Ativa [clikando aqui](#).

Tabela 2.2.1 - Informações sobre o Planejamento Estratégico Integrado

Identificador	Objetivo Estratégico	Descrição (resumida)	Principais Iniciativas
1	Fortalecer a articulação e o monitoramento de projetos estratégicos e políticas públicas do Governo.	O objetivo busca fortalecer a eficácia da articulação e monitoramento de projetos estratégicos e políticas públicas do Governo.	Em revisão
2	Promover projetos de parceria buscando o desenvolvimento da infraestrutura nacional e ampliação das oportunidades de investimento privados.	<div>Pretende executar ações buscando fomentar os projetos de parceria, mediante:</div> <ul style="list-style-type: none">• proposição de melhorias legislativas e regulatórias, observado as boas práticas internacionais;• aperfeiçoamento da financiabilidade e da alocação de recursos para as parcerias publico privadas;• divulgação de oportunidades de investimentos e prospecção de novos investidores nacionais e internacionais;• apoio e capacitação de entes subnacionais para celebração de parcerias• ampliar a capacidade técnica e institucional na estruturação de projetos de parceria	<ul style="list-style-type: none">• Propor a ampliação de alternativas de financiamento e garantias para projetos de infraestrutura;• Propor aprimoramentos nos marcos regulatórios e de mecanismos para concessões e PPPs;• Analisar impactos de medidas legislativas relacionadas ao tema de concessões e PPPs;• Realizar diálogos para buscar insumos e avaliar eventuais problemas a médio e longo prazo;• Participar de eventos nacionais e internacionais apresentando as oportunidades, os projetos e colhendo sugestões;• Produzir informações dos projetos;• Realizar parcerias para capacitação de servidores da União, Estados e Municípios;• Elaborar guias práticos para a estruturação e acompanhamento de projetos de PPPs;• Acompanhar cada projeto qualificado no PPI;• Monitorar os projetos qualificados após a assinatura do contrato;• Buscar desenvolver e fortalecer novas estruturas de preparação de projetos;

Identificador	Objetivo Estratégico	Descrição (resumida)	Principais Iniciativas
3	Fortalecer a capacidade de responder rapidamente às crises de relevância nacional	O objetivo almeja aprimorar a capacidade do Governo em responder de maneira ágil, coordenada e eficaz a crises de amplitude nacional.	<ul style="list-style-type: none">• Consolidação da Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PNSIC)• Proteção do Programa Nuclear
4	Consolidar estratégia de comunicação social fundada na defesa da democracia e promoção da diversidade	Busca o alinhamento das estratégias de comunicação das políticas públicas do Governo Federal.	<ul style="list-style-type: none">• Realizar campanhas governamentais que divulguem as políticas públicas e sejam pautadas em valores associados à democracia e diversidade;• Estabelecer critérios democráticos e de valorização da diversidade para as contratações públicas;• Formação de servidores para redação e produção que promova a inclusão através da linguagem;
5	Fortalecer ações de enfrentamento à desinformação em todos os meios de comunicação	O objetivo procura criar condições de comunicação estratégica para o enfrentamento à desinformação contra políticas públicas; viabilizar ações para mitigar os impactos de condutas ilegais ou práticas desinformativas; promover a educação midiática da população.	<ul style="list-style-type: none">• Detectar os pontos de compartilhamento de informações sobre desinformação, em parceria com outros ministérios;• Identificar notícias sabidamente falsas;• Disponibilizar instrumentos que facilitem as checagens das informações;• Promover a transparência ativa;• Qualificar a sociedade sobre educação midiática em parceria com outros ministérios;• Incidir no debate sobre regulação das plataformas digitais;• Otimizar a Plataforma "Brasil contra Fake";• Expandir a Rede Nacional de Comunicação Pública de TV e rádio;• Participar do Comitê de Enfrentamento da Desinformação sobre o Programa Nacional de Imunizações e as Políticas de Saúde Pública; e• Enfrentar a desinformação na publicidade digital.
6	Ampliar a articulação, o relacionamento e o diálogo participativo com os atores políticos, sociais e federativos	<p>O objetivo considera três objetivos relacionados à atuação da SRI:</p> <ul style="list-style-type: none">• consolidar coalizão política para aprovação das pautas do Governo Federal;• apoiar a formulação de estratégias em conjunto com representantes da sociedade civil, com vistas ao aprimoramento das políticas públicas; e• consolidar o Pacto Federativo	<ul style="list-style-type: none">• Reconstrução e aperfeiçoamento das relações com os Entes Federativos.• Articular a base de apoio do governo no Congresso Nacional para garantir a pauta prioritária do Governo Federal.• Instituir instâncias de diálogo com a Sociedade; e• Contribuir com a formulação de estratégias convergentes entre Governo e Sociedade e influenciar na agenda de desenvolvimento do País.

Identificador	Objetivo Estratégico	Descrição (resumida)	Principais Iniciativas
7	Reconstruir e ampliar o diálogo e a participação social nas políticas públicas para o exercício da cidadania ativa	Visa fortalecer a democracia e o exercício da cidadania ativa ao reconstruir e expandir o diálogo e a participação social nas políticas públicas do Governo Federal, por meio da recriação e reformulação dos mecanismos, instâncias e processos participativos	<ul style="list-style-type: none">• Mesas de Diálogos;• Parcerias com a sociedade civil;• Promover a inclusão socioeconômica das e dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis;• Programa de participação social com educação popular nos territórios;• Fortalecimento de colegiados e conferências nacionais;• Plataforma Brasil Participativo;• Orçamento Participativo Federal; e• Participação social na política internacional.
8	Fortalecer as políticas públicas para a juventude, ampliar sua participação e implementar equipamentos de referência da juventude em todo o país	O objetivo almeja garantir o sucesso de políticas públicas voltadas a jovens brasileiros de 15 a 29 anos conforme o Estatuto da Juventude,	<ul style="list-style-type: none">• Formular e implantar a Política Nacional de Juventude.• Implantar o Programa Estação Juventude.• Ampliar o cadastramento e o uso do ID Jovem.
9	Consolidar os mecanismos de gestão e acompanhamento da segurança nacional	Busca desenvolver a capacidade proposição e acompanhamento de assuntos relacionados à segurança nacional permitindo a formulação de políticas públicas mais eficazes e o monitoramento contínuo de questões críticas para a preservação dos interesses nacionais.	<ul style="list-style-type: none">• Aprimoramento das capacidades do Conselho de Defesa Nacional• Efetivação da Política Nacional de Fronteiras• Consolidar a Política Nacional de Segurança da Informação e a Política Nacional de Segurança Cibernética
10	Fortalecer a gestão organizacional, de infraestrutura e de pessoas da PR, de forma sustentável	Este objetivo estratégico visa fortalecer gestão da PR.	<ul style="list-style-type: none">• Modernizar a infraestrutura de TIC• Ampliar a entrega de serviços de transformação digital• Aumentar a cultura de segurança da informação em TIC• Modernizar os serviços logísticos para atender a agenda de governo• Atender às mudanças da legislação• Aperfeiçoar a Gestão de ativos da PR com a garantia da confiabilidade• Modernizar a infraestrutura da PR
11	Ampliar a capacidade de prover informações para a tomada de decisão	Busca garantir informações confiáveis e oportunas aos tomadores de decisão mediante a adequada obtenção, processamento, armazenamento, organização e disponibilização de dados e informações.	Em revisão

Identificador	Objetivo Estratégico	Descrição (resumida)	Principais Iniciativas
12	Aperfeiçoar a governança e a transparência na Presidência da República	O objetivo engloba ações relacionadas as praticas liderança, estratégia e controle.	<ul style="list-style-type: none">• Reestruturação do Comite Interno de Governaça da PR e VPR (Cigov); e da Comissão de Ética dos Servidores da PR e VPR (Cepr);• Elaboração do PEI-PR e do Prog. de Integridade-PR.• Disseminação de praticas de Gestão de Riscos.• Unificação da Carta de Serviços, Plano de Dados Abertos e Politica de Proteção de Dados Pessoais;• Modernização de sistemas;• Uniformizar informações em transparência ativa para órgãos PR
13	Fortalecer a segurança e a capacidade de comunicação nos deslocamento do Presidente e Vice-Presidente da República e seus familiares	Visa permitir que às maiores autoridades políticas nacionais tenham condição de exercer as suas atribuições constitucionais de maneira livre e segura	<ul style="list-style-type: none">• Aprimoramento do transporte aéreo presidencial;• Aprimoramento da Segurança Presidencial;• Efetivação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais;
14	Maximizar a gestão do conhecimento e da informação	Busca otimizar a forma como a organização adquire, utiliza, compartilha e preserva seu conhecimento e dados, aprimorando assim a eficiência operacional e promovendo a inovação.	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar Plano de Gestão do Conhecimento da PR e VPR• Realizar melhorisa nas Bases de Conhecimento do SEI/PR.

2.2.1 Resultados da Vice-Presidência da República

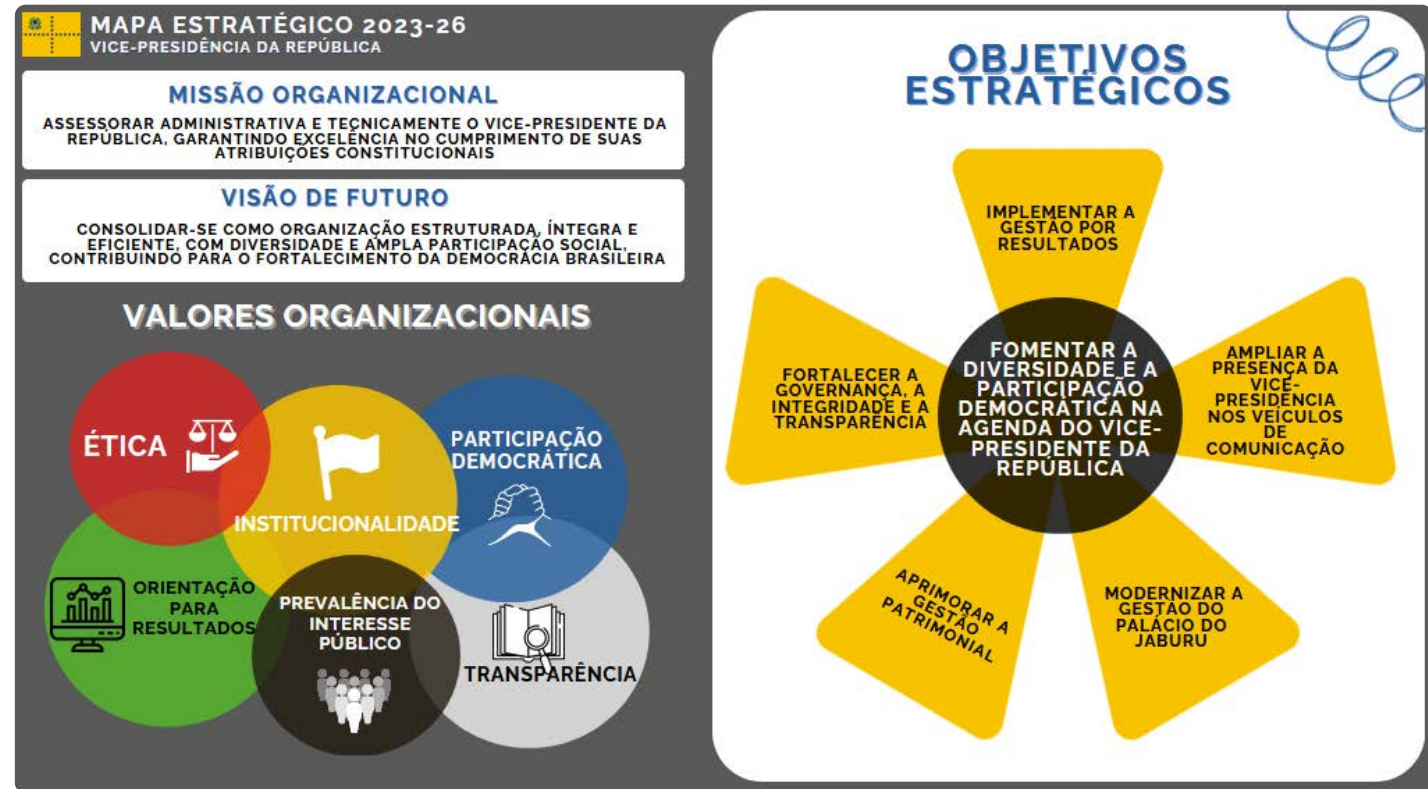
A Vice-Presidência da República integra a estrutura da Presidência da República, em conjunto com a Casa Civil, a Secretaria-Geral, a Secretaria de Relações Institucionais, a Secretaria de Comunicação Social, o Gabinete Pessoal do Presidente da República e o Gabinete de Segurança Institucional.

Em 2022, a Secretaria de Controle Interno da Presidência da República elaborou Levantamento do Universo Auditável e-Aud nº 1334235, no qual destacou a ausência de parâmetros estratégicos pela VPR.

A partir de 2023 e em 2024, para corrigir essa disfunção, a Vice-Presidência da República, com apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), passou a utilizar Planejamento Estratégico Institucional e Mapa Estratégico VPR, que consolida elementos fundamentais para orientar a direção e as decisões da instituição nos objetivos de médio e longo prazos.

O Mapa Estratégico Institucional da Vice-Presidência da República, vigente entre 2023 e 2026, resulta dessa construção colaborativa entre seus dirigentes e todos os demais colaboradores internos do órgão.

Gráfico 2.2.1 - Mapa Estratégico da VPR



Para mais informações sobre o PEI/VPR [clique aqui](#)

Planejamento Estratégico Integrado

Sob a perspectiva do planejamento integrado, cada um dos objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2023/2026 da Vice-Presidência da República contribui para, no mínimo, um objetivo estratégico do Planejamento Estratégico Integrado da Presidência da República.


A imagem ao lado indica as correlações, entre os objetivos estratégicos do PEI/PR (em preto) e os objetivos estratégicos do PEI/VPR (em amarelo), apresentados nas laterais.

O vínculo estabelecido é dado pela conexão visual entre os objetivos, e a contribuição pode ser compreendida pelo escopo integrado de cada objetivo.

Gráfico 2.2.2 - Relação entre Objetivos Estratégicos do PEI/PR e do PEI/VPR



Tabela 2.2.2 - Resultados, Objetivos Estratégicos e Prioridades da Gestão VPR


Objetivo	Iniciativas	Resultados	
Ampliar a presença da Vice-Presidência nos Veículos de Comunicação	Atualização do Site Oficial	Atualização sistemática do site oficial Vice-Presidência da República foi iniciada, em atenção ao estabelecido pela Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados. Ampliação da transparência ativa tem o objetivo de melhor atender a sociedade no exercício do Controle Social.	
	Menções na Mídia	Em 2023, foram realizadas mais de 35 mil menções ao Vice-Presidente identificadas no ano, considerando mídia impressa, online, TV e rádio. Em 2024, as referências totalizaram quantidade de 50.952 menções públicas.	
	Ampliação da atuação nas redes sociais	O aumento do número de seguidores da Vice-Presidência nas principais redes sociais, em especial na plataforma Instagram, ocorreu, em 2023, na proporção de 220% comparativamente ao início daquele ano. Em 2024, manteve a dinâmica de ampliação em patamares de 48% no Instagram e 8% no Facebook.	
	Interação com a Mídia	Manteve sua interação com representantes da Imprensa e outras áreas de Comunicação, para compartilhar os conteúdos de interesse público sobre ações e atividades do Vice-Presidente, com representantes da imprensa por grupo de mensagens de WhatsApp em número de 117 profissionais.	
Aprimorar a Gestão Patrimonial	Regularização do Inventário	Na forma da legislação, os inventários de bens dos órgãos públicos devem ser realizados anualmente, em subsídio da prestação de contas na gestão patrimonial. Entre 2020 e 2022 os inventários anuais não foram realizados. Em 2023 e 2024 foram reativados pela VPR, cujo levantamento de 2024 totalizou número de 3.273 bens, além de regularizar situação patrimonial do órgão quanto aos bens sem registro de origem e de promover melhorias e avanços na catalogação das 151 obras de arte e consolidou controles patrimoniais sobre o acervo VPR.	
	Estruturação de Governança do Recebimento e Gestão dos Itens Recebidos pelo Vice-Presidente	Pela Portaria CHGAB/VPR nº 61/2023, a Comissão Permanente de Tratamento e Preservação de Itens apresentados ao Vice-Presidente da República estabeleceu a governança para o recebimento, catalogação, registro e destinação de presentes ao Vice-Presidente por cidadãos e instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. Exceto os itens personalíssimos, todos foram incorporados ao Patrimônio Público da União.	



Objetivo	Iniciativas	Resultados
Fomentar a diversidade e a participação democrática na agenda do Vice-Presidente da República	Participação de Parlamentares na Agenda do VPR	Em 2024, audiências com 112 deputados federais, 23 senadores e 20 deputados estaduais.
	Participação Federativa na Agenda do VPR	Em 2024, audiências a 11 governadores e 2 vice-governadores, o que representa quase metade (48%) dos estados brasileiros.
	Representação dos Estados e do DF na Agenda do VPR	23 Estados e o Distrito Federal visitados in loco pelo Vice-Presidente da República que representaram a quase totalidade dos estados brasileiros, em 2024.
	Representação de Países na Agenda do VPR	Internacionalmente, agenda do Vice-Presidente da República abrangeu, em 2023, todos os cinco continentes existentes e 39 países e organismos internacionais, com ampla diversidade e diálogo democrático. Em 2024, manteve essa mesma performance promovendo contatos com países, instituições e representações de todos os continentes.
	Representação Continental na Agenda do VPR	Desde sua posse, todos os continentes na agenda Vice-presidencial.
	Interações internacionais na Agenda do VPR	Realizou 112 interações com países e organismos internacionais de todos os continentes, em 2023, por intermédio de audiências, video-conferências, ligações telefônicas e viagens, fortalecendo o diálogo e proporcionando parcerias internacionais. Em 2024, esse número totalizou 185 interações.
	Representação de Municípios na Agenda do VPR	Em 2024, a VPR promoveu audiências com 119 prefeitos e 27 vereadores, que representaram os interesses de seus municípios junto ao Governo Federal.
	Representação Parlamentar Federal e Estadual na Agenda do VPR	Em 2023 atendeu em audiências 232 parlamentares federais e estaduais. Em 2024, totalizou 132 audiências.

Objetivo	Iniciativas	Resultados
Fortalecer a Governança, a Integridade e a Transparência	Encerramento dos serviços de locação de veículos para uso de transporte local institucional.	Além de a Vice-Presidência manter a revisão de contratos, como prescrito pela Portaria Interministerial nº 1, de 11/1/2023, em 2024, encerrou o seu contrato de locação de veículos de serviço, substituindo a frota VPR por veículos doados pela Receita Federal do Brasil. A medida proporcionou a economia anual de R\$ 148.595,28, correspondente ao valor dos serviços de locação automotiva.
	Reestruturação Organizacional	Em 2024, manteve reduzida a estrutura. Em 2023, totalizava 80 profissionais, reduzidos em 2024 para 76 pessoas. Essa medida proporcionou economia que se reverterá em benefícios equivalentes para a sociedade, por alocação ótima de recursos.
	Reestruturação da governança das viagens nacionais	Aperfeiçoou sua estratégia para redução e racionalização das equipes de apoio e comitivas de assessoramento ao Vice-Presidente, diminuindo os gastos com os deslocamentos nacionais e internacionais em passagens aéreas e diárias. Em 2024, com adesão ao modelo de compra direta de passagens aéreas, sem agenciamento por empresas de viagens, totalizou valores de R\$ 528.894,56 em diárias e R\$ 967.729,30 por 378 passagens emitidas, mantendo os seus gastos em proporção muito inferior à metade dos valores gastos em 2022, que totalizaram R\$ 3.705.731,56.
	Ampliação da Transparências Ativa e Passiva	Em 2024, manteve sua estratégia de fortalecer e ampliar a Transparência sobre os seus dados e informações. Em especial concluiu a digitalização, tarjamento e disponibilização de todos os documentos de processos sobre gastos com Cartão de Pagamentos, de 2008 a 2022, de gestões anteriores, com suprimento de fundos VPR. Os interessados agora podem realizar diretamente suas consultas pelo site e Portal da Transparência.
	Redução das despesas com o Cartão de Pagamentos	Em 2024, manteve a estratégia de reorganização de seus gastos, em atenção ao interesse público e aos princípios da economicidade, eficiência e impessoalidade. No período de 2024, manteve gastos que representam cerca de 75% sobre o realizado em 2022. Esses gastos do CPGF envolvem despesas de pequeno vulto, especialmente de gastos em alimentação, material de consumo, hospedagens e despesas de apoio administrativo, técnico e operacional, que não se subordinam ao processo geral das despesas públicas, por razões de segurança e imprevisibilidade.
	Aperfeiçoamento da Governança de Compras e Licitações	Manteve, em 2024, estratégia para o provimento de bens e serviços com rigorosa apuração de necessidade ou oportunidade alinhadas ao Plano Anual de compras e licitações VPR. Também iniciou metodologia inovadora para acompanhar e avaliar a realização dos gastos públicos com Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF/VPR). Em especial, para gastos em deslocamentos e para funcionamento da residência oficial VPR.



Objetivo	Iniciativas	Resultados	
Implementar a Gestão por Resultados	Capacitação de Colaboradores	98 certificações de cursos, inclusive na Escola Nacional de Administração Pública, em compromisso de aprendizado contínuo para a melhoria dos serviços e entrega de resultados pela Vice-Presidência.	
	Programa de Estágio	Manteve funcionamento do Programa de Estágio da Vice-Presidência da República, integrando a VPR à instituição de ensino para fins de fortalecer o aprendizado e inovação de jovens, servidores e colaboradores.	
	Planejamento Estratégico	Para ampliar os níveis de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, a VPR adotou Planejamento Estratégico Institucional entre 2023 e 2026. Assim, buscará melhor dirigir seus esforços ao cumprimento da Missão, conforme a sua visão, valores, mapa estratégico, portfólio de projetos e modelo de gestão.	
	Painéis de Gestão	<p>Para fundamentar sua tomada de decisões baseada em dados, o órgão manteve os Painéis de Gestão pertinentes à gestão hidroenergética (água e energia elétrica), de força de trabalho e suprimentos de fundos (CPGF).</p> <p>Tais informações são apuradas e organizadas, consolidando dados de gestão, para melhoria decisória sobre execução orçamentário-financeira. Também em 2024, o órgão adotou painéis específicos na agenda do Vice-Presidente da República e de passagens, diárias e gestão da estratégica para aperfeiçoar o monitoramento sobre seus gastos e informações.</p>	
Modernizar a Gestão do Palácio Jaburu	Sustentabilidade Ambiental - Água	Reduziu 675 metros cúbicos de consumo no Palácio Jaburu, em 2023. Em 2024, manteve economia de 601 m3, em relação ao ano de 2022.	
	Sustentabilidade Ambiental - Energia Elétrica	Deu continuidade às medidas para racionalizar o uso de água e energia no Palácio Jaburu, residência oficial VPR. Ademais, nas áreas circunvizinhas à edificação, manteve a iluminação externa por lâmpadas LED, eficientes, efetivas e sustentáveis na redução de consumo e dos gastos com energia. Como resultado, em 2023 reduziu 94.011 Kwh, e em 2024 manteve redução de 5%, em relação a 2023.	

2.2.2 Resultados da Casa-Civil

No ano de 2024 foram vivenciados eventos importantes, que demandaram intensa atuação da Casa Civil.

O Rio Grande do Sul sofreu a maior catástrofe ambiental de sua história e, certamente, uma das maiores do Brasil nas últimas décadas. A força das águas e dos ventos acabou por impactar de maneira violenta e direta centenas de aglomerados urbanos e áreas rurais, gerando destruição do solo agricultável, infraestrutura, propriedades privadas, equipamentos públicos e empreendimentos em cerca de 100 cidades, que foram reconhecidas como em estado de calamidade, mas repercutindo, também, em outros quase 300 Municípios, que formalizaram sua situação de emergência junto à Defesa Civil.

Coube à Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul (SERS/PR), criada por meio da [Medida Provisória](#)

[nº 1.220 de 15 de maio de 2024](#), a coordenação e planejamento das ações a serem executadas na região.

Com o término da vigência da [Medida Provisória nº 1.220 de 15 de maio de 2024](#), as competências, o acervo documental e patrimonial e os direitos, os créditos e as obrigações da SERS/PR foram assumidas pela Casa Civil, por meio da Secretaria para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul ([Decreto 12.169/2024](#)).

Informações consolidadas sobre a atuação do Governo Federal no Rio Grande do Sul, sob coordenação da Casa Civil podem ser obtidas por meio de consulta ao [Balanço da reconstrução](#).



NOVO PAC e PPI

A Casa Civil, também atua no monitoramento do Novo PAC.

O Novo PAC é um programa de

investimentos coordenado pelo Governo Federal em parceria com o setor privado, Estados, Municípios e movimentos sociais, que tem como objetivo acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, gerando emprego e renda, e reduzindo desigualdades.

O Novo PAC está organizado em Medidas Institucionais e Eixos de Investimento.

As Medidas Institucionais são um conjunto articulado de atos normativos de gestão e de planejamento que contribuem para a expansão sustentada de investimentos públicos e privados no país.

Os Eixos de Investimento, por sua vez, são nove grandes áreas de organização do Novo PAC, que reúnem todas as obras e serviços destinados à população, e são descritos a seguir:

- Eixo de Transporte Eficiente e Sustentável - há investimentos em manutenção e construção de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias e também em concessões;
- Eixo de Infraestrutura Social Inclusiva - há investimentos em construção de centros

culturais, espaços esportivos e centros comunitários para cidadania, assim como investimentos em restauração do patrimônio histórico e cultural brasileiro;

- Eixo de Cidades Sustentáveis e Resilientes - há investimentos no Minha Casa, Minha Vida, em financiamento habitacional, em urbanização de favelas, em mobilidade urbana, em gestão de resíduos sólidos, em prevenção a desastres naturais e em esgotamento sanitário;
- Eixo Água para Todos - há investimentos em projetos estruturantes de infraestrutura hídrica, revitalização de bacias hidrográficas, abastecimento de água e de acesso à água para populações em situação de vulnerabilidade social em comunidades rurais, tradicionais e indígenas;
- Eixo Inclusão Digital e Conectividade - há investimentos em conectividade nas escolas e unidades de saúde, em expansão da tecnologia 4G e implantação do 5G, em instalação de infovias e em

- melhoria de serviços postais;
- Eixo Transição e Segurança Energética - há investimentos em geração de energia, em universalização do acesso à energia elétrica, em transmissão de energia, em eficiência energética e modernização da rede de iluminação pública, em petróleo e gás, em pesquisa mineral e em combustíveis de baixo carbono;
 - Eixo Inovação para a Indústria da Defesa - há investimentos em construção e aquisição de fragatas, submarinos, cargueiros e aeronaves;
 - Eixo Educação, Ciência e Tecnologia - há investimentos na construção de creches e escolas de educação infantil, em aquisição de ônibus escolares, na expansão da Rede dos Institutos Federais e das Universidades Federais e no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro; e
 - Eixo Saúde - há investimentos na ampliação de serviços do SUS, na aquisição de Unidades Odontológicas Móveis e Ambulâncias SAMU e em construção de policlínicas,
- maternidades e Unidades Básicas de Saúde. O Novo PAC tem investimento planejado de R\$ 1,8 trilhão em todos os estados do Brasil, sendo R\$ 1,3 trilhão até 2026 e R\$ 500 bilhões após 2026.
- A Casa Civil atua no monitoramento das ações do Programa, de forma a viabilizar o investimento planejado e projetos de todos os eixos já começam a gerar resultados.
- O Novo PAC teve duas etapas lançadas de seleção de empreendimentos, com o anúncio de dezenas de bilhões de reais destinados a propostas apresentadas pelos municípios, estados e Distrito Federal, retomando efetivamente o Pacto Federativo.
- Dessa forma, o Novo PAC contribui para que a sociedade colha os seus resultados, refletidos no aumento da competitividade do País e na melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos.
- A Casa Civil disponibiliza dados e informações do Novo PAC em transparência ativa no site eletrônico: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/novopac>
- O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) também é uma peça-chave na implementação de projetos estratégicos de infraestrutura, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o bem-estar da população.
- Em 2024, o PPI avançou de forma significativa na agenda de apoio a governos estaduais e municipais, promovendo concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) em áreas fundamentais para o desenvolvimento social e econômico.
- Essas iniciativas abrangem desde a preservação ambiental e o ecoturismo até a segurança hídrica e a modernização da infraestrutura urbana, impactando diretamente o dia a dia de milhões de brasileiros.
- Assim foram realizadas 36 entregas, entre leilões e contratos, que juntos representam um potencial de investimento de R\$ 90,9 bilhões para a infraestrutura nacional.
- Em destaque:
- Terminais Portuários: A concessão de 7 terminais portuários, com destaque
- ao terminal ITG02 no Porto de Itaguaí/RJ que tem investimentos estimados de cerca de R\$ 3,58 bilhões. Os leilões de arrendamentos realizados em 2024 são essenciais para elevar a capacidade logística do Brasil e destravar investimentos em infraestrutura, promovendo a geração de empregos e avanços na economia;
- Parques Nacionais de Jericoacoara (CE) e Chapada dos Guimarães (MT): A concessão desses parques visa não apenas o fomento ao turismo sustentável, mas também a preservação ambiental. Essas áreas protegidas são de extrema importância para a biodiversidade nacional, e a parceria com o setor privado permite a manutenção e a melhoria das estruturas de visitação, promovendo o ecoturismo de maneira responsável;
 - Florestas Nacionais de Irati (PR), Três Barras (SC) e Chapecó (SC): Com o objetivo de garantir o manejo florestal sustentável e combater a exploração ilegal, a concessão



dessas florestas representa um marco na preservação dos recursos naturais. As iniciativas visam recuperar áreas degradadas e garantir que a exploração dos recursos florestais ocorra de forma responsável, beneficiando tanto o meio ambiente quanto as comunidades locais;

- Perímetro de Irrigação do Vale do Jequitai (MG): Um dos projetos mais emblemáticos de 2024, a concessão do perímetro de irrigação permitirá a construção de duas barragens no Rio Jequitai, que garantirão a segurança hídrica da região. Além disso, o projeto viabilizará a geração de energia e a instalação de sistemas de irrigação para pequenos produtores agrícolas, aumentando a produção de alimentos em até 350 mil toneladas por ano.
- Leilões de Iluminação Pública: Foram realizados sete leilões de concessão para modernização da iluminação pública em 19 Municípios, com um investimento total de R\$ 262 milhões. Esses projetos irão beneficiar diretamente

1,16 milhão de habitantes, ao implementar modelos de iluminação mais eficientes e com menor custo, reduzindo em 30% o valor arcado pela população;

- Leilões de Transmissão de Energia: Foram realizados dois grandes leilões que somam investimentos de R\$ 21,5 bilhões, com estimativa de geração de 42 mil empregos. Além de expandir a rede de transmissão de energia no país, os projetos proporcionarão uma redução significativa no custo de transmissão, com um desconto médio de 42% para os consumidores;
- Concessões de 7 Rodovias: No setor rodoviário, foram realizadas concessões de diversas rodovias que somam R\$ 48,93 bilhões em investimentos, com foco em rodovias de importância estratégica para o escoamento de produção e mobilidade. A BR-381, que durante anos foi conhecida como "rodovia da morte", receberá investimentos significativos em infraestrutura, contribuindo para a segurança e a fluidez

do trânsito. Assim somente os 7 leilões realizados em 2024 superam toda a quantidade de leilões realizada durante o governo anterior;

- Leilões de Direitos Minerários: Em 2024, o Governo realizou quatro importantes leilões de direitos minerários – fosfato na região de Miriri (PE/PB), agrominerais em Aveiro (PA), Ouro em Natividade/TO e Diamante em Santo Inácio/BA. Esses recursos são essenciais para o fortalecimento do agronegócio brasileiro, garantindo o suprimento de insumos necessários para o desenvolvimento da agricultura e, consequentemente, o aumento da produtividade no campo;
- Saneamento Básico em Sergipe: O leilão da Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe foi um marco no setor de saneamento, com um contrato que abrange 75 dos 76 municípios do Estado. Estão previstos R\$ 6,3 bilhões em investimentos para a universalização do acesso à água potável e tratamento

de esgoto, com uma meta de redução das perdas de água de 53% para 25%, conforme estipulado pelo Novo Marco do Saneamento;

- Leilão de Mobilidade Urbana: Trata-se do leilão do projeto do Trem Intercidades (TIC-SP). Um projeto de ente subnacional que recebeu apoio do Governo Federal e fará a ligação entre as cidades de São Paulo e Campinas; e
- Óleo e Gás: Trata-se da venda dos barris de petróleo pela PPSA decorrente dos leilões de partilha qualificados no PPI. Esses leilões não possuem valor de investimento, mas a venda resulta caixa para a União. A venda neste único leilão resultou em R\$ 17 bilhões para a União.

30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30)

A COP30, a ser realizada em novembro de 2025, em Belém (PA), será a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, um encontro global anual onde líderes mundiais, cientistas, organizações não governamentais e representantes



da sociedade civil discutem ações para combater as mudanças climáticas.

A COP30 representa uma oportunidade histórica para o Brasil reafirmar seu papel de liderança nas negociações sobre mudanças climáticas e sustentabilidade global, e permitirá ao país demonstrar seus esforços em áreas como energias renováveis, biocombustíveis e agricultura de baixo carbono, além de reforçar sua atuação histórica em processos multilaterais, como as conferências Eco-92 e Rio+20.

À Casa Civil cabe o planejamento, coordenação, articulação, gestão, orientação, supervisão e monitoramento das atividades necessárias para a realização da COP30.

Em 2024 os esforços relacionados a COP30 foram direcionados a dois projetos de cooperação firmados com a Organização de Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), cujos objetos abarcam, entre outros temas, o desenvolvimento do planejamento estratégico e a preparação, a organização e a realização da conferência.

Em parceria com a OEI, a Casa Civil desenvolveu o termo de referência que balizará a contratação da montagem da estrutura e da prestação de serviços para a realização da conferência.

Também foram aplicados recursos na realização de deslocamentos para Belém e para a COP29, em Baku, no Azerbaijão. Essas visitas foram de suma importância, respectivamente, para identificar, discutir e construir soluções, em parceria com os governos estadual e municipal, para os desafios logísticos da cidade-sede; e para compilar experiências de organização de COPs.

As informações levantadas auxiliarão o Governo Brasileiro na construção do Acordo de País Anfitrião (Host Country Agreement - HCA), a ser assinado com a "[United Nations Climate Change](#)" em 2025, que estabelecerá as responsabilidades de cada parte relativamente à preparação, organização e condução da COP30, incluindo pessoal, segurança, logística e outros arranjos e aspectos financeiros.

A construção de soluções de hospedagem, um dos desafios logísticos da cidade-sede, demandou atenção especial da Casa Civil em 2024.

Além de acompanhar a implementação das diversas opções de incremento de leitos, a Casa Civil vem desenvolvendo estratégias para assegurar a implementação de uma das principais alternativas para o incremento de leitos – a disponibilização de navios de cruzeiro.

Além disso, no decorrer de 2024, foram realizadas ações estratégicas para consolidar a comunicação sobre a COP30, destacando-se as seguintes, que reforçam o compromisso do Governo com a transparência, a informação e a mobilização para a Conferência:

- elaboração de plano de comunicação para a COP30, desenvolvido com a participação da Casa Civil, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Relações Exteriores;
- lançamento da primeira

campanha publicitária destacando a presença do Governo Federal em Belém, sede da Conferência;

- apresentação de um vídeo institucional sobre a COP30 no encerramento da COP29;
- publicação de matérias no site da Casa Civil, dando transparência às ações executadas; e
- participação em entrevistas para informar a sociedade sobre os preparativos e a relevância do evento para o Brasil e o mundo.

Assuntos Jurídicos

A Casa Civil atua, por meio da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, para assegurar a legalidade das decisões governamentais, promover a consistência normativa e contribuir diretamente para o fortalecimento da governança pública e a implementação de políticas públicas estratégicas.

No exercício de suas competências, a Casa Civil realiza a análise prévia da constitucionalidade e legalidade de atos normativos,



incluindo decretos, leis, medidas provisórias, projetos de lei e propostas de emenda à Constituição.

Ademais, conduz a elaboração de mensagens ao Congresso Nacional, sanções e vetos, e oferece suporte jurídico para a tramitação de importantes iniciativas legislativas.

A Casa Civil também participa de discussões técnicas preliminares, contribuindo para a formulação de propostas normativas alinhadas às políticas públicas do país.

Adicionalmente, promove a divulgação de atos normativos por meio do [Portal da Legislação](#) e atua na revisão, consolidação e revogação de normas.

Em 2024 foram elaborados 679 Pareceres e 3.713 notas pela Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos, distribuídas entre categorias específicas como Sanção e Veto (332) e Radiodifusão (1097).



2.2.3 Resultados da Secretaria-Geral

O fortalecimento da democracia, a participação social, a promoção permanente do diálogo com os movimentos sociais e a gestão eficiente dos compromissos internacionais são fundamentais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Brasil. Nesse contexto, A Secretaria-Geral estabeleceu dois Programas no Plano Plurianual (PPA):

- Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia; e
- Juventude: Direitos, Participação e Bem Viver.

Ambos desempenham um papel estratégico ao promover o diálogo entre governo e sociedade, ampliar o acesso aos direitos e garantir a inserção do país em espaços de articulação global. Cada um desses programas reflete o compromisso do Governo em fortalecer instituições, fomentar a cidadania ativa e implementar políticas públicas que atendam às demandas da população. Adicionalmente tais programas estão perfeitamente alinhados

aos objetivos estratégicos da Secretaria-Geral (SG/PR) no PEI/PR, quais sejam:

- Reconstruir e ampliar o diálogo e a participação social nas políticas públicas para o exercício da cidadania ativa; e
- Fortalecer as políticas públicas para a juventude, ampliar sua participação e implementar equipamentos de referência da juventude em todo o país.

Para o cumprimento de suas atribuições e em concordância com os objetivos indicados no PPA, a Secretaria-Geral da Presidência atua em forte articulação com órgãos e entidades do Governo Federal, bem como em cooperação com entes federados.

A coordenação e articulação dos instrumentos de participação social; das políticas públicas para a juventude; da política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; das ações de inclusão social das catadoras e catadores de materiais recicláveis; e ainda do tratamento das demandas sociais apresentadas ao Governo pela sociedade civil implicam um intenso trabalho de articulação

interministerial e interfederativa, dadas as responsabilidades transversais em cada um destes temas.

Como principais atividades e ações realizadas em 2024, em cumprimento aos seus objetivos e programas do PPA, indica-se:

- Cúpula do G20 Social que aconteceu no Rio de Janeiro entre 1º e 16 de novembro de 2024, reunindo cerca de 70 mil visitantes. Com foco nos temas “Combate à Fome, Pobreza e Desigualdades”, “Sustentabilidade, Mudança do Clima e Transição Justa” e “Reforma da Governança Global”, o evento contou com a participação ativa de mais de 19 mil pessoas em 249 atividades autogestionadas. A declaração final, elaborada de forma participativa, foi entregue ao Presidente Lula;

- Foram criados 16 Fóruns de Participação Social nos Estados: Pará, Amapá, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Acre, Amazonas, Roraima, Alagoas, Rondônia, Paraná e Santa Catarina, promovendo debates locais sobre temas como educação popular e segurança alimentar. O Fórum no Rio Grande do Sul foi instalado

no período de emergência. Entre as iniciativas destacadas está o Programa de Alimentação Saudável – PAS Nordeste, que beneficia 15 territórios;

- O Programa Identidade Jovem (ID Jovem) passou por melhorias, incluindo a ampliação do prazo de validade do documento para um ano e a redução do tempo de atualização da base de dados de 45 para 02 dias úteis. Mais de 540 mil jovens com ID Jovem Ativo foram beneficiados com a emissão de passagens de ônibus online como um novo benefício;

- Instalação da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPDP) – Instituída por meio do [Decreto nº 11.966/2024](#), realizou a cerimônia de posse de seus membros, aprovou seu regimento interno e plano de trabalho 2025-2027, além de criar 02 grupos de trabalho sobre Direitos, Saúde Mental e Saúde Reprodutiva;

- Mesas de Diálogos – Foi instalada a Mesa de Diálogo com a sociedade civil do Sistema Itaparica e avançamos nas tratativas das Mesas sobre Mineração, com a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial do Vale do Jequitinhonha (MG) e

da Mesa de Energias Renováveis;

• Lançamento do III Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), no dia 18 de outubro de 2024;

• Realização, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, de 08 Caravanas pelos biomas brasileiros no Plano Clima Participativo, contando com mais de 4 mil participantes;

• Parcerias com a Sociedade Civil – Aperfeiçoamento do [Decreto nº 8.726/2016](#) através de ampla consulta pública, resultando no desenvolvimento da webpage de parcerias que conta com o módulo “Parceirômetro”, um painel de todas as parcerias celebradas pelo Governo Federal a partir do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC);

• Plano Juventude Negra Viva – Ação Interministerial coordenada pelo Ministério da Igualdade Racial e pela Secretaria-Geral da Presidência que busca a redução das vulnerabilidades que afetam a juventude negra brasileira e a violência letal alicerçada no racismo estrutural. O Plano possui 11 eixos de atuação e conta com

217 ações pactuadas com 18 ministérios; e

• Estação Juventude – Seleção de 20 Municípios, por meio de edital, para receber recursos na ordem de 500 mil reais para fomentar equipamentos de referência de juventude.

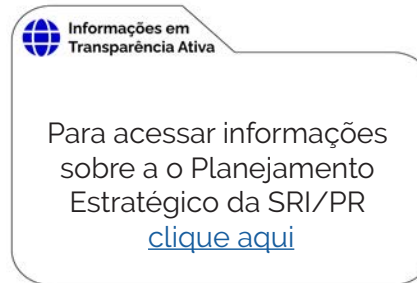
2.2.4 Resultados da Secretaria de Relações Institucionais

A alta administração da SRI/PR iniciou seu processo de planejamento estratégico em 2023 analisando o contexto em que se encontrava e organizando suas ações para, posteriormente, traçar seus objetivos de forma efetiva.

Desta forma, até o mês de outubro de 2023, como resultado de seu processo de planejamento estratégico, a SRI/PR elaborou e aprovou parte importante do seu Plano Estratégico composta por seus Referenciais Estratégicos (Missão, Visão e Valores), Cadeia de Valor e Mapa Estratégico disponibilizados publicamente em seu sítio eletrônico, visando fortalecer o controle social.

Vale destacar que o

[Planejamento Estratégico da SRI/PR](#) converge integralmente com o PEI/PR.



Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável - CDESS

Recomendações de Destaque

- Política de retenção de egressos do sistema de ensino superior e tecnológico da região norte;
- Plano Brasil Digital 2030+
- Pacto pela Igualdade Racial
- Polos Tecnológicos de Alto Impacto
- Política Nacional de Primeira Infância
- Políticas de Transformação do Estado

Debates e Contribuições Previstas para Redução das Desigualdades do País

- Política Nacional de Primeira

Infância

- Programas de Educação Financeira
- Políticas facilitadoras de crédito
- Incentivo a formação profissional periférica
- Formação profissional para inclusão produtiva
- Política de promoção da igualdade racial
- Desenvolvimento acadêmico e tecnológico da região norte
- Aportes privados em apoio aos Institutos Federais
- Renda Básica Universal

Em 2025, a Secretaria-Executiva do CDESS planeja aprofundar os temas das Comissões Temáticas, adensando as propostas, articulando e monitorando junto aos ministérios e estatais sua efetiva implementação. O objetivo dos trabalhos permanece focado na redução das desigualdades do país e no seu desenvolvimento econômico social sustentável. O ano de 2025 impõe a este Conselho uma incidência internacional nos fóruns sediados pelo Brasil, como o BRICS e a COP-30.

A atual composição do Conselho atuou em 12 Grupos de Trabalho temporários, que se debruçaram em temas propostos no início do mandato dos conselheiros, em 2023. Foram eles:

- i. Transição Energética;
- ii. Crédito e Investimento;
- iii. Amazônia;
- iv. Áreas Degradadas;
- v. Primeira Infância;
- vi. Economia do Futuro;
- vii. Periferias;
- viii. Economia Circular;
- ix. Combate à Fome;
- x. Renda Básica;
- xi. Pacto pela Igualdade Racial;
- xii. Redução do custo do Crédito

O ano de 2024 acolheu 5 Grupos de Trabalho dentro do Conselho, destes grupos vieram propostas como: fomento à cultura periférica; inclusão produtiva na nova economia circular; inclusão digital e empreendedorismo em regiões periféricas; facilitação do acesso ao crédito; programa de incentivo para participação empresarial no combate à fome

e desperdício de alimentos; curso de letramento racial para servidores; promoção do combate à desinformação para alunos da rede pública.

Foram estes alguns exemplos de resultados obtidos em mais de 150 reuniões oficiais durante o ano, mais de 20 ministérios envolvidos, além de empresas públicas, autarquias e 249 Conselheiros representando a sociedade civil por meio de empresas privadas, coletivos, grupos, universidades e associações.

Em 2025, esta Secretaria-Executiva seguirá propondo ao CDESS o debate e análise de políticas públicas, programas e ações federais existentes e trabalhando na oitavada sociedade civil, sob a ótica da redução das desigualdades e promoção de um desenvolvimento econômico social sustentável.

Assuntos Federativos

Em 2024, o Governo Federal permaneceu atuante em três frentes importantes para o fortalecimento do pacto federativo:

- Retorno do diálogo com os entes federados;

- Construção de espaços estratégicos de diálogo; e,
- Auxílio aos projetos prioritários para Estados e Municípios.

Essas frentes se materializaram através dos atendimentos diários e permanentes de prefeitos e governadores, na atuação do Conselho da Federação e na execução da Caravana Federativa.

Em um ano de trabalho, foram atendidos 14% dos Municípios brasileiros (802) e 93% dos Estados (25), esses atendimentos se desdobraram em 4.841 demandas que estão sendo solucionadas e acompanhadas. Entre os temas de interesse federativo mais relevantes, destacam-se:

- A suspensão da ADPF 1043 que afastou o uso de Censo de 2022 no cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); e
 - A pactuação com Estados e Municípios para a aprovação do [PLP 136/2023](#), que garantiu que nenhum Estado nem Município do Brasil recebesse menos recursos em 2023 do que em 2022.
- Adicionalmente, visando a

melhor concertação federativa, participou da Marcha dos Prefeitos, atuou na contenção da paralização das prefeituras e contribuiu para a construção de alternativas para crises climáticas, situações de emergência e calamidades em Estados e Municípios brasileiros.

Conselho da Federação

A retomada do diálogo federativo é uma aposta estratégica do Governo Federal. Com este intuito, foi instituído o Conselho da Federação no âmbito da Presidência da República, por meio do [Decreto nº 11.495 /2023](#).

Espaço de diálogo e pactuação federativa, o Conselho possui dezoito integrantes e composição paritária entre as três esferas de governo (federal, estaduais/ distrital e municipais). Presidido pelo Presidente da República, esse espaço de negociação e pactuação federativa conta com representação dos Consórcios Interestaduais, do Fórum de Governadores, da Frente Nacional dos Prefeitos, da Confederação Nacional de Municípios e da Associação Brasileira de Municípios, além do Vice-Presidente da República e



de Ministros de Estado.

A primeira reunião do plenário do Conselho, ocorrida em outubro de 2023, deliberou pela criação de três Câmaras Técnicas, a saber:

- Fortalecimento da Gestão e da Cooperação Federativa;
- Desenvolvimento Econômico Sustentável e Mudança do Clima;
- Políticas Sociais e Combate às Desigualdades.

Assim, no ano de 2024, o Conselho da Federação se consolidou como uma mesa de diálogo federativo, convergindo os esforços dos três níveis de governo para a formulação de políticas públicas prioritárias e de interesse comum e contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável e a redução das desigualdades do país.

Com a instalação e pleno funcionamento de suas três Câmaras Técnicas, o Conselho deliberou importantes resoluções que tratam de compromissos pactuados entre prefeitos, governadores e o Presidente da República. São eles:

- Renegociação das dívidas dos

Estados refinanciadas com a União (Resolução nº 02, de 04 de julho de 2024), que prevê a busca pela equidade, com a concessão de benefícios para todas as unidades federativas; descontos sobre os juros da dívida; criação de fundo de equalização, composto por parte dos recursos economizados no pagamento da dívida e distribuídos a partir de parâmetros que reduzam desigualdades regionais; além de contrapartidas dos Estados. Essa Resolução se desdobrou no [PLP 121/2024](#) (PROPAG), aprovado pelo Senado Federal em 17 de dezembro de 2024, num esforço conjunto da SRI com o Ministério da Fazenda, Governadores, entidades municipalistas e Congresso Nacional.

- Compromisso pelo Federalismo Climático (Resolução nº 03, de 04 de julho de 2024), com o objetivo de promover a ação integrada e coordenada da Federação brasileira para enfrentar a emergência climática, contemplando a mudança do clima no centro da agenda política e governamental; a

transversalidade da agenda de mudança do clima; a governança climática federativa e colaborativa; e que sejam assegurados os meios de implementação adequados para enfrentar a mudança do clima. O Compromisso pelo Federalismo Climático foi incorporado à NDC Brasil – COP29, de modo que o Brasil passa a ser o único país com pacto tripartite sobre a governança federativa da agenda do clima, fortalecendo ainda mais a atuação colaborativa da Federação brasileira nessa agenda.

- Estratégia federativa para ampliar a adesão dos Municípios ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR (Resolução nº 04, de 04 de julho de 2024), com o compromisso dos três níveis de governo no fortalecimento do Sistema, a partir da identificação de obstáculos para a adesão municipal e da implementação de ações que possam garantir igualdade de oportunidades à população negra, cigana e indígena no Brasil. Como resultado

dessa ação de mobilização, houve ampliação da adesão de Municípios ao SINAPIR de cerca de 22%.

Além disso, o Conselho atuou na construção federativa de solução para pendências de prestação de contas do repasse do Programa Dinheiro Direto na Escola, resultando na publicação da Resolução FNDE nº 15/2024, destravando cerca de R\$ 100 milhões e impactando em mais de 11 mil escolas. Também, contribuiu para a discussão da Política Nacional de Cuidados, culminando na assinatura da Mensagem Presidencial de envio ao Congresso do Projeto de Lei 2762, de 2014, na reunião do Plenário do Conselho, realizada em 03 de julho.

Outro aspecto importante foi a inserção de agendas prioritárias da Federação em eventos internacionais, sobretudo, a pauta do federalismo climático, que foi debatida no âmbito do U20, em novembro, no Rio de Janeiro/RJ, como parte dos grupos de mobilização do G20 Social, e na COP29, em Baku/Azerbaijão.

Um destaque deve ser feito à atuação do Conselho na temática



Tabela 2.2.3 - Caravanas Federativas Realizadas

Estado	Cidade	Início	Término	Municípios	Prefeitos	Credenciamentos	Atendimentos	Minsitérios
Paraíba	João Pessoa	04/04/24	05/04/24	178	n.d	3360	2578	35
Pernambuco	Recife	15/04/24	16/04/24	n.d.	108	5606	3447	35
Amapá	Macapá	02/05/24	03/05/24	16	n.d	2492	1215	35
Piauí	Teresina	20/06/24	21/06/24	176	n.d	2368	2342	35
Pará	Belém	04/07/24	05/07/24	109	n.d	1316	2082	35

Fonte: Secretaria de Relações Institucionais

da Defesa Civil.

Com a intensificação das queimadas, em setembro de 2024, e as dificuldades enfrentadas pelos entes no processo de coordenação federativa para o combate aos incêndios, houve Despacho do Presidente da República determinando a reestruturação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINDPEC). Com isso, a Câmara Técnica de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Mudança do Clima coordenou debate tripartite e consolidação de 88 contribuições dos Estados e Municípios, resultando em relatório enviado à Casa Civil e ao MIDR, com

os consensos federativos sobre a reestruturação da Defesa Civil brasileira que contemplam aspectos centrais, como governança federativa, desenvolvimento de recursos humanos, gestão da informação, financiamento tripartite, modernização tecnológica e harmonização de protocolos operacionais.

A pauta de debates do Conselho contemplou, ainda, temas estratégicos, como: Programas Nacionais de Formação Técnica para gestores estaduais e municipais, Fundo de Participação dos Estados, Governo Digital, Metodologia CAPAG, Governança de Terras

Públicas, Segurança Pública, Erradicação Humanizada dos Lixões. Esses temas seguirão na agenda para o ano de 2025, com a perspectiva de seguir avançando no diálogo federativo como o caminho para a reconstrução do país e o fortalecimento da democracia.

Caravana Federativa

A Caravana Federativa é uma iniciativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, lançada em agosto de 2023, com o propósito de aproximar o Governo Federal dos Estados e Municípios.

O projeto tem como objetivo

fortalecer a cooperação federativa, ampliar o acesso aos serviços públicos e otimizar a implementação de políticas públicas em todo o país.

Até o momento, a Caravana já percorreu 11 capitais brasileiras, incluindo Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Palmas, São Luís, Fortaleza, João Pessoa, Pernambuco, Amapá, Piauí e Pará, com a previsão de atender todas as unidades da federação. A ação reúne diversos ministérios e instituições do Governo Federal, oferecendo uma ampla variedade de serviços e atendimentos especializados para gestores públicos.

Em 2024, a Caravana passou

por 5 Estados, atendendo aproximadamente 600 Municípios e realizando mais de 11.000 atendimentos.

A proposta é que, em 2025, elas ocorram nas demais unidades federativas.

Assuntos Parlamentares

A Secretaria de Relações Intitucionais atuou firmemente na articulação com a Câmara dos Deputados e com o Senado Federal no restabelecimento do diálogo republicano, mantendo uma relação harmônica entre os poderes.

Neste sentido, o balanço do ano legislativo de 2024 é positivo, no que diz respeito a aprovação de matérias legislativas relevantes para o país que apontam mudanças e impactos na vida dos brasileiros.

Assim, a SRI/PR considera que o trabalho e resultado das articulações e debates junto aos atores estratégicos da Câmara e do Senado foi positiva.

Dos 64 (sessenta e quatro) Projetos da [Agenda Estratégica União e Reconstrução](#), 34 (trinta e quatro) já foram transformados em normas

jurídicas, ou seja, aprovados e sancionados pelo Presidente da República, tornando-se lei e sendo publicado no Diário Oficial da União; 30 (trinta) estão em tramitação. Das 34 (trinta e quatro) matérias legislativas aprovadas e sancionadas, 27 (vinte e sete) são Projetos de Lei, 5 (cinco) são Projetos de Lei Complementar, 1 (um) é Projeto de Emenda à Constituição e 1 (uma) MPV (Medida Provisória).

Ainda em relação a [Agenda Estratégica: União e Reconstrução](#) destaca-se em 2024 a aprovação e regulamentação, dentro do Eixo Temático: Reequilíbrio das contas públicas e aprimoramento da estrutura tributária, da Reforma Tributária (PLP 68/2024), importante vitória para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Outro projeto de comprometimento do Governo Federal que exigiu esforços coletivos de ambas as Casas, em especial dos líderes partidários em articulação com a SRI/PR, foi o pacote de corte de gastos (PEC 54/2024, PLP 210/2024 e PL 4.614/2024) que aponta para um caminho de responsabilidade

fiscal no país.

Ressaltamos ainda os seguintes resultados em 2024:

- O Projeto de Lei Complementar (PLP) 68, de 2024, que regulamenta a Reforma Tributária foi sancionado pelo Presidente da República em 16/01/2025 ([Lei Complementar \(LC\) 214/2025](#)).
- Aprovação na Câmara dos Deputados do Licenciamento ambiental (PL 2159/2021);
- O Projeto de Lei (PL 182/2024) sobre o Mercado de Carbono foi sancionado pelo Presidente da República em 11/12/2024 ([Lei nº 15.042/2024](#));
- O Projeto de Lei (PL 1725/2024) sobre o Programa Acredita no Primeiro Passo foi sancionado pelo Presidente da República em 10/10/2024 ([Lei nº 14995/2024](#));
- O Projeto de Lei sobre Inteligência Artificial foi aprovado no Senado Federal (PL 2338/2023);
- O Projeto de Lei Complementar (PLP 121/2024) que trata do Programa de Plano do Pagamento de Dívidas

dos Estados (PROPAG) foi sancionado pelo Presidente da República em 13/01/2025 ([Lei Complementar nº 212/2025](#)). Tramitação em regime de urgência em 2024.

2.2.5 Resultados da Secretaria de Comunicação Social

A SECOM/PR contribui com o seguintes objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico Integrado da Presidência da República:

- Fortalecer ações de enfrentamento à desinformação em todos os meios de comunicação; e
- Consolidar estratégia de comunicação social fundada na defesa da democracia e promoção da diversidade.

Assim em 2023 a SECOM/PR realizou diversas ações e atividades, dentre todas elas apresentamos seguem alguns resultados alcançados relacionados aos objetivos estratégicos do PEI/PR

Fortalecer ações de enfrentamento à desinformação em todos os



meios de comunicação

- Acompanhamento contínuo das realizações e entregas dos 37 ministérios do Governo Federal;
- Elaboração de mais de 400 papers, documentos técnicos-políticos sobre políticas públicas e ações do Governo Federal;
- Produção de 212 notas para o site [Brasil Contra Fake](https://www.brasilcontrafake.com.br). De 25 de março, quando o site entrou no ar, a 31 de dezembro, a página atingiu 634 mil visualizações; além disso, foram produzidos e gravados 18 boletins Brasil Contra Fake veiculados, às sextas-feiras, na Voz do Brasil (EBC);
- Realização de cursos sobre redes sociais com especialistas do Google, Meta, Kwai e Tik Tok: 25 encontros, incluindo treinamentos das redes sociais Facebook; Instagram e Whatsapp, com participação de cerca de 700 assessores;
- Produção e gravação de 253 boletins temáticos distribuídos para mais de 850 emissoras de rádio de todo o país;
- Realização de sete reuniões com

assessores de comunicação do Governo Federal para alinhamento de ações sobre temas diversos, tais como, redes sociais, programas de governo, legislação, publicidade, entre outros;

- Apoio logístico e de pessoal no planejamento e realização de 183 eventos da Presidência da República, demandando participação em cerca de 358 reuniões preparatórias. Destaca-se a organização do evento de 7 de Setembro, das Caravanas Federativas, entre outros;
- No âmbito do Programa Saúde com Ciência, lançado pelo Ministério da Saúde, a SECOM/PR coordenou estratégia interministerial com MJSP, CGU e AGU de combate à desinformação sobre campanhas de vacinação e, com o MCTI, realizou hackathon sobre esse tema;
- Diálogo com o Poder Legislativo, entidades e empresas sobre regulação de plataformas digitais, sustentabilidade e fortalecimento do jornalismo profissional, com foco no aprimoramento dos PLs nº

2630/2020, nº 2370/2019 e nº 1354/2021, dentre outros.

- Integrou formalmente o Observatório de Violência contra Jornalistas e Comunicadores, coordenado pelo MJSP;
- Em parceria com o TJ-BA, coordenou grupo de trabalho sobre a proteção de direitos no ambiente digital;
- A SECOM/PR atuou na elaboração de instruções normativas, como a de Publicidade de Governo na Internet, cuja consulta pública terminou recentemente, e a Instrução Normativa nº 2/2023;
- No plano internacional, a SECOM/PR coordenou esforços de interlocução com atores internacionais para construção de estratégias para o enfrentamento à desinformação, incluindo a celebração com a Alemanha de declaração sobre esse tema.
- Colaborou com processos das Nações Unidas e UNESCO e participou de espaços de interlocução com a OCDE;
- A SECOM/PR também articulou declaração específica com Mercosul, em parceria com o

MRE, e construiu a participação brasileira na Parceria Informação e Democracia, que envolve 50 países, além de ter aderido à Declaração Internacional sobre Integridade da Informação; e

- Ainda no campo internacional, articulou a celebração de parcerias com Unesco e países como Reino Unido, Dinamarca e Finlândia para tratar, dentre outros temas, de combate à desinformação, educação midiática e proteção de direitos nas redes.

Consolidar estratégia de comunicação social fundada na defesa da democracia e promoção da diversidade

- Cadastro de novos veículos de comunicação no sistema Midiacad e atualização do cadastro de todos os meios, ampliando a possibilidade de diversificar e regionalizar a comunicação do Governo;
- Como forma de promover o pluralismo e a diversidade midiática, articulou parcerias voltadas à expansão da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), coordenada pela EBC: nesse sentido,



32 universidades federais assinaram acordos com a empresa visando operar 72 novas emissoras de rádio e de TV; 16 institutos federais também celebraram parcerias com a expectativa de operar 49 emissoras de rádio; e instituições de ensino superior públicas estaduais e municipais iniciaram diálogo voltado à ampliação dessa rede;

- Com o MEC, promoveu a 1ª Semana Brasileira de Educação Midiática, mobilizando atividades em 24 UFs com mais de 54 mil participantes. No ensejo da semana, foi lançada a Estratégia Brasileira de Educação Midiática, depois de consulta pública que recebeu 418 contribuições;
- Pouco antes, lançou outra consulta pública, em parceria com seis ministérios, sobre o uso de telas por crianças e adolescentes;
- Além disso, a SECOM/PR, em parceria com MDHC e MJSP, construiu a celebração do documento "10 Compromissos para Proteção de Direitos das Pessoas LGBTQIA+ em Aplicativos de Mobilidade",

assinado com as plataformas Uber, 99 e Buser; e

- Elaborou, ainda, as cartilhas "Escola Segura: como lidar com conteúdos de violência on-line e conversar com crianças e jovens sobre o tema", com o Ministério da Educação, e "Caiu na Rede, é Crime", com o Ministério das Mulheres, sobre exposição de imagens íntimas sem consentimento em plataformas digitais.



2.2.6 Resultados do Gabinete de Segurança Institucional

O Gabinete de Segurança Institucional participa ativamente e alinha-se ao Plano Estratégico da Presidência da República. O Planejamento Estratégico Institucional do GSI/PR contempla a missão do órgão de garantir a segurança institucional, os interesses nacionais, a segurança do Estado e da sociedade brasileira.



Para acessar informações sobre a o Planejamento Estratégico do GSI/PR [clique aqui](#)

Quanto ao PEI/PR, o GSI/PR contribui, principalmente, para a realização dos seguintes objetivos estratégicos:

- Fortalecer a capacidade de responder rapidamente às crises de relevância nacional;
- Consolidar os mecanismos de gestão e acompanhamento da segurança nacional; e
- Fortalecer a segurança e a capacidade de comunicação nos deslocamento do Presidente e Vice-Presidente da República e seus familiares

A seguir detalhamos os principais resultados ligados aos objetivos estratégicos.

Prover a Proteção da Presidência da República

Em 2024, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR) trabalhou para garantir que o Presidente e o Vice-Presidente da República tivessem plena liberdade e segurança para exercer suas funções institucionais no Brasil e no exterior, aperfeiçoando os processos relacionados à segurança dessas autoridades, esforço que contemplou – inclusive – aumento de 75% no quadro de agentes de segurança pessoal femininas, representando 16% do efetivo total nessa atividade.

Quanto ao efetivo total para a segurança presidencial, o aumento foi de 59,4% (mai/2023 e novembro/2024), período em que foram realizadas 14 ações (estágios/cursos) de capacitação, treinando não apenas integrantes do GSI/PR, mas também agentes de segurança pública, em um total de 642 agentes treinados. Adicionalmente, houve a edição da Portaria Interministerial MD/GSI/PR 1.897/2024, contribuindo



para o contínuo aperfeiçoamento dos processos de seleção, capacitação e reacompletamento dos efetivos.

Quanto à segurança de instalações, destaca-se o aumento de câmeras em funcionamento no Palácio do Planalto e demais sítios presidenciais (como o Pavilhão de Metas, os anexos da via N2, a Granja do Torto e os Palácios da Alvorada e do Jaburu). Em fase pré-licitatória, há a previsão de instalação de novas esquadrias e vidros blindados no térreo do Palácio do Planalto.

Apoiar Eventos, Cerimonial e Viagens Presidenciais

Dentre outras, as tempestivas ações na coordenação de eventos e viagens favoreceram a diligente e oportuna presença do Governo em todo o território nacional. Nesse mister, destacam-se as seguintes ações realizadas:

- Planejamento e execução de viagens presidenciais em território nacional e no exterior; e
- Preparação de Zonas de Pouso de Helicópteros (ZPH) no país, com o objetivo de viabilizar o transporte seguro

do Presidente da República e sua comitiva para eventos realizados em locais afastados dos principais aeroportos

Procedeu-se, ainda, ao acompanhamento direto e à prestação de apoio à Casa Civil para a contratação e realização das obras de reforma do heliponto localizado no Palácio do Planalto, incluindo a coordenação de voos de reconhecimento e de treinamento das tripulações e das equipes de segurança e de apoio de solo.

Em outro contexto, agregando ao desenvolvimento de boas relações institucionais e na imagem do Estado Brasileiro frente aos seus compromissos internacionais e junto às nações amigas, foram propostos novos formatos para as atividades de cerimonial militar na Presidência da República, especialmente durante recepções a Chefes de Estado/Governo e nas cerimônias de Cartas Credenciais a novos Embaixadores. Destacaram-se as recepções ao Presidente da França e as cerimônias relacionadas às visitas de dignitários da Espanha, Japão, Benim, Itália e China. Dessa forma, cumpre

registrar a contribuição direta na organização e na execução de 61 eventos presidenciais na localidade de Brasília e região, além de 10 eventos de cerimonial militar.

Ademais, durante o ano de 2024, com vistas ao constante aprimoramento dos procedimentos de segurança aplicados às aeronaves presidenciais, foi realizada a capacitação de agentes de segurança do transporte aéreo por meio do estágio de busca e varredura antibombas em aeronaves, além de outras atividades de preparo e de desenvolvimento operacional do efetivo.

Contribuir Para a Salvaguarda da Soberania

Destacam-se, nesse aspecto, aperfeiçoamentos na análise do uso do território com implicações estratégicas para o País, bem como realizações em diferentes áreas, como a atuação nas fronteiras, a segurança de infraestruturas críticas, a segurança cibernética, o setor espacial e o nuclear, conquistas realizadas com atuação do GSI/PR por meio de ações

em instâncias colegiadas e de articulação governamental com atores públicos e privados.

No último ano e considerando o aumento nas demandas relacionadas ao uso de áreas na faixa de fronteira, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional modernizou o processo de assentimento prévio, abordando também fatores econômicos, científicos, sociais e tecnológicos em suas análises. Para isso, foram aprimoradas bases georreferenciadas de dados e aperfeiçoado o processo de análise de imagens no apoio à decisão sobre o uso do território e a respeito de temas estratégicos, fortalecendo a soberania nacional, além de identificar oportunidades para futura atualização normativa. Além disso, ampliou-se a interação entre os órgãos que compõem o Conselho de Defesa Nacional e o intercâmbio de dados com o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados.

Para melhores resultados, registra-se, ainda, a adesão ao Programa Brasil MAIS, uma vez que o fornecimento de imagens diárias de satélites em



alta resolução representa um avanço significativo no uso de tecnologias espaciais para o desenvolvimento sustentável, com impacto direto em áreas como preservação ambiental, segurança e gestão territorial.

Fortalecer Ações de Segurança e de Integração das Fronteiras do Brasil

Ainda sobre o fortalecimento da soberania nacional, o Governo Federal obteve avanço significativo na atuação integrada nas regiões fronteiriças com a aprovação da Política Nacional de Fronteiras (PNFron) e a criação do Conselho Nacional de Fronteiras (CNFron), prevendo-se ainda, o fortalecimento da atuação integrada do Estado, por meio da construção da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENFron), cujas discussões já foram iniciadas. As ações federais serão alinhadas em quatro eixos: Segurança, Desenvolvimento Sustentável, Integração Regional e Direitos Humanos, Cidadania e Proteção Social.

Para essa empreitada, insituíram-se Grupo e Subgrupos de Trabalho Temáticos (GTT e SGTs), considerando a expectativa de

entregar a proposta da ENaFron para submissão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo (CREDEN) ainda em 2025.

Em relação ao eixo com foco na Segurança, o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), teve fortalecida a participação de órgãos de segurança pública federais e estaduais em ações integradas com as Forças Armadas, como as Operações Interagências, Ágata Amazônia, e a Ágata Oeste, essa última integrando a Missão Espelhada Basalto. O Brasil também intensificou ações para consolidar os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGI-F), estruturas estaduais que buscam compor com as ações federais com necessidades locais.

O acompanhamento dos trabalhos e promoção dos GGIF, sejam os já instituídos e em pleno funcionamento, sejam os em processo de reativação, foi realizado nos seguintes Estados localizados na fronteira terrestre: AP, PA, AM, AC, RO, PR e MT. Também foi realizada a orientação e articulação para

instalação de GGIF em Estados com vocação para a fronteira marítima: AL, BA, CE, RN e AP.

Nesse sentido, pontua-se a execução de 157 ações de articulação com 33 pastas do Governo Federal que integram e/ou cooperam com o CNFron, além de demais órgãos federais que integram o PPIF, além dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras ou estruturas análogas nos 23 Estados da Federação que conduzem ações preventivas e repressivas contra os ilícitos transfronteiriços.

Quanto à boa gestão, o acompanhamento dos Planos de Ação do PPIF foi feito com apoio do software STRATEC (ACTIO), com vistas a aprimorar a governança, por meio do gerenciamento de um banco de dados que identifica o nível de atingimento das metas.

De maneira prospectiva, o Brasil deve iniciar o próximo ano com o fortalecimento da atuação integrada do Estado, e planeja-se ainda expandir os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGI-F) para a região litorânea, com foco nas fronteiras marítimas e nos portos.

Ainda em linha com as matérias relacionadas ao eixo de integração regional, o GSI/PR promoveu eventos com vasto diálogo com Estados do Norte e Nordeste, organizações internacionais como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), além de países vizinhos, para abordar os fluxos transfronteiriços. De forma inédita, foi amplamente discutida a abordagem sistêmica dos crimes supranacionais impactando fronteiras e toda a população ao longo das rotas de ilícitos que adentram o território até os portos brasileiros.

Quanto a atividades de integração e diálogo, ressalta-se o I Fórum Regional sobre Proteção Integrada de Fronteiras (Arco N-NE) com a participação de representantes dos GGIF ou estruturas análogas das Secretarias de Segurança Pública de 15 estados da Federação e com a presença de cerca de 150 instituições e 200 participantes. Ainda sobre o Fórum, encontra-se em desenvolvimento uma publicação que trará análises e recomendações para as ações de

proteção integrada de fronteiras, fruto de parceria entre o GSI/PR, a SENAD e o CDESC/UNODC.

Somando-se a esses esforços, no contexto da Gestão Territorial da Faixa de Fronteira e considerando as ações colaborativas entre os órgãos, foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica (GSI/PR e MIDR), com o intuito de contribuir para a promoção de políticas, programas e ações focadas no binômio segurança e desenvolvimento nessa região.

Fortalecer ações ligadas à segurança das infraestruturas críticas

De outro lado, foram coordenados estudos para aprimorar a segurança das infraestruturas críticas nacionais, notadamente quanto ao setor de Barragens e Transporte Aéreo, o que impacta positivamente na adoção de medidas preventivas e reativas com órgãos públicos e privados para garantir a continuidade dos serviços essenciais. A criação do Comitê Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (CNSIC), formado pelos principais órgãos relevantes, é um marco para alcançar os objetivos da Política Nacional de Segurança de

Infraestruturas Críticas (PNSIC).

Já em processo de formalização, há a Resolução CNSIC para instituição de Grupo de Trabalho Temático para atualização da Estratégia Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (ENSIC) e revisão do Plano Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas (PLANSIC). A atualização da ENSIC contará com subsídios elaborados pelas equipes técnicas do GSI/PR, já incorporadas determinações e recomendações dos órgãos de controle.

Paralelamente, registram-se os esforços da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo (CREDEN) quanto ao avanço da proposta para alteração do decreto de sua criação, para resultado em três aspectos principais: a composição atual do colegiado, os temas de acompanhamento, e o aprimoramento dos procedimentos na condução dos trabalhos da Câmara para implementação de suas deliberações. A CREDEN manteve 14 Grupos Técnicos de Segurança de Infraestruturas Críticas com demandas

específicas associadas aos respectivos setores e áreas prioritárias de SIC, todos com previsão de entrega dos seus produtos em 2025. Apresentam-se também, nessa temática, os seguintes resultados:

- Entrega aos respectivos órgãos responsáveis do Diagnóstico Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas de: Barragens de Uso Múltiplos, Barragens de Mineração e Setor de Transportes Aéreos;
- Entrega do Relatório de Recomendação de Segurança de Infraestruturas Críticas de Finanças de temas ligados a Receita Federal do Brasil;
- Realização do 1º Fórum de Segurança de Infraestruturas Críticas com a participação de mais de 100 representantes de todos os setores de infraestruturas críticas;
- Participação em diversas salas de situação para acompanhamento de impactos oriundos de fatores climáticos adversos, com destaque para: Salas de crise para o acompanhamento e o tratamento da crise hídrica

e estiagem na Bacia do Alto Paraguai (Pantanal), Sala de Crise da Região Norte, e Sala de avaliação das condições hidrometeorológicas da Bacia do Rio Doce (todas sob coordenação da ANA/MIDR), e ainda a sala de situação sobre suprimento de combustível na região norte, coordenada pelo MME, diante dos efeitos da seca na região norte, com a finalidade de verificar possíveis impactos às infraestruturas críticas;

- Participação como apoio técnico de articulação institucional junto ao Comando Conjunto da Operação TAQUARI II, estabelecido na cidade de Porto Alegre (RS); e
- Participação no G-20, compondo o eixo de Segurança de Infraestruturas Críticas, com produção documental resumida nos seguintes destaques: participação na elaboração do Plano Estratégico Integrado de Segurança (PEIS-G20); confecção de 10 Planos de visitas técnicas às cidades-sede do G20; planejamento e condução de 91 reuniões



com operadores de serviços essenciais, OSP e Defesa Civil; produção de cinco relatórios de recomendações aos setores prioritários de serviços essenciais e do Plano Setorial de SIC; emissão de 205 notificações de vulnerabilidades Ciber aos operadores de Serviços essenciais; e confecção de 12 matérias institucionais.

Outro instrumento utilizado nas atividades da PNSIC é o Sistema Integrado de Dados de Segurança de Infraestruturas Críticas (SIDSIC), o qual se encontra em fase de implementação de funcionalidades dentro do cronograma planejado de desenvolvimento dessa ferramenta, tendo atingido aproximadamente 65% de sua implementação. O SIDSIC, mesmo em desenvolvimento, já foi empregado com provimento de dados para elaboração de estudos, pareceres e assessoramento na prevenção e mitigação de crises.

Nessa temática, o Governo Federal, amparado por ações coordenadas pelo GSI/PR, também concorreu decisivamente para solucionar

contencioso envolvendo a segunda maior estrutura mundial de cabos submarinos, localizada no Nordeste do país, e a construção de usina de dessalinização, garantindo tanto a segurança das telecomunicações quanto a hídrica. Foram realizados diálogos entre órgãos federais e o Governo do Ceará, a fim de se chegar à localização definitiva da usina de dessalinização, observando a distância segura dos cabos, que representam cerca de 98% do tráfego de dados.

Também houve participação do GSI/PR em apoio ao Ministério da Defesa, por ocasião do Exercício Guardião Cibernético 6.0, maior exercício cibernético do hemisfério sul, e que reuniu mais de 700 participantes de 100 organizações, incluindo setores críticos como energia, água, finanças e telecomunicações, em um ambiente de simulações virtuais que visam a proteger infraestruturas contra ataques cibernéticos.

A criação de fóruns permanentes é mister para o aprimoramento contínuo da proteção das infraestruturas críticas nacionais

e maior integração entre os ministérios, órgãos reguladores, setores privados e a sociedade. Fruto da integração de ações governamentais bem-sucedidas, destacam-se as ações relacionadas à assunção da presidência brasileira do G-20, consubstanciado num planejamento estratégico integrado e correspondentes planos setoriais. Com participação dos ministérios e agências reguladoras relacionadas a cada setor prioritário, houve a implementação de um Plano de Ação específico para cada cidade-sede dos eventos do G20, prezando pela articulação federativa e com destaque para a participação dos órgãos de segurança pública e defesa civil dos Estados e Municípios a fim de reforçar as ações voltadas para a proteção e a resiliência dos serviços essenciais à população e à realização do evento.

Cumprir pontuar que o ano de 2025 traz com ele mais três importantes eventos de relevância internacional a serem realizados no Brasil: a 17ª Cúpula dos Países Integrantes do BRICS, a cúpula do Mercosul e a 30ª UN Climate Change Conference

– Conference of Parties (COP30), a ser realizada em Belém (PA). Para tanto, os protocolos e preparativos em matéria de segurança física e cibernética adotados com sucesso para a presidência brasileira do G20 serão novamente exercitados e aprimorados, na esteira já tradicional do sucesso brasileiro na condução de eventos de natureza internacional de grande vulto.

Fortalecer Ações Ligadas a Segurança da Informação e Cibernética

Avançando no campo da segurança cibernética, o País foi classificado como modelo de referência em cibersegurança pelo Índice Global de Segurança Cibernética da União Internacional de Telecomunicações (5ª ed.), ficando no Grupo 1, junto com os EUA, como os únicos países das Américas a atingir esse nível. Também nesse campo de atuação, com vistas ao fortalecimento da cooperação e do intercâmbio de informações, foram firmados Memorandos de Entendimento (MoU) com o Chile, o Japão e o Uruguai. Além disso, foram assinados

acordos bilaterais para troca e proteção mútua de informações classificadas com a Finlândia e a Eslováquia, assim como atualizado instrumento análogo com a França. Os referidos acordos foram encaminhados ao Congresso Nacional para análise e eventual aprovação.

Ainda no campo de cooperação em cibersegurança, em 2025 há previsão de celebração de MoU com nações como a Alemanha, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Polônia e Romênia, além de acordos bilaterais para troca e proteção mútua de informações classificadas com a República Tcheca, Eslováquia, Índia, Vietnã, Reino Unido e atualização de instrumento da mesma natureza com Portugal, na medida em que se avancem as tratativas com esses Países. Planeja-se também o aumento de capacidade no trato de incidentes de tecnologia operacional, com incorporação de feeds de informação a partir de parcerias com agências governamentais internacionais e pela ampliação da Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos (ReGIC), atualmente integrada por 146 membros, junto aos Estados e Municípios.

Prevê-se, ainda, atualização da Estratégia Nacional de Cibersegurança, bem como edição de uma nova Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI), adequando a norma legal às demandas contemporâneas.

Ainda dentro do contexto de Segurança da Informação e Cibersegurança no país, foi realizada a disponibilização e divulgação do Manual de Segurança Digital - fascículo "Autenticação de Dois Fatores" e "Violência Cibernética Contra As Mulheres" em 2024.

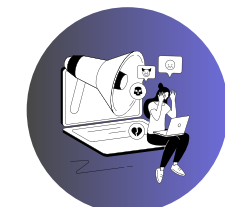
Nesse mesmo período, ocorreu a campanha de conscientização em cibersegurança e aproximação institucional em

Manual de Segurança Digital
FASCÍCULO
AUTENTICAÇÃO
DE DOIS FATORES



Secretaria de Segurança da
Informação e Cibernética/GSI/PR
2024

Manual de Segurança Digital
FASCÍCULO
VIOLÊNCIA CIBERNÉTICA
CONTRA AS MULHERES



Secretaria de Segurança da
Informação e Cibernética/GSI/PR
2024

11 (onze) Caravanas Federativas do Governo Federal, com participação de integrantes do

CTIRGov nos seguintes Estados: Bahia, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Tocantins, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Amapá, Piauí e Pará.

Citam-se o Evento Paralelo do Digital Economy Working Group (DEWG) do G20 – Seminário sobre Segurança na Economia Digital, em São Luís (MA), o evento em parceria com o EU Cybernet/LAC4 – Seminário "AI and Cybersecurity" e o 4º Webinar de Segurança da Informação do GSI/PR para a Administração Pública.

O GSI/PR também esteve presente no Ransomware Task Force (RTF) da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Institute for Security and Technology (IST), evento que reuniu especialistas em cibersegurança de diversos setores para desenvolver estratégias contra ameaças de ransomware, realizado em Brasília, em setembro de 2024. Já em novembro, foi organizado, com êxito, evento internacional no Instituto Serzedello Corrêa, para discutir temas como tecnologias emergentes, segurança de infraestruturas críticas,

experiências em governança de cibersegurança e segurança da informação no Brasil e no exterior além de promover a cooperação na área.

Ainda houve a emissão de posicionamentos relacionados aos assuntos de segurança da informação e cibersegurança no âmbito de grupos multilaterais, tais como:

- Mercosul, em especial no seu Grupo de Agenda Digital (GAD);
- Organização dos Estados Americanos (OEA), em especial no Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) e no CSIRT Americas;
- Rede de Governo Eletrônico da América Latina e Caribe (RedGealc, sigla em espanhol), impulsionada pela OEA e pelo BID;
- Grupo de trabalho sobre Segurança no Uso de Tecnologia da Informação e Comunicações (WGSICT, sigla em inglês) no âmbito do BRICS;
- Fórum G20, Forum of Incident Response and Security Teams (FIRST.org), Latin America and

Caribbean Cyber Competence Centre (LAC4);

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em especial no grupo de trabalho que trata de segurança digital;
- Counter Ransomware Initiative (CRI), que reúne mais de 30 países com o objetivo de combater e criminalizar as atividades ligadas aos ataques de ransomware;
- Ransomware Task Force (RTF) da OEA e do Institute for Security and Technology (IST); e
- Grupos de Trabalho e entidades da Organização das Nações Unidas (ONU), tais como: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL); União Internacional de Telecomunicações (UIT); Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA, na sigla em inglês); Open-Ended Working Group (OEWG); e Ad hoc sobre crimes cibernéticos.

Outro resultado de 2024 foi a celebração de Acordo de Cooperação entre o GSI/

PR e o Instituto de Combate ao Crime Cibernético (INCC), com o objetivo de promover ações conjuntas de prevenção e combate aos crimes cibernéticos. A primeira entrega desse acordo foi a reunião de contribuições da sociedade civil e dos setores produtivos, visando à formulação da Estratégia Nacional de Cibersegurança, com um foco especial na construção de uma infraestrutura resiliente frente às ciberameaças. O encontro ocorreu em São Paulo, em agosto.

Vale assinalar, que também está em discussão no Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber) a proposta de anteprojeto de lei sobre a criação de um órgão nacional especializado voltado para a regulação, a fiscalização e o controle da atividade de cibersegurança no País. Assim, o Governo Federal procurará estabelecer uma governança efetiva desta atividade transversal, em atendimento aos objetivos da Política Nacional de Cibersegurança, paralelamente ao aprimoramento contínuo das estruturas já existentes na Administração Pública Federal.

Espera-se que o fortalecimento dessa área contribuirá para aumentar a confiança dos cidadãos nos serviços públicos digitais e a defesa contra ataques cibernéticos.

Fortalecer Ações do Setor Espacial

Reportam-se também os avanços nas áreas espacial, que conta com as ações de coordenação do GSI/PR no Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB).

Na área espacial, o GSI/PR, como órgão coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), atuou ativamente em prol da potencialização do Programa Espacial Brasileiro (PEB). Ao longo de 2024, por meio de um Grupo Técnico, o CDPEB realizou diagnóstico e identificou possibilidades de iniciativas interministeriais para o aprimoramento da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

A privilegiada localização do CLA, próximo à linha do Equador, constitui importante vantagem para o Brasil no mercado mundial.

Assim, pelas características geográficas, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) possui um elevado potencial competitivo, com grande vantagem para o usuário e forte atrativo de exploração econômica. Durante os trabalhos foram identificados 17 óbices pelo Grupo, que necessitam de ações mitigadoras nos próximos 5 anos, em virtude do aumento da cadência de lançamentos no período vindouro, ações que tornarão o CLA mais atrativo frente a um mercado espacial em franca expansão e que, certamente, trarão enormes benefícios à sociedade brasileira e ao País como um todo.

Tornou-se evidente que, para a mitigação dos problemas, serão necessárias políticas públicas do Estado Brasileiro de forma multissetorial e abrangente, com o envolvimento de diversos entes federais, estaduais e municipais, bem como de diversas entidades do setor privado. Almeja-se, com isso, atribuir maior celeridade à mitigação dos óbices e a busca sinérgica de soluções realistas e oportunas aos problemas considerados.



Vale pontuar que ações governamentais concorreram para a solução do impasse relacionado à titulação do território quilombola em Alcântara (MA), logrando conciliar o atendimento das necessidades sociais manifestadas pelas comunidades quilombolas da região, ao tempo em que permite a continuidade das ações de interesse do Estado Brasileiro.

O CDPEB também promoveu estudos sobre o estabelecimento de governança do Sistema de Satélites de Defesa e Comunicações Estratégicas – SSDC. Tal delineamento reveste-se de crucial importância para assegurar que o SSDC seja bem estruturado e alinhado com as melhores práticas de governança, contribuindo para o sucesso e a sustentabilidade da iniciativa.

Em função dos benefícios duais, civis e de defesa, que trazem para o País, os satélites do SSDC são parte estruturante tanto do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), quanto do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE). A concepção, fabricação

e colocação em operação desses satélites fomentam, simultaneamente:

- O desenvolvimento da indústria nacional, consolidando-a competitivamente nos mercados de bens e serviços espaciais e gerando benefícios socioeconômicos;
- O estímulo a negócios e empreendedorismo no setor privado nacional para o desenvolvimento e utilização de bens e serviços espaciais;
- O desenvolvimento de competências científica, tecnológica e de inovação para o setor espacial; e
- A independência no desenvolvimento e no controle dos sistemas espaciais nacionais.

Com o objetivo de atender a todas essas necessidades, o Grupo Técnico do CDPEB apresentou minuta do Decreto e um minuta de exposição de motivos interministerial, com o objetivo de criar o Sistema de Satélites de Defesa e Comunicações Estratégicas e instituir sua governança. Essa iniciativa visa a fomentar e expandir a infraestrutura

satelital nacional, atendendo assim às demandas dos setores governamentais. Salienta-se que os trabalhos realizados pelos GTs referenciados receberam aprovação do colegiado do CDPEB, por ocasião de sua 12ª Reunião Plenária (novembro/2024.)

Outro grande avanço para as ações relacionadas à regulamentação das atividades espaciais no Brasil ocorreu com a sanção da [Lei nº 14.946/2024](#). O assunto foi objeto original de estudo no âmbito do CDPEB, que permaneceu acompanhando o tema. A referida lei tem o condão de proporcionar maior segurança jurídica aos atores do cenário espacial para lançamentos a partir do território brasileiro, abordando aspectos legais relacionados à exploração das atividades, tanto para fins civis como para fins de defesa, regulamentando a estrutura de autorizações, responsabilidades e supervisões das atividades nacionais. Outro ponto alto para o setor foi a criação da empresa pública ALADA (Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil S.A), iniciativa com apoio do GSI/PR e de grande relevo para o

setor espacial brasileiro, uma vez que a empresa poderá explorar a estrutura existente, captando recursos que serão investidos no desenvolvimento do PEB.

Ainda, o GSI/PR procurou aprofundar as reflexões acerca do Setor Espacial Brasileiro, promovendo um amplo espaço de divulgação e debates, com informativos internos destinados ao acompanhamento de assuntos espaciais, divulgados por lista de e-mail (Informativo Espaço em Pauta). Da mesma sorte, promoveu foros de debate para o aprofundamento de questões basilares à nova era espacial, por meio de dois webinários (Espaço em Pauta – Diálogos) e de um evento presencial (Seminário Espaço em Pauta). Nesse ponto, foram discutidas questões pertinentes à securitização do espaço e a geopolítica do espaço exterior como vetor da geopolítica, dentre outros temas clássicos, como o PNAE e o PESE.

Apontam-se, também, oportunidades de assessoramento do GSI/PR com respeito a grandes fóruns, contribuindo para a consolidação de entendimento acerca do papel



do programa espacial brasileiro. Nesse feito, destacam-se:

- Respostas às questões norteadoras apresentadas pela III Comissão Temática Setorial do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que versa sobre Ciência, Tecnologia e Inovação para programas e projetos estratégicos nacionais. Essas questões foram submetidas pela Secretaria-Executiva do CCT como uma metodologia para Levantamento de Temas em CT&I, para orientarem a pauta da Reunião Ordinária do Pleno do CCT que será presidida pelo Presidente da República no início de 2025; e
- Informações para subsidiar a produção de Notas Conceituais relativas às reuniões dos conselheiros de segurança nacional do BRICS, cuja presidência estará a cargo do Brasil, em 2025. Tal assessoramento buscou demonstrar a atuação do GSI no contexto do setor espacial, mormente em seu papel coordenador do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro, com os temas a serem discutidos no

âmbito do Grupos de Trabalho sobre Segurança no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação e sobre Contraterrorismo do BRICS 2025.

Cumprido, por fim, ressaltar a consolidação da representatividade do país em foros internacionais, onde o GSI/PR se fez presente, tanto no Simpósio Espacial, ocorrido em abril de 2024, na cidade de Colorado Springs, EUA, quanto na reunião plenária do Comitê para Usos Pacíficos do Espaço Exterior, realizada na Sede da ONU, em Viena, no mês de junho. Nessa última, o representante do GSI/PR teve oportunidade de divulgar, em pronunciamento histórico no pleno daquele Comitê, as entregas e perspectivas do CDPEB que se aliam às práticas de sustentabilidade das atividades espaciais de longo prazo.

Fortalecer Ações de Segurança, Proteção e Desenvolvimento Nuclear

Já na área nuclear, no contexto do CDPNB, destacam-se as medidas empreendidas para a atualização do Plano Estratégico de Comunicação Social para o

Setor Nuclear Brasileiro para os próximos quatro anos. Os objetivos e ações constantes desse plano nortearão as atividades de comunicação e divulgação das atividades do setor nuclear para a população em geral, por meio da Rede de Comunicação Social do Setor Nuclear, visando à conscientização da sociedade acerca dos benefícios do uso da tecnologia nuclear e do seu emprego de forma segura.

Ainda, está previsto para 2025 a elaboração de Estratégia de Governança do PRNB, alinhando os projetos executados pelos diversos agentes envolvidos com a Política Nuclear Brasileira.

Por fim, pontua-se a exitosa realização de exercícios e simulados previstos nos Planos Gerais de Atividades (PGAs), no âmbito do SIPRON, em que se destacam a coordenação e acompanhamento das Operações de Transporte de Material Nuclear (UF6 e Varetas de Gadolínio), a participação em eventos estratégicos e exercícios promovidos pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), como a Conferência Internacional sobre Segurança

Física Nuclear 2024 na AIEA (ICONS 2024), reuniões do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), coordenações dos encontros dos colegiados do Sipron incluindo grupos técnicos, o apoio com Oficial de Ligação na Operação Taquari II e a realização de eventos regionalizados.



2.3 Grandes Números da CC/PR e SG/PR

Casa Civil

Investimentos Monitorados

PAC 1,8 Tri

1,3 Tri

2023 a 2026

0,5 Tri

Pós 2026

Eixos de investimento do Novo PAC (clique para conhecer mais)



TRANSPORTE
EFICIENTE E
SUSTENTÁVEL



INFRAESTRUTURA
SOCIAL INCLUSIVA



CIDADES
SUSTENTÁVEIS
E RESILIENTES



ÁGUA PARA
TODOS



INCLUSÃO DIGITAL
E CONECTIVIDADE



TRANSIÇÃO
E SEGURANÇA
ENERGÉTICA



INOVAÇÃO
PARA INDÚSTRIA
DA DEFESA



EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA



SAÚDE

Secretaria-Geral



Cúpula do
G20 Social

19 mil participantes

1.300 entidades



+16 Fóruns de
Participação
Social



+540
mil ID jovens
ativos



Conselhos e
Comissões Nacionais

47 reuniões
em 2024

+522
entidades

Outras ações (clique para acessar)



2.4 Grandes Números da SECOM/PR e SRI/PR

Secretaria de Comunicação Social



Campanhas
Publicitárias

62

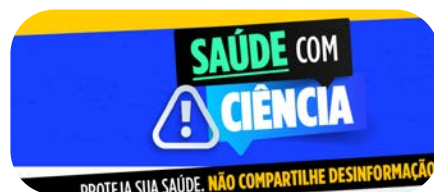


+2,5 milhões
vizaualizações



+80 mil
pessoas impactadas

+46 mil
educadores formados



+610 mil
vizaualizações

Secretaria de Relações Institucionais



2 Plenárias
5 Comissões Técnicas
8 Grupos de Trabalho
+ 17 Propostas
+ 3 Decretos



93% Estados
14% Municípios
+4,8 Mil demandas
+11,6 Mil atendimentos



4 Resoluções pactuadas
entre Governo, Estados e
Municípios sobre Políticas
Públicas

ARTICULAÇÃO PARLAMENTAR

87% de votações nominais
de acordo com a orientação
do governo na Câmara de
Deputados

74% de votações nominais
de acordo com a orientação do
governo no Senado Federal

OUTRAS AÇÕES



2.5 Grandes Números do GSI/PR e VPR

Gabinete de Segurança Institucional



Acordos Bilaterais
(informações
classificadas) e
Memorandos
(segurança cibernética)

6

Membros da Rede
Federal de Gestão
de Incidentes
Cibernéticos
+250%



Exercícios de Segurança
e de Emergências
Nucleares
15



Acordos para
proteção das
fronteiras
2



Assentimentos
prévios p/
atividades em
fronteiras
+320

Vice-Presidência da República



Representação
da Nação

**32** Países**185** Compromissos**135** Parlamentares**11** Governadores**119** Prefeitos**23** Estados (visitados)

Audiências Públicas



+50.000
Menções da VPR
na Mídia



Presidência da República

Relatório de Gestão

2024

Capítulo 03

3. Resultados e Desempenho da Gestão Administrativa

3.1 Gestão Orçamentária e Financeira.....	61
3.2 Gestão de Custos	63
3.3 Gestão de Pessoas.....	64
3.4 Gestão de Licitações e Contratos	68
3.5 Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	76
3.6 Gestão da Tecnologia da Informação.....	84
3.7 Sustentabilidade Ambiental	89
3.8 Visitação Pública	92
3.9 Oportunidades e Perspectivas	93

3. Resultados e Desempenho da Gestão Administrativa

3.1 Gestão Orçamentária e Financeira

A Presidência da República, como parte do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, atua como articuladora entre o órgão central e os órgãos executores de sua estrutura. Sua função inclui coordenar o processo decisório das Unidades Orçamentárias (UO), abrangendo atividades como solicitação de crédito suplementar e elaboração da proposta orçamentária.

Dessa forma, a Presidência da República exerce o papel de órgão superior (20000), sendo responsável pela articulação das seguintes Unidades Orçamentárias:

- 20101 – Presidência da República;
- 20118 – Agência Brasileira de Inteligência (ABIN);
- 20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);
- 20415 – Empresa Brasil de Comunicação (EBC);

- 20907 – Fundo da Imprensa Nacional (FUNIN); e
 - 71903 – Fundo Social (FS).
- Com relação à consolidação das Demonstrações Contábeis, para o TCU, a Unidade Apresentadora de Contas da Presidência da República será composta do órgão 20101 – Presidência da República, 20116 – Imprensa Nacional, 20118 – Agência Brasileira de Inteligência e 60000 – Vice-Presidência, sendo que os demais Órgãos 20415 – EBC e 24208 – ITI apresentam relatório de contas em separado.

No que tange à gestão orçamentária e financeira, ressalte-se a necessidade de aprimoramento contínuo no processo de alocação de recursos, à luz da Lei Complementar nº 200/2023, que estabelece limites para as despesas primárias da União.

Destaca-se, ainda, a regra estabelecida com a promulgação das Emendas Constitucionais nº 100 e nº 102, de 2019, acerca da impositividade da execução

do orçamento, onde a Administração Pública Federal, a partir de 2020, passou a ter o dever de executar as programações primárias discricionárias dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Diante desse cenário, a Secretaria de Administração, dentro de suas competências institucionais, tem envidado esforços para aprimorar a gestão orçamentária e financeira perante as unidades seccionais da Presidência da República.

A tabela a seguir reflete a posição setorial da Presidência da República, no que se refere à execução orçamentária do órgão 20000 - Presidência da República.

Tabela 3.1.1 - Execução Orçamentária do Órgão Superior
Presidência da República (20000) - Em R\$

Despesas		Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado	Pago
0	Financeiro	17.338.623.994	53.326.610	53.205.781	53.205.781
1	Primário Obrigatório	1.697.848.108	1.675.609.491	1.647.410.713	1.527.376.605
2	Primário Discricionário	1.273.430.621	1.271.982.864	798.361.280	749.802.256
3	Primária Discricionária e Abrangida pelo Novo PAC	32.775.042	32.775.042	16.227.000	16.227.000
6	Despesa Discricionária Decorrente de Emenda Individual	28.211.589	28.133.427	7.488.136	6.769.723
Total		20.370.889.354	3.061.827.434	2.522.692.909	2.353.381.364

No tocante à gestão orçamentária e financeira do órgão 20000 – Presidência da República há que salientar que a dotação de 20,3 bilhões, inclui cerca de 17 bilhões referentes ao Fundo Social, cujas despesas financeiras não houve execução.

Esclarece-se que o Fundo Social, é um fundo de natureza contábil e financeira, criado pela [Lei nº 12.351/2010](#), para constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente, e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, da infraestrutura social e da habitação de interesse social.

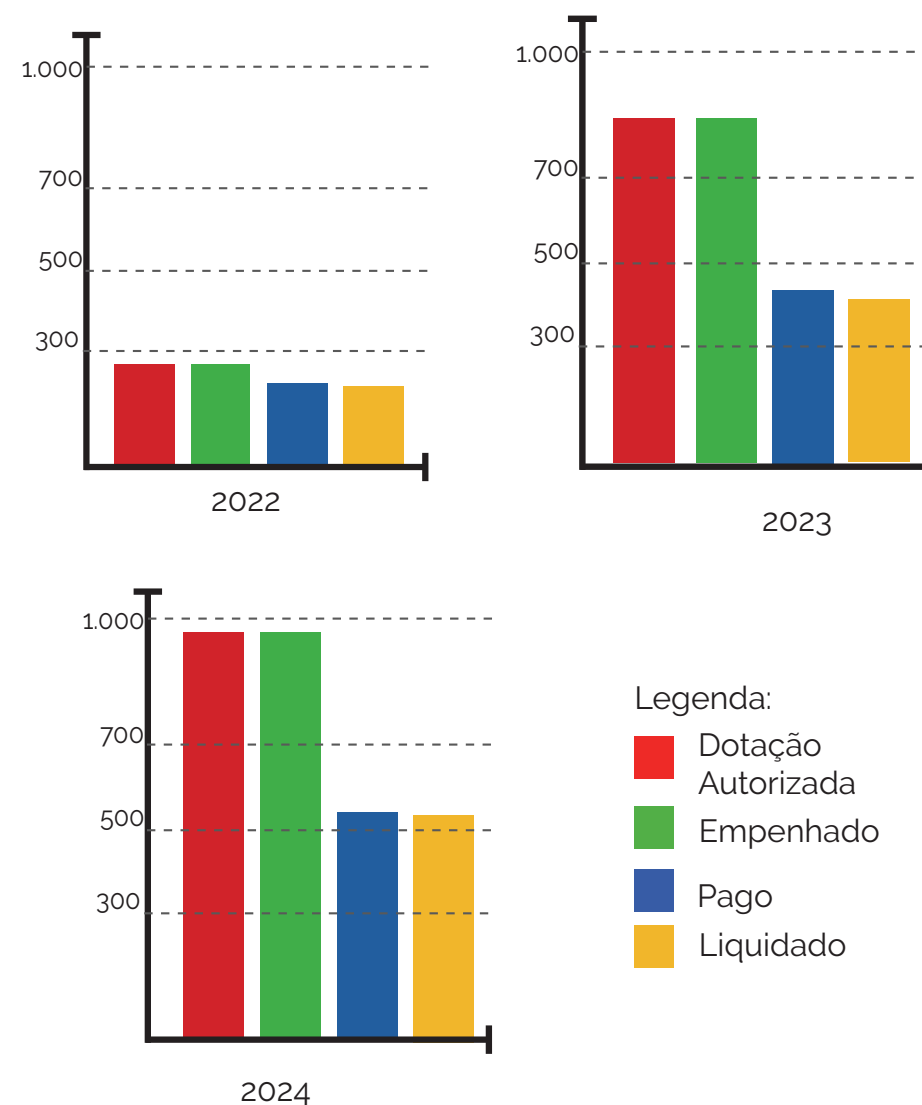
Os recursos do Fundo Social constam tanto do orçamento do Ministério da Educação como da Unidade Orçamentária 71903 – Fundo Social, vinculada à Presidência da República. Embora a Unidade Orçamentária 71903 conste do orçamento desde 2012, não há execução

orçamentária até o presente momento.

No tocante à execução orçamentária das despesas discricionárias consignadas à unidade orçamentária 20101-Presidência da República, comparando-se a execução entre os exercícios de 2022 e 2024, vislumbra-se um incremento na execução. Esse fator decorre da aprovação da nova estrutura organizacional estabelecida para a Presidência da República.

O demonstrativo ao lado reflete a execução orçamentária da unidade 20101.

Gráfico 3.1.1 - Execução Orçamentária da Unidade Orçamentária Presidência da República (20101) - Em R\$ milhões



3.2 Gestão de Custos

O Sistema de Custos é uma ferramenta gerencial que auxilia a tomada de decisão dos gestores públicos a partir do mapeamento, identificação e mensuração dos gastos cotidianamente processados nos órgãos públicos.

O acompanhamento de custos tornou-se obrigatório para a Administração Pública, de forma geral, pela determinação do § 3º do art. 50 da [Lei Complementar nº 101/2000](#).

A Gestão da Mensuração de Custos no âmbito da Presidência da República é feita pelo Comitê de Gestão da Mensuração de Custos da Presidência da República (CGMC/PR), juntamente com a Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Na Presidência da República (PR), conforme disposto no art. 5º do [Decreto nº 11.329/2023](#), compete à Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (DIROF) da Secretaria de Administração planejar, coordenar, supervisionar, elaborar e executar

as atividades relacionadas ao Sistema de Informações de Custos do Governo Federal.

Por se tratar de uma ferramenta de cunho gerencial, o Sistema de Custos enseja mudanças em processos internos de várias unidades do órgão, bem como a participação de diversos agentes responsáveis pela mensuração dos custos, o que exige um trabalho gradual de implantação e abrangência.

Nesse sentido, no exercício de 2024 a Secretaria de Administração, por meio da DIROF, ampliou a utilização de Centros de Custos Gerais que abarcavam a maior parte dos custos da PR com a finalidade de fomentar a cultura da mensuração de custos no órgão.

Foram criados os Centros de Custos Gerais de Atividades de Comunicação e Inteligência, que passaram a mensurar os custos das unidades gestoras da Agência Brasileira de Inteligência e da Secretaria de Comunicação da PR.

Os custos das unidades que compõem a Presidência da República foram distribuídos conforme tabela abaixo,

excetuando-se as unidades da Vice-Presidência da República e da Imprensa Nacional, que ainda não detalham seus custos.

Tabela 3.2.1 - Custos de Unidades da Presidência da República

Centro de Custos	2023	%	2024	%
Gestão de Pessoas	284.588.201,49	59	321.959.813,39	16
Gestão Logística e Patrimonial	128.817.249,72	29	270.130.277,99	13
Gestão de TIC	17.623.038,98	4	20.443.269,03	1
Atividades de Comunicação	-	-	482.881.337,71	24
Atividades de Inteligência	-	-	703.506.488,67	35
Custos a definir	38.075.407,89	8	225.010.020,46	11
Total de Custos Mensurados	449.101.898,08	100	2.023.931.207,25	100

Fonte: Tesouro Gerencial

Destaca-se que os Centros de Custos Gerais de Atividades de Comunicação e Inteligência foram criados no decorrer do exercício de 2024, motivo pelo qual parte de seus custos estiveram inicialmente apropriados no grupo de exceção denominado “A DEFINIR”, aumentando significativamente o valor desse grupo, em relação ao exercício de 2023.

Por fim destacamos que em 2024 a Secretaria de Administração, continuou atuando na interlocução com outras unidades para ampliar a mensuração e consolidar o Sistema de Custos na estrutura da PR.

3.3 Gestão de Pessoas

A gestão de pessoas nos órgãos e entidades da Presidência da República é peculiar e tem características diversificadas.

É neste contexto de ausência de quadro de pessoal próprio que a Secretaria de Administração, por intermédio da sua Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), realiza a gestão de pessoas dos órgãos integrantes da PR, conforme [Lei Federal nº 14.600/2023](#), a saber : (i) Casa Civil; (ii) Secretaria-Geral; (iii) Secretaria de Relações Institucionais; (iv) Secretaria de Comunicação Social; (v) Gabinete Pessoal do Presidente da República; (vi) Gabinete de Segurança Institucional e (vii) Assessoria Especial do Presidente da República . A exceção é a Vice-Presidência da República que realiza, independentemente da DIGEP, a gestão de seus servidores.

As áreas de gestão de pessoas observam as diretrizes da [Constituição Federal](#) e da [Lei nº 8.112/1990](#), que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das

autarquias e das fundações públicas federais, bem como o conjunto de regras e normativos expedidos pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

3.3.1 Conformidade da Gestão de Pessoas

A conformidade nos processos de Gestão de Pessoas é monitorada pela DIGEP com os seguintes indicadores:

- Acompanhamento dos processos instruídos a título de reposição ao erário;
- Controle e acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Renda;
- Atendimento das determinações e recomendações dos órgãos de controle;
- Acompanhamento de concessões e atualização de auxílios e benefícios
- Controle e acompanhamento do teto constitucional; e
- Acompanhamento da validação cadastral anual de servidores.

3.3.2 Avaliação da Força de Trabalho

A Presidência da República e Vice-presidência da República contam com 3.599 servidores, distribuídos entre as unidades da PR e VPR.

As tabelas apresentadas a seguir identificam o total



Informações em
Transparência Ativa

Para acessar informações sobre a Gestão de Pessoas na Presidência da República [clique aqui](#)

de servidores considerando aspectos de gênero, etnia e faixa etária.



Tabela 3.3.1 - Quantitativo de Servidores por Órgão da PR/VPR

Tabela 3.3.2 - Quantitativo de Servidores por Etnia (em %)

Órgão	2021	2022	2023	2024
Assessoria Especial	12	12	18	19
Casa Civil	187	353	1.458	1.488
Gabinete Pessoal	159	127	184	194
Gabinete de Segurança Institucional	1.169	1.137	1.150	1.172
Secretaria-Geral	1.072	1.418	180	196
Secretaria de Comunicação Social	0	0	187	213
Secretaria de Relações Institucionais	0	0	246	245
Autoridade Nacional de Proteção de Dados	50	0	0	0
Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos	63	31	0	0
Secretaria de Governo	315	164	0	0
Vice-Presidência	136	132	80	72
Total	3.163	3.374	3.503	3.599

Etnia	Quantidade de servidores
Branca	48,60%
Parda	40,60%
Preta	9,36%
Amarela	1,22%
Indígena	0,22%
Total Geral	100,0%

Tabela 3.2.3 - Quantitativo de Servidores por Faixa Etária (em %)

Faixa Etária	Quantidade de servidores
Ate 30 anos	18,8%
31 a 40 anos	20,0%
41 a 50 anos	27,8%
51 a 60 anos	22,4%
Acima de 60 anos	11,0%
Total Geral	100,0%

Gráfico 3.3.1 - Servidores da PR/VPR conforme o Gênero

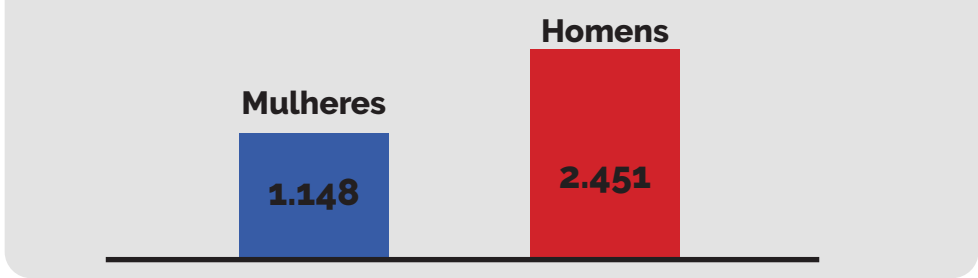
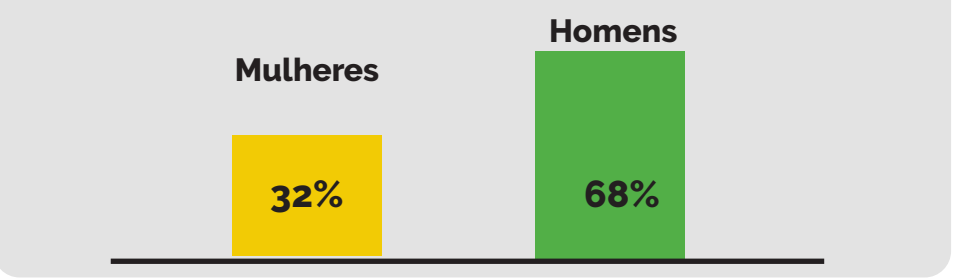


Gráfico 3.3.2 - Servidores da PR/VPR conforme o Gênero (em %)



3.3.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Com o objetivo de recompor e ampliar a força de trabalho, por meio da requisição de agentes públicos qualificados e com perfis adequados às necessidades das unidades da Presidência da República, a Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Administração coordenou, de forma centralizada, a publicação de processo seletivo na plataforma SouGov.

O processo seletivo realizado por meio do Edital de Oportunidades consiste em divulgar as oportunidades e vagas da equipe na plataforma SouGov. Os interessados se inscrevem no processo seletivo e a unidade demandante tem a chance de selecionar o candidato que mais se aproxima do perfil desejado.

Os resultados alcançados no ano de 2024 foram os seguintes:

- 29 áreas atendidas;
- 36 editais publicados; e
- 5.718 candidatos inscritos.

3.3.4 Detalhamento da despesa de pessoal

A folha de pagamento da Presidência da República é composta por:

- Servidores ativos que sejam investidos em cargo em comissão ou função comissionada Executiva;
- Servidores requisitados;
- Empregados públicos nomeados em cargos em comissão ou que percebam gratificação de representação da Presidência da República; e
- Estagiários.

A folha de pagamento de 2024 foi de R\$ 263,6 milhões.

No tocante a estrutura organizacional dos órgãos integrantes da Presidência da República, ressalta-se a criação de novas unidades, como a Casa de Governo no Estado de Roraima/SAM/CC, a Secretaria de Extraordinária para a COP30 e a Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul.

3.3.5 Estratégias de desempenho e treinamento

Em 2024, houve a ampliação da

oferta de capacitação, e o reforço quanto à busca pela eficiência e pela transparência na gestão de pessoas.

A estruturação de iniciativas como o Banco de Instrutores Internos e a modernização do PDP resultaram em maior alinhamento das ações de desenvolvimento às necessidades organizacionais, fortalecendo a produtividade e o engajamento dos servidores da Presidência da República.

Com a consolidação de uma gestão eficiente e inovadora, no ano de 2024, foram superadas metas estabelecidas e promovidas a qualificação, bem-estar e desenvolvimento dos servidores da Presidência da República. O aumento no alcance e na eficiência das ações reflete o compromisso com a excelência na gestão de pessoas e no fortalecimento organizacional.

No decorrer do ano de 2024, foram identificadas 174 necessidades no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP, das quais 105 foram atendidas por meio de 1.644 ações de desenvolvimento realizadas por 1.872 servidores. Dentre essas ações, 1.597 ocorreram em escolas de

governo sem custo adicional. E as outras 33 foram empenhadas com fornecedores externos para subsidiar a participação dos servidores.

Os colaboradores da Vice-Presidência, por sua vez, receberam 98 certificações em cursos on-line, remotos e presenciais, ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública, Escola Virtual de Governo, pela Presidência da República e pela Vice-Presidência da República.

3.3.6 Programa de Gestão e Desempenho

No primeiro semestre de 2024, os esforços foram concentrados em ações que viabilizaram a adequação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD), conforme os dispositivos da [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24/2023](#).

A nova Portaria do Programa de Gestão e Desempenho da Secretaria de Administração foi publicada em 23 de maio de 2024, [Portaria SA/SE/CC/PR nº 164](#), de maio de 2024 é utilizada como modelo para



as instituições do Programa nas demais unidades da Presidência da República.

A Secretaria de Administração fez a implementação das novas regras do PGD a partir de julho de 2024, sendo uma das primeiras unidades da Administração Pública Federal a adequar-se ao Novo PGD.

A partir de 1º de novembro de 2024, foi revogado o PGD das unidades instituidoras que não realizaram sua adequação até aquela data.

Atualmente, estão vigentes quatro portarias de instituição do PGD, referentes às seguintes unidades da Presidência da República: Secretaria-Executiva e Secretaria Nacional de Participação Social, ambas da Secretaria-Geral, Secretaria de Administração da Secretaria-Executiva da Casa Civil, e Gabinete de Segurança Institucional, conforme detalhado a seguir:

- Secretaria-Geral
 - Secretaria-Executiva: [Portaria SE/SG/PR nº 694, de 31 de outubro de 2024](#)

- Secretaria Nacional de Participação Social: [Portaria SNPS/SG nº 1, de 19 de setembro de 2024](#)
- Gabinete de Segurança Institucional
 - Gabinete de Segurança Institucional: [Portaria GSI/PR nº 141, de 30 de outubro de 2024](#)
- Casa Civil
 - Secretaria de Administração: [Portaria SA/SE/CC nº 164, de 22 de maio de 2024](#)

3.3.7 Valorização do ambiente e das condições de trabalho

A área de bem-estar no trabalho, tem como objetivo apoiar as unidades da PR no diagnóstico e na proposição de ações e projetos organizacionais para promoção de bem-estar no trabalho, operando nas condições multidimensionais que o integram: satisfação no trabalho, no âmbito da promoção das relações interpessoais positivas, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional, a partir de

evidências e princípios técnicos e científicos.

Vale ressaltar o projeto "Liderança Ativa" e palestras. Tais iniciativas apoiaram os gestores na superação das dificuldades encontradas na gestão de equipes e na promoção do bem-estar no trabalho.

Cabe destacar que em 2024 foram realizadas ações contínuas para a promoção da saúde e do bem-estar dos servidores, tais como: a promoção da saúde, melhoria das instalações da PR e VPR, atendimento médico, campanhas de saúde, e a realização de exames médicos periódicos, dentre outras.

A Vice-Presidência da República investiu na implementação de políticas de inclusão e diversidade, criando ambiente de trabalho mais plural e estimulante.

Dentre as ações destacam-se a manutenção do Programa de Estágio, que inclui jovens no cotidiano de trabalho da Vice-Presidência da República, e a elaboração coletiva do Plano de Ações Afirmativas em

conjunto com a Casa Civil da Presidência da República.

3.3.8 Principais Desafios

Como desafios na área de gestão de pessoas para o próximo ano destacam-se as iniciativas a seguir:

- Ampliação de programas de capacitação, com o fortalecimento de soluções personalizadas com integração tecnológica para gestão e desenvolvimento de pessoas;
- Aumento do atendimento das necessidades mapeadas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas sendo que para 2025 o PDP conta com um total de 132 necessidades prioritárias, prevendo a realização de 4.359 ações; e
- Conclusão do Programa Piloto de Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT executado em conjunto com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos que foi iniciado em ago/24.



3.4 Gestão de Licitações e Contratos

3.4.1 Principais normas internas e mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas utilizados

Quanto à conformidade legal nas contratações realizadas pela administração, cumpre registrar que essas são regulamentadas pela [Lei nº 14.133/2021](#), conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Tal normativo estabelece as normas gerais para licitações e contratos no âmbito das administrações públicas direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Especificamente, os artigos 72 a 76 da [Lei nº 14.133/2021](#) dispõem sobre os casos e procedimentos de contratação direta, abrangendo hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Além da Lei principal, existem Instruções Normativas que

detalham e orientam a aplicação desses dispositivos.

As mesmas podem ser consultadas no Portal de Compras do Governo Federal.

Nesse sentido, cumpre registrar que das licitações homologadas na Presidência da República, 100% dos processos licitatórios foram realizados pela [Lei nº 14.133/2021](#), sendo:

- 1 licitação na modalidade Concorrência; e
- 62 na modalidade Pregão Eletrônico.

Por meio da análise e condução do processo licitatório, a gestão de licitação atua na prevenção de irregularidades, ineficácias, e ineficiências nas contratações, promovendo a regularidade, economicidade e adoção de melhores práticas nas contratações.

A formalização, alteração, reajuste, reequilíbrio, prorrogação e rescisão de instrumentos contratuais promovem a preservação da regularidade e economicidade na formalização e renovação de contratos administrativos. Registre-se que a Secretaria de

Administração da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República dispõe de normativo interno, a saber a [Portaria nº 144, de 29 de março de 2022](#), que estabelece diretrizes e procedimentos relativos à gestão e fiscalização de contratos administrativos e de outros instrumentos congêneres no âmbito da Presidência da República.

Ademais, o apoio à apuração e ao tratamento tempestivo do descumprimento de obrigações contratuais e irregulares na contratação permite a mitigação de riscos e tratamento tempestivo dos efeitos negativos ao interesse público.

Para auxiliar nesta importante atividade foi elaborada a [Instrução Normativa SA/SG-PR nº 1, de 23 de novembro de 2020](#), que estabelece critérios de dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar. Em relação ao referido normativo, destaca-se que está passando por revisão, tendo em vista a publicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, [Lei](#)

[nº 14.133/2021](#).

Por fim, registre-se que em parceria com a Diretoria de Tecnologia (DITEC), foi aperfeiçoado e implementado o sistema SIGECON que permite dinamizar a tarefa de acompanhamento das contratações em andamento, bem como o painel de dados em Power BI, a fim de gerar transparência e produtividade.

3.4.2 Resumo dos valores de contratações classificadas por tipos de serviços

A gestão de licitações e contratos atuou em 2024, em 100 processos licitatórios, sendo 82 oriundos da Unidade Gestora da Secretaria de Administração (110001) e 18 da Unidade Gestora do Gabinete de Segurança Institucional (110322).

A seguir são apresentadas de forma gráfica informações sobre as licitações por tipos; bem como as diferentes unidades favorecidas.



Gráfico 3.4.1 - Quantidades de Licitações por Unidades Favorecidas e Fase da Licitação

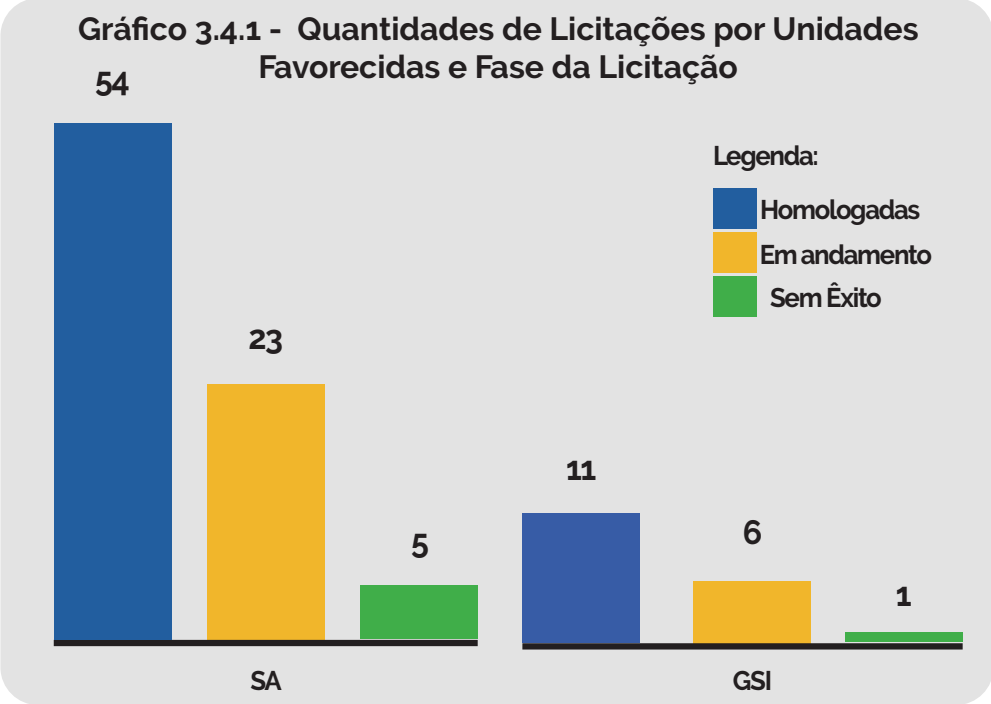
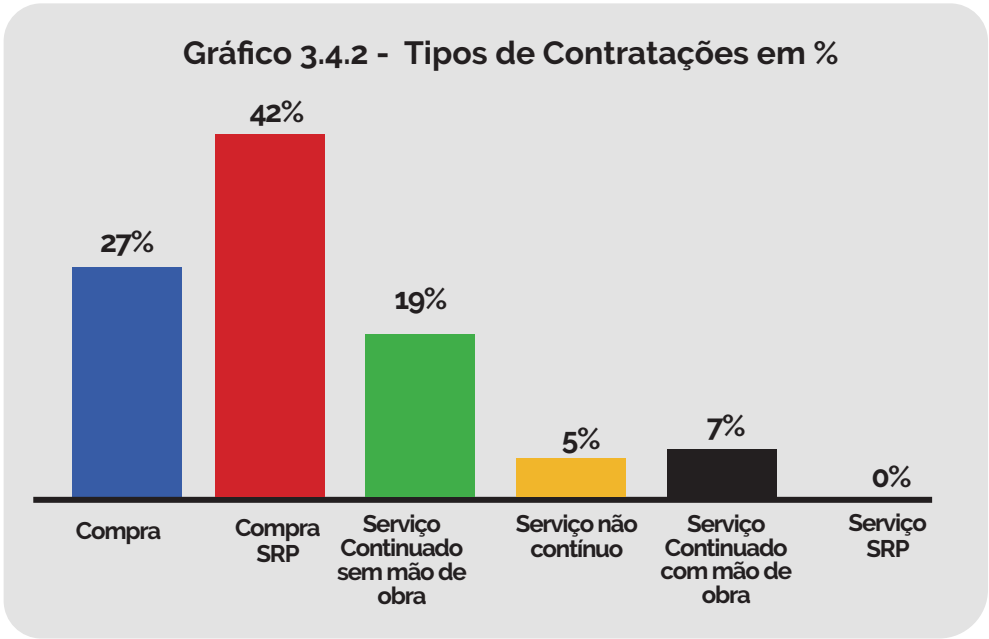


Gráfico 3.4.2 - Tipos de Contratações em %



3.4.3 Contratações Relevantes

Ao fim de de fortalecer a infraestrutura da PR, especificamente quanto ao funcionamento de suas instalações, as licitações mais relevantes da Presidência da República, constituem em sua maioria, aquisições e serviços voltadas a operação dos órgãos, investimento em tecnologia da informação e manutenções.

As licitações relacionam-se diretamente com o Plano Estratégico Integrado da Presidência da República, contemplando o objetivo de "Aperfeiçoar os serviços logísticos e a infraestrutura física da Presidência da República".

No tocante às contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação encontram-se em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC/PR) 2021-2022, que teve sua vigência prorrogada até 31/12/2024, por intermédio da Resolução nº 38, de 18 de dezembro de 2023, do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação.

Adiante, apresenta-se informações quanto aos contratos mais relevantes, inclusive o quadro destaque de contratos de mão de obra, com seus respectivos elementos de identificação.

Tabela 3.4.1 - Detalhamento das Principais Licitações

Instrumento	Objeto	Tipo	Valor (em R\$ 0,00)
00059.000165/2024-91	Serviços comuns de engenharia	Serviço Não-continuado	R\$12.598.000,00
00088.000487/2023-11	Organização de eventos	Serviço Continuado	R\$ 11.207.348,00
00087.000865/2023-68	Locação de veículos, com e sem motorista, na Região Nordeste	Serviço Continuado	R\$ 9.979.251,28

Instrumento	Objeto	Tipo	Valor (em R\$ 0,00)
00094.001211/2023-62	Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS) INMARSAT.	Serviço Continuado	R\$ 9.372.076,92
00170.004182/2023-31	Aquisição de equipamentos audiovisuais	Aquisição	R\$ 7.902.708,19
00087.000047/2023-65	Serviços de administração e gerenciamento de manutenção de veículos	Serviço Continuado	R\$4.032.864,00
00094.000097/2024-34	Aquisição de Firewall de Aplicação Web-WAF	Aquisição	R\$ 3.884.000,00
00059.001148/2023-91	Serviços comuns de engenharia	Serviço Não-continuado	R\$ 1.882.472,53
00094.000392/2023-18	Aquisição de Firewall de Próxima Geração NGFW	Aquisição	R\$ 1.360.000,00

3.4.4 Contratações Diretas

A contratação direta é um processo de aquisição de bens e serviços pelo governo sem a realização de licitação. É um instrumento da Administração Pública para alcançar o interesse público.

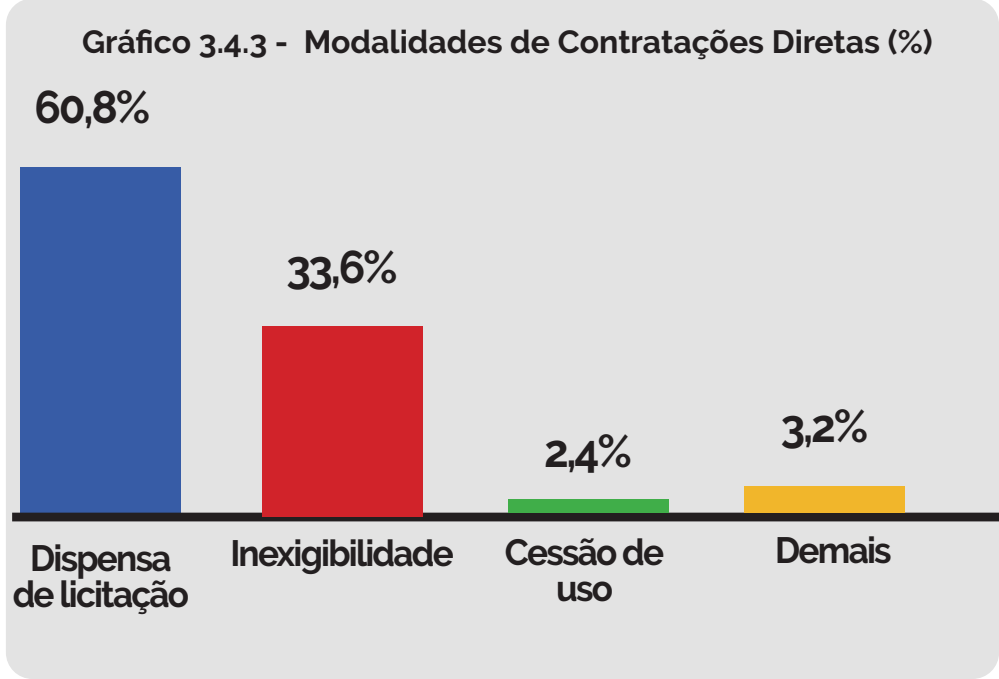
A contratação direta compreende diferentes modalidades. Assim apresenta-se no Gráfico 3.4.3 a participação percentual de cada tipo de modalidade em relação ao total de contratações diretas realizadas ao longo do ano.

A modalidade Dispensa de Licitação se destaca como a mais utilizada, representando 60,8% das contratações diretas.

Nesse caso a licitação não é obrigatória conforme previsto em lei, como por exemplo, em situações emergenciais e contratações de baixo valor.

A dispensa de licitação permite maior agilidade e eficiência na contratação, atendendo às necessidades imediatas da Presidência da República.

A modalidade Inexigibilidade de Licitação aparece em segundo lugar, correspondendo a 33,6%



dos processos.

Essa categoria ocorre quando há impossibilidade de concorrência, como nos casos de contratação de serviços técnicos especializados ou fornecedores exclusivos.

As demais modalidades de contratação direta possuem participação reduzida no total.

A Cessão de Uso representa 2,4%, e as demais modalidades representam 3,2% do total das contratações diretas.

O Termo de Compartilhamento, o Acordo de Cooperação Técnica, as Adesões e os Comodatos, cada qual, representa cerca de 0,8% do total.

Ressalta-se que as contratações foram realizadas dentro dos critérios legais que permitem a não realização de um processo licitatório convencional.

Para fins de controle e organização, as contratações diretas são divididas em quatro tipos: material, serviço, material de TIC e serviço TIC.

Em 2024 a maior parte das contratações diretas foi destinada à categoria Material, representando 52% do total.

Em seguida, a categoria Serviço corresponde a 44%, das contratações.

Já as contratações associadas à área de tecnologia da informação e comunicação possuem uma representatividade menor no total de processos, correspondente a apenas 2,4%.

Finalmente as contratações de o Material TIC representam 1,6%.

A predominância das categorias aterial e Serviço indica uma maior necessidade de suprimentos e serviços gerais para o funcionamento das atividades, enquanto as demandas específicas de TIC apresentam uma participação reduzida. Esse panorama pode auxiliar na alocação de recursos e no planejamento das futuras contratações, permitindo um melhor gerenciamento das prioridades institucionais.

A tabela a seguir apresenta as contratações diretas mais relevantes em 2024.

Tabela 3.4.2 - Detalhamento das Principais Contratações Diretas

Instrumento	Objeto	Tipo	Valor (em R\$ 0,00)
00130.000360/2023-21	Compartilhamento de Imóvel	Serviço continuado	R\$ 1.629.525,75
00040.000165/2024-91	Apoio Adm. para SERS	Serviço continuado	R\$ 899.653,44
00059.001087/2024-42	Fornecimento de energia elétrica	Serviço continuado	R\$ 9.750.000,00
00030.002835/2024-22	Locação de Espaço de Evento	Serviço não continuado	R\$ 1.505.758,00
00059.001489/2024-47	Fornecimento de água	Serviço continuado	R\$ 6.082.206,52
00094.000253/2024-67	Serviços de Certificação Digital	Serviço continuado	R\$ 342.365,48

3.4.5 Principais Desafios, Ações e Perspectivas para os Próximos Exercícios

Em 2024, foram enfrentados desafios relacionados à adaptação normativa da Nova Lei de Licitação e Contratos, levando à revisão de processos, diálogo com as áreas demandantes e capacitação da equipe. Neste sentido, como perspectiva para 2025, devem ser realizadas ações visando uniformizar e otimizar a instrução processual das contratações de licitação. Entre as iniciativas previstas, destacam-se:

- Realização de capacitações especializadas - Treinamentos focados nas necessidades específicas das áreas demandantes;
- Criação de guias práticos - Documentos que facilitam a compreensão e aplicação das normas e procedimentos;
- Desenvolvimento de ferramentas de apoio à instrução processual - Recursos tecnológicos que auxiliam na elaboração e acompanhamento dos processos; e

• Fortalecimento da comunicação entre os setores envolvidos - Melhoria na troca de informações e na colaboração entre as diferentes áreas.

O objetivo de tais iniciativas é aprimorar a conformidade, eficiência e transparência nas contratações públicas.

3.4.6 Gestão de Licitações e Contratos da Vice-Presidência da República

A Diretoria de Administração da Vice-Presidência da República executa a gestão dos processos de compras que atendem as necessidades específicas da VPR. A atuação possui natureza supletiva às atividades da Diretoria de Recursos Logísticos da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República. Com isso, racionaliza o uso dos recursos públicos destinados a serviços compartilhados com os órgãos essenciais da PR, evitando duplicidade de contratações para mesmas finalidades.

Essa estratégia de ação complementar aos provimentos realizados pela Presidência

da República objetiva ampliar seus níveis de economicidade, eficiência e efetividade nos serviços prestados pelas empresas contratadas e pela força de trabalho institucional PR, composta por servidores cedidos e requisitados, além de estagiários e colaboradores que atuam na VPR, para atender a inexistência de quadro próprio de servidores.

Em 2024, todos os processos de contratação foram realizados sob a égide do regulamento federal de licitações e contratos, atualmente a [Lei nº 14.133/2021](#), que, além de tratar das modalidades de licitação, estabelece também novos critérios para contratos administrativos.

Assim, busca promover maior eficiência e conformidade em seus processos de licitações e contratos. A equipe responsável tem sido capacitada para atualizar-se quanto às prescrições legais vigentes, melhores práticas e mudanças trazidas por aquele diploma legal e demais normas complementares que tratam dessa matéria.

A unidade manteve atualizado seu Plano de Contratações Anual

(PCA 2024), ferramenta essencial para o planejamento eficiente de suas aquisições públicas. Assim, assegura transparência, eficiência e alinhamento objetivo de cada compra às necessidades institucionais do órgão, conforme artigo 12 daquela lei, regulamentada pelo [Decreto nº 10.947/2022](#).

Ainda sobre os resultados de 2024, as contratações abrangeram materiais e prestação de serviços, cujos baixos valores e quantidades resultaram da pequena estrutura adotada pela VPR, a partir do início do atual mandato presidencial e esforços de contenção de gastos que realiza, em contribuição às diretrizes de gestão fiscal responsável determinada pelo atual Governo.

Esclarecemos que, em 2024, não se fez necessária nenhuma licitação pública. Essas contratações envolveram somente itens imprevistos e de baixo valor, adquiridos pelo menor preço apurado em pesquisa de preços nos 8 procedimentos de compras e contratações realizados pela VPR.



A seguir descrevemos cada uma dessas contratações:

- Aquisição anual de utensílios domésticos para substituir itens inservíveis do Palácio do Jaburu – Contratação Direta nº 8/2024 – R\$ 6.270,14;
- Aquisição anual de faqueiros para substituir itens inservíveis utilizados pelos servidores e segurança no Palácio do Jaburu – Contratação Direta nº 18/2024 – R\$ 4.457,97;
- Contratação anual de serviços de 7 postos de apoio administrativo e secretariado – Amazonas Serviços de Limpeza e Comércio Ltda – R\$ 656.892,48/ano;
- Contratação anual de serviços de distribuição de publicidade legal e/ou eletrônica junto à EBC – R\$ 6.500,00;
- Contratação anual de serviço de abastecimento de água, esgoto sanitário e outros – CAESB – R\$ 171.360,00/ano;
- Contratação Direta nº 6/2024 – Patrícia Barcellos Pereira e Vésper Cristina B. Cardelino – 19º Congresso Brasileiro de Pregoeiros e Agentes de Contratação – R\$ 9.000,00;

- Contratação Direta nº 9/2024 – Patrícia Augusta da Silva – 2º Seminário Nacional de Gestão de Pessoas e Liderança no Setor Público – R\$ 4.100,00; e
- Contratação Direta nº 13/2024 – Milena Lustosa Carvalho da Cunha – I Workshop Contábil – R\$ 3.690,00.

Em 2024, a VPR celebrou 3 contratos:

- Contrato nº 01/2024 - serviço de apoio administrativo e secretariado à empresa Amazonas Serviços de Limpeza e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda;
- Contrato nº 02/2024 - serviços da EBC para distribuição de publicidade legal e/ou eletrônica; e
- Contrato nº 03/2024 - serviço de abastecimento de água, esgoto sanitário para cumprir a [Portaria SEGES/MGI nº 9.598/2024](#), e Orientação Normativa AGU nº 36, de 13 de dezembro de 2011, que determinavam a extinção, até 31 de dezembro de 2024, dos contratos com vigência por prazo indeterminado regidos pela lei anterior ([Lei 8.666/1993](#)).

Gráfico 3.4.5 - Tipos de Contratações

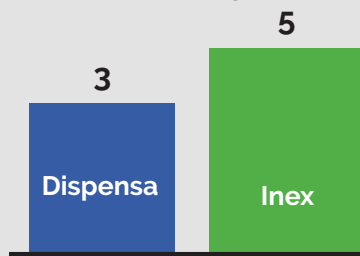
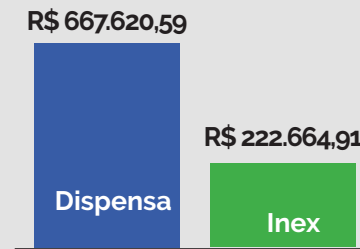
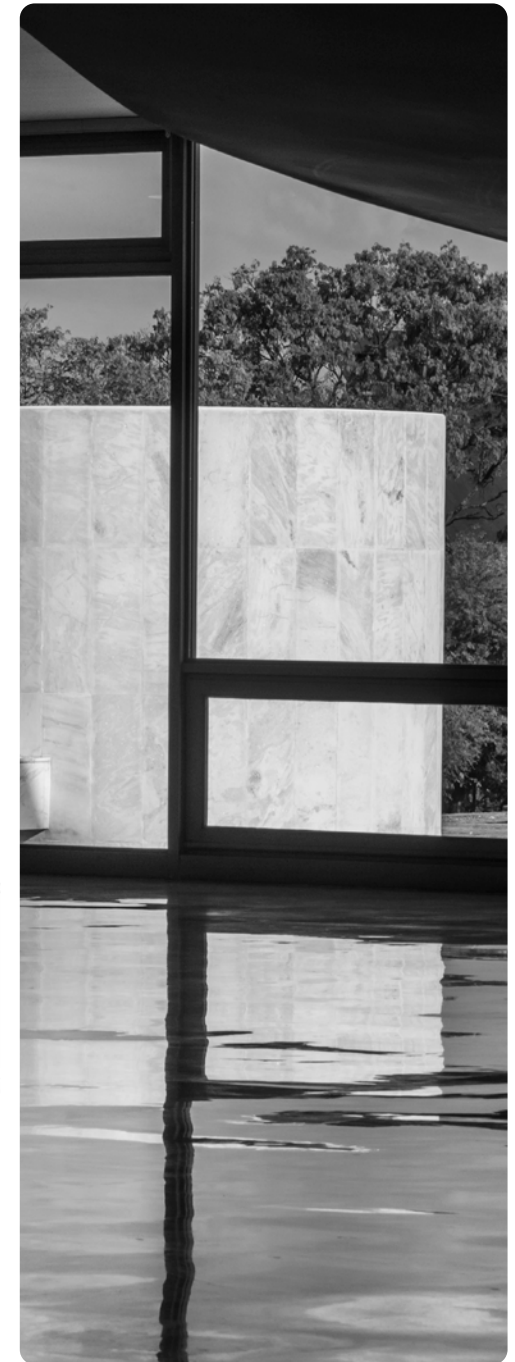


Gráfico 3.4.6 - Total de Gastos



Informações em
Transparência Ativa

Para acessar informações sobre a Licitações, Contratos e Contratações Diretas na Presidência da República - [clique aqui](#)



3.5 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Estruturalmente, os provimentos referentes ao patrimônio e à infraestrutura física para os órgãos da Presidência da República são prestados pela Secretaria de Administração (SA), por intermédio de sua área técnica administrativa: a Diretoria de Engenharia e Patrimônio (Dienp).

A gestão patrimonial atua de forma sistêmica com os agentes patrimoniais, que pertencem aos quadros funcionais dos órgãos/unidades demandantes, visando a otimização dos recursos patrimoniais disponíveis, a fim de atender às recomendações dos órgãos de controle, gerar valor ao órgão, promovendo a redução de custos, a racionalização no uso dos bens móveis e do material de consumo, e o alcance dos objetivos institucionais.

No que tange aos serviços de infraestrutura física, notadamente aos serviços de engenharia, deve-se destacar que são observadas um extenso rol de normatizações a serem atendidas, como normas da

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), disposições do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – (CONFEA) e do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Portarias técnicas e resoluções específicas expedidas por diversos órgãos como Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e governo do Distrito Federal, dentre outros.

A conformidade da Gestão Patrimonial da Presidência da República se dá, sobretudo, pela observância das orientações dos órgãos centrais, com destaque à [Lei nº 14.479/2022](#), ao [Decreto nº 9.764/2019](#) e ao [Decreto nº 9.373/18](#) e [Instrução Normativa nº 205/1988 – SEDAP](#), também foram observados os preceitos da [Lei nº 8.666/1993](#) e da [Lei 14.133/2021](#).

Destacam-se as seguintes Portarias:

- [Portaria SA/SG/PR nº 151, de 15 de junho de 2022](#): que estabelece critérios e procedimentos para a gestão e execução das atividades patrimoniais de bens móveis permanentes e intangíveis que integram o acervo da Presidência da

República, além dos bens de terceiros sob custódia;

- [Portaria SG/PR nº 131, de 19 de janeiro de 2022](#): que dispõe sobre a Política para a Gestão de Bens Móveis da Presidência da República e, supletivamente, da Vice-Presidência da República;

- [Portaria SA/SG/PR nº 143, de 29 de março de 2022](#): que estabelece critérios para desfazimento de materiais de consumo e de bens móveis permanentes inservíveis, no âmbito da Presidência da República;

- [Portaria nº 232, de 2 de junho de 2020](#): que institui o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial - Siads, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas dependentes do Poder Executivo Federal, e dá outras providências;

Ainda, observa-se o [Manual de Contabilidade Aplicada do Setor Público - Parte II](#), o qual estabelece Procedimentos Contábeis Patrimoniais Aplicáveis ao Setor Público.

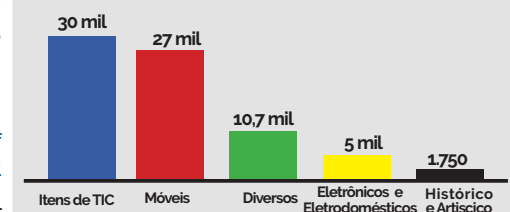
Outrossim, cabe destacar

que dadas as características das instalações, requer ainda observar o estreito cumprimento das instruções expedidas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, tendo em vista a conservação de toda característica arquitetônica das instalações utilizadas pela Presidência da República.

3.5.1 Gestão Patrimonial

A Secretaria de Administração, por meio da Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP faz a gestão de bens patrimoniados pertencentes ao acervo da Presidência da República que correspondia a cerca de 74.450 itens em 2024.

Gráfico 3.5.1 - Tipos de Bens Patrimoniais



O Almoxarifado Virtual Nacional (AVN) tem como objetivo gerar

economia e eficiência para a Administração Pública Federal na aquisição de materiais de consumo administrativo. Seus benefícios incluem a redução de custos administrativos, a desburocratização do fornecimento, a otimização do espaço físico e a melhoria no planejamento, controle e gestão das aquisições.

Por meio de um sistema informatizado de monitoramento, o Almoxarifado Virtual Nacional (AVN) disponibiliza materiais de consumo. Em 2024, a Presidência da República aderiu ao AVN, consumindo aproximadamente 5.624 itens, enquanto o Almoxarifado Central da Presidência registrou o atendimento de 3.889 itens.

A área de gestão patrimonial é responsável por realizar o planejamento de contratações de diversos objetos em atendimento às demandas da PR. Dessa forma, foram instruídos 58 processos de aquisição, no exercício de 2024, abrangendo um total de 663 itens e 307.754 unidades.

No tocante à incorporação de bens, foram registrados cerca de 7.500 bens móveis permanentes

ao patrimônio da Presidência da República. Esses bens se referem a processos de entrada patrimonial por meio de compra, transferência externa, doação e confecção nas oficinas da PR, no período de janeiro a dezembro de 2024.

Quanto ao processo de desfazimento, em 2024, pela restrição em função do período eleitoral conforme a [Lei nº 9504/1997](#), impediu a continuidade dos processos de desfazimento. A transferência entre órgãos de bens móveis permanentes e ociosos registrou aproximadamente 2 mil bens.

Foram instruídos 22 processos de desfazimento, totalizando cerca de 2.325 itens (208 bens de consumo e 2.117 bens permanentes)

Cada processo equivale a um lote, e o quantitativo de itens por lote varia de acordo com a necessidade do desfazimento e a modalidade utilizada, segundo a Comissão de Desfazimento ([Portaria SA nº 143/2022](#))

A Comissão de Inventário Anual da Presidência da República (CIA/PR) obteve os seguintes resultados em 2024 em relação

ao inventário de 2023.



Cabe informar que foi realizado o III Encontro dos Agentes Patrimoniais da Presidência da República. O evento contou com a participação de aproximadamente 110 servidores responsáveis pela gestão do patrimônio público do órgão. Durante o encontro, foram abordados temas essenciais, como a apresentação dos analistas de contas, a importância dos Agentes Patrimoniais na comissão de inventário e a campanha "Cuidemos do que é nosso", que tem como objetivo sensibilizar e destacar a relevância de uma gestão cuidadosa e responsável do patrimônio público. Este evento reforçou a necessidade de um

trabalho colaborativo e eficiente, visando a preservação e o uso adequado dos recursos da Presidência da República.

O Analista de Contas é o servidor responsável por atender exclusivamente os Agentes Patrimoniais de cada Unidade Administrativa Patrimonial, com o objetivo de organizar o atendimento devido ao grande número de unidades e bens móveis permanentes da Presidência da República. Em parceria com a Unidade de Gestão Patrimonial, foi estruturado um número adequado de servidores para prestar esse atendimento de forma eficiente. Além disso, o Detentor de Carga Patrimonial é o servidor que atua junto aos Agentes Patrimoniais, facilitando o controle dos bens móveis e assumindo a responsabilidade solidária por eles.

O Depósito Central de bens móveis permanentes possui 9 mil itens sob sua guarda e armazenamento. Durante o ano de 2024 foi realizado intenso trabalho de reorganização dos espaços com vistas a redução de perdas e danos, buscando a otimização do espaço de



armazenagem, bem como a segurança e a diminuição dos riscos ambientais. Atualmente, as unidades depositárias estão divididas em três segmentos, os quais foram ajustados para o aumento da eficiência operacional, além de atendimentos céleres as demandas da Presidência da República. Os espaços estão organizados da seguinte forma:

- Bens para pronto-atendimento;
- Bens em processo de regularização e bens em lotes de desfazimento.

3.5.2 Gestão de Infraestrutura Física

Na área de engenharia e infraestrutura, as entregas são fundamentais para o aprimoramento contínuo da estrutura e dos serviços prestados no âmbito da Presidência da República.

Esses projetos, que exigem planejamento minucioso e execução eficiente, têm como principal objetivo a melhoria do atendimento tanto aos servidores quanto aos usuários, garantindo condições adequadas

de trabalho, segurança e acessibilidade.

Através dessas iniciativas, buscamos otimizar os processos internos, proporcionar um ambiente mais moderno e funcional, e contribuir para a excelência no desempenho das atividades administrativas, sempre alinhadas às necessidades e exigências da gestão pública.

Este tópico do relatório de atividades apresenta as principais ações e resultados alcançados nesse contexto, evidenciando o impacto positivo dessas intervenções na qualidade dos serviços prestados.

A entrega do novo heliponto do Palácio do Planalto marca um avanço importante na infraestrutura de transporte aéreo da sede do Governo Brasileiro. A entrega foi realizada após cerca de 14 anos desde sua última utilização.

A conquista do 3º lugar na premiação do Programa Bicicleta Brasil, promovido pelo Ministério das Cidades, e com a participação de diversos municípios e entidades que apresentaram os seus projetos de mobilidade,

ressalta o impacto significativo e o sucesso das iniciativas voltadas para a promoção da mobilidade sustentável no país. Este reconhecimento é um testemunho do compromisso contínuo em incentivar o uso da

bicicleta como uma alternativa viável e ecologicamente correta para o transporte urbano. Esta premiação não apenas celebra os resultados alcançados, mas também inspira futuras ações para transformar o complexo



da Presidência da República mais sustentável, incorporando a agenda ambiental nas ações da PR, como sede do Poder Executivo.

Revitalização do Palácio do Planalto e Edifícios Anexos

No Palácio do Planalto e seus edifícios anexos, as iniciativas de engenharia e manutenção foram concluídas com sucesso, restaurando e modernizando as instalações após os danos causados pela invasão de 8 de janeiro de 2023.

As avarias nos elevadores e a infraestrutura danificada, incluindo fachadas, vidros, espelhos e gradis, foram completamente recuperadas. Um novo sistema de detecção e alarme de incêndio foi implantado, aumentando a segurança das instalações.

A substituição dos busways por cabos foi finalizada, e a iluminação do estacionamento dos Anexos foi modernizada com luminárias LED.

Circuitos de rede estabilizada foram instalados para eventos nos salões nobres, e um sistema de pressurização de água potável

foi implementado nos edifícios anexos.

As revitalizações de fachada incluíram a pintura da platibanda do Anexo IV, a instalação de letreiros e melhorias no acesso principal do Anexo II, além de alterações de layout e revitalização de áreas técnicas da DITEC nos Anexos.

O sistema de hidrantes foi atualizado, e um gerador redundante para cargas críticas foi instalado.

Apoio energético e climatização foram fornecidos para eventos no palácio, e a iluminação cenográfica foi aprimorada para campanhas.

O sistema de climatização VRF do salão oeste e de outras áreas de significativa importância, como o gabinete presidencial, no Palácio do Planalto, passou por modernização, com a troca dos equipamentos de condensadoras.

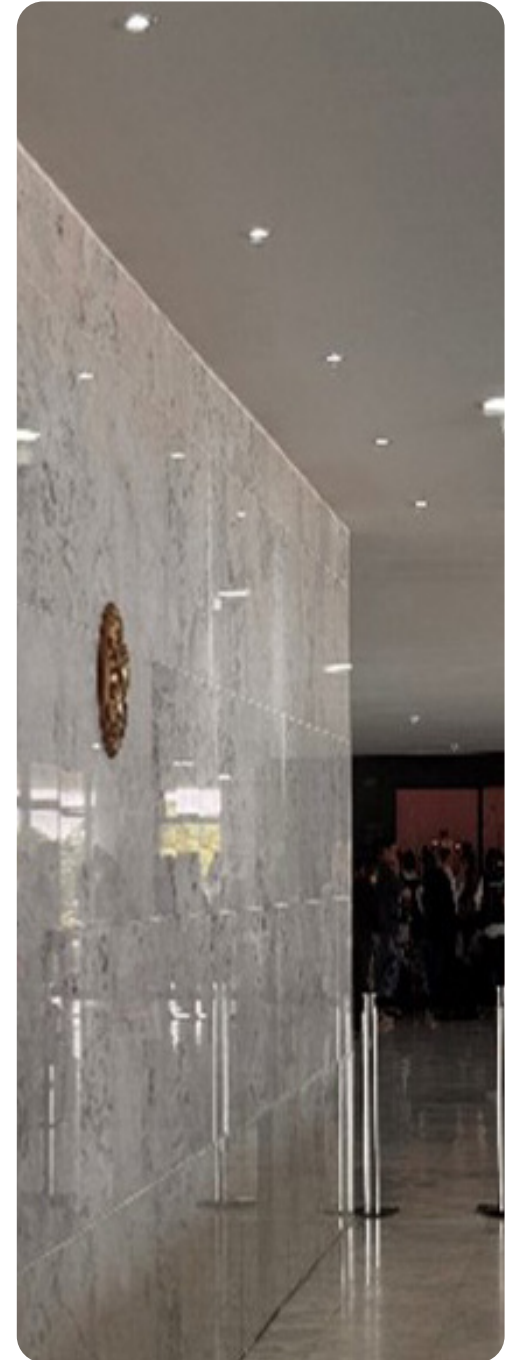
A modernização dos sistemas de ar-condicionado VRF no Palácio do Planalto, com a substituição por modelos de 5ª geração, é fundamental para promover a eficiência energética e reduzir

significativamente as emissões de carbono. Dos 48 conjuntos de condensadoras, foram substituídas 4.

Após a realização desta substituição, não houve mais histórico de paralisação do sistema.

Também foram realizados aprimoramentos na área de identificação do Palácio do Planalto, substituindo-se estrutura improvisada de compensado por um painel de mármore.

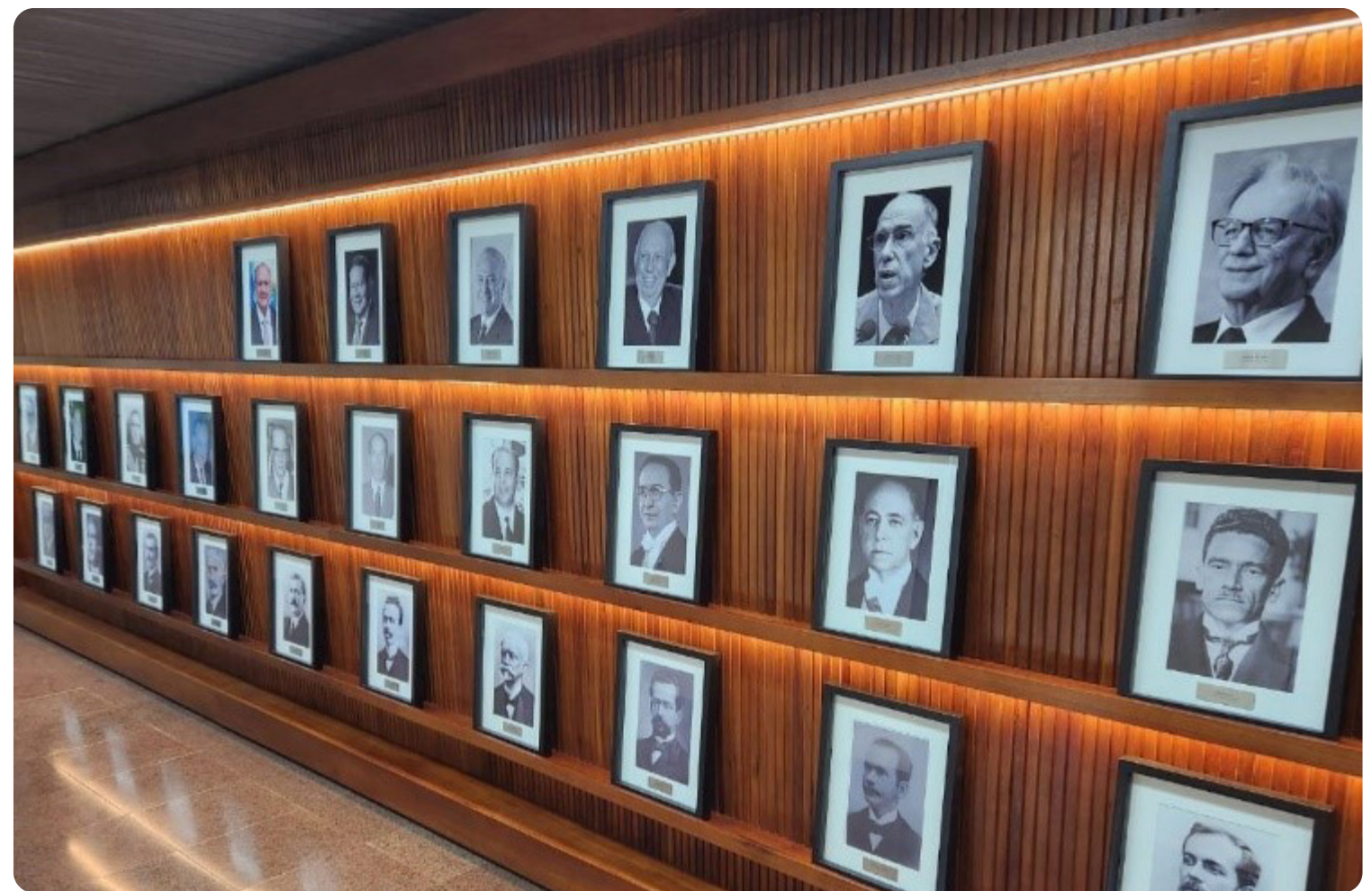
Essa solução, aprovada pelo IPHAN, exigiu a criação de uma estrutura metálica para suportar mais de 900 kg, garantindo a preservação do piso original.



A instalação de duas galerias dedicadas aos ex-vice-presidentes e ex-presidentes do Brasil representa um importante esforço para preservar e honrar a memória política do país. Essas galerias oferecem uma visão abrangente das contribuições e legados deixados por essas figuras públicas ao longo da história brasileira.

Ao proporcionar um espaço de reflexão e aprendizado, as galerias não apenas celebram as trajetórias individuais, mas também estimulam o interesse público pela história política nacional. Essa iniciativa contribui para a educação cívica e o fortalecimento da identidade democrática do Brasil, permitindo que visitantes e cidadãos compreendam melhor o papel desses líderes na construção da Nação.

Ações de restauro e confecção de mobiliários são exemplos de ações que valorizam e preservam o patrimônio da Presidência da República. Agrega a isso as entregas voltadas para promoção do bem-estar dos servidores e suporte à comunidade que circulam pelas dependências



da Presidência da República, a exemplo da reativação de um restaurante de serviço oferece agora uma opção acessível para alimentação de servidores e terceirizados, fortalecendo o senso de comunidade e inclusão social e a sala de amamentação que foi um espaço idealizado para

apoio às mães, proporcionando um espaço seguro e confortável para a amamentação, essencial para a saúde e o vínculo entre mãe e filho.

No Complexo N2, uma série de melhorias foi realizada para otimizar a funcionalidade e elevar

o padrão das infraestruturas, alinhando-as com as demandas atuais e futuras. As instalações elétricas de iluminação e tomadas do almoxarifado e do depósito de bens históricos e artísticos foram revitalizadas. Um nobreak de 40 kVA foi instalado para a rede estabilizada da Coordenação-

Geral de Operações de Engenharia (COENGE). Enquanto a iluminação externa das oficinas da Coordenação Geral de Transporte (COTRAN) e da área de convivência dos motoristas foi modernizada com luminárias LED, incluindo a via de acesso ao posto de combustível; e nos pavilhões de Comando e Logístico da Secretaria de Segurança Presidencial/GSI. A construção de uma passarela e escada de acesso à Coordenação-Geral de Patrimônio foi concluída, melhorando a acessibilidade. Além disso, destaca-se a finalização do Galpão do GSI, que abrigará sala de simulação de tiro e sala de simulação de direção. Cita-se, ainda, a modernização e revitalização da COSEG. Essas ações integradas não apenas restauraram as áreas afetadas, mas também asseguraram eficiência e segurança, promovendo uma atualização significativa nas instalações.

3.5.3 Residências Oficiais

A atual gestão verificou que as instalações das residências oficiais da Presidência da República, inclusive a Granja do Torto, precisavam de reparos,

restauração e revitalização, em continuidade aos serviços executados em 2023.

Ressalte-se que para execução das demandas de serviços foram utilizados os contratos já firmados de manutenção predial e de serviços comuns de engenharia que atendem a todas as edificações da Presidência da República.

Assim, em 2024, visando a segurança e o conforto das instalações foram executadas intervenções pontuais, conforme elencadas abaixo:

- manutenção de natureza civil, elétrica e mecânica, com objetivo de preservação e habitabilidade e utilização pública:
- modernização e automação de sistemas;
- instalação de banco capacitor automático no Palácio para correção do fator de potência da instalação, dentre outros serviços, visando assim melhor eficiência energética da instalação, redução dos custos com consumo, aumento da

capacidade do sistema, maior estabilidade e qualidade da energia elétrica e atender requisitos regulatórios;

- Revitalização das infraestruturas elétricas, incluindo para wi-fi para área do jardim e do lago foram disponibilizadas; e
- Instalação da medição do consumo energético da equoterapia promovendo melhor controle e eficiência energética.
- confecção de mesas e bancos artesanais, a partir de madeiras reutilizadas;
- impermeabilização do reservatório de água para evitar vazamentos;
- revitalização da sinalização horizontal do heliponto;
- estabilização da estrutura da cobertura da área de eventos;
- reforço do cercamento perimetral, corrigindo-se falhas e garantindo a segurança das propriedades;
- reparação da mureta de alvenaria e a remoção dos mourões de concreto da

alameda de entrada agora oferecem uma entrada mais organizada e segura;

- manutenção e recuperação da rede de águas pluviais foram concluídas, prevenindo alagamentos e protegendo a estrutura; e
- revitalização da casa de bombas do reservatório de água, na Granja do Torto, acompanhada pela substituição de baterias do nobreak, assegurando a continuidade do fornecimento de energia.

Ainda em 2024, a Vice-Presidência da República manteve as medidas específicas para racionalizar o uso de energia elétrica nos espaços irrigados do Palácio Jaburu.

Além disso, manteve em área circunvizinha o uso da iluminação por lâmpadas LED, mais eficientes e efetivas, para reduzir o consumo e os gastos com energia e aperfeiçoar as condições de iluminação e de segurança do local. Como resultado, reduziu em 94.011 Kwh em 2023, comparativamente a 2022. Em 2024, melhorou essa performance pela redução de



outros 5%, além dos valores obtidos em 2023, resultando em economia adicional de menos 12.895 Kwh.

Por fim a partir da redefinição da estratégia de funcionamento de sistema irrigado do Palácio do Jaburu, para maior racionalidade e economia no uso dos recursos hídricos, e do conserto de vazamentos na rede de água da propriedade, a VPR manteve padrão de redução do consumo para uso em volume inferior aos anteriores. Essa diferença a menor representou economia de cerca de 675 metros cúbicos de consumo hídrico, em 2023. Em 2024, manteve esse resultado geral, que, proporcionalmente permitiu a economia de 15% em despesas com água, em relação a 2022.

Imóveis Funcionais

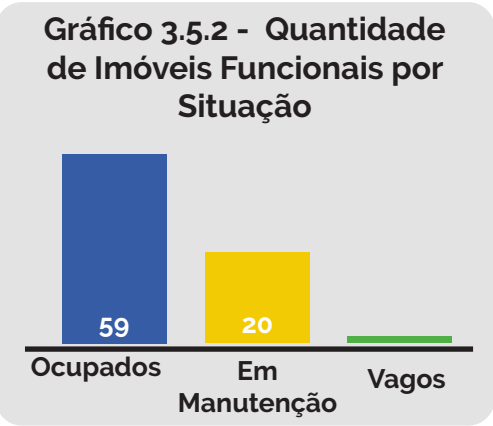
Estão sob a gestão da Secretaria de Administração 80 imóveis funcionais localizados em Brasília à disposição da Presidência da República sendo: 1 casa no bairro Lago Sul; 32 apartamentos no bairro Asa Norte; 46 apartamentos no bairro Asa Sul; e 1 imóvel em permuta.

Com a finalidade de promover

interversões de reparos em 30 unidades habitacionais foi elaborado o plano de ação para emissão de laudo técnico, que se encontravam desabitadas, visto que não existia condição de habitabilidade.

Em 2024 foram realizadas 10 (dez) intervenções, cuja ação propiciou que 1/3 desse quantitativo saísse da condição de desabitados para habitados, o que representa 33,33% dos 30 apartamentos previstos para intervenção de infraestrutura.

Esses imóveis prontamente foram outorgados aos servidores que aguardavam em lista de espera. Ressalte-se que as intervenções continuam em execução.



3.5.4 Estudos e Projetos

A Secretaria de Administração, por meio da Diretoria de Engenharia e Infraestrutura, tem como pilar central, a constante busca por inovações e pela melhoria da infraestrutura existente. Nesse processo, a área de projetos desempenha um papel crucial, sendo o ponto de partida de todas as iniciativas que visam transformar e modernizar os ambientes da Presidência da República. Destacamos abaixo alguns estudos e projetos em desenvolvimento dentro da área:

- Revitalização dos armários e portas da Residência Oficial da Granja do Torto;
- Revitalização da área externa da Casa do Lago;
- Implantação do sistema de supervisão, automação e controle predial da Presidência da República;
- Estudo de proteção ao pedestre na N1;
- Projetos de manejo de animais para a Granja do Torto e Palácio da Alvorada; e
- Estudo para a implantação

de uma usina fotovoltaica no Palácio da Alvorada.

3.5.5 Fauna das Residências Oficiais

A fauna da Presidência da República é formada por animais silvestres e domésticos.

Esses animais possuem várias funções e objetivos nas residências, principalmente o controle biológico, conservação da fauna e ornamentação dos jardins presidenciais.

As Emas (Rhea americana) se destacam nesta fauna por possuir dupla função: é uma espécie silvestre da fauna brasileira e caráter conservacionista, mas foi inserida nas residências por uma função principal que é o controle biológico.

Outros representantes da fauna presidencial são os peixes, em sua grande maioria espécies nativas do Brasil. A presença destes peixes nas residências oficiais tem como objetivo valorizar a biodiversidade aquática brasileira chamando a atenção para a necessidade de sua conservação e valorização.

Entre as espécies nativas representativas, estão: Tambaqui (*Colossoma macropomum*), Dourado (*Salminus brasiliensis*), Pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*) e Tucunaré (*Cichla ocellaris*).

O plantel das Residências Oficiais é composto por 10.563 animais, incluindo os peixes. Sem a contabilidade dos peixes, a quantidade de animais é de 278.

Para promoção de maior transparência do patrimônio natural das residências, os dados quantitativos de cada espécie foram disponibilizados desde julho de 2024 no Portal de Dados Abertos da Presidência da República.

As Residências Oficiais são reconhecidas como Criadouros Conservacionistas, conforme a Resolução CONAMA nº 489/2018, e cadastradas no Sistema Nacional de Gestão da Fauna Silvestre (SISFAUNA).

A Granja do Torto, regularizada pelo IBAMA, mantém diversas espécies, incluindo emas, peixes, jabutis e aves domésticas como galinhas, patos, gansos, galinhas-d'angola e pavões.



3.6 Gestão da Tecnologia da Informação

A Secretaria de Administração, por intermédio da Diretoria de Tecnologia, segue os normativos e diretrizes governamentais vigentes, além das recomendações dos órgãos de controle. Também adota as orientações e boas práticas do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), no que se refere à segurança cibernética.

Ademais, utiliza padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI. A seguir, são elencados os principais normativos relacionados à área:

- [Decreto nº 9.637/2018](#): que institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação;
- [Decreto nº 10.433/2020](#): que institui o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República;

- [Decreto nº 11.733/2023](#): que altera o [Decreto nº 10.433/2020](#), que institui o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação da Presidência da República; e
- [Decreto nº 12.198/2024](#): que institui a Estratégia Federal de Governo Digital para o período de 2024 a 2027 e a Infraestrutura Nacional de Dados.

3.6.1 Modelo de Governança de TI

A governança de tecnologia de informação na Presidência da República tem como principal instância o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGD/PR), instituído com o objetivo de desenvolver e monitorar políticas e diretrizes estratégicas transversais relativas à governança de tecnologia da informação e comunicação e à segurança da informação, no âmbito da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

Trata-se de colegiado deliberativo, composto por representantes dos órgãos

que integram a PR e a VPR, cuja estrutura possibilita a construção coletiva das políticas e diretrizes de TI para esses órgãos.

A governança de tecnologia da informação na PR é implementada pela Diretoria de Tecnologia da Secretaria de Administração, de forma transversal, consoante as competências a ela atribuídas, dentre as quais planejar, executar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com:

- A política, as diretrizes e a administração de recursos de tecnologia da informação, de telecomunicações e de eletrônica;
- O desenvolvimento, a contratação e a manutenção de soluções de tecnologia;
- A especificação de recursos, a implementação, a disseminação e o incentivo ao uso de soluções de tecnologia;
- A orientação e o suporte aos usuários na instalação, na configuração e no uso de equipamentos e na utilização de sistemas, aplicativos e serviços na área de tecnologia;

e

- As diretrizes e a administração de recursos de tecnologia da informação para segurança da informação em meios tecnológicos.

3.6.2 Montante de Recursos Aplicados em TI

Em 2024 foram aplicados os seguintes montantes de recursos em tecnologia de informação:

- 25 aquisições concluídas em 2024, com um valor estimado de aproximadamente R\$ 55 milhões, tendo sido contratados cerca de R\$ 38 milhões, gerando uma economia de 30%; e
- 29 contratos de serviços continuados com valor contratado de aproximadamente R\$ 55 milhões, e valor anual de aproximadamente R\$ 28 milhões.

3.6.3 Contratações Mais Relevantes (superiores a R\$ 1 milhão)

Investimentos

- Aquisição para modernização da solução audiovisual dos



Salões de Eventos do Palácio do Planalto e Gabinete Presidencial;

- Aquisição de solução de Firewall; e
- Aquisição de Estações de Trabalho (Desktop e Notebook);

Contratos de Serviço Continuado Mais Relevantes

- Suíte de Escritório;
- Fábrica de Software;
- Cabeamento de Rede;
- Voz e Dados por satélite Banda KA das Aeronaves Presidenciais;
- Voz e Dados por Satélite Banda KA das Aeronaves Presidenciais
- Manutenção da Central Telefônica;
- Voz e Dados por Satélite Banda L das Aeronaves Presidenciais;
- Telefonia Móvel;
- Outsourcing de Impressão;
- Link de internet; e
- Licenças de Software de Design Gráfico.

e Resultados

Iniciativas

- Publicação do novo portal do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), constituindo-se em um ambiente para articulação e organização da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil para a promoção de políticas públicas de juventude;
- Desenvolvimento e publicação do Sistema do Programa de Gestão e Desempenho - PGD da Secretaria de Administração da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República - SISPGDPR (<https://sispgdpr.presidencia.gov.br>), que permite o gerenciamento do PGD de forma aderente à [Portaria SA/SE/CC/PR nº 164, de 22 de maio de 2024](#). O sistema foi implantado e vem recebendo contínuas melhorias, possibilitando às chefias e aos servidores alcançarem mais eficácia e eficiência nos processos relacionados ao PGD;

manutenção da Plataforma CMRI, composta por módulos integrados, quais sejam:

- Módulo de Revisão de Informações Classificadas - RIC, de acesso público, por meio do qual cidadãos poderão solicitar à autoridade classificadora do órgão ou entidade da Administração Pública Federal a desclassificação ou redução do prazo de sigilo de informação classificada, bem como acompanhar o andamento das suas solicitações, até a instância recursal da CMRI;
- Módulo de Tratamento de Informações Classificadas, por meio do qual os órgãos classificadores responderão tais solicitações, além de cadastrar os róis de informações classificadas e desclassificadas;
- Módulo de Tratamento de Recursos à Pedidos de Acesso à Informação, por meio do qual a Secretaria-Executiva da CMRI trata os recursos direcionados à Comissão.

"20 anos PPP" para divulgação de informações e realização de inscrições do evento em comemoração aos 20 anos da [Lei nº 11.079/2004](#), que instituiu um marco regulatório para as Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil;

- Implantação do Sistema de Controle de Mancha, o qual permite à Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento identificar empresas atingidas pela enchente no Rio Grande do Sul, tendo o código-fonte sido disponibilizado à Presidência da República pelo Ministério do Trabalho e Emprego;
- Realização, junto à Dataprev, de "Proof of Concept" visando modernização dos sistemas de acervo digital e comunicação produzidos pela Secretaria de Produção e Divulgação de Conteúdo Audiovisual da Secretaria de Comunicação Social;
- Apoio ao processo de integração do Escritório de Representação da Secretaria de Relações Institucionais (SRI) em São Paulo (ERSP) à infraestrutura de tecnológica

3.6.4 Principais Iniciativas

- Desenvolvimento

- e • Desenvolvimento do portal



da Presidência da República, com a instalação de link de internet, montagem da infraestrutura de cabeamento de rede e disponibilização de computadores, telefones e impressoras;

- Apoio ao processo de integração do Bloco R da Esplanada dos Ministérios, ocupado pela Secretaria de Comunicação Social (SECOM), à infraestrutura tecnológica da Presidência da República, com a instalação de link de internet, montagem da infraestrutura de cabeamento de rede e disponibilização de computadores, telefones e impressoras;
- Apoio, em parceria com o Banco do Brasil, na disponibilização de infraestrutura tecnológica para a recém-criada Secretaria Extraordinária para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, com a disponibilização de link de internet, cabeamento de rede, impressoras, computadores e telefones;
- Absorção do serviço de telefonia fixa comutada da Imprensa Nacional, de modo a

possibilitar a continuidade do serviço de telefonia fixa após a manifestação da operadora quanto ao encerramento contratual;

- Atualização do sistema de protocolo eletrônico da Presidência da República (SEI-PR) para correção de falhas, bem como para a adequação à orientação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) quanto ao término do projeto SUPER;
- Disponibilização, para os integrantes da Presidência da República nos eventos do G20, em parceria com o SERPRO e MGI, de infraestrutura tecnológica segura e com alta disponibilidade, proporcionando a operação contínua de todos os sistemas e dispositivos utilizados nos eventos;
- Disponibilização, para os integrantes da Presidência da República e da Comitativa da China, por ocasião da visita do Presidente da China, de infraestrutura tecnológica segura e com alta disponibilidade, proporcionando a operação

contínua de todos os sistemas e dispositivos utilizados nos eventos; e

- Apoio à desmobilização da Secretaria para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul – SERS, consoante [Decreto nº 12.169/2024](#), com o recolhimento de 207 bens patrimoniais à Diretoria de Tecnologia.

Resultados

- Atualização do Regimento Interno do Comitê de Governança Digital (CGD/PR), o qual elenca as competências, funcionamento e atribuições do Colegiado e dos Subcomitês de Segurança da Informação e Técnico de Soluções Tecnológicas a ele vinculados, que foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária de 2024, do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGD/PR);
- Elaboração e publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o qual estabelece as diretrizes e estratégias de tecnologia de informação para atendimento das necessidades dos processos de negócios institucionais dos órgãos

integrantes da Presidência da República - PR e da Vice-Presidência da República - VPR, aprovado na 1ª Reunião Ordinária de 2024, do CGD/PR, tendo sido tornado público por meio da Resolução nº 41, de 08 de outubro de 2024;

- Contratação do serviço de Internet Satelital da Aeronave Presidencial, utilizando um modelo de prestação de serviços com franquia ilimitada de dados e maior taxa de transferência (até 20 Mb/s);
- Contratação de serviços de TV por assinatura com a ampliação do quantitativo de pontos disponíveis e redução do valor médio do ponto em relação ao contrato anterior;
- Fornecimento de equipamentos audiovisuais, com o objetivo de atender às salas de reuniões e cerimônias da Presidência da República (Sala Suprema; Sala de Situação; Salão Leste; Sala de Audiência e Central Técnica);
- Contratação de fábrica de software para atender às demandas dos órgãos da PR relacionadas ao desenvolvimento ou



manutenção de sistemas;

- Contratação de solução tecnológica Business Process Management Suite - BPMS, que possibilita a automação de serviços públicos e administrativos, proporcionando fluxos de trabalho mais eficientes e menos suscetíveis a erros humanos; e

- Migração da gestão dos aplicativos mobile do programa ID JOVEM do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, para a Diretoria de Tecnologia da Presidência da República, por meio da finalização dos trâmites burocráticos junto às lojas de aplicativos Google Play e Apple Store, passando assim, toda as plataformas do ID Jovem a compor o portfólio de sistemas e aplicativos da PR.

3.6.5 Segurança Cibernética

As atividades de cibersegurança em 2024 englobaram iniciativas estratégicas e operacionais que reforçaram a proteção da informação e das comunicações trafegadas na Presidência da República, incluindo os

ambientes de uso exclusivo do Presidente, tais como:

- Atualização da solução de proteção de rede (firewall) da Presidência da República, com a migração das principais redes da instituição. A nova solução oferece proteção avançada contra ameaças cibernéticas, mitigando falhas no acesso a dados e sistemas críticos e promovendo maior disponibilidade dos recursos computacionais. Essa modernização trouxe recursos de segurança de última geração, como detecção de ameaças em tempo real, prevenção contra ataques sofisticados e gerenciamento centralizado de políticas, consolidando um ambiente tecnológico mais seguro e estável;
- Contratação e implantação de um Web Application Firewall (WAF), destinado a proteger sistemas e aplicações hospedadas, garantindo respostas mais eficazes a ataques, redução de vulnerabilidades e implementação de controles abrangentes;

- A atualização do Plano de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos, garantindo ganhos operacionais e alinhamento com boas práticas modernas, promovendo maior qualidade e conformidade nas atividades da ETIR.PR;

- Implementação de melhorias nos servidores e no serviço de gerenciamento de identidade, com base em recomendações do Tribunal de Contas da União, mitigando vulnerabilidades e falhas de configuração, aumentando significativamente a segurança do ambiente computacional;

- Realização de campanhas de conscientização voltadas para a segurança da informação, incluindo temas como: a alteração periódica de senhas, e a distribuição de materiais educativos sobre phishing. As ações buscaram sensibilizar os usuários para identificar e evitar ataques, reduzindo o risco de comprometimento de credenciais;

- Desenvolvimento, pela Equipe de Resposta a Incidentes (ETIR.PR), de rotinas para automação do envio de notificações de segurança, reduzindo o tempo de resposta a vulnerabilidades e incidentes cibernéticos;

- Criação de processos para monitoramento de vulnerabilidades publicadas, permitindo identificar e corrigir brechas em sistemas críticos de forma ágil, prevenindo sua exploração;

- Designação do Gestor de Segurança Cibernética titular e suplente, em conformidade com a Política de Segurança da Informação em Meios Tecnológicos da Presidência da República; e

- Desenvolvimento de um complemento para o Outlook, que possibilita o reporte direto de mensagens maliciosas à ETIR.PR, otimizando a identificação e bloqueio de ameaças antes de comprometerem a rede.

3.6.6 Principais Desafios

- Recomposição da força de



trabalho da DITEC;

- Fortalecimento da cultura de segurança da informação para o uso seguro de recursos tecnológicos;
- Execução do projeto de Inteligência Artificial na Presidência da República;
- Ampliação da integração entre os sistemas de informação;
- Atualização/substituição de tecnologias obsoletas; e
- Sensibilização para início da utilização de solução de Nuvem Pública/Privada.



3.7 Sustentabilidade Ambiental

Dentre as várias ações e iniciativas que compõem o Programa PR Sustentável, está a elaboração do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), nos termos da [Portaria n.º 8.678/2021](#) e do [Caderno de Logística Plano Diretor de Logística Sustentável, publicado em 15 de setembro de 2023](#).

O Caderno de Logística visa oferecer um modelo de referência para a elaboração e implementação de um PLS no âmbito dos órgãos e entidades, prevendo desde os preparativos iniciais até a elaboração propriamente dita do plano, de forma a ressignificar o conceito de sustentabilidade no esteio da nova lei de licitações e contratos, observando o princípio do desenvolvimento nacional sustentável ao longo de todo o ciclo da contratação.

Para a elaboração do [PLS/PR 2024](#) foram realizadas as seguintes atividades:

- Formalização da equipe do Grupo de Trabalho, por meio de edição de portarias da

Secretaria de Administração da Casa Civil;

- Capacitação para os membros do GT/PLS por meio de oficinas de elaboração do PLS/PR, analisando a avaliação qualitativa e quantitativa dos processos de compras da Presidência da República;
- Realizações de plantões de suporte para definir diretrizes, objetivos, ações, metas, indicadores e responsáveis para o alcance dos resultados; e
- Consolidação dos objetivos, das linhas de ações, indicadores, metas a serem alcançadas e os responsáveis. Ademais, a Coordenação-Geral de Planejamento e Monitoramento (CGPM) orientou os trabalhos e consolidou os resultados e, por fim, houve a elaboração do Relatório de Monitoramento do Plano de Logística Sustentável da Presidência da República (PLS/PR), norteador, pela antiga lei licitações, bem como em consonância com a [Instrução Normativa nº 10/2012](#).

3.7.1 Sustentabilidade nas Contratações

O Plano de Contratações Anual (PCA) é um instrumento de governança que consolida as demandas que o órgão planeja contratar no exercício subsequente ao de sua elaboração.

A elaboração do PCA está embasada no [Decreto nº 10.947/2022](#), que regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da [Lei nº 14.133/2021](#).

A Secretaria de Administração por meio da CGPM coordenou a elaboração, a revisão e o monitoramento das atividades desenvolvidas para o PCA/2024.

Ainda, realizou a gestão das atividades de planejamento e monitorou o fluxo de atividades a serem desenvolvidos para o PCA/2025.

3.7.2 Ações de Redução de Consumo de Recursos Naturais

A redução do consumo de recursos naturais é essencial para a sustentabilidade.

A Presidência da República implementa práticas eficientes e conscientes no uso de água, energia e outros recursos.

As ações mais relevantes estão descritas a seguir.

Obras de Engenharia

Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a Presidência da República busca executar ações concretas para promover a sustentabilidade ambiental em suas atividades, tais como:

- Implementação de quesitos de sustentabilidade nos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência das contratações;
- Estabelecer diretrizes claras, destacando a importância da observância das práticas sustentáveis em todas as fases dos projetos, desde o planejamento até a execução;
- Capacitação sobre as melhores práticas sustentáveis em engenharia.
- Revisar as instalações de iluminação com substituição de lâmpadas e/ou luminárias existentes convencionais por lâmpadas e/ou luminárias com tecnologia LED, com menor consumo de energia elétrica;
- Revitalização do quadro



de iluminação e tomadas. Melhoria da segurança, eficiência e funcionalidade da instalação, tendo como benefícios a redução de perdas elétricas com consequente redução do consumo;

- Implantação de acionamento automático da iluminação externa para evitar acionamentos indevidos em horários nos quais não seja necessário dispor de iluminação, promovendo assim maior economia de energia elétrica;
- Aquisição e instalação de sistema de pressurização de água potável dos edifícios anexos por modelo com menor consumo de energia elétrica;
- Automação dos elevadores visando o menor número de viagens de acordo com a demanda de chamados, proporcionando maior economia de energia; e
- Execução de infraestrutura para sistema de aquecimento da piscina por meio da aplicação de materiais sustentáveis e equipamentos com melhor eficiência energética.

Uso de Energias Renováveis

Nas residências oficiais, Palácio do Alvorada e Granja do Torto, foram substituídos alimentadores para peixes com o uso de energia convencional por energia fotovoltaica, como fonte alternativa de energia.

Compostagem

A Presidência da República adotou o processo de compostagem de resíduos vegetais, como um modelo de destinação final desses resíduos em que se obtém um composto orgânico que pode ser aplicado ao solo, nos canteiros de flores, nas árvores frutíferas e na horta orgânica, sem ocasionar riscos ao meio ambiente.

A prática reduz o uso de fertilizantes químicos e de sacos de lixo que eram utilizados para armazenar apenas as folhagens e de restos de grama oriundos do corte, além de condicionar o solo

Reaproveitamento parcial da palha da grama como cama de aviário

As podas da grama oriundas dos cortes realizados na PR foram reaproveitadas para a confecção

de cama do aviário da PR.

Essa ação foi adotada a partir da percepção de que os cortes de grama realizados semanalmente no Palácio da Alvorada produzem uma grande quantidade de matéria orgânica, a palha.

Por conseguinte, após a retirada dessa cama do aviário, há a reutilização do resíduo orgânico como adubação da horta orgânica do Palácio da Alvorada. Essa prática engloba todo um ciclo de reaproveitamento (animal e vegetal), agregando valor a uma matéria orgânica que seria descartada.

Produção de Mudas em Estufa

A Presidência da República também executou a obra da estufa de mudas e flores, a partir do reaproveitamento de materiais descartados e resíduos de obras. A estufa foi pensada e preparada tecnicamente para produção de mudas, separadas em dois grupos distintos: plantas voltadas à montagem de vasos ornamentais e plantas para abastecer os canteiros que embelezam o conjunto arquitetônico da PR.

3.7.3 Redução de Resíduos Poluentes

A Presidência da República implementou práticas de gestão de resíduos que incluem a reciclagem, a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e a redução do uso de materiais não biodegradáveis. Seguem algumas ações desenvolvidas:

Coleta Seletiva

A Presidência da República estabeleceu a comissão para a Coleta Seletiva Solidária, com o objetivo de alinhar suas práticas com as diretrizes do [Decreto nº 10.936/2022](#), que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e, por conseguinte, a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, tanto direta quanto indireta, no ponto de geração.

A cada dois anos, por meio de edital de chamamento público, selecionam-se associações e cooperativas interessadas em atuar na coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

Por meio de um termo de compromisso, firmado com a Presidência da República, cada entidade fica responsável pelo recolhimento dos resíduos por um período de seis meses.

A coleta seletiva destinou 29.335 kg de resíduos recicláveis às cooperativas habilitadas participantes do programa. Esse valor é bastante relevante, pois o resíduo reciclável passa a ser reinserido na cadeia produtiva e ainda há geração de renda e inclusão social de famílias carentes.

Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é a carta magna da gestão de resíduos de uma organização e visa assegurar que as ações de sustentabilidade sejam implementadas, assistidas e monitoradas.

Visando a racionalização dos recursos renováveis e de sustentabilidade ambiental, pelo exame do art. 20 da [Lei nº 12.305/2010](#) e do art. 2º da [Lei Distrital nº 5.610/2016](#), a Presidência da República realizou a contratação de empresa especializada com

vistas à elaboração do PGRS, que permite assegurar que as estratégias de gerenciamento dos resíduos sejam atualizadas. Em 2024 foram realizadas as seguintes ações:

- Prognóstico – levantamento das informações in loco; levantamento de todas as informações e dados técnicos do empreendimento fundamentados em informações coletadas para a elaboração do PGRS;
- Diagnóstico – elaboração do PGRS: diagnóstico, caracterização dos resíduos, transporte externo e equipamento de proteção individual e técnicas de manuseio; e
- Entrega do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos aos responsáveis na Presidência da República e dos planos simplificados ao Serviço de Limpeza Urbana.



3.8 Visitação Pública

A Secretaria de Administração, por meio da Coordenação-Geral de Relações Públicas oferece os programas de visitação ao Palácio do Planalto.

Trata-se de serviço de cunho cívico, histórico e cultural, visando oferecer ao público a oportunidade de conhecer a história do Palácio do Planalto, sua arquitetura e arte, bem como as solenidades que são realizadas no Palácio.

O roteiro da visita inclui o térreo, o segundo e o terceiro andar e ainda o subsolo, passando pelos salões, Sala de Reunião Suprema e Gabinete Presidencial.

Existem 2 tipos de visitas, apresentadas a seguir:

- Visitas públicas; e
- Visitação escolar.

No ano de 2024, foram recebidos 10.245 visitantes nos dois eixos de atendimento: Visitação Pública e Escolar.

Visitação Pública

A visitação pública, realizada aos domingos, teve grande procura no ano de 2024, com um

crescimento constante a cada mês.

No ano compareceram mais de 3.411 pessoas ao Palácio do Planalto.

Essa atividade de visitação e cultura tem por objetivo aproximar os diversos públicos da mais alta esfera do governo federal, para promoção da transparência, aumento da compreensão da missão institucional da Presidência da República e fortalecimento da democracia.

Visitação Escolar

A visitação escolar é uma oportunidade para que os alunos de escolas públicas do Distrito Federal e do entorno aprendam, na prática, o conteúdo que estudam na escola sobre o Poder Executivo Federal. O total de estudantes atendidos foi de 2.640, provenientes de 60 escolas.

Essas visitas ocorrem todas as terças-feiras, pela manhã, e quintas-feiras, no turno da tarde.

Além de conduzir as visitas, a Corep coordena o fornecimento de transporte e lanche pela PR a estudantes e professores

Ocorreram, ainda, a visitação a pedidos de embaixadas, autoridades, instituições militares de outros países, outros órgãos públicos, bem como as visitas solicitadas no âmbito interno da Presidência da República.

O total de visitantes oriundos dessa demanda foi de 4.245 visitantes.

A Presidência da República conta com servidores capacitados para conduzir a visita em inglês, espanhol e francês.

Essa competência permitiu que o Palácio fosse apresentado, a 266 pessoas em inglês e a 164 em espanhol.

Dentre os visitantes, foram atendidas autoridades das embaixadas da Dinamarca, da Rússia e da China e altos executivos de empresas, a exemplo da Renault e do Mercado Livre, entre várias outras.

Ademais, inspirada pelo aspecto social do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), a Corep realizou a primeira visita com audiodescrição para receber o artista PcD visual Rondson Ezer, demonstrando-se, assim, a possibilidade de atendimento

a pessoas com deficiência nas dependências do Palácio do Planalto.



Para acessar informações sobre Visitas à Presidência da República - [clique aqui](#)



3.9 Oportunidades e Perspectivas

A Secretaria de Administração, não obstante aos avanços já concretizados, busca, continuamente, aperfeiçoar seus serviços.

Nessa melhoria almeja-se a recuperação das infraestruturas da Presidência da República.

Na área de logística destaca-se como perspectiva a melhoria incremental dos processos licitatórios, com a otimização de procedimentos, de forma a torná-los mais céleres, obtendo assim ganho de qualidade.

Outro ponto a considerar é a construção contínua de uma gestão de logística sustentável moderna, integrada que atue de forma transparente, eficaz e eficiente, visando, assim, o melhor uso dos recursos públicos.

Na área de tecnologia busca-se o fortalecimento da cultura de segurança da informação para o uso seguro de recursos tecnológicos, assim como, a ampliação da integração entre os sistemas de informação.

Na área de gestão de pessoas

avança-se para a ampliação de programas de capacitação, para o fortalecimento de ações personalizadas, e para a integração tecnológica na gestão e desenvolvimento de pessoas, assegurando a excelência no desempenho das atividades institucionais.

Outro ponto a registrar é a conclusão do Programa de Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), com vistas a aferir adequadamente a relação entre a força de trabalho atual da Presidência da República e aquela necessária para o atendimento adequado das demandas afetas às suas áreas.

Ao fim desse programa, a expectativa é conhecer a real necessidade de alocação de pessoas no âmbito da Secretaria de Administração, de modo a melhorar a capacidade da Secretaria realizar as suas entregas institucionais.

3.8.1. Oportunidades e Perspectivas para a Gestão Administrativa da Vice-Presidência da República

Em 2025, a Vice-Presidência da

República continuará a desenvolver a estratégia de fortalecer sua estrutura de governança, concentrando-se em mudanças necessárias para adequada performance dessa missão. Assim, parte significativa desses resultados institucionais deverá se direcionar ao atendimento do objetivo estratégico de "Fortalecer a Governança, a Integridade e a Transparência".

A partir dessas iniciativas, o órgão buscará, em 2025, consolidar os processos e melhorias em seus resultados de gestão nos exercícios futuros, com foco em alcançar a visão de futuro de "Consolidar-se como organização estruturada, íntegra e eficiente, com diversidade e ampla participação social, contribuindo para o fortalecimento da democracia brasileira".

Em continuidade às ações de 2023 e 2024, a VPR fortalecerá sua integração e relacionamento com os órgãos que tratam da esfera de governança, gestão e administração da Presidência da República. Por isso, atuará em conjunto e integração com a Secretaria de Administração e a Subsecretaria de Governança Pública da Casa Civil da Presidência da República, para otimizar despesas e serviços e aprimorar a gestão do órgão.

Sob essa perspectiva, no âmbito da gestão administrativa, a Vice-

Presidência da República espera progredir significativamente em 2025, especialmente nos seguintes âmbitos:

- Manter a participação ativa nos colegiados para a Governança Pública na Presidência da República, em conjunto com a Casa Civil, para ampliar a integração e atuação conjunta e para aperfeiçoar as condições de governança do órgão, com foco no atendimento do objetivo estratégico de "Fortalecer a Governança, a Integridade e a Transparência";
- Concluir o aprimoramento nos processamentos para gestão dos itens presenteados ao Vice-Presidente, desde o recebimento, caracterização, valoração, registro e guarda dos bens como Patrimônio da União, conforme o objetivo estratégico de "Aprimorar a Gestão Patrimonial";
- Aperfeiçoar o uso da estratégia de apuração de resultados da Vice-Presidência, por meio de ferramentas de Business Intelligence, com objetivo estratégico de "Implementar a Gestão por Resultados";
- Consolidar mecanismos de transparência na Vice-Presidência, com ênfase na divulgação de transparência ativa e passiva junto à sociedade para maior



accountability, participação social e integridade, em atenção aos preceitos do objeto estratégico de "Fortalecer a Governança, a Integridade e a Transparência";

- Consolidar a implementação e uso dos principais Projetos Estratégicos, assim como dos Indicadores previstos no Modelo de Gestão e Gestão de Riscos, conforme Planejamento Estratégico da Vice-Presidência, com ênfase no objetivo estratégico de "Implementar a Gestão por Resultados";
- Promover a inovação e modernização, em práticas sustentáveis na Residência Oficial do Vice-Presidente, para possibilitar o alcance das metas e expectativas estabelecidas para o objetivo estratégico de "Modernizar a Gestão do Palácio Jaburu".



Presidência da República

Relatório de Gestão

2024

Capítulo 04

4. Riscos, Integridade, Ética, Transparência, Correição e Controle Interno

4.1 Gestão de Riscos	96
4.2 Gestão da Integridade	100
4.3 Gestão da Ética	102
4.4 Ouvidoria e Transparência	108
4.5 Canais de Informação à Sociedade	114
4.6 Correição.....	116
4.7 Controle Interno.....	118

4. Riscos, Integridade, Ética, Transparência, Correição e Controle Interno

4.1 Gestão de Riscos

No modelo estabelecido para o Governo Federal, conforme [Lei nº 10.180/2001](#), regulamentada pelo [Decreto nº 3.591/2000](#), que dispõem sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, foi previsto, na estrutura da CC/PR, com atuação em todos os órgãos da PR e, supletivamente, VPR, uma Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CISSET/PR) para atuar na avaliação:

- de processos de gerenciamento de risco, tanto no seu desenho, quanto em quão bem eles estão operando;
- no gerenciamento daqueles riscos classificados como principais "key", incluindo a eficácia dos controles e outras respostas aos riscos; e
- na avaliação adequada e confiável dos riscos e reporte da situação do risco e do controle.

Estando sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do referido sistema, a Controladoria-Geral

da União (CGU), órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder executivo federal, a CISSET/PR, exerce a função de Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG), nos termos da [Instrução Normativa SFC nº 03, de 09 de junho de 2017](#), estando responsável pela prestação de serviços independentes e objetivos de avaliação e de consultoria, desenvolvidos para adicionar valor e melhorar as operações da organização.

A atuação da CISSET/PR consiste em uma frente de defesa em face dos riscos que possam impactar os resultados da PR e VPR, se encaixando no [Modelo das Três Linhas](#), estabelecido pelo IIA (Institute of Internal Auditors, ou em português Instituto dos Auditores Internos) como a terceira linha, se prestando a realizar avaliação e assessoria independentes e objetivas sobre a adequação e eficácia da governança e do gerenciamento de riscos.

Para além da atuação da CISSET/PR, a Governança, para gerenciamento de riscos no âmbito da PR e VPR também está amparada pela [Política de Gestão de Riscos dos órgãos integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência](#) (PRG/PR) estabelecida pela Resolução nº 3 do Comitê Interno de Governança da Presidência da República (CIGOV/PR), de 06 de dezembro de 2021, estabeleceu os princípios, diretrizes e objetivos da.

A PGR/PR foi resultado da união dos esforços das casas palacianas, no sentido de desenvolver uma cultura de gestão de riscos, com os objetivos de:

- assegurar aos tomadores de decisão, em todos os níveis da estrutura organizacional, o acesso tempestivo às informações quanto aos riscos a que está exposta a organização;
- aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos organizacionais, reduzindo os

riscos a níveis aceitáveis;

- agregar valor à organização por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e seus impactos negativos.

Adicionalmente a [Metodologia de Gestão de Riscos da Presidência da República](#), estabeleceu os procedimentos a serem seguidos com vistas a identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar os riscos que possam comprometer os objetivos institucionais.

No Planejamento Estratégico Integrado da Presidência da República e Vice-Presidência (PEI/PR), foram identificados riscos relacionados aos objetivos estratégicos estabelecidos, conforme a seguir:



Objetivo Estratégico	Riscos Identificados
Fortalecer a gestão organizacional, de infraestrutura e de pessoas da PR e VPR de forma sustentável	<ul style="list-style-type: none">• Contingenciamento orçamentário• Mudança na estrutura organizacional• Não êxito nas contratações• Vazamento de informação• Demandas não atendidas tempestivamente• Insatisfação dos stakeholders• Tomada de decisões não planejadas• Perda de resultados• Necessidade de refazer processos• Monitoramento incipiente
Ampliar a capacidade de prover informações para a tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de recursos orçamentários, tecnológicos e de pessoal suficientes podem impedir ou dificultar o alcance do objetivo
Fortalecer a segurança e a capacidade de comunicação nos deslocamentos do Presidente e Vice-Presidente e seus familiares	<ul style="list-style-type: none">• Restrição de recursos orçamentários, tecnológicos e de pessoal podem impedir ou dificultar o alcance do objetivo;• Confiabilidade das informações e da comunicação, ameaças.
Aperfeiçoar a governança e a transparência na Presidência da República	<ul style="list-style-type: none">• Déficit de coordenação entre as estratégias dos órgãos• Déficit na continuidade de processos e na definição de fluxos• Insuficiência na gestão da informação e do conhecimento• Insuficiência de informações estratégicas especializadas para tomada de decisão• Falha no funcionamento da FALA.BR e STA
Maximizar a gestão do conhecimento e da informação	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de patrocínio adequado• Não priorização do tema



Objetivo Estratégico	Riscos Identificados
Fortalecer ações de enfrentamento à desinformação em todos os meios de comunicação	<ul style="list-style-type: none">• Polarização política exacerbada no país• Perda de apoio ou base política• Necessidade de não ultrapassar barreiras ideológicas para realizar a comunicação pública• Atuação estratégica de empresas de tecnologia contrária a iniciativas de regulação governamental
Consolidar a estratégia de comunicação social na defesa da democracia e promoção da diversidade	<ul style="list-style-type: none">• Limitação de equipe;• Possibilidade de rejeição às pautas de diversidade.
Fortalecer a capacidade de responder rapidamente às crises de relevância nacional	<ul style="list-style-type: none">• Falta de cooperação interministerial• Falta de cooperação federativa• Demora no atendimento à população afetada• Imprevisibilidade das crises e duas suas intensidades.
Consolidar os mecanismos de gestão e acompanhamento da segurança nacional	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de recursos orçamentários, tecnológicos e de pessoal suficientes podem impedir ou dificultar o alcance do objetivo;• Polarização política
Fortalecer a articulação e o monitoramento de projetos estratégicos e políticas públicas do Governo	<ul style="list-style-type: none">• Inexecução ou execução em ritmo aquém do esperado das políticas públicas que compõem a agenda estratégica do Governo
Reconstruir e ampliar o diálogo e a participação social nas políticas públicas para o exercício da cidadania ativa	<ul style="list-style-type: none">• Restrições orçamentárias• Poder de pressão de setores contrários às demandas populares• Não incorporação da participação social nas políticas públicas pelos órgãos finalísticos• Articulação intragovernamental insuficiente.



Objetivo Estratégico	Riscos Identificados
<p>Alavancar projetos de parceria buscando a ampliação da infraestrutura pública e as oportunidades de investimento e de emprego</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cenário econômico desfavorável ou restrição fiscal que afete a possibilidade a acesso a fundos e ampliação de garantias; • Descasamento entre os ciclos políticos e técnicos; • Existência e proposição de agenda legislativa adversa que restrinja ou afete negativamente a atratividade dos projetos; • Decisões judiciais desfavoráveis que alterem entendimentos e gerem insegurança jurídica; • Falta de capacidade dos estruturadores de fornecer projetos bem instruídos e com qualidade que afete a captação dos investimentos; • Falta de interesse dos entes federativos em dar continuidade ou mesmo iniciar projetos de parcerias; • Falta de interesse de empreendedores privados
<p>Ampliar a articulação, o relacionamento e o diálogo participativo com os atores políticos, sociais e federativos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desarmonia nas ações dos Entes Federados; • Polarização política exacerbada no país; e • Perda de apoio ou base política. • Inviabilidade de Execução do Plano de Governo • Dificuldade de execução das políticas públicas; • Perda de apoio social; e • Déficit de coordenação entre as estratégias dos órgãos
<p>Fortalecer as políticas públicas para a juventude, ampliar sua participação e implementar equipamentos de referência da juventude em todo o país</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Restrições orçamentárias; • Dificuldades de articulação com entes federativos.



4.2 Gestão da Integridade

O [Programa de Integridade da Presidência da República](#), que estabelece os princípios, as diretrizes e os mecanismos relacionados à integridade pública, no âmbito dos órgãos da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, foi instituído por meio do [Decreto nº 12.311/2024](#).

O Programa de Integridade possui objetivos que são concretizados por meio de ações previstas no Plano de Integridade.

As ações do [Plano Integridade da Presidência da República e Vice-Presidência da República](#) foram divididas entre diferentes eixos, de forma a simplificar seu acompanhamento: Ética e Costumes; Transparência Acesso à Informação, e Participação Social; Equidade, Diversidade e Sustentabilidade no Ambiente de Trabalho; Riscos e Controle Internos; Gestão de Denúncias; Atividade Correcional e Coordenação e Monitoramento.

Tanto o Programa quanto o plano foram organizados prevendo instâncias de integridade que deverão suportar

a execução do Programa. Assim são identificadas as seguintes unidades:

- Subsecretaria de Governança Pública da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República;
- Ouvidoria-Geral da Secretaria de Controle Interno da Casa Civil da Presidência da República;
- Comissão de Ética dos Agentes Públicos da Presidência da República e da Vice-Presidência da República (CEPR);
- Corregedoria-Geral;
- Unidades de Integridade nos órgãos da Presidência da República e da Vice-Presidência da República; e
- Secretaria de Administração da Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República.

Ao longo de 2024, em suporte à estratégia de comunicação do Plano de Integridade foram realizadas inúmeras campanhas voltadas aos servidores e colaboradores dos órgãos integrantes da Presidência da República e Vice-Presidência da

Instâncias de Integridade



República, como por exemplo :

- Conscientização sobre as formas de violência contra pessoa idosa;
- Combate ao discurso de ódio;
- Celebração do Dia Mundial do Denunciante;
- Celebração do Dia Mundial do Orgulho LGBTQIA+;
- Informativo sobre combate a

discriminação racial;

- Celebração do Dia Mundial dos Povos Indígenas;
- Informativo sobre a igualdade feminina;

Considerando tais exemplos, ao longo de 2024, aconteceram 23 campanhas voltadas a temáticas do Programa de Integridade.

Adicionalmente a PR mantém

um canal criado para atender e orientar o público, quanto ao acesso às informações de competência dos órgãos da PR e VPR, qual seja o Serviço de Acesso ao Cidadão da Presidência da República (SIC-PR), acessível por meio da plataforma [Fala.BR](#), que, no ano de 2024 recebeu 1.753 pedidos de acesso à informação.

Importa ainda mencionar o canal de Ouvidoria, mantido pela da Presidência da República, acessível por meio da Plataforma [Fala.BR](#). No ano de 2024, foram tratadas 2.648 manifestações de ouvidoria.

A Corregedoria-Geral da Presidência da República, atuante nos órgãos da PR e VPR, realizou ações repressivas, de natureza investigativa, consensual ou acusatória.

Por fim, no que tange à ética, por meio da Comissão de Ética dos Agentes Públicos da PR e VPR foram realizadas campanhas informativas direcionadas aos servidores dos órgãos.



MARÇO2025

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

DATAS ESPECIAIS

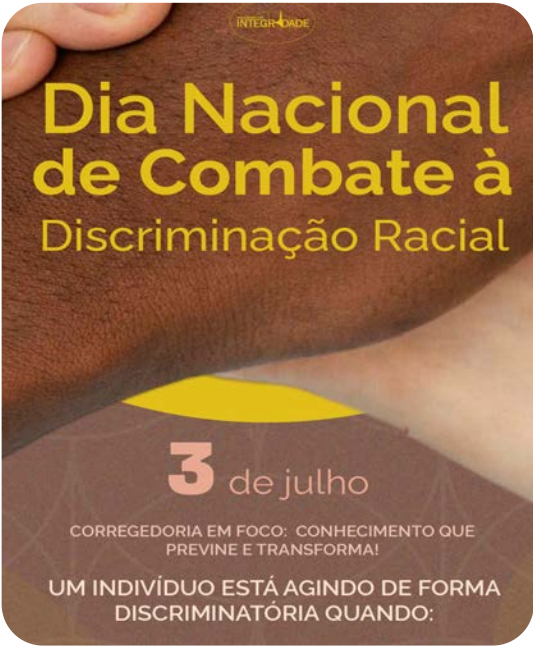
01 Dia Mundial da Discriminação Zero08 Dia Internacional da Mulher16 Dia Nacional do Ouvidor21 Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial31 Dia Mundial do Backup

OBJETIVO

Informação e Conscientização

AÇÕES PREVISTAS

Veicular informativos nas datas em destaque



4.3 Gestão da Ética

O [Decreto nº 1.171/1994](#), aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal visando fomentar nos órgãos e entidades públicas o respeito ao interesse público, promovendo valores construídos de acordo com os princípios da Administração Pública que vão além do mero respeito às leis.

O mesmo normativo estabeleceu a necessidade de criação de uma Comissão de Ética em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (direta e indireta ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo Poder Público), com a finalidade de incentivar ações voltadas à educação e prevenção de condutas incompatíveis com o padrão ético desejável para o desempenho da função pública, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

No ano de 1999, foi criada a Comissão de Ética Pública (CEP), nos termos do [Decreto s/ nº de 26/5/1999](#).

Vinculado ao Presidente da República, o colegiado teve por função precípua revisar as normas que dispunham sobre conduta ética na Administração Pública Federal, bem como elaborar e propor a instituição de um Código de Conduta para as altas autoridades do Poder Executivo Federal, que foi publicado no ano 2000 ([Código de Conduta da Alta Administração Federal](#)).

Em 2007 foi instituído o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo federal, por meio do [Decreto nº 6.029/2007](#), com a finalidade de promover atividades relacionadas à conduta ética no âmbito do Poder Executivo Federal por meio da articulação de ações de incentivo e incremento ao desempenho institucional na gestão da ética pública do país e da integração dos órgãos, programas e ações relacionadas com a ética pública.

O sistema compõem-se pela Comissão de Ética Pública (CEP) e pelas Comissões de Ética dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (setoriais).

A Comissão de Ética Pública (CEP) compete:

- aplicar Código de Conduta da Alta Administração Federal;
- coordenar, avaliar e supervisionar o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal; e
- atuar como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado em matéria de ética pública, dirimindo dúvidas de interpretação relativas ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Já no caso das comissões de ética setoriais compete:

- aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, no âmbito

da sua própria instituição;

- representar a respectiva entidade ou órgão na Rede de Ética do Poder Executivo Federal;
- supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas; e
- atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade;

Ressalte-se que a CEP e as comissões de ética setoriais também possuem a atribuição para se manifestar, nas consultas a elas submetidas, sobre a existência ou não de situações que configuram conflito de interesses, regulamentado pela [Lei nº 12.813/2013](#), envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo Federal. No caso da CEP a atribuição encontra-se expressa no art. 4º, § 1º c/c o art. 8º, parágrafo único da



[Lei nº 12.813, de 16/5/2013](#) e relaciona-se aos casos que envolvam:

- Ministro de Estado;
- cargos e empregos de natureza especial ou equivalentes;
- cargos e empregos de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de autarquias, fundações públicas, empresas públicas ou sociedades de economia mista;
- cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6 e 5 ou equivalentes

No caso das comissões de ética setoriais a atribuição encontra-se expressa no art. 4º, § 1º e o art. 8º, parágrafo único, da [Lei nº 12.813/2013](#) c/c o art. 5º, parágrafo único, da [Portaria Interministerial nº 333, de 19/9/2013](#), e relaciona-se aos casos que envolvam as demais autoridades não abarcadas pela competência da CEP.

Assim a Presidência da República possui vinculadas à sua estrutura a Comissão de Ética Pública, bem como a Comissão de Ética dos Agentes Públicos da PR e da VPR.

4.3.1 Comissão de Ética Pública

A Comissão de Ética Pública (CEP), criada pelo Decreto nº 26 de 1999, desempenha um papel essencial na promoção da ética no serviço público federal. Sua missão inclui a administração do Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAAF) e a orientação sobre sua aplicação, além de gerenciar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil.

Como órgão consultivo, a CEP presta assessoria ao Presidente e aos Ministros de Estado, assegurando que as normas sobre conflitos de interesse e conduta ética sejam rigorosamente seguidas. Sua atuação vai além da fiscalização, abrangendo a orientação e sugestão de melhorias nas normas éticas, conforme estabelece o Decreto nº 6.029 de 2007.

A Comissão também coordena e avalia o Sistema de Gestão da Ética Pública, promovendo sua constante atualização e aperfeiçoamento. Essas ações são fundamentais para garantir que o serviço público seja

conduzido com altos padrões de ética e responsabilidade.

Além disso, a CEP desempenha um papel estratégico na capacitação, comunicação e criação de parcerias com diversas esferas de governança pública. O objetivo é consolidar a ética como um valor central na Administração Pública e garantir que os servidores atuem de maneira íntegra, responsável e transparente.

A ética no serviço público é crucial para a manutenção da confiança da sociedade nas instituições, a prevenção de práticas antiéticas e a promoção da transparência. A ética não é apenas uma exigência normativa, mas também um imperativo para o bom funcionamento do Estado e a proteção dos direitos dos cidadãos.

No entanto, verifica-se um crescente ceticismo da sociedade em relação à conduta ética dos gestores públicos, não somente no Brasil, mas também em muitos países democráticos. Estudos da OCDE apontam que esse desapontamento decorre das mudanças no papel do Estado, especialmente nas suas

funções regulatórias econômicas e na concessão de serviços públicos, ampliando os riscos de conflitos de interesse.

Saiba mais

Para entender melhor o contexto e os desafios éticos enfrentados pelos gestores públicos, acesse o estudo completo da OCDE sobre a ética na Administração Pública, que explora como a mudança no papel do Estado pode impactar a conduta ética de seus agentes. O documento completo pode ser acessado através do link: [OCDE](#)

Muitos dos desafios éticos que surgem no serviço público derivam da zona cinzenta entre o interesse público e o privado, onde desvios de conduta podem ser considerados violações éticas, mas não necessariamente crimes.

Nesse contexto, a CEP exerce um papel de liderança na promoção de altos padrões de conduta e integridade no serviço público, atuando de forma a resgatar a confiança da sociedade nos



agentes públicos e no Estado.

Além de orientar, a CEP identifica áreas vulneráveis a conflitos de interesse e propõe medidas eficazes para mitigar riscos, buscando criar um ambiente governamental mais ético e confiável por meio de prevenção, treinamento e capacitação. Esse ciclo contínuo de melhoria fortalece a governança pública e a confiança da sociedade nas instituições.

Em 2024, a CEP desenvolveu diversas atividades voltadas para a promoção da ética e integridade no serviço público federal. As principais ações realizadas incluem a análise e julgamento de processos, a capacitação de servidores públicos e a criação de parcerias estratégicas.

Análise e Julgamento de Processos

A CEP realizou um total de 14 reuniões em 2024, sendo 12 ordinárias e 2 extraordinárias. Nessas reuniões, foram julgados processos relacionados a diversos temas. O total de processos analisados e julgados inclui:

- 157 processos relacionados a conflitos de interesse julgados. A CEP examinou casos em que servidores ou autoridades públicas foram questionados sobre possíveis conflitos entre seus interesses privados e públicos;
- 214 processos éticos julgados. Processos envolvendo denúncias e investigações de condutas consideradas irregulares ou antiéticas no serviço público;
- 1.237 Declarações de Conflito de Interesses (DCIs) analisadas. A CEP avaliou declarações de conflito de interesse apresentadas por autoridades públicas, verificando a compatibilidade de seus interesses pessoais com suas funções públicas; e
- 4 consultas sobre o Sistema de Gestão da Ética respondidas. A CEP recebeu e analisou consultas sobre o funcionamento do Sistema de Gestão da Ética no contexto do Poder Executivo Federal. Já a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética - SECEP, por meio da Coordenadoria de Gestão do Sistema de Ética

(SISética), respondeu a 103 consultas sobre o funcionamento do Sistema de Gestão da Ética no Poder Executivo Federal, fundamentando-se nos precedentes estabelecidos pela CEP.

Saiba mais

Para acessar informações sobre precedentes da CEP clique aqui

Conflitos de Interesses

A Comissão de Ética Pública decidiu 157 processos relacionados a conflitos de interesse, reconhecendo a existência de conflito em 53 casos e a inexistência em 104 casos. Adicionalmente, analisou 1.237 Declarações de Conflito de Interesses, das quais 1.077 foram consideradas em conformidade.

Denúncias e Sanções

Em 2024, a CEP recebeu 195 denúncias de desvios éticos e, analisou e julgou 214 processos. Dentre os processos julgados a Comissão aplicou 23 sanções, que incluíram, entre outras medidas, advertências e censuras éticas. As sanções aplicadas visam corrigir

comportamentos inadequados e garantir que as condutas éticas sejam respeitadas em todos os níveis da Administração Pública.

Protocolos de Intenção e Parcerias

A CEP firmou 3 protocolos de intenções com instituições públicas e privadas: a) Itaipú Binacional (00191.001788/2023-76); b) Prefeitura de Araraquara - SP (00191.000445/2024-75); c) Petrobras (00191.001158/2024-82). Esses protocolos visam promover a ética e a integridade na gestão pública, estabelecendo compromissos mútuos entre a CEP e seus parceiros para fortalecer a implementação de práticas éticas.

Capacitação e Aperfeiçoamento de Servidores Públicos

A CEP tem investido fortemente em capacitação, oferecendo cursos e eventos de formação contínua para os servidores públicos. Em parceria com a ENAP, a CEP ofertou diversos cursos sobre ética pública, com os seguintes resultados:

- Gestão e Apuração da Ética - Básico: 432 inscritos, 183 concluintes;



- Gestão e Apuração da Ética – Avançado: 377 inscritos, 169 concluintes; e
- Curso EAD - Introdução à Gestão da Ética: 2501 inscritos, 1230 concluintes.

Esses cursos são fundamentais para garantir que os servidores públicos estejam atualizados e preparados para lidar com os desafios éticos no exercício de suas funções.

Saiba mais

Para acessar informações sobre a trilha de capacitação [clique aqui](#)

Eventos e Seminários

A CEP também promoveu importantes eventos para disseminar a cultura da ética no serviço público, como o XXIV Seminário "Ética na Gestão: Ética e Diversidade no Serviço Público", realizado nos dias 14 e 15 de maio de 2024, com 402 inscrições e 326 certificados emitidos. Ademais, foram realizadas reuniões técnicas do Projeto Conexão-Ética, com os seguintes resultados:

- Grupo 1 (30 de abril de 2024): 50 inscrições, 52 certificados;

- Grupo 2 (22 de maio de 2024): 78 inscrições, 60 certificados;
- Grupo 3 (25 de junho de 2024): 111 inscrições, 78 certificados;
- Grupo 4 (4 de outubro de 2024): 99 inscrições, 78 certificado; e
- Grupo 5 (9 de outubro de 2024): 100 inscrições, 86 certificados.

Além dos eventos promovidos diretamente pela Comissão de Ética Pública, os conselheiros desempenharam um papel crucial na disseminação da ética pública ao participarem como palestrantes em uma série de conferências, simpósios e encontros externos promovidos por instituições públicas e privadas em todo o país. Esses eventos têm como objetivo não apenas compartilhar conhecimentos e boas práticas, mas também fortalecer a cultura da ética e da integridade no serviço público, atuando como um catalisador para a transformação das práticas institucionais.

No ano de 2024 foram 46 participações de conselheiros da Comissão de Ética Pública em encontros que abordaram temas relacionados à ética no Setor

Público. O impacto dessas ações reverbera nas práticas diárias dos servidores públicos e na percepção da sociedade sobre a credibilidade e a integridade das instituições do Estado.

Concurso de Boas Práticas

A CEP também promoveu o Concurso de Boas Práticas, com a participação de 24 inscritos. O concurso premiou as melhores práticas em ética pública, com 5 premiações em 3 categorias diferentes, destacando iniciativas inovadoras e eficazes na gestão ética.

Saiba mais

Para acessar informações sobre Concurso de Boas práticas [clique aqui](#)

Essas atividades ilustram o compromisso da Comissão de Ética Pública com a promoção de altos padrões de conduta e integridade na Administração Pública, fortalecendo a confiança da sociedade nas instituições e contribuindo para um serviço público mais ético, transparente e alinhado aos valores democráticos.

Outra ação importante a ser destacada foi a produção do Boletim Informativo Mensal; um instrumento essencial para a comunicação com as comissões de ética setoriais. O boletim eletrônico tem uma frequência mensal e visa fornecer informações e orientações importantes da CEP, além de divulgar eventos, artigos e matérias sobre ética pública. Esse periódico tem sido fundamental para manter todos os membros do Sistema de Gestão da Ética informados sobre as atualizações, boas práticas e normas.

Afora o Boletim, a CEP também publicou mensalmente o "Minuto da Ética", um texto curto e inspirador que aborda temas relacionados à ética pública. Esse conteúdo é anexado ao boletim e pode ser replicado pelas comissões de ética setoriais em seus respectivos órgãos e entidades, servindo como ferramenta de disseminação das normas de conduta definidas no Código de Ética Profissional do Servidor Público Federal. Durante o ano de 2024, foram publicadas 12 edições do Boletim Informativo e 12 edições do Minuto da Ética.



Saiba mais

Para acessar o Boletim e o Minuto da Ética, [clique aqui](#)

Transparência

Em 2024, a Comissão de Ética Pública deu um passo significativo em direção à maior transparência e à promoção da confiança da sociedade nas instituições públicas, determinando que todas as suas decisões passassem a ser divulgadas em transparência ativa.

Desde então, todas as deliberações do plenário da CEP, incluindo processos, análises e decisões, passaram a ser publicadas no site oficial da comissão logo após as reuniões, permitindo que qualquer cidadão tenha acesso direto e rápido às informações sobre os atos da CEP.

Saiba mais

Para acessar as decisões da CEP [clique aqui](#)

Além disso, com o objetivo de ampliar ainda mais a visibilidade e

o controle social, foi desenvolvido um sistema acessível ao público para consultar informações sobre as sanções aplicadas. Esse sistema permite o acesso direto ao Banco Nacional de Sancionados, uma base de dados que reúne informações sobre todas as sanções aplicadas tanto pelas comissões setoriais quanto pela própria Comissão de Ética Pública.

Saiba mais

Para acessar o Banco de sanções éticas, [clique aqui](#)

Essa inovação é um reflexo do compromisso da CEP em estabelecer práticas de gestão pública mais transparentes e acessíveis, permitindo que a sociedade acompanhe e compreenda melhor os processos de fiscalização e julgamento ético no âmbito do serviço público. A medida contribui não apenas para a efetiva implementação das normas de ética, mas também para a construção de uma cultura pública mais comprometida com a integridade, transparência e responsabilidade social.

Saiba mais

Para saber mais sobre outras iniciativas de transparência acesse os [Painéis Gerenciais da Comissão de ética pública](#)

4.3.2 Comissão de Ética dos Agentes Públicos da PR e da VPR

O [Decreto nº 1.171/1994](#), estabeleceu que em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo Poder Público, deverá ser criada uma comissão de ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

O [Decreto nº 6.029/2007](#), instituiu o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, com a finalidade de promover atividades que dispõem sobre

a conduta ética no âmbito do Poder Executivo Federal.

Integram o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo federal: a Comissão de Ética Pública - CEP, instituída pelo [Decreto de 26 de maio de 1999](#); as Comissões de Ética de que trata o [Decreto nº 1.171/1994](#), com a finalidade de incentivar ações voltadas à educação e prevenção de condutas incompatíveis com o padrão ético desejável para o desempenho da função pública; e as demais comissões de ética e equivalentes nas entidades e órgãos do Poder Executivo Federal.

Assim, para garantir que o comportamento ético seja a conduta padrão no âmbito da Presidência e Vice-Presidência da República, foi criada a Comissão de Ética dos Agentes Públicos da Presidência e da Vice-Presidência da República (CEPR), nos termos do [Decreto nº 9.895/2019](#). Nos termos do decreto cabe à CEPR:

- aplicar, no âmbito da Presidência e da Vice-Presidência da República, o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder



Executivo Federal;

- representar os órgãos da Presidência e da Vice-Presidência da República na Rede de Ética do Poder Executivo Federal;
- supervisionar a aplicação do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública situações que possam configurar o descumprimento de suas normas;
- representar os órgãos da Presidência e da Vice-Presidência da República no Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal;
- atuar em estreita observância às orientações e às resoluções da Comissão de Ética Pública;
- realizar análise preliminar acerca da existência ou não de potencial conflito de interesses em consultas formuladas por servidor ou por empregado público em exercício na Presidência e na Vice-Presidência da República;
- orientar os servidores ou os empregados públicos em exercício na Presidência e na Vice-Presidência da República

sobre como prevenir ou impedir possível conflito de interesses e como resguardar informação privilegiada, de acordo com as normas, os procedimentos e os mecanismos estabelecidos pela Controladoria-Geral da União;

No ano de 2024 a CEPR buscou fomentar a cultura ética na Presidência e Vice-Presidência da República por meio da divulgação de campanhas relacionadas ao combate ao discurso de ódio, implementou campanha permanente denominada "Minuto da Ética", em parceria com a Comissão de Ética Pública, onde são divulgados textos para reflexão dos leitores sobre temas correlacionados à questões éticas e analisou consultas de conflito de interesses demandadas pelos servidores. Ademais, iniciou tratativas para a reabertura de canal interno de divulgação de informação sobre ética na intranet da PR e VPR.



4.4 Ouvidoria e Transparência

Ouvidoria-Geral da Presidência da República (OUVPR) é o principal canal de comunicação entre a sociedade e os órgãos integrantes da Presidência e Vice-Presidência da República, promovendo a transparência e a participação cidadã na Administração Pública.

Com atribuições voltadas ao recebimento, análise e encaminhamento de manifestações de cidadãos, a OUVPR atua como mediadora, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços públicos e para o fortalecimento do controle social. Sua atuação está alinhada aos princípios da legalidade, eficiência e accountability, consolidando-se como referência no atendimento ao cidadão e na promoção da boa governança.

Conforme a [Lei nº 14.600/2023](#), que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República (PR) e dos ministérios, integram a Presidência da República: a Casa Civil (CC/PR), a Secretaria-Geral (SG/PR), o Gabinete

Pessoal do Presidente da República (GPPR), o Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR), a Secretaria de Relações Institucionais (SRI/PR) e a Secretaria de Comunicação Social (SECOM/PR). Compete à Ouvidoria-Geral da Presidência da República, nos termos do art. 23 do [Decreto nº 11.329/2023](#), atender à sociedade quanto às demandas relacionadas às competências desses órgãos.

Criada em 2017, a OUVPR utiliza a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, o [Fala.BR](#), sistema gerido pela Controladoria-Geral da União (CGU), como canal único para o recebimento e tratamento de manifestações de ouvidoria e de pedidos de acesso à informação encaminhados aos órgãos que compõem a Presidência da República e à Vice-Presidência da República.

O objetivo principal da OUVPR é fortalecer a integridade pública por meio do fomento à participação social, para que o usuário, por meio de

suas reclamações, sugestões, elogios, solicitações e denúncias, possa contribuir para a correção e o aprimoramento dos serviços prestados pelos órgãos integrantes da Presidência e da Vice-Presidência da República.

A OUVPR também se configura como principal canal para recepção de demandas internas, oferecendo aos servidores e colaboradores um espaço confiável de comunicação, com vistas à melhoria do ambiente interno, combate ao assédio e desenvolvimento íntegro da organização.

Para cumprimento adequado de sua missão, a OUVPR possui uma Coordenação de Tratamento de Manifestações, responsável pelo tratamento de manifestações de ouvidoria; e uma Coordenação-Geral de Acesso à Informação, competente pelas demandas da Lei de Acesso à Informação (LAI) e pelo monitoramento do Sistema de Transparência Ativa (STA), que orienta o conteúdo legal exigido a ser publicado

nos sites oficiais.

Assim, assegurando o controle social e fomentando todas as ações de transparência ativa e passiva, a OUVPR atua como um importante componente da Política de Integridade e Ética, implementada em conformidade com a [Lei nº 12.846/2013](#), que objetiva detectar e sanar eventuais desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

4.4.1 Análise de dados

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024, foram recebidas 5.511 manifestações de ouvidoria por meio da plataforma [Fala.BR](#):

- 2.648 (48,05%) ensejaram análise e produção de respostas definitivas pela equipe de analistas da OUVPR;
- 2.863 (51,95%) foram analisadas e encaminhadas para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, além de órgãos de outras esferas, cadastrados no [Fala.BR](#).

O grande número de



manifestações recebidas pela OUVPR que tratam de demandas sob a competência precípua de outros órgãos pode ser entendido devido à Presidência da República se configurar como principal órgão do Poder Executivo Federal, e, na percepção do cidadão, capaz de solucionar as suas necessidades ou determinar a resolução do problema a ser sanado pela força política do Presidente da República.

Ocorre que a OUVPR compõe, como unidade setorial, o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (SisOuv), em que cada órgão e entidade é diretamente responsável pelo tratamento das manifestações sob sua competência regimental. O monitoramento da atuação das unidades setoriais do sistema é atribuído à Controladoria-Geral da União (CGU), órgão central do SisOuv. Dessa forma, a OUVPR trata apenas as demandas relacionadas às competências previstas nos decretos regimentais dos órgãos que integram a Presidência e a Vice-Presidência da República. O gráfico abaixo demonstra o número de manifestações, por

tipo, tratadas em 2024.

Tabela 4.4.1 - Tipos de Manifestações Recebidas pela Ouvidoria em 2024

Tipo	Quantidade
Comunicação	1.083
Denúncia	520
Elogio	70
Reclamação	1.524
Simplifique	3
Solicitação	1.804
Sugestão	507
Total	5.511

Na tabela a seguir, é possível identificar os tipos de manifestações recebidas pela OUVPR, em 2024, que foram tratadas internamente e efetivamente respondidas pela equipe de analistas.

Tabela 4.4.2 - Tipos de Manifestações Tratadas pela Ouvidoria em 2024

Tipo	Quantidade
Comunicação	702
Denúncia	376
Elogio	55
Reclamação	418

Tipo	Quantidade
Simplifique	2
Solicitação	903
Sugestão	192
Total	2.648

Em 2024, em relação às 2.648 manifestações tratadas internamente pela OUVPR, registra-se que 859 foram tramitadas para órgãos/unidades da Presidência da República, com vistas a solicitar subsídios para a produção da resposta final ao usuário de serviço público, ou foram respondidas pela OUVPR com informações previamente acordadas com os órgãos/unidades.

Os órgãos da Presidência da República mais demandados foram:

- Gabinete Pessoal do Presidente da República - 367;
- Casa Civil - 170;
- Imprensa Nacional - 92;
- Secretaria-Geral - 70; e
- Secretaria de Comunicação Social - 61.

Juntos respondem por 88% do fornecimento de subsídios de resposta solicitados pela OUVPR.

As manifestações direcionadas ao Gabinete Pessoal do Presidente da República referem-se, em sua ampla maioria, a correspondências direcionadas pela população ao Presidente da República. Ressalta-se que, para as manifestações que não se caracterizam como típicas de ouvidoria, a comunicação é direcionada para registro no canal Fale com o Presidente, cujo tratamento compete à Diretoria de Documentação História do Gabinete Pessoal do Presidência da República, nos termos do Art. 5º, Inciso II, [Decreto 11.400/2023](#).

Com relação às manifestações direcionadas à Casa Civil, destacaram-se os temas "Portal da Legislação", "Concessão de Outorga de Radiodifusão" e "Reconstrução do Rio Grande do Sul", bem como questões relacionadas ao cadastro no sistema utilizado pela Imprensa Nacional para envio de publicações no Diário Oficial da União.

Quanto às demandas direcionadas à Secretaria-Geral, destacam-se as manifestações referentes à Carteira de Identidade Jovem – ID Jovem, tratando da

emissão do documento virtual e do acesso de jovens de baixa renda a diversos benefícios, tais como descontos em cinemas e eventos culturais e reserva de assentos gratuitos ou com meia-entrada em transportes terrestres interestaduais.

No que diz respeito à Secretaria de Comunicação Social (SECOM/PR), observa-se que o tema "Fake News" permaneceu em evidência nas manifestações recebidas pela OUVPR em 2024, destacando-se também as manifestações relacionadas aos serviços de publicidade do Governo Federal.

4.4.2 Atividades Estratégicas

A equipe da OUVPR consolidou-se no ano de 2024, com a nomeação e posse da Ouvidora-Geral e do Coordenador de Tratamento de Manifestações, no segundo semestre de 2024. Com isso, foi possível avançar no projeto de comunicação da Ouvidoria ao público interno, com a publicação de banner na intranet e mural digital, placas nas entradas e corredores de maior circulação nos prédios, com

informações sobre a Ouvidoria e seus canais de acesso.

Além disso, a OUVPR atuou em conjunto com a Subsecretaria de Governança Pública da Secretaria-Executiva da Casa Civil para a regulamentação do Programa de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação da Presidência e Vice-Presidência da República, com a finalidade de fortalecer relações de trabalho seguras e respeitadas por meio de ações de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e a todas as formas de violência e discriminação.

Em parceria com a Coordenação-Geral de Auditoria de Gestão e Orientações Institucionais da Ciset/PR, a OUVPR atuou em consultoria para auxiliar na elaboração do plano de dados abertos da SG/PR, em fase final de elaboração e publicação.

Tendo em vista a edição da [Instrução Normativa nº 4 de 2024](#), da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR), que trata da criação de controles para garantir que os recursos de publicidade do Governo Federal

não sejam direcionados a sites com conteúdo inadequado, a OUVPR trabalhou em conjunto com a SECOM/PR para o aperfeiçoamento do fluxo de denúncias e reclamações sobre o tema, com a adoção da Plataforma [Fala.BR](#) como canal oficial para recebimento de manifestações. A norma define critérios para o cadastro e descadastro de agentes de veiculação de publicidade na internet, como sites, aplicativos, plataformas digitais, provedoras de publicidade programática e produtores de conteúdo em plataformas digitais, para receberem anúncios e, portanto, recursos dos órgãos e entidades da administração Federal, direta e indireta. A instrução normativa também estabelece critérios positivos relacionados à transparência e abertura ao diálogo com a sociedade para que esses agentes possam se cadastrar e receber recursos por veiculação de publicidade.

Com o intuito de aprimorar a qualidade das informações gerenciais prestadas pela OUVPR aos órgãos e unidades da Presidência e Vice-Presidência da República, nesse

exercício foi efetuada revisão da classificação das manifestações no sistema [Fala.BR](#) e atualização das informações acerca das apurações de denúncias em andamento nas instâncias éticas e disciplinares. Destaca-se que o índice de manifestações resolvidas da Presidência da República foi de 97,99% no exercício de 2024, conforme dados do [Painel Resolveu da Controladoria-Geral da União](#).

A OUVPR também participou de Instrução de Segurança para Atendimento ao Público, oferecida pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI-PR), com a participação de toda sua equipe de analistas, com o objetivo de capacitar os servidores para o enfrentamento de situações de ameaças à segurança institucional e à segurança de autoridades.

Outra ação de destaque no exercício de 2024 refere-se à asseguuração da conformidade do órgão em relação às exigências da [Lei nº 13.460/2017](#), do [Decreto nº 9.492/2018](#), e da [Portaria CGU nº 116/2024](#). Para tanto, foram atualizados procedimentos para tratamento de manifestações,



bem como o desenvolvimento de sistema informatizado para registro do tratamento dado às manifestações recebidas presencialmente ou por e-mail, bem como das orientações aos cidadãos efetuadas em atendimentos telefônicos. A adoção do sistema permitiu a adequação ao novo normativo editado pela CGU, facilitou a inclusão no Sistema [Fala.BR](#) de manifestações recebidas em outros meios, agilizou o acesso às orientações aos servidores responsáveis pelos atendimentos e melhorou a qualidade das informações gerenciais produzidas pela OUVPR.

4.4.3 Serviço de Informação ao Cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão da Presidência da República (SIC/PR) é estruturado na Rede SIC/PR, constituída pelo SIC Central e SICs Setoriais dos seguintes órgãos: Casa Civil, Secretaria-Geral, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Relações Institucionais, Secretaria de Comunicação Social e Vice-Presidência da República. O SIC/PR, por meio da Coordenação-

Geral de Acesso à Informação (CGAI) da OUVPR, é responsável pela gestão do [Fala.BR](#) quanto aos pedidos e recursos de acesso à informação destinados aos órgãos essenciais da Presidência da República.

No ano de 2024 o SIC/PR ampliou, temporariamente, sua rede, ao incorporar o Ministério Extraordinário para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul - SERS.

O novo Ministério recebeu e tratou todos os pedidos de acesso à informação enviados pela população do Rio Grande do Sul durante o período de emergência climática. O SIC/SERS foi encerrado em 21 de dezembro de 2024, após o fim de suas competências, tendo sido repassado ao SIC da Casa Civil o estoque e a responsabilidade pelas demandas decorrentes da reconstrução do Estado.

Novo Sistema para a Rede SIC-PR

Um novo sistema foi desenvolvido, em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Secretaria de Administração da Casa Civil, devido à obsolescência tecnológica do atual sistema de

tramitação interna dos pedidos de acesso à informação.

O novo sistema permite maior acompanhamento das etapas de criação e adaptação da ferramenta para as necessidades da PR e VPR, inclusive controle de prazos. O sistema está em fase final de elaboração e deve ser implementado no início de 2025.



Capacitação

A criação do novo sistema motivou, especialmente, a realização de capacitação para apresentação e treinamento dos servidores que tratam os processos relativos à Lei de Acesso à Informação. O treinamento garantiu que esses servidores pudessem colaborar para a etapa final de testes e validação do sistema.

Além de apresentar o novo

sistema de tramitação interna dos pedidos de acesso à informação, a III Oficina da Rede SIC-PR contou também com palestra sobre a Lei de Proteção de Dados Pessoais, apresentada pela Diretora de Recursos e Entendimentos de Acesso à Informação da Controladoria-Geral da União (CGU).

No total, foram treinados 31 servidores que atuam com a Lei de Acesso à Informação, incluindo Autoridades de Monitoramento da VPR, da SRI/PR e do GSI/PR.



Boletins da Rede SIC-PR e campanhas

No decorrer do ano de 2024, foram publicados 4 boletins da rede SIC/PR, com o propósito de divulgar informações sobre transparência ativa, decisões das instâncias recursais e procedimentos inerentes à Lei de Acesso à Informação e legislação correlata, com vistas ao aperfeiçoamento do Serviço de Informação ao Cidadão da

Presidência e Vice-Presidência da República.

Os Boletins da Rede SIC/PR são encaminhados a todos pontos focais e Autoridade de Monitoramento da LAI dos órgãos, bem como publicados na página da Intranet PR, e ficam disponíveis na [página da Ciset](#).

Em parceria com o Programa de Integridade da Presidência da República, foram promovidas campanhas alusivas ao aniversário da Lei de Acesso à Informação e ao Dia Internacional para Acesso Universal à Informação, ambos com publicação na intranet e mural digital e distribuição de material aos pontos focais.



Guia de Orientações

Diante da necessidade de uniformização e qualidade no atendimento dos pedidos de acesso à informação e dos recursos, em 2024, o SIC/PR publicou 2 revisões (3ª e 4ª edição) do Guia de Orientações para tratamento de pedidos de acesso à Informação e, ainda, criou o Guia Prático para auxiliar os pontos focais da Presidência da República e da Vice-Presidência.

Esses guias apresentam modelos, tabelas e formulários que podem ser livremente copiados e utilizados para elaboração das respostas. O [Guia Prático](#) foi distribuído para todos os pontos focais da Rede SIC-PR e a 4ª edição do Guia de Orientações foi distribuída durante a III Oficina da Rede SIC/PR. Todos os Guias também estão publicados na internet e na IntraPR.



A 4ª edição do Guia de Orientações foi publicada em novembro de 2024 e apresenta uma versão ampliada e atualizada com as novas orientações e entendimentos expedidos pela Controladoria-Geral da União (CGU).

4.4.3 Transparência Ativa

Ao longo de 2024, o SIC-PR deu continuidade ao processo de conscientização e monitoramento das informações disponíveis em transparência ativa nos sites dos órgãos da Presidência e Vice-Presidência da República.

Foi possível observar grande evolução dos órgãos em relação aos índices de transparência ativa, ultrapassando as metas estabelecidas para o ano de 2024 no Plano de Integridade da PR.

O portal institucional da Presidência da República (<https://www.gov.br/planalto/pt-br>) também é avaliado pela Controladoria Geral da União quanto a disponibilização de informações em transparência ativa.

Atualmente a Presidência da República atende integralmente a 94% dos itens; e parcialmente a 4% dos itens. Apenas 2% dos itens de informação não são disponibilizados pelo portal.

Não obstante, estão sendo realizados esforços para que ao longo de 2025 o portal da Presidência da República atenda

integralmente a 100% dos itens.

Normatização SITA

Por meio do [Decreto nº. 12.311/2024](#), que institui o Programa de Integridade da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, a OUVPR foi designada como unidade setorial de Transparência e Acesso à Informação da Presidência da República.

4.4.4 Transparência Passiva - Pedidos de Acesso à Informação

No ano de 2024, houve um decréscimo no número de pedidos de acesso à informação, em comparação com o ano de 2023, mas manteve-se em patamar similar aos anos anteriores a 2023.

Esse movimento de aumento do número de pedidos de acesso à informação é natural, para os órgãos da Presidência da República, nos anos de transição governamental.

Tabela 4.4.3 - Quantidade de Pedidos de Acesso à Informação

Ano	Pedidos
2016	1092
2017	1146
2018	1137
2019	1743
2020	1777
2021	2079
2022	1890
2023	3766
2024	1753

De acordo com o [painel da LAI-CGU](#), os órgãos que compõem a Rede SIC-PR receberam, ao longo de 2024, o total de 1.753 pedidos de acesso à informação.

Além disso, foram recebidos 529 recursos em 2024, distribuídos da seguinte forma:

- 242 em 1ª instância (Chefia);
- 141 em 2ª instância (Dirigente);
- 114 em 3ª instância (CGU); e
- 32 em 4ª instância (CMRI).

Os temas objeto dos pedidos de acesso à informação são bem variados e refletem a composição mista da PR, com áreas de atuação distintas umas das outras.



4.5 Canais de Informação à Sociedade

Os órgãos integrantes da Presidência da República, se utilizam, além de seus portais institucionais, de instrumentos específicos para disponibilização de informações à população. São exemplos as redes sociais, e portais específicos na internet.

Redes Sociais

A seguir apresentamos atalhos para acesso às redes sociais de cada um dos órgãos integrantes da PR e VPR.



Instagram

- [Presidência da República](#)
- [Vice-Presidência da República](#)
- [Casa Civil](#)
- [Secretaria-Geral](#)
- [Secretaria de Comunicação Social](#)
- [Secretaria de Relações Institucionais](#)



Facebook

- [Presidência da República](#)
- [Vice-Presidência da República](#)

- [Secretaria-Geral](#)
- [Secretaria de Comunicação Social](#)
- [Secretaria de Relações Institucionais](#)



Youtube

- [Presidência da República](#)
- [Vice-Presidência da República](#)
- [Casa Civil](#)
- [Secretaria-Geral](#)
- [Secretaria de Comunicação Social](#)



- [Presidência da República](#)
- [Vice-Presidência da República](#)
- [Casa Civil](#)
- [Secretaria-Geral](#)
- [Secretaria de Comunicação Social](#)
- [Secretaria de Relações Institucionais](#)
- [Gabinete de Segurança Institucional](#)



Flickr

- [Presidência da República](#)
- [Vice-Presidência da República](#)
- [Casa Civil](#)
- [Secretaria-Geral](#)
- [Secretaria de Relações Institucionais](#)



TikTok

- [Presidência da República](#)
- [Secretaria de Comunicação Social](#)



Whatsapp

- [Presidência da República](#)
- [Casa Civil](#)
- [Secretaria de Comunicação Social](#)



Spotify

- [Casa Civil](#)



Threads

- [Secretaria de Comunicação Social](#)



Bluesky

- [Presidência da República](#)
- [Vice-Presidência da República](#)
- [Casa Civil](#)
- [Secretaria-Geral](#)
- [Secretaria de Comunicação Social](#)
- [Gabinete de Segurança Institucional](#)



Portais/Páginas de Informações na Internet

Portal/Página	Observações	Acesso
Programa de Aceleração do Crescimento	página com informações sobre o PAC	acesse aqui
Brasil contra a Fake	página com informações para o combate a "fake news"	acesse aqui
Comunicabr	página com dados de programas do Governo Federal, onde o cidadão poderá baixar um arquivo PDF contendo todas as ações realizadas pelo Governo Federal em seu Estado ou Município em um determinado mês	acesse aqui
Tá na mão	página que disponibiliza informações sobre Canais do Governo do Brasil no WhatsApp	acesse aqui
Diálogos Amazônicos	página que reúne informações sobre o evento que proporcionou debates de movimentos sociais sobre a região amazônica	acesse aqui
Desintrusão de Terras Indígenas	página com informações sobre ações de desintrusão das Terras Indígenas Apyterewa, do povo Parakanã, e Trincheira Bacajá, dos povos Mebengôkre, Kayapó e Xikrim	acesse aqui
Mercosul Social	página com informações sobre o evento que realizou debates com sociedade civil e governos a respeito do papel da participação social para a democracia no Cone Sul e a agenda para o Mercosul Social	acesse aqui
Plataforma Brasil Participativo	nova plataforma digital do Governo Federal, onde a população pode contribuir com a criação e melhoria das políticas públicas.	acesse aqui
Informações sobre projetos de PPI	portal com informações de projetos de PPI, como edital, fases dos projetos, valores de investimentos, benefícios e outras informações	acesse aqui
Portal Federativo	portal criado com o propósito de aprimorar a gestão pública, facilitando o acesso a informações, recursos e ferramentas destinados a prefeitos, governadores, secretários e gestores estaduais e municipais	acesse aqui
Escola Federativa	portal para capacitar e aprimorar servidores públicos e agentes políticos de todos os municípios brasileiros. Contém conteúdos educacionais gratuitos das instituições parceiras	acesse aqui
SINAJUVE	portal criado para fortalecer a implementação e coordenação das políticas públicas voltadas para a juventude, promovendo articulação entre o governo e a sociedade civil.	acesse aqui
Guia sobre Usos de Dispositivos Digitais	página com informações análises e recomendações sobre o uso de dispositivos digitais	acesse aqui
Parcerias com a Sociedade Civil	página com informações, sobre parcerias do Governo Federal com a Sociedade Civil. Estão disponíveis diversas informações além do Painel de Dados Parceirometro que apresenta informações sobre quantidade de contratos; valores globais; valores de repasse e de contrapartida entre outros dados.	acesse aqui



4.6 Correição

A Corregedoria-Geral da Presidência da República (CORPR) é a unidade da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Executiva da Casa Civil responsável pela prevenção e repressão a irregularidades administrativas, praticadas por agentes públicos federais e pessoas jurídicas, em detrimento do patrimônio público e da regularidade da administração, no âmbito dos órgãos da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

As atividades de correição compreendem as ações relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades disciplinares e de atos lesivos praticados por pessoas jurídicas contra a Administração Pública e estão submetidas à supervisão técnica da Controladoria-Geral da União (CGU), órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR), nos termos do [Decreto nº 5.480/2005](#).

Entre as ações de prevenção da CORPR no corrente ano, cabe destacar sua participação no Calendário de Integridade,

instituído no âmbito do Programa de Integridade da Presidência da República, que tem por objetivo que os órgãos da Presidência da República e a Vice-Presidência da República estabeleçam ações informativas e educativas no sentido de promover datas comemorativas relevantes para o fortalecimento da integridade nos órgãos.

Nesse contexto, surge o Projeto “Corregedoria em Foco: Conhecimento que previne e Transforma”. Referida ação está sendo realizada em articulação com as demais instâncias de integridade da Presidência da República e da Vice-Presidência da República e busca trazer, em alusão a datas comemorativas, conhecimento relativo aos temas, como corolário da prevenção de irregularidades disciplinares que possam ser praticadas contra determinadas populações, ou grupos étnicos ou raciais, valorizando a igualdade de direitos, igualdade de tratamento e harmonia entre os servidores, independentemente de sua raça, cor, origem, gênero, idade, identidade sexual, etc.,

fomentando, assim, um ambiente institucional livre de discriminação.

Ademais, por meio do projeto mencionado, difundem-se aos servidores e demais colaboradores da Presidência da República e da Vice-Presidência da República conhecimentos e orientações sobre deveres e proibições funcionais, boas práticas de gestão e providências a serem tomadas em caso de identificação de possíveis irregularidades administrativas, valendo-se de denúncias e representações.

Nesse sentido, no âmbito de 2024 foram realizadas 10 campanhas, quais sejam: Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, Dia Nacional do Estagiário, Dia Internacional da Igualdade Feminina, Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, Dia Mundial da Saúde Mental, Dia do Servidor Público, Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher e Dia

Internacional contra a Corrupção.

Ainda, entre as ações de prevenção da CORPR, ressalta-se a sua participação no Grupo de Trabalho formado pelos indicados pelas diferentes casas da PR, com fins de apoiar a Subsecretaria de Governança Pública (SSGP) na elaboração de minuta do Plano de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação na Presidência da República e na Vice-Presidência da República, cujas ações se encontram em andamento.

Já no âmbito do Programa “Fortalecer”, destacam-se ações empreendidas pela unidade visando ao alcance de um nível mais elevado de estruturação e desenvolvimento da atividade correcional, no contexto da Presidência da República e Vice-Presidência da República, com base no Modelo de Maturidade da Corregedoria-Geral da União (CRG-MM 3.0), que permite o diagnóstico da gestão correcional e o estabelecimento de estratégias, metas e atividades para o alcance do nível de maturidade almejado.



No ano de 2024, a CORPR executou e aprimorou diversas ações e atividades definidas no Plano de Ação de Avaliação do Modelo de Maturidade Correcional na unidade, para o alcance de maior nível de maturidade institucional, atividade essa de caráter contínuo.

Com a medida, a CORPR atingiu o Conceito 2 de Maturidade Correcional, conceito até então inédito nessa unidade correcional. Esse resultado reflete os esforços realizados para estruturar processos e implementar rotinas padronizadas, alinhando-se aos critérios estabelecidos pelo CRG-MM 3.0.

Exemplo desse esforço é o SOS Correição - Sistema de Orientações e Soluções na área correcional - desenvolvido pela CORPR com o objetivo de facilitar, dar celeridade e uniformizar entendimentos em processos correccionais.

Destacam-se, também, as seguintes ações realizadas que permitiram a elevação do conceito:

- Adoção de critérios para a priorização da análise dos processos de admissibilidade

correcional e para a gestão e o controle da instauração de processos correccionais acusatórios; e

- Utilização de matriz de responsabilização como elemento norteador do procedimento correcional investigativo e do juízo de admissibilidade.

Por outro lado, no que se refere aos procedimentos correccionais realizados pela Corregedoria-Geral da Presidência da República, verifica-se que estão previstos na Portaria Ciset/SGPR nº 6, de 7 de agosto de 2020, os quais podem ter natureza consensual, investigativa ou acusatória.

No exercício de seu papel de unidade orientadora das ações disciplinares no âmbito da Presidência da República e Vice-Presidência da República, a Corregedoria-Geral busca incentivar, em casos específicos, a celebração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que constitui procedimento correcional consensual e pode ser efetuado nos casos de infração disciplinar de menor potencial ofensivo, desde que satisfeitos os requisitos e os procedimentos

previstos na referida Portaria Ciset e em ato normativo da Controladoria-Geral da União.

Como exemplo, tem-se casos de apuração de desaparecimento, dano ou extravio de bens patrimoniais, cuja resolução pode ser feita por meio do TAC ou mesmo por meio de simples processo administrativo de ressarcimento ao erário, sem necessidade de ações correccionais, tornando a resolução mais rápida e econômica.

No que diz respeito aos procedimentos correccionais com natureza investigativa e preparatória, ou seja, de caráter sigiloso e não punitivo, a unidade finalizou 2024 com os seguintes números:

- Análise Inicial de Admissibilidade (AIA): 12 (doze) concluídas e 26 (vinte e seis) em andamento;
- Investigação Preliminar Sumária (IPS): 5 (cinco) concluídas e 5 (cinco) em andamento; e
- Investigação Preliminar (IP): 1 (uma) em andamento.

Quanto aos processos acusatórios, dos quais faz parte a observância dos princípios da

ampla defesa e do contraditório e possuem caráter punitivo, a CORPR realizou, conforme a seguir, no ano sob exame:

- Processo Administrativo Disciplinar (PAD): 4 (quatro) julgados, 1 (um) com o Relatório Final entregue e em fase de Auxílio ao Julgamento e 1 (um) em andamento (fase de apuração/instrução); e
- Processo Administrativo de Responsabilização (PAR): 1 (um) julgado.

Por fim, ressalta-se que, no âmbito dos processos acusatórios da CORPR, é realizado o chamado Auxílio ao Julgamento após a entrega dos respectivos relatórios finais, com a verificação da regularidade formal e material dos processos, de modo a subsidiar de forma objetiva, legal e contundente a decisão pela autoridade julgadora.

Em relação ao mencionado Auxílio ao Julgamento, a CORPR finalizou 2024 da seguinte forma:

- Auxílio ao Julgamento (AOJ): 5 (cinco) concluídos, sendo 4 (quatro) em sede de PAD e 1 (um) em sede de SINVE, e 1 (um) em andamento em sede de PAD.



4.7 Controle Interno

A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CIS/PR) integra o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, como unidade setorial, sendo atualmente responsável pelas atividades de auditoria, corregedoria e ouvidoria no âmbito dos órgãos e entidades vinculadas à Presidência da República e Vice-Presidência da República.

Nesse sentido, a CIS/PR sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do órgão central do referido Sistema, a Controladoria-Geral da União (CGU).

Posicionada como uma unidade vinculada a Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, as atuais competências da CIS/PR estão descritas nos artigos 21, 22 e 23 do [Decreto nº 11.329/2023](#).

Entre as competências elencadas no normativo, destacam-se: assistir ao Ministro de Estado Chefe na definição de diretrizes e implementação de ações no âmbito de suas competências; prestar orientação técnica e

acompanhamento dos trabalhos das unidades para subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e do relatório de gestão; auxiliar na interlocução entre órgãos, internamente, e com órgãos de controle externo e de defesa do Estado, externamente, sobre assuntos de auditoria, ouvidoria e correição, entre outras.

Às Coordenações-Gerais de Auditoria compete a realização das atividades de auditoria e fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e em outros sistemas administrativos e operacionais; bem como a avaliação da execução de programas de governo.

À Corregedoria-Geral da CIS/PR, órgão setorial do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, compete apurar atos ou fatos ilegais ou irregulares relacionados à conduta de servidores e à utilização de recursos públicos federais. Isso inclui a instauração e condução de procedimentos disciplinares e de

responsabilização administrativa de entes privados, bem como inspeções correcionais e visitas técnicas. A Corregedoria-Geral também é responsável por verificar a regularidade de procedimentos disciplinares em andamento nos órgãos e propor avocações quando necessário.

A Ouvidoria-Geral, unidade do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal, tem como competência precípua receber, analisar e tratar denúncias, reclamações, solicitações, elogios e sugestões. Além disso, coordena e orienta a execução das atividades do Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito da Presidência da República e, supletivamente, na Vice-Presidência da República. Sua atuação é voltada principalmente para a promoção da transparência e participação cidadã.

4.7.1 Normas e Regulamentos de Criação, Alteração e Funcionamento da CIS/PR

Os seguintes normativos basilares orientam as atividades

desempenhadas pela Secretaria de Controle Interno:

- [Decreto nº 3.591/2000](#): que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- [Decreto nº 5.480/2005](#): que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
- [Decreto nº 9.492/2018](#): que institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal;
- [Decreto nº 11.329/2023](#): que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações da Casa Civil da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

4.7.2 Auditoria

A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (CIS/PR), no exercício de competências de auditoria interna governamental, atua como terceira linha dos órgãos



integrantes da estrutura organizacional da PR e VPR, nos termos do [Decreto nº 11.329/2023](#), contemplando serviços de avaliação e consultoria. Adicionalmente, à Ciset/PR cabe o exercício de atividades de auditoria interna e fiscalização da Controladoria-Geral da União, nos termos do [Parágrafo 6º do art. 49 da Lei 14.600/2023](#).

Diante do exposto, a auditoria interna da Ciset/PR deve apoiar os órgãos e as entidades na estruturação e efetivo funcionamento da primeira e da segunda linha da gestão, por meio da prestação de serviços de consultoria e avaliação independente. O foco se concentra nos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Atividades e Resultados no Exercício

Ao longo do exercício de 2024, a auditoria interna realizou diversas ações, visando ao cumprimento das atividades prescritas no respectivo Plano Anual de Auditoria Interna. Nas avaliações e consultorias realizadas, a Ciset/PR emite recomendações

e sugestões com o foco na melhoria dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

As recomendações podem ter objetivos de cunho financeiro e qualitativo. Enquanto os primeiros são aqueles cujo impacto é passível de ser representado monetariamente, o segundo representa benefícios que resultam em impactos positivos na gestão pública, como, por exemplo, melhorias nas ferramentas gerenciais, nos controles internos ou aprimoramentos de normativos e processos. Vale ressaltar que, a medida que o nível de maturidade dos controles internos dos gestores aumenta, os casos de impactos financeiros reduzem.

Os trabalhos executados pela auditoria interna da Ciset/PR buscaram o aperfeiçoamento da gestão, cujos destaques estão descritos nos parágrafos seguintes, com o respectivo resultado alcançado pelas ações de controle.

Plano de Dados Abertos – PDA

Foi executado trabalho de consultoria com a Secretaria-

Geral da Presidência da República, que objetivou apoiar a elaboração do Plano de Dados Abertos – PDA daquele órgão, incluindo elaboração de metodologia para identificação e classificação das bases de dados. Assim, a ação da Ciset/PR fomentou a construção e publicação do PDA, que é instrumento relevante para a promoção da transparência e acesso à informação pública, além de facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

Revisão da Política e Metodologia de Gestão de Riscos

Foram realizadas consultorias junto à Subsecretaria de Governança Pública da Casa Civil, com vistas a apoiar a revisão da política e metodologia de gestão de riscos, como também as ferramentas de controle e acompanhamento das deliberações e demandas do Tribunal de Contas da União e dos Requerimentos de Informação da Câmara dos Deputados. As ações da gestão, com apoio da auditoria, fortalecem a governança, gestão de riscos e controles internos da

PR.

Assessoramento na Definição das Unidades Setoriais de Integridade e de Transparência e Acesso à Informação

Em virtude da implementação dos dispositivos do [Decreto nº 11.529/2023](#), que instituiu o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal, a Ciset/PR prestou assessoramento à Casa Civil para a definição das unidades setoriais de integridade e de transparência e acesso à informação, com sugestões para incorporação aos instrumentos. Em 16/12/2024, pelo [Decreto nº 12.311/24](#), foi instituído o Programa de Integridade da Presidência da República.

Avaliação de Atos de Pessoal

Foram realizados exames de atos de aposentadoria, admissão e pensão, cuja atuação da auditoria junto aos órgãos de pessoal respectivos, resultou em aperfeiçoamento da conformidade dos processos.

Avaliação Preventiva das



Contratações

A auditoria interna da Ciset/PR realiza o monitoramento diário das aquisições de bens e contratações de serviços, com vistas a identificar situações de riscos e orientar gestores de forma preventiva. A atividade conta com suporte tecnológico da ferramenta Analisadora de Gastos, Editais de Licitações e Adesões a Atas de Registros de Preços – ANGELICA, cuja utilização foi regulamentada pela [Portaria Ciset/SG/PR nº 16, de 2021](#).

Monitoramento de processos do Tribunal de Contas da União

Os processos em tramitação no TCU foram acompanhados, a partir de uma priorização que considera critérios de relevância e criticidade, utilizando o sistema Monitora TCU, desenvolvido pela Ciset/PR.

Esse sistema foi aprimorado em 2024 e, além de classificar, com base em riscos, os processos em andamento no Tribunal, é capaz de emitir informes sobre a situação e o andamento, se tornando um instrumento útil para a própria auditoria e para a gestão. A ferramenta permitiu à Ciset/

PR apresentar informações sobre processos de diversos órgãos da Presidência da República, possibilitando a adoção de medidas que aperfeiçoam os controles internos.

Sistema de Faturamento da Imprensa Nacional

Em novembro de 2020, foi celebrado o Termo de Entendimento para Prestação de Serviços de Consultoria entre a Ciset/PR e a Imprensa Nacional, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento dos controles internos e fortalecimento da governança da Imprensa Nacional.

Os trabalhos buscaram oferecer soluções viáveis para as questões relacionadas ao processo de faturamento da Imprensa Nacional, identificar os principais gargalos, propor automação de procedimentos e orientar os gestores na tomada de decisão, principalmente em função das pendências existentes em face das recomendações do órgão de controle interno e das determinações do Tribunal de Contas da União exaradas no Acórdão TCU nº 972/2019 – Plenário.

Diversos benefícios foram gerados com as providências adotadas pela Imprensa Nacional em 2024, com destaque a:

- Modificação da regra de negócio para as publicações no Diário Oficial da União, regulamentando o pagamento à vista, para todos os clientes, com o objetivo de reduzir a inadimplência;
- Publicação de normativo anistando dívidas anteriores de órgãos e entidades dependentes de recursos da União, anteriores à isenção regulamentar;
- Desenvolvimento de ferramenta para automatização de lançamentos contábeis referentes ao faturamento do DOU, permitindo a realização de lançamentos de baixa contábil de faturas já liquidadas; e
- Ajustes de saldos contábeis, resultantes de melhorias nas operações de cobranças e bloqueios à publicação no Diário Oficial da União.

Sistema e-Patri

Desenvolvimento de automação para acessar o sistema e-Patri superando restrições do GovBR,

limitações da rede local e da VPN da CGU, por meio de testes, elaboração de roteiro detalhado, backup e capacitação dos servidores responsáveis pela tarefa no âmbito da SECEP.

Estruturação do Sistema "CONF"

Estruturação para ações acerca da conformidade contábil registrada no SIAFI pela Diretoria de Orçamento e Finanças da Secretaria de Administração.

Para além das ações junto a unidades dos órgãos vinculados à Presidência da República, a auditoria interna da Ciset/PR realizou atividades internas de desenvolvimento institucional, cujos destaques registram-se a seguir:

Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna

Foi realizado o levantamento de dados e informações para subsidiar a autoavaliação da maturidade da auditoria interna tendo por base a metodologia do Modelo de Capacidade da Auditoria Interna (IA-CM).

Ainda, foi elaborado o Relatório de Avaliação da Maturidade da



Auditoria Interna Governamental da Presidência da República.

LAI Ouvidoria

Foram desenvolvidas rotinas automatizadas para extração de planilhas da LAI - via FalaBR - para atualização do Painel Gerencial da LAI - Presidência da República.

Manifestações registradas na Ouvidoria

Desenvolvido sistema informatizado para aperfeiçoar os atendimentos realizados via telefone, bem como o tratamento das manifestações recebidas de modo presencial ou via e-mails dirigidos à Ouvidoria-Geral da Presidência da República. A ferramenta permitiu fácil acesso dos atendentes às informações necessárias para melhor atender ao usuário, além de viabilizar a padronização dos registros de atendimento e produção de informações gerenciais.

Cabe pontuar que se encontra em curso, trabalho de avaliação acerca do tema de contratações de Tecnologia da Informação na Imprensa Nacional, objetivando avaliar a conformidade e, também, o desenho e

operacionalização dos controles internos relacionados à gestão de contratos de TI da unidade.

Por fim, além das ações descritas acima, a Ciset/PR atuou no processo de ressarcimento de despesas com transporte do Presidente e comitiva para eventos eleitorais. Também participou de reuniões e produção de minutas para subsidiar a elaboração da Mensagem Presidencial, Prestação de Contas do Presidente da República - PCPR e Planejamento da COP30, dentre outras.



Para acessar informações sobre auditorias na Presidência da República [clique aqui](#)



Presidência da República

Relatório de Gestão

2024

Capítulo 05

5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

5.1 Declaração Anual do Contador	123
5.2 Balanço Patrimonial	124
5.3 Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	125
5.4 Contas de Compensação	125
5.5 Superávit/Déficit Financeiro	126
5.6 Demonstração das Variações Patrimoniais	127
5.7 Balanço Orçamentário	130
5.8 Execução de RAP Não Processados	132
5.9 Execução de RAP Liquidados	133
5.10 Balanço Financeiro	134
5.11 Resultado Financeiro do Exercício	136
5.12 Demonstração dos Fluxos de Caixa	137
5.13 Notas Explicativas	139
5.14 Esclarecimentos Adicionais	147

5. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis

5.1 Declaração Anual do Contador

Esta declaração refere-se às Demonstrações Contábeis e suas Notas Explicativas, de 31 de dezembro de 2024, da Unidade Prestadora de Contas Presidência da República (UPC PR), que abrange os órgãos não superiores 20101 - Presidência da República, 20116 - Imprensa Nacional e 60000 - Gabinete da Vice-Presidência.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no [Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal](#).

As Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e suas Notas Explicativas), encerradas em 31 de dezembro de 2024, foram extraídas no SIAFI em 28 de janeiro de 2025, tendo sido elaboradas a partir do agrupamento simples das demonstrações dos órgãos supracitados, conforme o Anexo I da [Portaria-TCU nº 49, de 7 de abril de 2022](#), e estão, em seus aspectos relevantes, de acordo com a [Lei nº 4.320/1964](#), a [Lei Complementar nº 101/2001](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), o [Manual SIAFI](#) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 10ª Edição (MACSP). Exceto, no que tange às ressalvas decorrentes das restrições apontadas em dezembro de 2024, na Conformidade Contábil das Unidades Gestoras do Órgão Superior 20000 – Presidência da República, listadas a seguir:

a) Créditos a Curto Prazo (Clientes): Os direitos a receber relativos às publicações e serviços gráficos não estão devidamente reconhecidos e evidenciados na contabilidade da

Imprensa Nacional em função de melhorias que estão sendo implementadas no sistema de controle do faturamento;

b) Termo de Execução Descentralizada (TED): Os adiantamentos realizados e as transferências financeiras recebidas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) apresentam saldos relativos a TEDs, cuja vigência encontra-se expirada, dos quais não se tem comprovação da execução e/ou devolução dos saldos não utilizados pela Unidade Gestora recebedora dos recursos, conforme orienta a Macrofunção SIAFI 020307 – Transferências Voluntárias.

Brasília, 16 de fevereiro de 2024.

Paulo Ricardo Simões Coelho

CRC DF 009928/O-0



5.2 Balanço Patrimonial		(em R\$)	
Ativo	NE	2024	2023
Ativo Circulante		38.943.669.642,32	32.094.740.876,49
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	38.686.114.497,51	31.716.590.176,22
Créditos a Curto Prazo	02	246.549.123,69	367.196.605,76
Estoques		10.809.197,24	10.072.152,85
VPDs Pagas Antecipadamente		196.823,88	881.941,66
Ativo Não Circulante		827.249.688,24	820.548.327,98
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-
Imobilizado	03	799.766.488,91	794.369.794,31
Intangível	04	27.483.199,33	26.178.533,67
Total do Ativo		39.770.919.330,56	32.915.289.204,47
Passivo e Patrimônio Líquido		2024	2023
Passivo Circulante		191.188.144,15	141.330.128,94
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		82.154.838,96	77.588.504,14
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		21.037.490,90	4.579.606,58
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo		300.000,00	300.000,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	05	87.695.814,29	58.862.018,22
Passivo Não Circulante		625.953,68	625.953,68
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		625.953,68	625.953,68
Total do Passivo		191.814.097,83	141.956.082,62
Patrimônio Líquido		39.579.105.232,73	32.773.333.121,85
Demais Reservas		177.576.910,78	167.279.134,01
Resultados Acumulados		39.401.528.321,95	32.606.053.987,84
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		39.770.919.330,56	32.915.289.204,47

5.3 Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

(em R\$)			
Ativo	NE	2024	2023
Especificação		39.770.919.330,56	32.915.289.204,47
Ativo Financeiro		38.686.115.579,57	31.716.591.461,40
Ativo Permanente		1.084.803.750,99	1.198.697.743,07
Passivo		2024	2023
Especificação		854.403.888,75	777.832.773,29
Passivo Financeiro		801.268.844,46	729.087.537,06
Passivo Permanente		53.135.044,29	48.745.236,23
Saldo Patrimonial		38.916.515.441,81	32.137.456.431,18

5.4 Contas de Compensação

(em R\$ 0,00)			
Especificação	NE	2024	2023
Atos Potenciais Ativos		77.022.156,10	81.797.500,62
Execução dos Atos Potenciais Ativos		77.022.156,10	81.797.500,62
Garantias e Contragarantias Recebidas		54.250.699,12	54.400.106,20
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		22.687.456,98	27.325.394,42
Direitos Contratuais		84.000,00	72.000,00
Atos Potenciais Passivos		1.121.237.964,97	395.006.673,02
Execução dos Atos Potenciais Passivos		1.121.237.964,97	395.006.673,02
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		576.136.801,45	77.311.125,33
Obrigações Contratuais		545.101.163,52	317.695.547,69

5.5 Superávit/Déficit Financeiro

		(em R\$)
Destinação de recursos	NE	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos Ordinários		- 599.869.721,77
Recursos Vinculados		38.484.716.456,88
Educação		-
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.881.186,57
Previdência Social (RPPS)	-	2.810.141,55
Dívida Pública	-	27.323.903,00
Alienação de Bens e Direitos		-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		38.512.969.314,86
Outros Recursos Vinculados		-
Total		37.884.846.735,11

5.6 Demonstração das Variações Patrimoniais

(em R\$)			
Especificação	NE	2024	2023
Variações Patrimoniais Aumentativas		61.984.885.098,55	31.340.209.442,84
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	06	10.287.044.115,72	6.123.541.652,25
Venda de Produtos		10.286.557.991,76	6.122.891.774,18
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		486.123,96	649.878,07
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	07	3.720.954.741,36	2.779.781.323,71
Juros e Encargos de Mora		1.903,55	-
Variações Monetárias e Cambiais		163,22	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		3.720.952.674,59	2.779.781.323,71
Transferências e Delegações Recebidas		42.983.223.552,74	22.410.949.153,00
Transferências Intragovernamentais		42.969.221.748,15	22.396.594.174,52
Outras Transferências e Delegações Recebidas		14.001.804,59	14.354.978,48
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		4.988.763.450,23	23.394.164,27
Reavaliação de Ativos		-	197.422,90
Ganhos com Alienação		-	138.111,15
Ganhos com Incorporação de Ativos		4.984.546.293,05	9.827.632,30
Ganhos com Desincorporação de Passivos		4.217.157,18	13.230.997,92
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.899.238,50	2.543.149,61
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		- 759.916,03	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		5.659.154,53	2.543.149,61
Variações Patrimoniais Diminutivas		55.147.244.825,73	19.764.915.776,27
Pessoal e Encargos		777.398.819,06	701.597.838,58
Remuneração a Pessoal		529.265.771,04	491.177.473,01
Encargos Patronais		84.646.769,16	79.683.650,98

Especificação	NE	(em R\$)	
		2024	2023
Benefícios a Pessoal		43.907.381,30	34.448.316,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos.		119.578.897,56	96.288.398,56
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		268.146.015,29	258.720.039,05
Aposentadorias e Reformas		219.667.540,02	213.160.676,25
Pensões		46.936.420,01	44.657.878,43
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.542.055,26	901.484,37
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.026.112.030,13	614.726.669,67
Uso de Material de Consumo		24.636.244,15	21.517.488,75
Serviços		963.700.948,46	533.012.157,19
Depreciação, Amortização e Exaustão		37.774.837,52	60.197.023,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		44.775,86	25.185,74
Juros e Encargos de Mora		33.751,94	3.389,39
Variações Monetárias e Cambiais		9.462,01	20.980,18
Descontos Financeiros Concedidos		1.561,91	816,17
Transferências e Delegações Concedidas		47.989.427.239,88	18.137.279.387,49
Transferências Intragovernamentais		47.914.661.430,47	17.982.680.228,13
Transferências Intergovernamentais		53.061.253,58	6.015.857,08
Transferências ao Exterior		13.803,44	352.664,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas		21.690.752,39	148.230.638,28
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		5.071.179.534,55	37.503.935,67
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas		33.161,66	197.422,90
Perdas com Alienação		-	119.827,08
Perdas Involuntárias		160.541,26	805.202,61
Incorporação de Passivos		21.898.910,51	17.499.257,03
Desincorporação de Ativos		5.049.086.921,12	18.882.226,05

		(em R\$)	
Especificação	NE	2024	2023
Tributárias		289.275,65	300.979,44
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		238.626,82	244.212,95
Contribuições		50.648,83	56.766,49
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		14.647.135,31	14.761.740,63
Incentivos		1.215.929,99	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		13.431.205,32	14.761.740,63
Resultado Patrimonial do Período	08	6.837.640.272,82	11.575.293.666,57

5.7 Balanço Orçamentário

(em R\$)					
Receitas Orçamentárias	NE og	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes		17.173.305.836,00	17.173.305.836,00	37.583.303.077,88	20.409.997.241,88
Receita Tributária		-	-	-	-
Receita Patrimonial		12.303.028.363,00	12.303.028.363,00	27.296.692.219,56	14.993.663.856,56
Receita Industrial		4.870.259.080,00	4.870.259.080,00	10.286.590.083,94	5.416.331.003,94
Outras Receitas Correntes		18.393,00	18.393,00	20.774,38	2.381,38
Receitas De Capital		333.606,00	333.606,00	2.142.336,72	1.808.730,72
Operações de Crédito		-	-	-	-
Alienação de Bens		333.606,00	333.606,00	-	333.606,00
Amortização de emprés- timos		-	-	2.142.336,72	2.142.336,72
Total das Receitas (I)		17.173.639.442,00	17.173.639.442,00	37.585.445.414,60	20.411.805.972,60

(em R\$)							
Despesas Orçamentárias	NE 10	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes		7.207.082.135,00	7.233.294.487,00	2.133.319.433,59	1.624.334.764,66	1.509.364.397,30	5.099.975.053,41
Pessoal e Encargos Sociais		1.080.253.169,00	1.123.639.754,00	1.001.072.905,41	979.598.348,65	897.966.080,76	122.566.848,59
Outras Despesas Correntes		6.126.828.966,00	6.109.654.733,00	1.132.246.528,18	644.736.416,01	611.398.316,54	4.977.408.204,82
Despesas de Capital		17.185.926.015,00	17.117.635.343,00	68.368.725,83	34.688.070,06	34.501.753,13	17.049.266.617,17
Investimentos		94.653.246,00	36.362.574,00	35.593.683,83	18.461.070,06	18.274.753,13	768.890,17
Inversões Financeiras		17.091.272.769,00	17.081.272.769,00	32.775.042,00	16.227.000,00	16.227.000,00	17.048.497.727,00
Reserva de Contingência		59.387.660,00	59.387.660,00	-	-	-	59.387.660,00
Total das Despesas (II)		24.452.395.810,00	24.410.317.490,00	2.201.688.159,42	1.659.022.834,72	1.543.866.150,43	22.208.629.330,58
Resultado Orçamentário (III = I – II)	11	SUPERÁVIT		35.383.757.255,18			-5.383.757.255,18
Total		24.452.395.810,00	24.410.317.490,00	37.585.445.414,60	1.659.022.834,72	1.543.866.150,43	-13.175.127.924,60

5.8 Execução de Restos a Pagar Não Processados

(em R\$)

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
Despesas Correntes		76.971.543,43	511.508.847,79	429.879.067,81	427.412.129,62	50.974.324,32	110.093.937,28
Pessoal e Encargos Sociais		4.759.179,50	8.969.959,40	2.938.979,55	2.938.979,55	4.975.796,95	5.814.362,40
Outras Despesas Correntes		72.212.363,93	502.538.888,39	426.940.088,26	424.473.150,07	45.998.527,37	104.279.574,88
Despesas de Capital		17.883.925,47	29.512.373,98	27.516.345,76	27.200.355,57	7.582.486,56	12.613.457,32
Investimentos		17.883.925,47	29.512.373,98	27.516.345,76	27.200.355,57	7.582.486,56	12.613.457,32
Total	12	94.855.468,90	541.021.221,77	457.395.413,57	454.612.485,19	58.556.810,88	122.707.394,60

5.9 Execução de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

(em R\$)

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior			
Despesas Correntes		1.835.255,24	86.587.379,02	86.322.606,42	897.095,81	1.202.932,03
Pessoal e Encargos Sociais		883.603,67	80.375.027,09	80.177.864,30	796.558,40	284.208,06
Outras Despesas Correntes		951.651,57	6.212.351,93	6.144.742,12	100.537,41	918.723,97
Despesas de Capital		-	3.256.115,82	3.037.736,82	218.379,00	-
Investimentos		-	3.256.115,82	3.037.736,82	218.379,00	-
Total	12	1.835.255,24	89.843.494,84	89.360.343,24	1.115.474,81	1.202.932,03

5.10 Balanço Financeiro

(em R\$)			
Especificação	NE	2024	2023
Ingressos		81.229.684.598,32	31.817.892.835,53
Receitas Orçamentárias		37.585.445.414,60	8.892.970.365,64
Ordinárias		-	-
Vinculadas		37.647.746.105,66	8.892.980.917,46
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	62.300.691,06	- 10.551,82
Transferências Financeiras Recebidas		42.964.109.945,28	22.287.313.706,04
Resultantes da Execução Orçamentária		14.649.572.408,20	21.854.963.859,86
Independentes da Execução Orçamentária		28.314.537.537,08	432.349.846,18
Recebimentos Extraorçamentários		680.129.238,44	637.608.763,85
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		115.156.684,29	89.178.045,68
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		542.665.324,70	541.021.221,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		22.096.601,22	3.824.101,60
Outros Recebimentos Extraorçamentários		210.628,23	3.585.394,80
Saldo do Exercício Anterior		31.716.590.176,22	19.937.896.972,48
Caixa e Equivalentes de Caixa		31.716.590.176,22	19.937.896.972,48
Total (Ingressos + Saldo Exerc. Anterior)		112.946.274.774,54	51.755.789.808,01

(em R\$)			
Especificação	NE	2024	2023
Dispêndios		74.260.160.277,03	20.039.199.631,79
Despesas Orçamentárias		2.201.688.159,42	1.961.093.688,84
Ordinárias		2.032.478.032,93	1.157.292.408,44
Vinculadas		169.210.126,49	803.801.280,40
Transferências Financeiras Concedidas		47.908.266.852,84	17.867.161.191,67
Resultantes da Execução Orçamentária		12.966.240.657,03	11.573.841.770,23
Independentes da Execução Orçamentária		34.942.026.195,81	6.293.319.421,44
Despesas Extraorçamentárias		24.150.205.264,77	210.944.751,28
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		89.360.343,24	61.154.665,14
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		454.612.485,19	130.873.032,54
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.874.114,42	2.667.345,46
Outros Pagamentos Extraorçamentários		23.602.358.321,92	16.249.708,14
Saldo para o Exercício Seguinte		38.686.114.497,51	31.716.590.176,22
Caixa e Equivalentes de Caixa		38.686.114.497,51	31.716.590.176,22
Total (Dispêndios + Saldo Exerc. Seguinte)		112.946.274.774,54	51.755.789.808,01

5.11 Resultado Financeiro do Exercício

Especificação	NE	(em R\$)	
		2024	2023
Ingressos		81.229.684.598,32	31.817.892.835,53
Dispêndios		74.260.160.277,03	20.039.199.631,79
Resultado Financeiro do Exercício		6.969.524.321,29	11.778.693.203,74

5.12 Demonstração dos Fluxos de Caixa

			(em R\$)
Especificação	NE	2024	2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		7.031.200.830,09	11.807.388.654,66
Ingressos		80.569.720.252,61	31.187.082.736,72
Receita Tributária		-	-
Receita Patrimonial		23.068.146.320,13	-
Receita Industrial		10.286.590.083,94	6.122.891.774,18
Remuneração das Disponibilidades		4.228.545.899,43	2.769.686.163,29
Outras Receitas Derivadas e Originárias		20.774,38	21.323,17
Outros Ingressos Operacionais		42.986.417.174,73	22.294.483.476,08
Desembolsos		-73.538.519.422,52	- 19.379.694.082,06
Pessoal e Demais Despesas		- 1.864.570.958,40	- 1.410.373.113,62
Transferências Concedidas		- 159.676.651,65	- 83.242.723,17
Outros Desembolsos Operacionais		-71.514.271.812,47	- 17.886.078.245,27
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		- 61.676.508,80	- 28.695.450,92
Ingressos		2.142.336,72	371.105,00
Alienação de bens		-	371.105,00
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.142.336,72	-
Desembolsos		- 63.818.845,52	- 29.066.555,92
Aquisição de Ativo Não Circulante		- 40.776.145,22	- 20.306.753,76
Outros Desembolsos de Investimentos		- 23.042.700,30	- 8.759.802,16

Especificação	NE	(em R\$)	
		2024	2023
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		6.969.524.321,29	11.778.693.203,74
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		31.716.590.176,22	19.937.896.972,48
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		38.686.114.497,51	31.716.590.176,22

5.13 Notas Explicativas

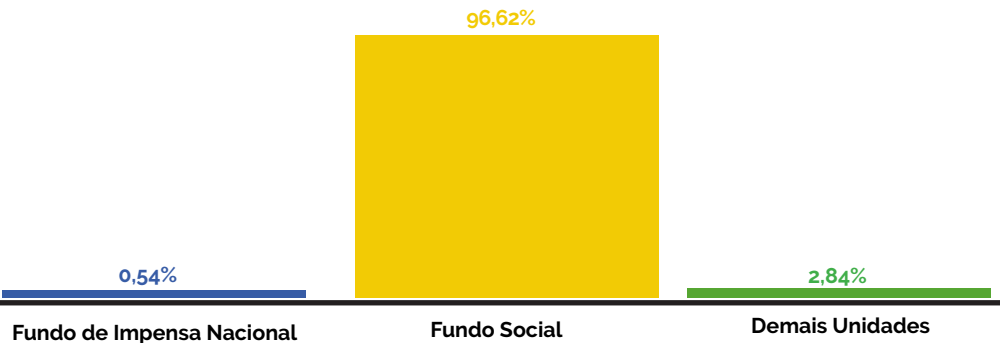
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa da Unidade Prestadora de Contas Presidência da República (UPC/PR) possui a seguinte composição:

Em R\$	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2024
Fundo de Imprensa Nacional	433.297.593,54
Fundo Social	76.851.469.593,18
Demais Unidades	2.257.071.474,40
Total	79.541.838.661,12

Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 5.13.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa
2024 (em %)



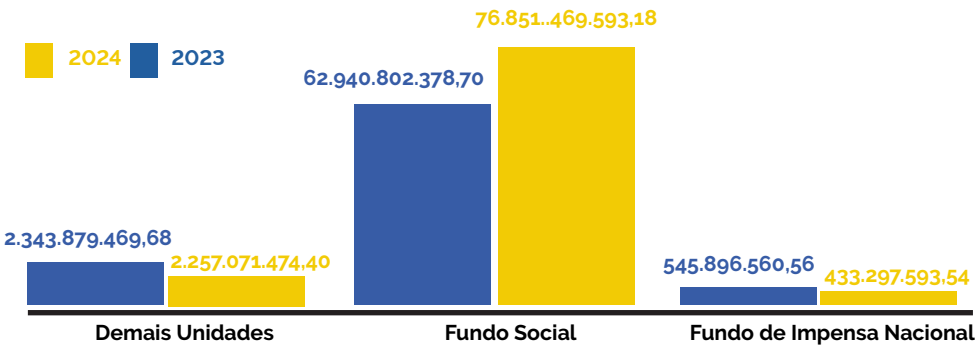
Fonte: Tesouro Gerencial

O Fundo de Imprensa Nacional (FUNIN) e o Fundo Social (FS) concentram a maior parte do caixa da UPC/PR. O Fundo de Imprensa Nacional é um fundo especial de natureza contábil, instituído pelo

[Decreto nº 73.610/1974](#), que lhe concede autonomia financeira nos termos do § 2º do artigo 172 do [Decreto-lei nº 200/1967](#), com a nova redação dada pelo [Decreto-lei nº 900/1969](#), fundo este ratificado pela [Lei nº 9.240/1995](#), sob a denominação de Fundo de Imprensa Nacional (FUNIN). O Fundo de Imprensa Nacional é destinado a arrecadar receitas próprias, centralizar recursos para o funcionamento, a gestão e a manutenção da Imprensa Nacional e financiar suas atividades operacionais, custeando, assim, suas necessidades e despesas de custeio, investimento e pagamento de pessoal e benefícios.

Já o Fundo Social foi criado com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, do esporte, da saúde pública, da ciência e tecnologia, do meio ambiente e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. De acordo com o art. 52 da [Lei nº 12.351/2010](#), a política de investimentos do Fundo Social será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social (CGFFS).

Gráfico 5.13.2 - Caixa e Equivalentes de Caixa
2024 - 2023 (em R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial

Em 30 de junho de 2022 houve a publicação da [Portaria SOF/ME](#)

[nº 5.886](#), que alterou a [Portaria STN/ME nº 759, de 22 de março de 2021](#). A Portaria STN/ME nº 759 determinou a centralização, na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e posterior liberação das fontes de recursos oriundos do superávit financeiro dos fundos públicos do Poder Executivo Federal para amortização da dívida pública da União, nos termos do art. 5º da [Emenda Constitucional nº 109](#).

Em 22 de dezembro de 2022, a [Emenda Constitucional nº 109](#) foi alterada pela [Emenda Constitucional nº 127](#). De acordo com essa alteração, o superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo passou a poder ser destinado para:

- Amortização da dívida pública (nos exercícios de 2021 e de 2022);
- Pagamento dos pisos salariais profissionais nacionais de enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras (nos exercícios de 2023 a 2027); ou
- Livre aplicação, no caso de não haver dívida pública a amortizar.

Nota 02 – Créditos a Curto Prazo

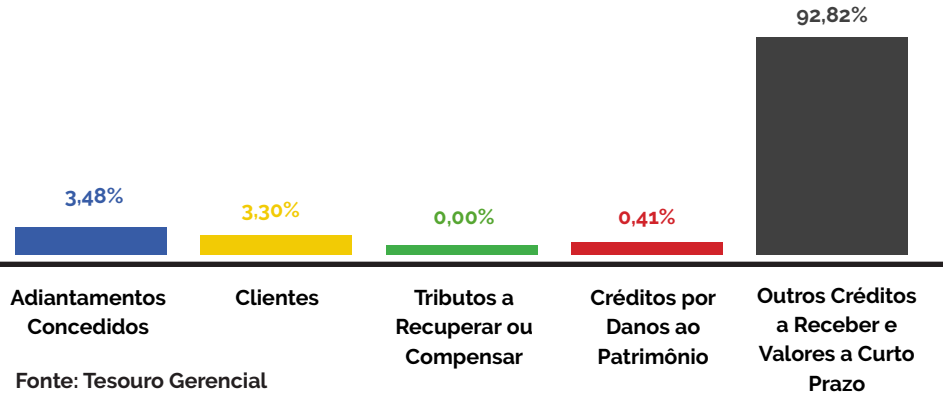
O Subgrupo Créditos a Curto Prazo compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos, realizáveis em até 12 (doze) meses da data das demonstrações. A composição do Subgrupo Créditos a Curto Prazo da UPC/PR é a seguinte:

Créditos a Curto Prazo		Em R\$
		2024
Adiantamentos Concedidos		8.573.955,28
Clientes		8.137.178,23
Tributos a Recuperar/Compensar		1.082,06

Créditos por Danos ao Patrimônio	1.001.038,12
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	228.835.870,00
Total	246.549.123,69

Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 5.13.3 - Créditos a Curto Prazo 2024 (em %)



Somente a Imprensa Nacional possui valores a receber de clientes. A fim de regularizar os valores da carteira de clientes da Imprensa Nacional, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 16 de dezembro de 2020, a [Portaria IN/SG-PR nº 339](#), estabelecendo procedimentos e responsabilidades para a identificação e o registro dos atos e fatos relativos ao ingresso de receitas. Essa Portaria criou um grupo de trabalho responsável por fazer o levantamento dos devedores da Imprensa Nacional, que tem subsidiado os registros contábeis realizados visando a regularização da carteira de clientes.

Ainda sobre a carteira de clientes da Imprensa Nacional, tiveram influência sobre os valores registrados na mesma os seguintes

normativos:

- [Decreto nº 9.215/2017](#), que estabeleceu critérios para gratuidade de publicações; e o
- [Decreto nº 11.823./2023](#), que anistiou dívidas de entes públicos federais junto à Imprensa Nacional.

Em Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo estão registrados R\$ 169.903.383,81 (cento e sessenta e nove milhões, novecentos e três mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e um centavos) referentes a recursos financeiros que a UPC/PR enviou para outras Unidades Gestoras utilizarem na execução de ações de interesse recíproco, ou de interesse apenas da UPC/PR, acordadas por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED).

Existem ainda outras transferências no montante de R\$ 85.919.541,83 (oitenta e cinco milhões, novecentos e dezenove mil, quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e três centavos), decorrentes de repasses realizados pelos instrumentos Acordo de Cooperação (AC), Convênio (CV) e Transferência Financeira (TF), perfazendo o valor total de R\$ 255.822.925,64 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e dois mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

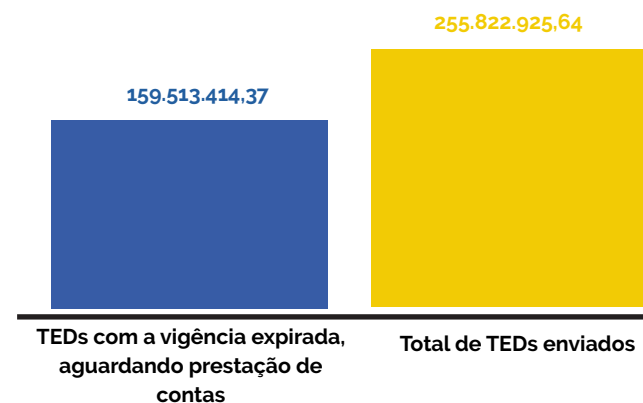
Conforme o [Decreto nº 10.426/2020](#), TED é o instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática.

Alguns dos instrumentos de transferência financeira (Acordo de Cooperação, Convênio, Transferência Financeira e Termo de Execução Descentralizada), em que a UPC/PR enviou recursos para outras unidades estoras utilizarem, estão com a

vigência expirada. Assim, a UPC/PR ainda está aguardando que as Unidades Gestoras receptoras dos recursos financeiros apresentem seus relatórios parciais de cumprimento das ações acordadas, demonstrando a utilização dos recursos recebidos.

As responsabilidades e os procedimentos referentes à execução dos recursos e à prestação de contas dos Termos de Execução Descentralizada foram esclarecidos e reiterados às unidades gestoras integrantes do Órgão Superior 20000 – Presidência da República, por meio do Processo SUPER nº 00150.000441/2023-92.

Gráfico 5.13.4 - TEDs Enviados (em R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 03 – Imobilizado

O Imobilizado refere-se aos bens tangíveis destinados à manutenção ou exercício da finalidade da UPC/PR e se divide em Bens Móveis e Bens Imóveis. Nesse subgrupo existe ainda a Depreciação Acumulada que compreende a diminuição do valor dos elementos do Ativo Imobilizado devido ao desgaste pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. A composição do Imobilizado é a seguinte:

	Em R\$
Imobilizado	2024
Bens Móveis	388.282.221,31
Bens Imóveis	628.014.160,92
Depreciação Acumulada	-216.529.893,32
Total	799.766.488,91

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 05 – Demais Obrigações a Curto Prazo

O Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não incluídas em outros subgrupos, com vencimento no curto prazo. A composição do Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo é a seguinte:

	Em Reais	Em %
Demais Obrigações a Curto Prazo		2024
Valores Restituíveis	53.210.493,88	60,7%
Outras Obrigações a Curto Prazo	34.485.320,41	39,3%
Total	87.695.814,29	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Em Demais Obrigações a Curto Prazo estão registrados R\$ 24.104.698,27 (vinte e quatro milhões, cento e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte e sete centavos) referentes a recursos financeiros que a UPC PR recebeu de outras Unidades Gestoras, para utilizar na execução de ações de interesse recíproco, ou de interesse apenas das Unidades Gestoras transferidoras, acordadas por meio de TED. Conforme o Decreto nº 10.426/2020, TED é o instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática.

Alguns dos TEDs, em que a UPC/PR recebeu recursos, estão com a vigência expirada. Assim, as Unidades Gestoras transferidoras dos recursos financeiros ainda estão aguardando que a UPC/PR apresente seus relatórios parciais de cumprimento das ações acordadas, demonstrando a utilização dos recursos recebidos.

As responsabilidades e os procedimentos referentes à execução

Nota 04 – Intangível

O Intangível refere-se aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção ou exercício da finalidade da UPC/PR e se divide em Softwares e Marcas, Direitos e Patentes Industriais. Nesse subgrupo existe ainda a Amortização Acumulada que compreende a diminuição do valor do capital aplicado na aquisição de direitos de propriedade industrial ou comercial. A composição do Intangível é a seguinte:

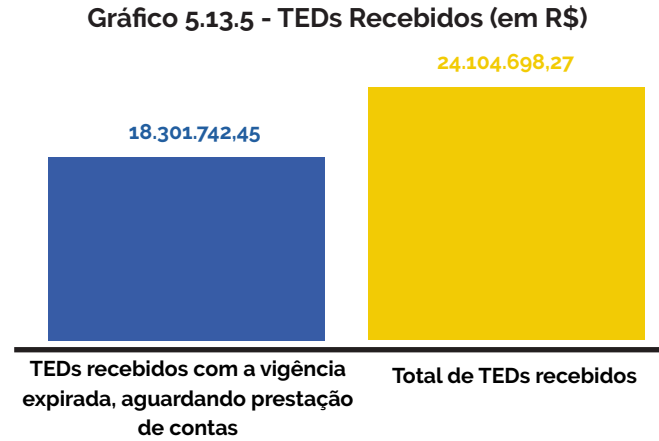
	Em R\$
Intangível	2024
Softwares	57.262.647,82
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	310.112,74
Amortização Acumulada	-30.089.561,23
Total	27.483.199,33

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2024, os principais acréscimos ao Intangível referem-se a aquisições que propiciaram a modernização da estrutura tecnológica, além da integração dos sistemas de informação e comunicação. Nesses pagamentos destacam-se as aquisições de solução de segurança e licença de softwares.

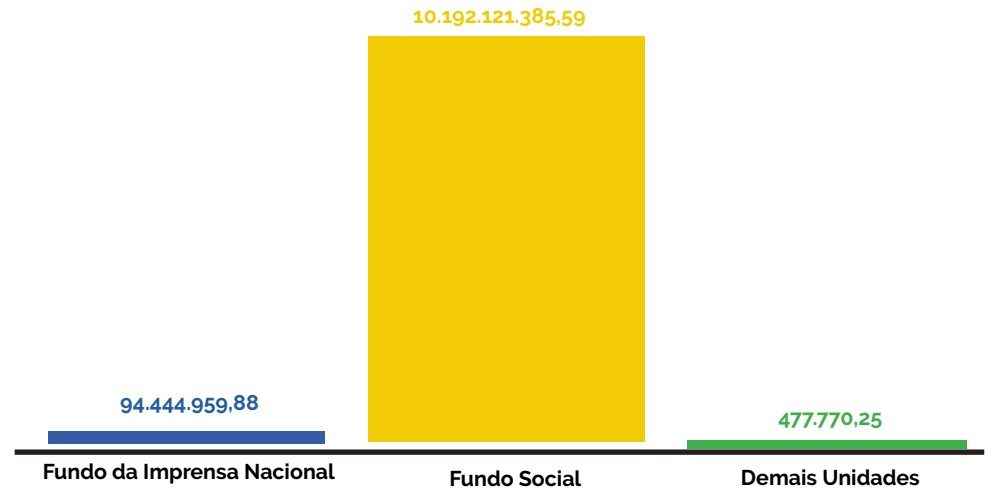
dos recursos e à prestação de contas dos Termos de Execução Descentralizada foram esclarecidos e reiterados às unidades gestoras integrantes do Órgão Superior 20000 – Presidência da República, por meio do Processo SUPER nº 00150.000441/2023-92.

O Fundo de Imprensa Nacional e o Fundo Social concentram a maior parte dos valores da Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, subdivididos da seguinte forma:



Fonte: Tesouro Gerencial

Gráfico 5.13.6 - Repartição dos Valores dos Recursos pela Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos (em R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 06 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Na Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos estão registradas as variações patrimoniais aumentativas auferidas com esse tipo de atividade, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso. A composição é a seguinte:

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		Em R\$
		2024
Venda de Produtos		10.286.557.991,76
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		486.123,96
Total		10.287.044.115,72

Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 07 – Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

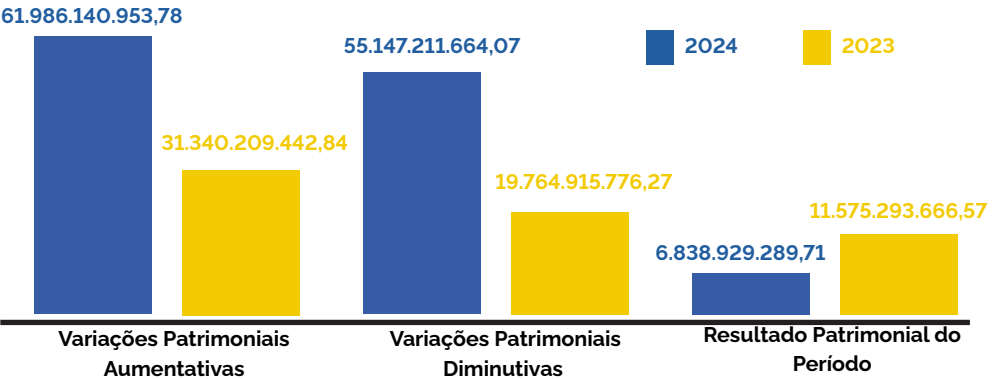
As Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras compreendem descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros. Sua composição é a seguinte:

	Em R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2024
Juros e Encargos de Mora	1.903,55
Variações Monetárias e Cambiais	163,22
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.720.952.674,59
Total	3.720.954.741,36

Nota 08 – Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial do Período é o saldo do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs). Esse resultado está refletido no Balanço Patrimonial no subgrupo Resultados Acumulados. Em relação ao exercício anterior, as VPAs e as VPDs tiveram uma redução, porém o Resultado Patrimonial do Período teve um aumento, conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 5.13.8 - Resultado Patrimonial no Período
2024 - 2023 (em R\$)



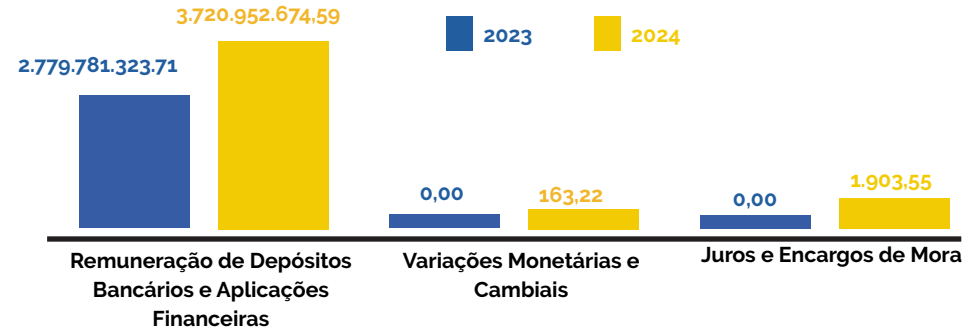
Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 09 – Receitas Orçamentárias

A [Lei 4.320/1964](#) define, em seu art. 35, como pertencentes ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas. No Balanço Orçamentário da UPC/PR as receitas arrecadas estão demonstradas no campo Receitas Realizadas e são advindas do Fundo de Imprensa Nacional e do Fundo Social, conforme demonstrado abaixo:

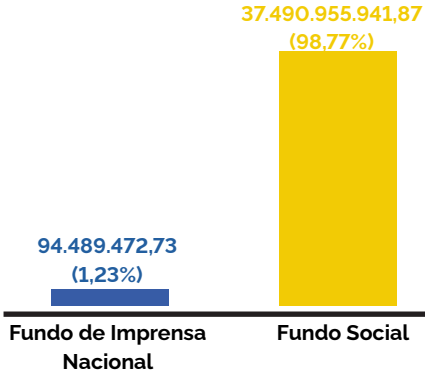
O Fundo Social concentra a totalidade da Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras. Em relação ao exercício anterior, os componentes das Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras variaram conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 5.13.7 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras
2023 - 2024 (em R\$)



Fonte: Tesouro Gerencial

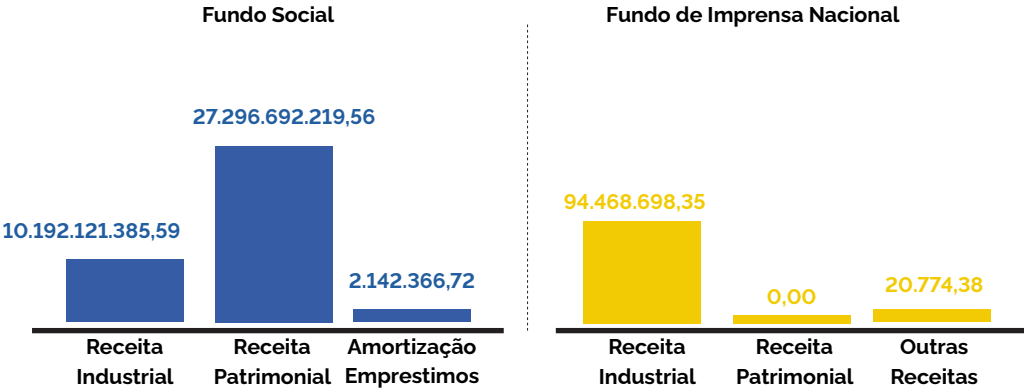
Gráfico 5.13.9 - Receitas Orçamentárias 2024
(em R\$ e %)



Fonte: Tesouro Gerencial

De acordo com o Manual Técnico de Orçamento – [MTQ](#), para identificar a procedência das receitas no momento em que ingressam nos cofres públicos elas podem ser detalhadas de acordo com sua origem. No Fundo de Imprensa Nacional e no Fundo Social, as receitas arrecadadas possuem as seguintes origens:

Gráfico 5.13.10 - Receitas Arrecadadas 2024 (em R\$)

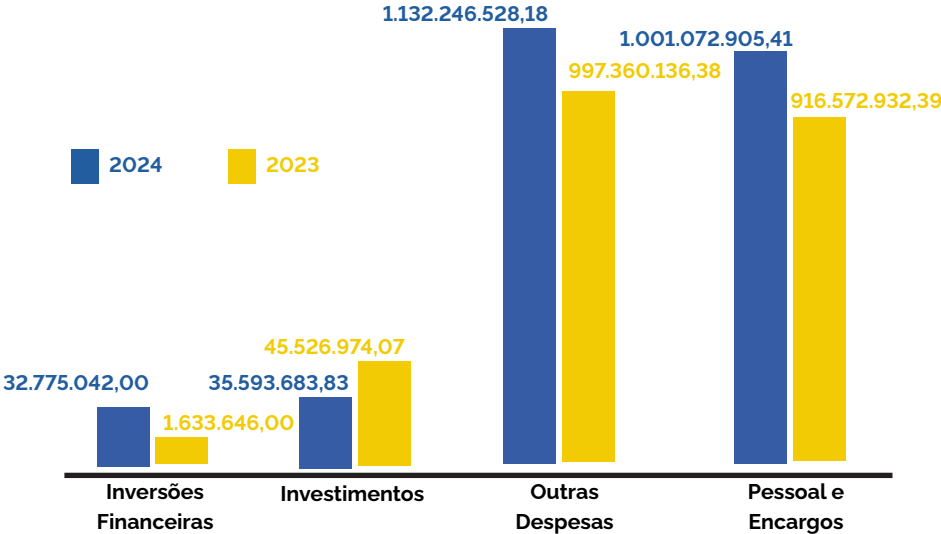


Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 10 – Despesas Orçamentárias

As despesas executadas pertencentes ao exercício financeiro, também definidas no art. 35 da [Lei 4.320/1964](#), são as que foram nele legalmente empenhadas. As despesas empenhadas na UPC/ PR, em relação ao exercício anterior, variaram da seguinte forma:

Gráfico 5.13.11 - Despesas Orçamentárias 2024-2023 (em R\$)



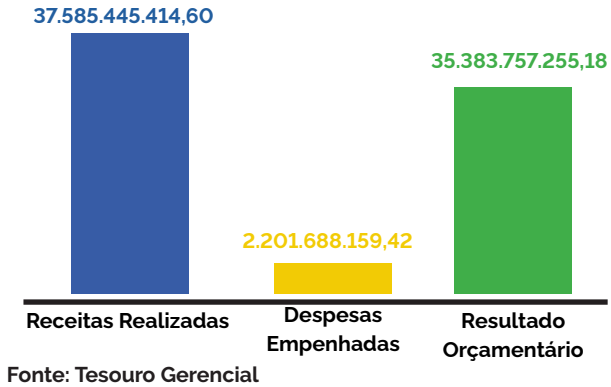
Fonte: Tesouro Gerencial

Nota 11 – Resultado Orçamentário

O Resultado Orçamentário demonstra o desempenho da UPC PR na gestão orçamentária dos recursos e é obtido através do confronto entre as Receitas Realizadas e as Despesas Empenhadas. No exercício de 2024 esse resultado foi superavitário, indicando que a arrecadação de receitas superou a execução de despesas. Das Receitas Arrecadadas, 5,86% foram consumidas pelas Despesas

Empenhadas e 94,14% tornaram-se Resultado Orçamentário, conforme demonstrado abaixo:

Gráfico 5.13.12 - Resultado Orçamentário 2024 (em R\$)

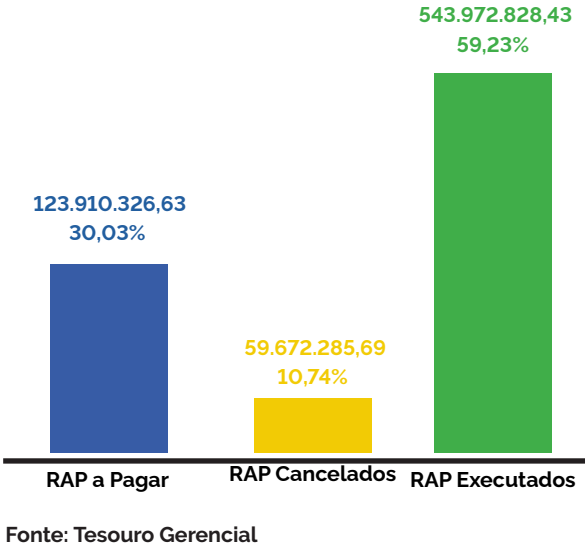


O Resultado Orçamentário da UPC/PR é impactado pela arrecadação do Fundo de Imprensa Nacional e do Fundo Social, não apenas pelo montante arrecadado em cada fundo, mas também pelas restrições de uso dos recursos arrecadados, definidas em suas normas de constituição.

Nota 12 – Restos a Pagar (RAP)

Nos termos do art. 36 da [Lei 4.320/1694](#), os Restos a Pagar contemplam as despesas empenhadas, mas não pagas, até o dia 31 de dezembro. No início do exercício de 2024, a UPC/PR possuía um montante de R\$ 727.555.440,75 (setecentos e vinte e sete milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos) inscritos em Restos a Pagar, que foram executados da seguinte forma:

Gráfico 5.13.13 - Restos a Pagar 2024 (em R\$ e %)



5.14 Esclarecimentos Adicionais

De acordo com a [Decisão Normativa TCU nº 198, de 23 de março de 2022](#), a relação das Unidades Prestadoras de Contas que devem apresentar e divulgar suas prestações de contas na internet será atualizada e divulgada anualmente.

Considerando a definição das Unidades Prestadoras de Contas, trazida pela [Portaria TCU nº 49, de 7 de abril de 2022](#), têm-se que, no âmbito da Administração Direta, o órgão público Presidência da República (Vinculador) abrange as seguintes unidades de contexto:

- Casa Civil da Presidência da República;
- Secretaria de Relações Institucionais;
- Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Gabinete Pessoal do Presidente da República;
- Gabinete de Segurança Institucional;
- Secretaria de Comunicação Social;
- Vice-Presidência da República.

Estas unidades estão compreendidas, no SIAFI-Sistema Integrado de Administração Financeira, nos órgãos 20101 – Presidência da República, 20116 – Imprensa Nacional (compõe a Secretaria-Geral da Presidência da República) e 60000 – Gabinete da Vice-Presidência.

Tendo em vista que, no SIAFI, os critérios de compensações e consolidação estão disponíveis apenas a nível de Balanço Geral da União foi realizado agrupamento simples das demonstrações contábeis enfatizando os principais saldos e fatos contábeis desses órgãos.



Informações em
Transparência Ativa

Para acessar informações sobre as Demonstrações Contábeis na Presidência da República e Vice-Presidência [clique aqui](#)



Presidência da República

Relatório de Gestão

2024

Anexo

Sumário

A1. Informações sobre a Gestão da Imprensa Nacional.....	1
A2. Informações sobre a Gestão da Agência Brasileira de Inteligência.....	13

A1. Informações sobre a Gestão da Imprensa Nacional

A.1.1 Identificação do órgão

A Imprensa Nacional (IN) é um órgão que compõe a estrutura organizacional da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR). A ela cabe a publicação, a preservação e a divulgação dos atos oficiais da Administração Pública Federal, por meio do Diário Oficial da União (DOU). Além da gestão do DOU, a IN realiza trabalhos gráficos de alto padrão destinados a órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Esse material geralmente é empregado em campanhas, eventos e demais atividades de interesse público. A IN também coordena as atividades relacionadas à Biblioteca e ao Museu da Imprensa Nacional. A Biblioteca possui um acervo riquíssimo com publicações da época do Brasil Colônia. Já o Museu da IN abriga mais de 600 peças únicas, de inestimável valor histórico e cultural, que resgatam a memória da imprensa e da indústria gráfica no Brasil.

Os referenciais estratégicos da IN, definidos em seu Planejamento

Estratégico são os seguintes:

Missão

Tornar oficiais os atos da Administração Pública, apoiar ações estratégicas do Estado brasileiro por meio de serviços gráficos e preservar o acervo e a memória da Imprensa Nacional.

Visão

Oferecer soluções inovadoras para a publicação e o acesso aos atos oficiais, prestar com excelência serviços gráficos estratégicos à Administração Pública e promover a disseminação da memória da Imprensa Nacional.

Valores Propostos

- Ética
- Inovação
- Segurança da informação
- Regularidade e qualidade na prestação do serviço
- Confiabilidade
- Sustentabilidade
- Tradição

A.1.2 Principais Normas

Nos termos do [Decreto nº 11.329/2023](#), a IN é órgão específico singular da CC/PR ao qual compete, segundo o Art. 38:

- publicar, preservar e divulgar os atos oficiais da Administração Pública Federal;
- executar trabalhos gráficos destinados a órgãos e entidades da Administração Pública Federal; e
- coordenar e executar as atividades relacionadas ao Museu e à Biblioteca da Imprensa Nacional.

A seguir apresenta-se os principais normativos direcionadores da atuação da Imprensa Nacional:

Portarias

- [Portaria nº 106 de 17 de dezembro de 2021](#) - Aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da Imprensa Nacional (PDTIC/IN), para o período de 2022 a 2024;
- [Portaria IN/SG/PR nº 110, de](#)

[18 de março de 2022](#) - Dispõe sobre o valor cobrável pelo centímetro de coluna para publicação de atos no Diário Oficial da União;

- [Portaria CC/PR nº 696, de 28 de setembro de 2023](#) - Delega competência ao Diretor-Geral da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República para, no âmbito da Imprensa Nacional - unidades gestoras nº 110245 e 110247, praticar os atos de gestão administrativa, patrimonial e orçamentária;
- [Portaria IN/CC/PR nº 101, de 28 de dezembro de 2023](#) - Institui o Programa de Gestão de Desempenho da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República;
- [Portaria IN/CC/PR nº 1, de 2 de janeiro de 2024](#) - Dispõe sobre os procedimentos de cadastramento, pagamento e publicação de atos no Diário Oficial da União, e dá outras providências; e



- [Portaria nº 702, de 22 de maio de 2024](#) - Aprova o Regimento Interno da Imprensa Nacional da Casa Civil da Presidência da República.

Decretos

- [Decreto nº 8.777/2016](#) - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal;
- [Decreto nº 9.215/2017](#) - Dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União;
- [Decreto nº 9.901/2019](#) - Altera o [Decreto nº 9.203/2017](#), que dispõe sobre a política de governança da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- [Decreto nº 10.031/2019](#) - Altera o [Decreto nº 9.215/2017](#), para dispor sobre a isenção de cobrança para as publicações no Diário Oficial da União realizadas por órgãos e entidades que integram o Orçamento Geral da União;
- [Decreto nº 11.329/2023](#) - Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações da Casa Civil da Presidência da República;

- [Decreto nº 11.823, de 12 de dezembro de 2023](#) - Altera o [Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017](#), que dispõe sobre a publicação do Diário Oficial da União, e anistia dívidas de entes públicos federais junto à Imprensa Nacional; e

- [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#) - Estabelece normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos.

Leis

- [Lei nº 12527/2011](#) - Regula o acesso a informações; e
- [Lei nº 13.709/2018](#) - Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

A.1.3 Estrutura Organizacional e de Governança

A estrutura organizacional da IN é composta por uma Diretoria-Geral (DIRGE), uma Diretoria Adjunta e três coordenações gerais, são elas:

- Coordenação-Geral de Administração (CGAD);
- Coordenação-Geral de Tecnologia (CGTI); e

- Coordenação-Geral de Publicação, Produção e Preservação (CGPPP).

A estrutura de governança da IN envolve a Diretoria-Geral, as coordenações-gerais e uma coordenação específica de governança, à qual compete, entre outros:

- Coordenar ações referente à governança da Imprensa Nacional;
 - Coordenar a elaboração e o monitoramento de planos plurianuais e inserir os dados do monitoramento no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP;
 - Coordenar a elaboração do Relatório de Gestão; e
 - Acompanhar a execução de atividades que componham planos de aprimoramento da gestão e melhoria de processos de trabalho, com foco no cumprimento e efetividade das ações;
- A estrutura organizacional da IN é representada nos organogramas apresentados a seguir.

Museu da Imprensa Nacional

Em 13 de maio de 2025, o Museu da Imprensa Nacional completará 43 anos.

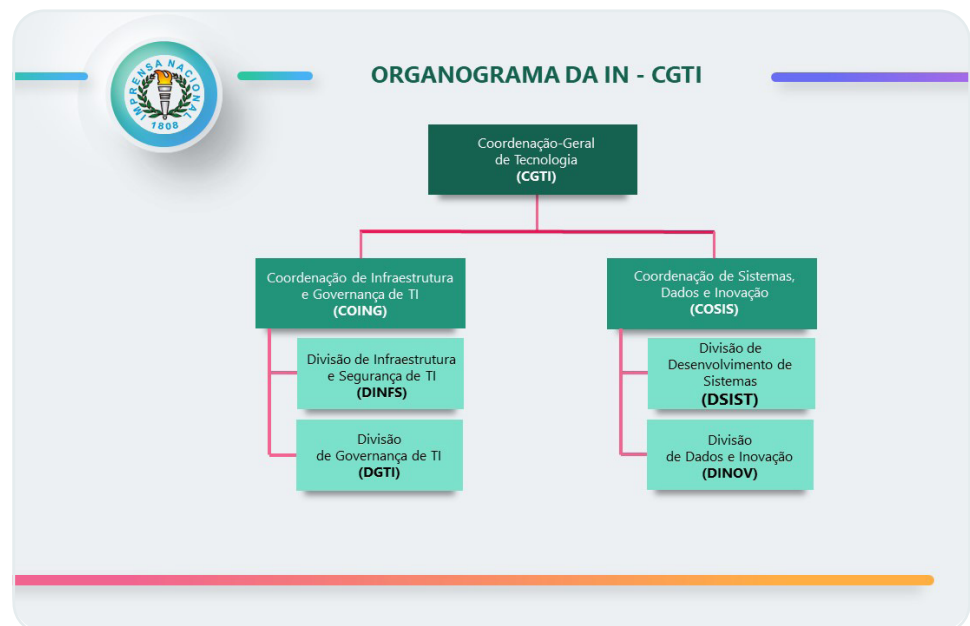
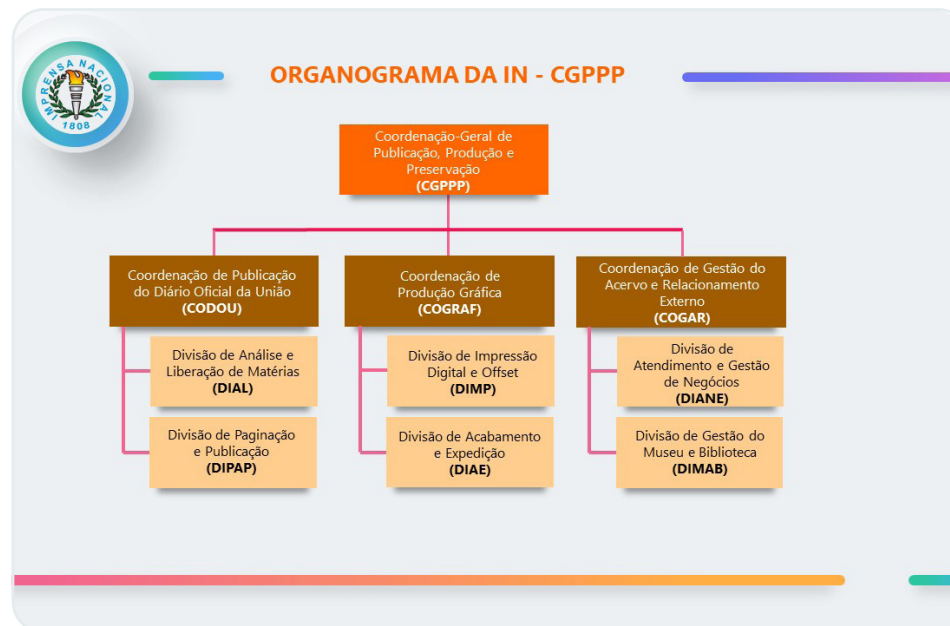
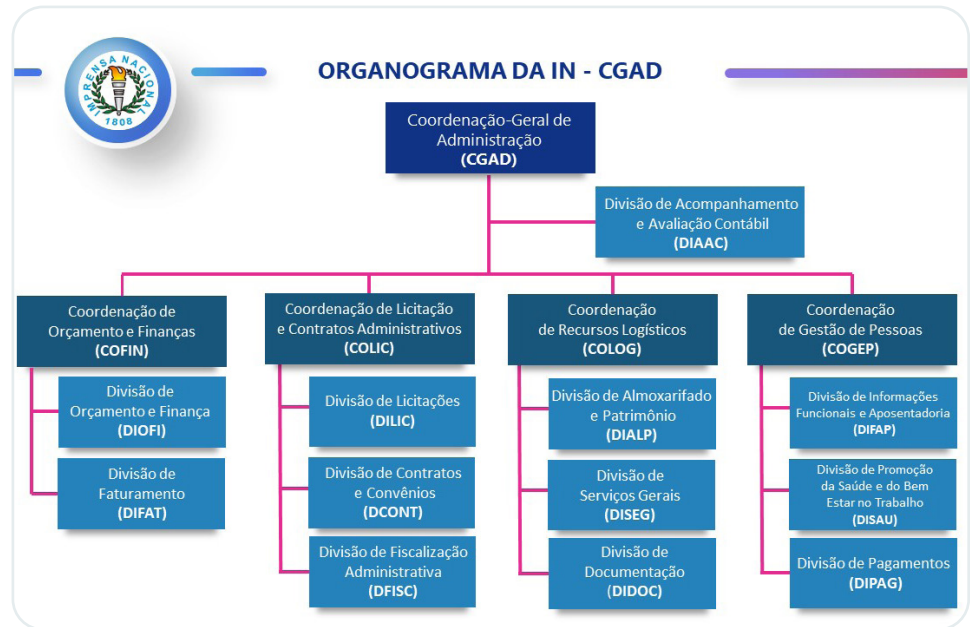
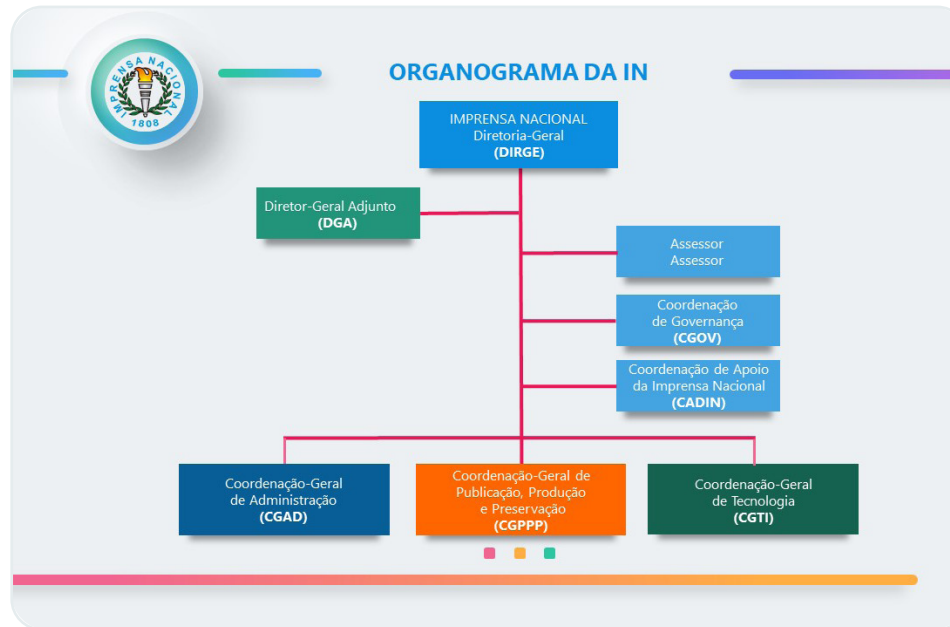
O Museu da Imprensa é considerado o oitavo mais importante no gênero do mundo por concentrar mais de 600 peças e documentos históricos raros.

Na área externa do museu está a impressora Vicente Rão, responsável por imprimir o primeiro exemplar do Diário Oficial em Brasília no ano de 1960.

Em sua parte interna, encontra-se o monotipo da funcionária pública Joana França Stockmeyer, primeira mulher a trabalhar no serviço público brasileiro.

Para mais informações sobre o Museu da Imprensa Nacional [clique aqui](#).





A.1.4 Cadeia de Valor da Imprensa Nacional

A Imprensa Nacional desempenha um papel fundamental na Administração Pública, atuando como um elo essencial entre o governo e a sociedade. Visando ao aprimoramento da gestão e à prestação de serviços e produtos ofertados com maior qualidade e agilidade aos clientes/cidadãos, a IN elaborou sua cadeia de valor.

Essa cadeia de valor é composta por uma série de processos interligados que garantem a produção, divulgação e acesso à informação oficial, além de serviços gráficos de alta qualidade para órgãos públicos e a preservação da memória dos atos oficiais e da Imprensa Nacional.

A cadeia de valor da IN permite à organização atuar de forma mais incisiva em seus macroprocessos a fim de elevar a qualidade das suas entregas.

Entre os principais serviços ofertados à sociedade pela IN, merecem destaque:

Publicação e Gestão de Atos Oficiais - Diário Oficial da União

A IN assegura a edição regular do Diário Oficial da União (DOU), que confere legalidade aos atos normativos e administrativos dos poderes da União e às matérias de terceiros, cujas publicações são exigidas por lei. A publicação do DOU é essencial para a transparência e o acesso à informação pública. A Imprensa Nacional recebe os arquivos, os analisa quanto à conformidade para publicação, edita, disponibiliza gratuitamente a versão eletrônica por meio de diversos canais e preserva o acervo físico e eletrônico do DOU.

Portal da Imprensa

Por meio do Portal da IN, são disponibilizados à sociedade, nos formatos PDF e HTML, os atos oficiais e outras informações institucionais relevantes.

- APP mobile disponíveis nas lojas Apple Store e Google Play; e
- Disponibiliza em plataforma mobile os atos oficiais no formato HTML.

INLabs

Plataforma que disponibiliza nos formatos PDF, HTML e XML os arquivos dos diários oficiais para cópia completa.

Serviços Gráficos

A IN presta serviços gráficos a órgãos e entidades da Administração Pública Federal, conforme disposições do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, alterado pelo Decreto nº 12.098, de 3 de julho de 2024.

Acesso ou Visitação ao Museu e à Biblioteca da Imprensa Nacional

Com o objetivo de ampliar o acesso dos cidadãos ao patrimônio histórico e cultural

brasileiro, a Imprensa Nacional disponibiliza, tanto em formato digital quanto analógico, os acervos da Biblioteca Machado de Assis e do Museu da Imprensa, compostos por diários oficiais, revistas científicas, livros raros e peças museológicas.



A.1.4 Modelo de Negócios

O modelo de negócios da IN, representado na cadeia de valor, busca concretizar de forma mais eficaz e interligada os principais processos e objetivos estratégicos da instituição, materializados no Guia de Ações/2024.

O Guia de Ações é um recorte estratégico que visa orientar e organizar ações estratégicas para o período de um ano. Nele se concentram e se alinham os objetivos que traduzem as necessidades prementes, considerando os ambientes interno e externo da IN.

A.1.5 Ambiente Externo

A Imprensa tem aprimorado a qualidade dos serviços prestados ao público, sejam eles por meio da emissão e acesso do Diário Oficial da União, dos serviços gráficos ou das atividades que visem à disseminação e preservação da memória da Imprensa Nacional. Nesse sentido, a IN coloca em prática ações que levam em conta os recursos financeiros, humanos, produtos e serviços, gerenciando-os a fim de atingir

os seus objetivos estratégicos, apontados com base na análise dos cenários externos e internos à atuação do órgão.

Além da melhoria da gestão da estratégia, a IN tem investido na ampliação e modernização do acesso ao Diário Oficial da União, na preservação do acervo e da memória da Imprensa Nacional e na ampliação da oferta dos serviços gráficos.

Na atividade de publicação do DOU, a IN mantém forte interação com usuário-cidadãos nas duas pontas do serviço, ou seja, na transmissão de atos oficiais para publicação e no acesso aos conteúdos publicados.

Uma vez publicado, o DOU é disponibilizado para acesso livre e gratuito dos cidadãos. A disponibilização do DOU ocorre nos canais digitais:

- portal (www.in.gov.br);
- aplicativo para dispositivos móveis; e
- página técnica denominada INLabs.

A página INLabs foi criada para o consumo do conteúdo completo e no formato de dados abertos do DOU, para robôs e

indexadores automáticos, por 120 dias, em diferentes formatos como: XML, PDF, HTML e JSON.

Após esse período, é possível acessar o conteúdo em XML no Portal Brasileiro de Dados Abertos do Governo Federal (www.dados.gov.br) e nas principais plataformas das redes sociais presentes na rede mundial.

Com a finalidade de otimizar a prestação dos serviços em 2024, a Imprensa publicou a [Portaria IN/CC/PR nº 1, de 2 de janeiro de 2024](#) que dispõe sobre os procedimentos de cadastramento, pagamento e publicação dos atos no Diário Oficial da União.

Nas redes sociais, os perfis da Imprensa Nacional estão ativos:

- [Instagram](#) - 17.485 seguidores;
- [Facebook](#) - 10.469 seguidores;
- [YouTube](#) - 1.164 seguidores; e
- [X](#) - 4.355 seguidores.

Também se intensificou a divulgação do Museu da Imprensa, com destaque para a abertura aos sábados.

A.1.6 Resultados da Gestão

Ao longo de 2024, a IN realizou diversas ações estruturantes que contribuíram para o desenvolvimento dos projetos estratégicos de modernização dos serviços de publicação e preservação do DOU, dos serviços de produção gráfica e do Complexo Cultural da Imprensa Nacional, os quais terão continuidade no exercício de 2025.

A publicação da [Portaria IN/CC/PR nº 1, de 2 de janeiro de 2024](#) está no cerne das estruturações, sendo um marco importante no controle e inovação do processo de produção e publicação do Diário. Destaca-se a alteração nas regras de pagamento de serviços de publicações e nas de cadastramento de usuários. Ao vincular a publicação no DOU ao efetivo e comprovado pagamento e centralizar a aprovação e realização dos cadastros dos usuários, a IN garante o eficiente controle contábil, a autenticidade dos atos publicados e a otimização processual.

Para além das contribuições de conformidade e eficiência, a [Portaria IN/CC/PR nº 1/2024](#)



contribuiu para a realização dos diagnósticos referenciais e a construção de visão de futuro do novo sistema de produção e publicação do DOU e orientou a elaboração dos artefatos de contratação da fábrica de software, cuja prioridade é o desenvolvimento do novo sistema. Registra-se ainda a otimização das atividades demandadas pelo sistema antigo. A alteração nas regras de pagamento de serviços de publicação, com eliminação do faturamento a prazo propiciou uma redução de atividades burocráticas, fruto do cancelamento de 932 contratos referentes ao antigo modelo de faturamento.

Foram realizadas ações importantes visando a estabilidade do parque gráfico da Imprensa Nacional. Considera-se a estabilidade dos aspectos:

- Pessoal: conclusão do processo de contratação de nova empresa para fornecimento de mão-de-obra especializada para realização de serviços gráficos;
- Insumos Gráficos: aquisição

de insumos gráficos e o estabelecimento de fluxo de monitoramento de consumo e aquisições; e

- Equipamentos Gráficos: recebimento, por doação, de equipamentos de impressão, corte, vinco e acabamento; conclusão da manutenção em equipamentos inoperantes e a elaboração de artefatos para a contratação de novos e modernos equipamentos gráficos.

No tocante à gestão administrativa, inúmeras ações foram executadas em 2024, destacando-se:

- Avaliação dos contratos vigentes de forma a identificar oportunidades o que resultou na substituição de vários contratos por outros mais efetivos e que proporcionaram considerável economia à União;
- Enfrentamento a um passivo administrativo que datava de alguns anos, conforme vê-se em relatórios de órgãos de controles. Esse trabalho, além de ajustes de saldos nos sistemas gerenciais e contábeis, proporcionou

efetiva entrada de recursos à União; e

- Levantamento de questões relacionadas ao insuficiente quadro de servidores da Imprensa, na busca de mitigação das deficiências de pessoal, mediante requisições, contratação de serviços terceirizados e aumento do quadro de estagiários.

Registra-se as ações de modernização e inovação tecnológica de TI, destacando-se:

- Planejamento de contratações de TIC;
- mapeamento de software comerciais, com ampla concorrência, ou de software livres;
- efetivação de melhorias na infraestrutura do Data Center;
- aprimoramento da segurança da informação; e
- proteção dos dados institucionais.

A.1.7 Gestão de Riscos

A gestão da IN em 2024 foi assentada na compreensão da necessidade de estruturar o órgão em suas diversas áreas: de

pessoas, de estrutura física, de recursos materiais e logísticos, buscando efetividade nos serviços e economia aos cofres públicos. Isso, sem descuidar de acompanhar os avanços tecnológicos e incrementar mecanismos de governança e gestão de forma a potencializar as entregas da Instituição à sociedade.

Os riscos identificados em 2024 não diferem muito dos relatados em 2023. Ações específicas foram realizadas em 2024, no sentido de mitigá-los. Registram-se abaixo os riscos identificados:

- Reduzido quadro de pessoal, situação agravada pela quantidade de aposentadorias e não realização de concurso público;
- Instalações prediais deficitárias;
- Fragilidades nos sistemas de faturamento e de publicação;
- Fragilidades na execução de trabalhos gráficos;
- Fragilidades na gestão do acervo;
- Fragilidades nas instalações de infraestrutura de TI, sistemas e contratos; e



Como forma de otimizar os controles e minimizar riscos, várias ações foram implementadas em cumprimento ao Guia de Ações 2024, merecendo destaque uma

A tabela apresentada adiante contém os principais riscos identificados para Instituição, além de discriminar as ações mitigadoras desenvolvidas pela gestão em 2024, no intuito de preservar a capacidade de a IN desempenhar suas funções precípuas sem descontinuidade de atividades.

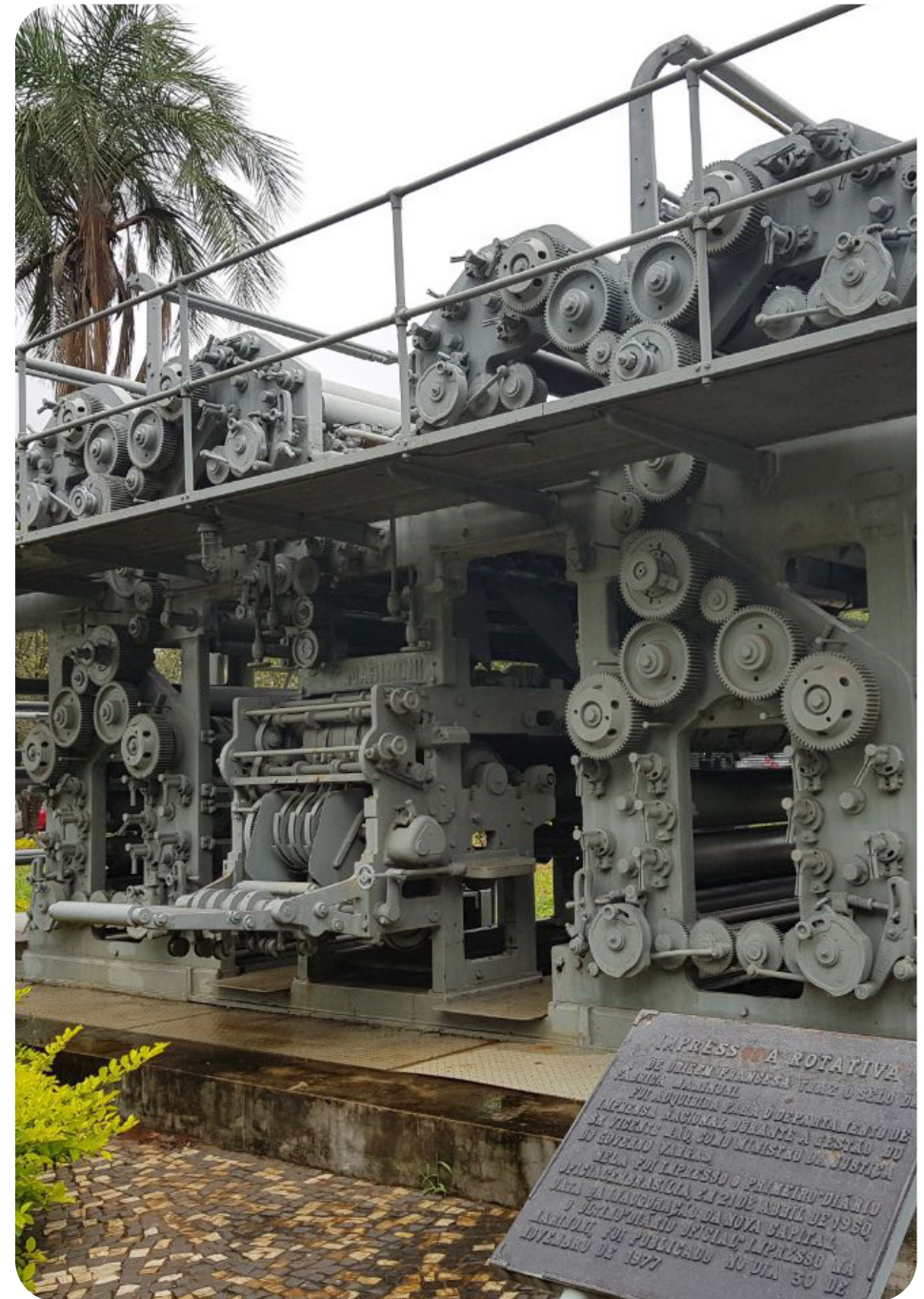


Tabela A.1.1 - Informações sobre Gestão de Riscos da Imprensa Nacional

Riscos	Como a organização lida com esses riscos	Status das ações mitigadoras	Informações Complementares
Reduzido quadro de pessoal, situação agravada pela grande quantidade de aposentadorias e não realização de concurso público	Solicitação de concurso público	Concluído.	Foi instruído processo para abertura de concurso público com 100 (cem) vagas. Foi solicitado também que do Concurso Nacional Unificado fossem enviados 50 servidores a Imprensa Nacional
	Requisição e cessão de servidores	Em andamento	Em 2024 foram instruídos 45 processos de requisição . Destes 25 foram efetivadas e 01 está em andamento
	Esforço para obter novas gratificações	Em andamento	Elaborada solicitação para a descentralização gratificações
	Preenchimento de vagas de Estagiários	Concluído	Atualmente existem 10 estagiários
	Utilização de mão-de-obra terceirizada	Concluído	
	Adesão ao trabalho remoto.	Concluída	Em 2024, a Imprensa Nacional tinha 45 servidores em teletrabalho parcial, 26 servidores em teletrabalho integral
	Lançamento de editais simplificados, através da solução "Currículo e Oportunidades"	Concluída	Cinco servidores foram requisitados para a unidade e um profissional sem vínculo passou a compor a equipe
	Contratação de apoio especializado à governança e à gestão de TIC	Concluído	Planejamento da contratação encontra-se em fase de revisão e adequação às orientações recebidas da SAJ/PR
	Contratação de cursos de capacitação corporativa	Concluída	Visa promover a capacitação continuada como recurso para produção e retenção de pessoal

Riscos	Como a organização lida com esses riscos	Status das ações mitigadoras	Informações Complementares
Instalações prediais obsoletas	Parcerias com órgãos federais para aquisição de equipamentos (doação, compartilhamento de equipamentos e desenvolvimento de atividades).	Concluído	Obtidos equipamentos da gráfica do Ministério do Exército
	Melhoria da infraestrutura com definição de equipamentos a serem adquiridos e/ou locados prioritariamente	Em andamento	Adequação da cobertura do edifício principal, captação e reaproveitamento de água pluvial; readequação dos sistemas elétricos; modernização do CPD; adequação dos sistemas de combate à incêndio; melhorias da infraestrutura
	Intervenções pontuais visando melhorias do ambiente de trabalho	Concluído	
	Melhoria da infraestrutura com revitalização e reorganização dos espaços	Em andamento	Adequação de layout de salas e gabinetes da área administrativa da IN
Fragilidade na gestão de contratos	Alteração dos gestores e fiscais dos principais contratos, determinando que o novo gestor apresentasse relatório de análise e eventual redimensionamento dos contratos	Concluído	Encerramento de contratos que sinalizavam prejuízos, lançamento de novas licitações e efetivação de novos contratos, os quais trouxeram considerável economia aos cofres públicos
Fragilidades nos sistemas de faturamento e de publicação	Melhoria nos sistemas de cobrança	Concluído	Sistema adequado à Portaria IN/CC/PR nº 1/2024
	Elaboração de normas voltadas para o aperfeiçoamento dos sistemas de faturamento e de cobrança	Concluído	Editados inúmeros atos normativos voltados ao aperfeiçoamento dos sistemas
Fragilidades na execução de trabalhos gráficos	Celebração de novos contratos de manutenção e aquisição de insumos gráficos	Concluído	

Riscos	Como a organização lida com esses riscos	Status das ações mitigadoras	Informações Complementares
Fragilidades na execução de trabalhos gráficos	Instituição de Comissão de Planejamento voltada para aquisição de impressora digital colorida de grande porte	Concluído	
	Elaboração de artefatos para a aquisição de maquinário novo	Concluído	
	Celebração de novo contrato de prestação de serviço de mão-de-obra especializada em serviços gráficos	Concluído	
Fragilidades da gestão do acervo	Elaboração de anteprojetos para: a) manutenção emergencial de placas e letreiros do Complexo Cultural; b) enriquecimento do acervo físico (Gazeta do Rio de Janeiro) da Biblioteca Machado de Assis	Em andamento	
	Requisição de Cadastro do Museu da Imprensa junto ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM	Em andamento	
	Instituição de Comissão de Planejamento voltada para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de higienização do acervo da Biblioteca Machado de Assis	Em andamento	Portaria CGAD/DG/IN/CC/PR nº 129, de 21 de outubro de 2024

Riscos	Como a organização lida com esses riscos	Status das ações mitigadoras	Informações Complementares
Fragilidades nas instalações de infraestrutura e sistemas de TI	Revisão dos contratos e alteração do modelo de contratação de forma a adequá-los às normas vigentes	Concluído	Devido a inconformidades na mensuração de serviços de desenvolvimento de software a IN extinguiu os contratos nº 7/2018, nº 8/2019 e nº 09/2019. Tais contratos foram substituídos por novos contratos em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 750/2023
	Criação de novos ambientes de desenvolvimento e suporte a aplicações	Em andamento	Esta IN criou um novo ambiente baseado em containers (Rancher – Kubernetes) para migrar as aplicações da Imprensa Nacional, atualizando também ferramentas essenciais como GitLab, Nexus e Jenkins, em um projeto complexo e abrangente
	Estabelecimento de solução de backup e redundância	Em andamento	Esta IN adotou a redundância de ativos de TIC para garantir disponibilidade e resiliência
	Troca de equipamento obsoletos	Em andamento	Em 2024 foram iniciados 17 processos de contratação para modernizar a infraestrutura, melhorar backups e garantir eficiência e conformidade regulatória
	Atualização ou produção de políticas de TI	Em andamento	Em 2024, a IN aderiu ao Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) e realizou ações para elevar sua maturidade em segurança e privacidade
	Reestabelecimento do Comitê Estratégico de TI	Concluído	Órgão colegiado de apoio à governança de TIC

A.1.8 Ações De Supervisão, Controle Adotadas

A principal ação de controle adotada pela IN em 2024 foi a extinção do sistema de faturamento a prazo para publicação no DOU, e estabelecimento de um sistema único de pagamento à vista, para a publicação de matérias no DOU. A extinção do sistema de faturamento a prazo trouxe como subproduto considerável redução de atividades burocráticas ocupada com a administração e controle dos mais de 900 contratos vinculados ao faturamento à prazo. A alteração descrita foi materializada pela edição da Portaria IN/CC/PR nº 1, de 2 de janeiro de 2024, que dispõe sobre os procedimentos de cadastramento, pagamentos publicação de atos no Diário Oficial da União, e dá outras providências. Referida Portaria foi alterada e/ou complementada pelas Portarias IN/CC/PR nº 20, de 26 de fevereiro de 2024; IN/CC/PR nº 42, de 12 de abril de 2024, IN/CC/PR nº 51, de 2 de julho de 2024, IN/CC/PR nº 71, de 3 de setembro de 2024 e IN/

CC/PR nº 98, de 5 de dezembro de 2024.

Registra-se ainda as seguintes ações:

- Constituição de Grupo de Trabalho: para elaboração de solução técnica eficaz para assegurar a baixa contábil dos órgãos e entidades da União que se beneficiaram da anistia de suas dívidas para com a Imprensa Nacional por força das disciplinas do [Decreto nº 11.823/2023](#), mediante a Portaria nº 10 de 18 de janeiro de 2024;
- Realização de um seminário com servidores e colaboradores da IN para pensar ações que pudessem atender a objetivos estratégicos vinculados a seis eixos, assim divididos: áreas temáticas estratégicas – Diário Oficial da União e Serviços ao Cliente; áreas temáticas corporativas – Tecnologia da Informação, Administração e Gestão, Gestão do Passivo Administrativo, e Governança. O produto do seminário foi um Guia de Ações para 2024, que foi muito importante para a condução de atividades

necessárias à melhoria da gestão e da operacionalização de processos estratégicos para a IN.

- Alteração dos gestores e fiscais dos principais contratos da Imprensa, e determinação que o gestor do contrato apresentasse em 60 dias relatório de análise e sugestão de redimensionamento dos contratos, se fosse o caso. Como fruto dessa ação, vários contratos foram extintos, novas licitações foram lançadas e novos contratos foram realizados, trazendo otimização dos serviços e redução de despesas;
- Constituição de Grupo de Trabalho, mediante a Portaria IN/CC/PR nº 57, de 22 de julho de 2024, para monitorar a implementação do projeto, o qual se dará por desenvolvimento próprio, por meio da nova Fábrica de Softwares (contrato nº 13/2024) e dos serviços de Testes e Controle de Qualidade de Software (contrato nº 19/2024);
- Constituição de Grupo de

Trabalho, pela Portaria IN/CC/PR nº 69, de 02 de setembro de 2024, para estruturar projetos de natureza histórica, cultural e documental aderentes às competências da Imprensa Nacional.



A2 Informações sobre a Gestão da Agência Brasileira de Inteligência

A.2.1 Identificação do Órgão

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) é um órgão vinculado à Casa Civil, responsável por fornecer ao Presidente da República e a seus ministros informações e análises estratégicas, oportunas e confiáveis, necessárias ao processo de decisão.

Está presente em todo o Brasil e também conta com unidades no exterior. A sede da Agência está localizada em Brasília (DF). O órgão também conta com superintendências em cada uma das capitais dos estados brasileiros. Ainda há subunidades em localidades estratégicas, em regiões fronteiriças, como Foz do Iguaçu (PR) e Tabatinga (AM).

Figura A.2.1 Representações da ABIN no Mundo



Figura A.2.1 Unidades da ABIN no Brasil



Na condição de órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), a ABIN tem por missão assegurar que o Executivo Federal tenha acesso a conhecimentos relativos à segurança do Estado e da sociedade, como os que envolvem defesa externa, relações exteriores, segurança interna, desenvolvimento socioeconômico e desenvolvimento científico-tecnológico. Para cumprir essa missão institucional, os profissionais de inteligência produzem

conhecimentos estratégicos por meio da análise de fatos, eventos ou situações que permitam a identificação de oportunidades e ameaças relacionadas à proteção das fronteiras nacionais, à segurança de infraestruturas críticas, à contraespionagem, ao terrorismo, à proliferação de armas de destruição de massa, a políticas estabelecidas com outros países ou regiões, à segurança das informações e das comunicações, à defesa do meio ambiente, à proteção de conhecimentos sensíveis produzidos por entes públicos ou privados, entre outros assuntos.

A ABIN constitui-se em órgão de estado permanente, apartidário e apolítico, com atuação nacional e representações no exterior. A Agência foi criada pela [Lei nº 9.883/1999](#), e, condizente com suas atribuições legais e sua missão institucional, não é responsável pela condução de investigações criminais.

As atividades de inteligência da ABIN são desenvolvidas com irrestrita observância aos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios

éticos que regem os interesses e a segurança do Estado Brasileiro. Tem como fundamentos de sua ação a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana. Em síntese, a ABIN é o único órgão nacional cujo fim é planejar e executar atividades de inteligência de Estado para subsidiar o processo decisório nacional. Outras instituições que trabalham com inteligência têm na atividade um meio para subsidiar suas específicas atribuições legais.

Missão da ABIN

A missão representa a razão principal da existência da ABIN e está diretamente vinculada às suas competências legais: "Antecipar fatos e situações que possam impactar a segurança da sociedade e do Estado brasileiros, de modo a assessorar o mais alto nível decisório do País, bem como salvaguardar conhecimentos sensíveis e aprimorar a Atividade de Inteligência de Estado".

Visão da ABIN

A visão de futuro refere-se ao cenário ideal visualizado pela ABIN, servindo de fonte de inspiração e indicando para onde deverão ser dirigidos os esforços e os recursos organizacionais:

"Ser imprescindível ao processo de tomada de decisões e à segurança da sociedade e do Estado brasileiros".

Valores Institucionais

Os valores da ABIN representam os princípios e as crenças balizadoras das ações e da conduta dos agentes públicos em exercício na Agência.

O Código de Ética e Conduta dos Agentes Públicos da ABIN, aprovado pela [Portaria nº 66/ABIN/GSIPR, de 17 de fevereiro de 2022](#), estabeleceu os seguintes princípios e valores fundamentais:

- Lealdade: fidelidade ao Estado Democrático de Direito e aos seus fundamentos, bem como aos compromissos assumidos junto à sociedade brasileira, quando do

juramento na posse;

- Imparcialidade: isenção, no exercício da atividade de inteligência, de juízos de valor decorrentes de interesses ou convicções pessoais de caráter filosófico, ideológico, religioso, político, societário ou corporativo;
- Profissionalismo: dedicação, compromisso e empenho nas atividades desenvolvidas e no cumprimento da missão institucional, somados à busca contínua de aperfeiçoamento pessoal e profissional;
- Cooperação: soma de esforços compartilhados, visando ao alcance dos objetivos institucionais;
- Segurança: empenho constante no emprego de medidas que assegurem o tratamento adequado de assuntos sigilosos e a integridade física dos servidores e minimizem riscos no desenvolvimento das ações de inteligência; e
- Excelência do produto: esforço para que o produto da Agência seja ímpar e oportuno e para que a

atividade de inteligência seja determinante para seu conteúdo, de forma que o usuário, ao recebê-lo, possa tomar decisões eficientes.

A Missão, a Visão, os Valores e os

Objetivos Estratégicos da ABIN estão consolidados no Mapa Estratégico abaixo:



A.2.1 Modelo de Negócio

O modelo de negócio é a representação visual que demonstra, de forma sucinta, como a ABIN cria valor para os seus públicos de interesse. Este modelo de negócio foi estruturado a partir do método CANVAS, e engloba os seguintes aspectos: principais parceiros da Agência, entregas mais importantes, contexto organizacional e público-alvo.

Nesse cenário, considerando-se a sensibilidade das informações associadas ao Modelo de Negócio da ABIN, cabe registrar a observância, na composição desse modelo, das diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Inteligência (PNI), instituída por intermédio do [Decreto nº 8.793/2016](#).

Assim, destacam-se as seguintes diretrizes da PNI: ampliação da capacidade de detecção, acompanhamento e informação sobre ações adversas aos interesses do Estado no exterior; compartilhamento oportuno de dados e conhecimentos entre os diversos organismos estatais; fortalecimento da

cultura de proteção dos conhecimentos sensíveis e das infraestruturas críticas nacionais e cooperação na identificação de oportunidades ou áreas de interesse para o Estado Brasileiro.

A.2.2 Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor da ABIN foi elaborada em conjunto com o Ministério da Economia, nos termos do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado (TransformaGov), instituído pelo [Decreto nº 10.382/2020](#).

Para a definição da cadeia de valor da ABIN foram identificados os principais macroprocessos organizacionais, classificados em três categorias: macroprocessos finalísticos, vinculados diretamente ao negócio da Agência (Atividade de Inteligência de Estado); macroprocessos gerenciais e macroprocessos de suporte.

As informações registradas na Cadeia de Valor da ABIN também foram consideradas sensíveis. Vale acrescentar que, para definição dos macroprocessos presentes neste instrumento, foram utilizados os elementos

essenciais da Inteligência nacional, previstos na lei de criação da ABIN e na PNI, com destaque para: intercâmbio de dados e conhecimentos no âmbito do Sisbin; capacitação, formação e desenvolvimento de pessoas para a atividade de inteligência; pesquisa e desenvolvimento tecnológico para as áreas de inteligência e contrainteligência; intercâmbio de inteligência e cooperação técnica internacionais.

Em termos de funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), vale ressaltar a publicação do [Decreto nº 11.693/2023](#), que dispõe sobre a organização do Sisbin. De forma mais detalhada, foi promovida a categorização em órgãos permanentes, dedicados, associados e federados, os quais integrarão as ações de planejamento e a execução da atividade de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional.

A.2.3 Principais Normas

- [Decreto nº 8.793/2016](#) - O texto da nova política ainda

Insitui a Política Nacional de Inteligência (PNI). Visa a definir os parâmetros e os limites de atuação da atividade de inteligência e de seus executores no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), nos termos estabelecidos pela [Lei nº 9.883/1999](#).

Cumprе ressaltar que, em reunião realizada em dezembro de 2024, o Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Consisbin) definiu proposta de uma nova Política Nacional de Inteligência (PNI), a ser apresentada à Presidência da República.

A proposta da nova PNI amplia o foco de atuação da inteligência, deixando de ser centrada na segurança nacional. São abarcados temas como segurança da sociedade, proteção de dados sensíveis e riscos transnacionais. Também há preocupação com o reforço de uma visão democrática, na qual princípios como transparência, controle social e direitos fundamentais são destacados.



avança ao prever instrumentos mais robustos de aplicação e uma governança menos concentrada e mais colaborativa. Entre os impactos esperados estão a consolidação de uma política de inteligência moderna, ética e transparente; a redução de riscos por meio da governança estratégica e de instrumentos mais claros; e o fortalecimento da confiança pública.

A nova PNI será entregue ao Presidente da República e por ele enviada ao Congresso Nacional. Caberá à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) fazer contribuições e, com o retorno delas, será publicada a nova política por meio de decreto.

- [Portaria nº 40/GSI, de 3 de maio de 2018](#) - aprova o Plano Nacional de Inteligência (PLANINT) - Documento onde se estabelecem as ações a serem planejadas e executadas pelas instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), com vistas à consecução dos objetivos estratégicos fixados pela Estratégia Nacional de Inteligência (ENINT);

- [Decreto nº 11.693/2023](#) - dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

Para atingir sua nobre missão, a ABIN é apoiada por outros órgãos governamentais e possui a incumbência de ser o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), atuando de forma integrada e cooperativa no desenvolvimento de ações de planejamento e execução das atividades de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional.

Desde a criação do Sisbin ([Lei nº 9.883/1999](#)) até a sua recente reformulação com o [Decreto nº 11.693/2023](#), têm sido destacados os fundamentos de preservação da soberania nacional, defesa do Estado Democrático de Direito e dignidade da pessoa humana como princípios norteadores do Sisbin.

O novo decreto define, de forma mais precisa, as obrigações da ABIN no desempenho de seu papel de órgão central do Sistema, e do Consisbin, como instância

de supervisão da atividade de inteligência no Brasil. Para dirimir o déficit de efetividade de gestão, houve o aprofundamento da institucionalização do Sistema por meio de normas e de regulamentos mais claros para novos ingressos, indicando fluxos e critérios de adesão, além de direcionamento para que a atividade de Inteligência seja valorizada nos órgãos que compõem o Sisbin.

Entre as principais inovações do Novo Sisbin estão a estratificação do Sistema; a nova função do Consisbin; o incentivo ao fortalecimento das capacitações do SISBIN para o Sisbin; e a atenção a uma estratégia digital que reforce as capacidades do Sistema em prover assessoramento de Inteligência de forma oportuna, relevante e segura.

De modo complementar, destaca-se que em 2024 a ABIN, na condição de órgão central do Sisbin, editou os seguintes atos normativos:

- [Portaria GAB/DG/ABIN/CC/PR nº 2.088/24](#);
- [Portaria GAB/DG/ABIN/CC/PR nº 2.089/24](#); e

- [Portaria GAB/DG/ABIN/CC/PR nº 2.090/24](#).

Tais normas criam Câmaras Temáticas em colaboração com o referido Sistema, englobando três grandes áreas: Atividades Econômicas Estratégicas, Sistema de Justiça e Sistema Financeiro Nacional.

A criação das Câmaras objetiva possibilitar, respaldar e regulamentar a relação do Sisbin com atores estratégicos que não se enquadram como órgãos do poder Executivo, de modo a intensificar a cooperação e tornar mais segura a troca de informações.

A admissão de novas instituições ao Sisbin tem como um de seus objetivos o desenvolvimento de programas, projetos e ações para o fortalecimento da atividade de Inteligência e integração do Sistema.

A.2.4 Principais programas da instituição

[Programa Nacional de Proteção de Conhecimento Sensível](#)

Consultoria de segurança com foco na prevenção de espionagem, sabotagem e



vazamento de informações. Desde 1997, busca promover a proteção de conhecimentos sensíveis em instituições nacionais, públicas ou privadas. O PNPC atua na sensibilização de pessoas, na identificação de ameaças e vulnerabilidades nos sistemas de proteção da instituição e na apresentação de recomendações para redução de risco de incidentes.

Os principais produtos entregues no âmbito do programa são:

- Consultoria em segurança;
- Ações de sensibilização;
- Avaliação de riscos aos conhecimentos sensíveis; e
- Cartilhas e vídeos de boas práticas de segurança.

O programa atende a uma competência legal da Agência Brasileira de Inteligência, que segundo a [Lei nº 9.883/1999](#), deve planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade.

Atualmente, o PNPC é normatizado pela [Portaria nº 59, de 26 de julho de 2018](#), do Gabinete de Segurança

Institucional da Presidência da República.

[Programa de Articulação Nacional para a Prevenção e Mitigação do Risco de Eventos Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares \(PANGEA\)](#)

Instituído pela [Portaria nº 112/GSI/PR, de 17 de dezembro de 2018](#), trata-se de uma ação da ABIN, implementada em parceria voluntária com instituições públicas e privadas, com a finalidade de antecipar fatos e situações relacionados à disseminação de agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares (QBRN) selecionados, para assessoramento do processo decisório.

Entende-se por agentes selecionados todo agente ou material QBRN cuja disseminação, tenha potencial de resultar em alto impacto contra a sociedade, a agropecuária e os recursos naturais brasileiros; requeira prevenção, preparo e resposta com articulação interministerial; e resulte em evento crítico para o país.

As ações previstas no PANGEA envolvem:

- mapeamento de instalações que comercializam, custodiam, desenvolvem, estocam, produzem, transportam ou utilizam agentes selecionados e que pesquisam tecnologias com uso dual selecionadas, doravante chamadas instalações selecionadas, e dos riscos associados;
- desenvolvimento e aplicação de ferramentas de avaliação de múltiplas ameaças à proteção dos agentes selecionados;
- desenvolvimento e aplicação de ferramentas de avaliação dos sistemas de proteção das instalações selecionadas;
- sistematização de recomendações aos sistemas de proteção das instalações selecionadas, na forma de Relatórios de Avaliação de Ameaças e de Sistemas de Proteção (RELASP) e de Pareceres de Inteligência;
- sensibilização e treinamento para fomentar a cultura de proteção dos agentes

selecionados e das pesquisas de uso dual selecionadas; e

- avaliação prévia (security clearance) e contínua de pessoas com acesso a agentes selecionados e pesquisas de uso dual selecionadas;
- assessoramento no controle de comércio de agentes selecionados e outros bens de uso dual, em parceria com os órgãos nacionais competentes.

[Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis \(Pronabens\)](#)

O Pronabens é um programa governamental concebido e executado, conjuntamente, pela Agência Brasileira de Inteligência e pela Coordenação-Geral de Bens Sensíveis do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CGBS/MCTI).

O foco principal é a realização de atividades de extensão para indústrias, centros de pesquisa, universidades e órgãos públicos cujas ações estejam, de alguma forma, relacionadas com bens sensíveis ou bens de uso duplo.

São objetivos do Pronabens:



- orientar o empresariado sobre os controles governamentais na transferência de bens sensíveis e de serviços;
- divulgar as listas de bens sensíveis;
- demonstrar a importância de trabalho conjunto Estado-Empresa para a efetivação de negócios e possibilitar o cumprimento de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;
- gerar condições para o estreitamento da relação Estado-Empresa;
- detectar, antecipadamente, quaisquer iniciativas de transferência indevida de bens sensíveis; e
- aperfeiçoar os controles governamentais para a transferência de bens de uso dual e de tecnologias sensíveis.

A.2.5 Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos, no âmbito da ABIN, é conduzida por meio de metodologia própria, consolidada pela [Instrução Normativa nº 001/ABIN/GSIPR, de 06 de fevereiro de 2018](#),

a qual estabelece rotinas e procedimentos para a execução do gerenciamento de riscos.

Ainda com vistas ao gerenciamento adequado de riscos, destaca-se a publicação da Portaria nº 1713/DG/ABIN/CC/PR, de 29 de fevereiro de 2024, referente à aprovação do Plano de Integridade da ABIN 2023-2025.

No âmbito do plano são elencados eventos de riscos à integridade, juntamente com suas respectivas ações de tratamento, além de ações de acompanhamento, consolidadas em matriz de riscos.

O Plano de Integridade, enquanto instrumento que objetiva a identificação e tratamento de riscos à integridade, é ferramenta essencial para uma gestão responsável, pautada pela salvaguarda da integridade institucional e pela melhoria da governança.

Assim, o sucesso na implementação das ações de tratamento tem como resultado um ambiente de trabalho mais agradável ao alcance da missão institucional e na agregação de valor dos recursos

disponibilizados para ABIN.

A matriz de riscos do Plano de Integridade da ABIN e demais matrizes de riscos relacionadas a atividade de inteligência são consideradas documentos sensíveis, protegidas pelo sigilo específico da Atividade de Inteligência, estabelecido pelo art. 9º A da [Lei nº 9.883/1999](#).

De forma complementar, vale registrar a institucionalização de análise de risco associada à edição de atos normativos. A metodologia estabelecida contempla a identificação dos potenciais riscos que estariam relacionados com a implementação das normas internas publicadas a partir do segundo semestre de 2024. Para tanto, foi confeccionado modelo de documento SEI, contendo orientações para o correto preenchimento das informações relativas ao tratamento dos riscos mapeados (fontes de risco, nível do risco, consequências e priorização dos riscos, de acordo com a complexidade das ações preventivas, ações de resposta e contingência).

A.2.6 Gestão da Integridade

Não obstante a existência do Programa de Integridade da Presidência da República, a Agência Brasileira de Inteligência possui Plano de Integridade próprio, contendo eventos de riscos relacionados às suas atividades finalísticas e de gestão.

O Plano de Integridade da ABIN 2023-2025, vigente em 2024, é gerenciado e monitorado pelo Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC/ABIN) e contém matriz de riscos relacionados aos aspectos de ética e integridade, além de possuir um viés de promover melhorias na gestão do órgão de maneira a adequar os processos de trabalho a boas práticas de governança e gestão, no intuito de mitigar potenciais ameaças ao atingimento dos objetivos institucionais.

O Plano de Integridade objetiva a identificação e tratamento de riscos à integridade e constitui ferramenta essencial para uma gestão responsável, pautada pela salvaguarda da integridade institucional e pela melhoria da governança.

O referido Plano de Integridade



encontra-se na terceira versão e é fruto do esforço dos servidores em analisar contextos e cenários, com objetivo de identificar, tratar e monitorar riscos à integridade, visando aprimorar processos e sistemas internos e fortalecer os valores institucionais.

Nesse sentido, destaca-se a publicação da Portaria GAB/DG/ABIN/CC/PR nº 2696, de 12 de novembro de 2024, que instituiu a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação e criou o Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação. A edição dessa política visa promover um ambiente de trabalho humanizado, saudável, inclusivo, seguro e sustentável, caracterizado pelo respeito mútuo e urbanidade entre os pares.

A política se estrutura em quatro eixos:

- prevenção;
- acolhimento;
- apuração e responsabilização;
- governança.

Ela estabelece mecanismos adequados para a condução

do assunto nas relações de trabalho.

Destaca-se, ainda, a implantação de ações correcionais ordinárias, tendo como finalidade dissuadir e prevenir a prática de irregularidades administrativas; zelar pela eficiência, eficácia e efetividade das atividades desenvolvidas pelas unidades da ABIN e contribuir para o fortalecimento da integridade pública. Importante destacar que este rol de metas tem conteúdo majoritariamente preventivo, abrindo oportunidade para que a ABIN aplique a atividade correcional como mais uma linha de defesa na prevenção de situações que possam impactar o alcance de objetivos institucionais, mediante ciclo contínuo de aplicação de inspeções de verificação e conformidade, gerando incentivos para a adoção permanente de mecanismos de controle que permitam agregar maior valor à gestão.

De modo adicional, ressalta-se a edição da Portaria GAB/DG/ABIN/CC/PR nº 2575, de 15 de outubro de 2024, que dispõe sobre a Política de Privacidade

e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da ABIN, com a finalidade de estabelecer princípios e diretrizes para a implementação de ações que garantam a proteção de dados pessoais, e no que couber, no relacionamento com outras entidades públicas ou privadas.

Por fim, disciplinou-se, no âmbito da ABIN, por meio da Portaria GAB/DG/ABIN/CC/PR nº 1829, de 20/03/2024, a obtenção, o uso e o controle de ferramentas tecnológicas que representem risco à privacidade de dados pessoais, de forma a assegurar o respeito aos direitos e garantias fundamentais, aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado, e aos princípios republicanos inerentes ao Estado Democrático de Direito.

A.2.6 Gestão da Ética

As ações específicas relacionadas à ética, no âmbito da ABIN, se relacionam com a atuação da Comissão de Ética da Agência Brasileira de Inteligência (CE/ABIN), instituída pela Portaria ABIN/GSI/PR nº 114, de 10 de outubro de 2022,

enquanto instância deliberativa, vinculada à Comissão de Ética Pública (CEP), que possui a finalidade de difundir os princípios da conduta ética profissional no serviço público.

A CE/ABIN é constituída por servidores efetivos do quadro de pessoal da ABIN, em sistema de rodízio entre as unidades do órgão, sendo três membros titulares e três membros suplentes, designados por ato do Diretor-Geral da ABIN para mandatos não coincidentes de até três anos, permitida uma única recondução por igual período.

A Secretaria-Executiva da CE/ABIN é composta por um Secretário-Executivo e um Secretário-Adjunto, indicados pelos membros do colegiado, e designados pelo Diretor-Geral da ABIN. É vedado ao Secretário-Executivo ser membro da CE/ABIN.

Durante o ano de 2024, foram realizadas 11 reuniões ordinárias e 4 reuniões extraordinárias, tendo sido analisados 44 processos, os quais referiam-se a consultas sobre conflitos de interesse, denúncias de desvio



ético e dúvidas relacionadas ao tema ética no serviço público.

Adicionalmente, foi promovida ação de divulgação direcionada aos chefes de unidade sobre as normas que definem e regulam o recebimento de hospitalidades, brindes e presentes por agentes públicos. O corpo gerencial recebeu orientações sobre o que pode ou não ser aceito no exercício da representação institucional, além de informações sobre como consultar a CE/ABIN em caso de eventuais conflitos de interesse.

De forma complementar, no intuito de difundir e fortalecer os princípios da conduta ética profissional no serviço público, a CE/ABIN em conjunto com a Coordenação de Comunicação Social promoveram a divulgação interna do minuto de ética, publicação periódica sobre tópicos de ética no serviço público encaminhada pela CEP às unidades vinculadas, contemplando os seguintes temas:

- Ética e Equidade de Gênero – A Ética do dia a dia;
- Ética Ambiental no Serviço Público;
- Direitos Humanos;

- Construindo um Serviço Público Harmonioso;
- Lições de Policarpo Quaresma; e
- Ambiente Ético, Trabalho Harmonioso.

Ressalta-se que a CE/ABIN mantém contato com a Comissão de Ética Pública da Presidência da República, a qual tem a competência de coordenar o Sistema de Gestão da Ética Pública no Poder Executivo Federal, conforme disposto no inciso IV do art. 4º do Decreto nº 6.029 de 2007.

A CE/ABIN também esteve presente no segundo encontro do projeto Conexão-Ética, com representantes da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (SECEP), da Controladoria-Geral da União (CGU), integrantes do Sistema de Gestão Ética do Poder Executivo Federal (SGEP) e de outras comissões de ética setoriais de instituições públicas.

Por fim, vale registrar que a CE/ABIN mantém canal permanentemente aberto para comunicações. Denúncias, sugestões ou questionamentos relacionados à conduta ética ou

conflito de interesses podem ser encaminhados à unidade ETICA no sistema SEI administrativo ou ao e-mail institucional etica@abin.gov.br.

A.2.7 Ouvidoria

Em 2024 foram encaminhados à ABIN 161 (cento e sessenta e um) pedidos de acesso à informação, os quais foram atendidos no prazo médio de 6 (seis) dias.

Ressalta-se ainda que o total de manifestações de ouvidoria encaminhadas à ABIN no ano de 2024 foi de 1.170 (um mil, cento e setenta), e que o tempo médio de atendimento destas manifestações foi de 16,97 dias.

Tabela A.4.1 - Tipos de Manifestações da Ouvidoria em 2024

Tipo	Quantidade
Comunicação	744
Denúncia	153
Elogio	6
Reclamação	135
Simplifique	0
Solicitação	115
Sugestão	17

Tipo	Quantidade
Total	1.170

A.2.8 Correição

Em 2024 a Corregedoria da ABIN processou 64 (sessenta e quatro) manifestações de irregularidades, resultando em 19 (dezenove) procedimentos investigativos, sendo 12 (doze) já finalizados, e 7 (sete) PADs, sendo 5 (cinco) já concluídos.

Adicionalmente, houve a celebração de 4 (quatro) novos termos de ajustamento de conduta (TACs) e finalização de outros 4 (quatro) devidamente cumpridos. Início de 2 (dois) processos de correição ordinária geral, sendo 1 (um) finalizado.

De modo complementar, a COGER realizou 701 (Setecentas e uma) respostas a consultas relacionadas a situação funcional dos servidores para fins de licença-capacitação, porte de arma de fogo, desligamento de servidores, licenças para interesse particular, processos seletivos, liberação de servidores, requerimentos para defesa de direitos/interesses legítimos dos

servidores, entre outros.

Por fim, houve a implementação de 9 (nove) procedimentos de serviço, a edição de normativo que dispõe sobre a atividade correcional na ABIN, e a instituição da Comissão Permanente de Disciplina, resultando no atingimento do nível 3 do Modelo de Maturidade Correcional da Corregedoria-Geral da União.

A.2.9 Estratégia e Governança

O Plano Estratégico Institucional (2022-2026), aprovado pela Portaria nº 608, de 16 de dezembro de 2022, é o principal documento norteador das ações da instituição. Seus objetivos e indicadores guiam a organização no cumprimento de sua missão e no atingimento de sua visão. No PEI estão previstas as iniciativas que transformarão o ambiente interno e prepararão a instituição para as contingências do ambiente externo.

A estrutura de governança da ABIN apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos, por intermédio da atuação deliberativa do CESO, relevância estratégica e interesse

transversal, composto pelo Diretor-Geral, pelo Diretor-Adjunto e pelo Secretário de Planejamento e Gestão e mediante atividade propositiva e consultiva dos demais comitês temáticos: CGIRC (boas práticas de governança); CGD (ações de governo digital e uso de recursos de TIC); CEGEP (gestão de pessoas); e CESIP (segurança da informação e proteção de dados pessoais).

As instâncias internas de apoio à governança são a Assessoria de Governança e Conformidade, a Corregedoria e a Ouvidoria, as quais cumprem a função de realizar a comunicação entre as partes interessadas internas e externas, avaliar e monitorar riscos e controles internos, além de comunicar disfunções identificadas à alta administração.

A.2.19 Resultados Alcançados

Cumprir ressaltar, primeiramente, que parte considerável dos resultados das ações desenvolvidas pela Agência Brasileira de Inteligência, e respectivos detalhamentos, é considerada sigilosa, por

conter dados sensíveis com potenciais impactos no processo de proteção do conhecimento, conforme previsto no art. 9º-A da [Lei no 9.883/1999](#).

Não obstante, como forma de fomentar sua transparência ativa, a ABIN apresentou em seu sítio eletrônico (www.gov.br/abin) realizações ocorridas no ano de 2024, como por exemplo:

Ciência e Tecnologia

Em 2024 a ABIN foi reconhecida oficialmente como uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT). Por definição, ICT pública é um órgão ou entidade da administração pública direta que inclui em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos. Como ICT pública, a Agência poderá celebrar acordos de parcerias e convênios, com ou sem transferência de recursos, com outros órgãos públicos, agências de fomento, empresas privadas ou outras ICTs públicas ou privadas, para execução de projetos de pesquisa,

desenvolvimento e inovação.

A medida é um marco na inovação da Inteligência brasileira, garantindo maior agilidade nas ações para segurança cibernética, desenvolvimento de tecnologias de comunicação e segurança da sociedade e do Estado.

Parte das atribuições da ABIN tem caráter inerentemente científico e tecnológico.

Estão entre as funções da Agência a criação de conhecimentos científicos, a formação intelectual e o desenvolvimento de soluções tecnológicas – destinadas a atender não somente a ABIN, mas também aos órgãos vinculados ao Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) e a Administração Pública Federal.

A atuação científica da Agência está concentrada, sobretudo, em duas de suas unidades:

- o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações (Cepesc); e
- a Escola de Inteligência (Esint). O Cepesc desenvolve atividades em proveito da segurança das comunicações por meio de



pesquisa científica e tecnológica. São realizadas pesquisas em tecnologia da informação e comunicação, em inteligência cibernética, em criptologia e em segurança cibernética, de informações, de comunicações e de dados.

A pesquisa é aplicada em soluções de comunicação para o Sistema Brasileiro de Inteligência e a Administração Pública Federal e no desenvolvimento de tecnologias de criptografia.

Um exemplo é a pesquisa em criptografia pós-quântica aplicada nas urnas eletrônicas.

Já a Esint é parte do Sistema de Escolas de Governo, oferece formação em nível de pós-graduação lato sensu, mantém o Núcleo de Pesquisa em Inteligência (Nupi) e edita ininterruptamente, desde 2005, a Revista Brasileira de Inteligência (RBI) – único periódico científico da América do Sul dedicado especificamente ao assunto.

Documentos de Inteligência

Os 448 relatórios de inteligência produzidos em 2024, e outras atividades complementares, trataram de assuntos críticos

para a segurança da sociedade brasileira e subsidiaram as ações dos diversos órgãos públicos relacionados, com efeito decisivo para a solução de problemas e para a condução de políticas públicas.

Além dos relatórios de inteligência, a ABIN produziu 1.325 comunicados de Inteligência, que são documentos mais curtos e mais ágeis, porque cuidam de questões e informações mais imediatas, em contexto de comunicação quase instantânea com o usuário para o atendimento de suas necessidades.

Esses comunicados abastecem também os escalões intermediários dos ministérios temáticos e permitem que avaliações e providências ocorram mais rapidamente.

Projetos Estratégicos de Inteligência

O modelo de atuação atual da ABIN considera a criação de projetos estratégicos de inteligência para tema, situação ou processo que, devido a sua complexidade, transversalidade e criticidade, mereça tratamento mais sofisticado.

Os projetos de inteligência adotam, de forma inédita, a metodologia de gestão de projetos e contam com organização e acompanhamento customizados, para garantir seu sucesso.

Destaca-se a atuação da ABIN no ano de 2024 em projetos como:

- Concurso Público Nacional Unificado: assessoramento em nível estratégico com foco na identificação de vulnerabilidades e riscos relacionados a instalações físicas, atores envolvidos nos processos de suporte à realização do concurso, protocolos cibernéticos, além de aspectos críticos ligados ao dia de realização das provas;
- G20: assessoramento especializado de inteligência no que se refere à organização, segurança e logística das reuniões de grupos de trabalho, forças-tarefa e reunião de cúpula;
- Proteção à Democracia: assessoramento às instituições responsáveis pela condução do processo eleitoral no Brasil, com vistas a contribuir para a integridade

das eleições municipais de 2024; e

- Desintrusões: assessoramento especializado sistemático ao Poder Executivo em relação às operações de desintrusão de terras indígenas.

Ensino e Pesquisa em Inteligência

Entre as diversas ações de ensino executadas, destaca-se, em 2024, a oferta de 3 cursos de especialização em inteligência para servidores da ABIN e do SISBIN. A Escola também lançou a ESINT Virtual, ambiente de aprendizagem com acesso pela internet, iniciativa inédita para maior acesso aos cursos EAD pelo SISBIN.

Já entre as ações de extensão, a Esint promoveu:

- 9 “ABIN Convida”;
- 4 Diálogos ABIN (2024); e
- 1 Seminário.

Esses eventos aproximam a ABIN das comunidades de especialistas e estimulam a reflexão crítica e construtiva sobre a atividade de inteligência. Foi publicado o livro “[Inteligência na Democracia](#)” e a [Revista Brasileira de Inteligência](#) foi



reformulada, além de contar agora com versão de acesso restrito para discussões sensíveis, a RBI Debates.



De modo adicional, foi editada a Portaria GAB/DG/ABIN/CC/PR nº 1593, de 26 de janeiro de 2024, que dispõe sobre a Política de Pesquisa da Escola de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência - ESINT/ABIN, e criou o Núcleo de Pesquisa em Inteligência - NUPI, que é responsável por concentrar, organizar, direcionar, apoiar e promover os esforços de pesquisa em inteligência da ESINT.

Por fim, destaca-se o lançamento do documento "[Desafios de Inteligência: Edição 2025](#)", de caráter analítico, prospectivo e ostensivo, resultado de um trabalho transversal, que envolveu diversas frações da Agência para avaliar os riscos de segurança para o Brasil de 2025 em quatro dimensões: global, internacional, regional e nacional.

Ao publicar Desafios de Inteligência, a ABIN se junta a seletor grupo de serviços de inteligência que disponibilizam relatórios analíticos e prospectivos para sua população.



Muitos serviços de Inteligência de países democráticos se

utilizam desse tipo de relatório como uma forma de demonstrar ao público seus serviços ao país.

Com essas publicações, a ABIN renova seu compromisso de defesa de valores democráticos, de valorização da transparência ativa e de reposicionamento da instituição frente à sociedade e ao Governo.

Planejamento e Gestão

Com o objetivo de aprimorar o atual processo de planejamento orçamentário na ABIN, editou-se a Portaria GAB/DG/ABIN/CC/PR nº 1714, de 29 de fevereiro de 2024, que estabelece normas gerais para realização da gestão orçamentária e financeira na Agência.

Busca-se, assim, fortalecer os pilares de uma execução orçamentária - financeira saudável e eficiente quanto à gestão fiscal, em consonância com os objetivos estratégicos institucionais.

De modo complementar, em 2024 foi colocado em prática o Projeto Gestão em Evidência, que englobou capacitações em gestão e fiscalização de contrato, em controle de operações

orçamentárias e financeiras, gestão por desempenho, dentre outros temas relacionados à gestão pública.

Por fim, destaca-se iniciativa por meio do projeto "ABIN 2030", que pretende construir uma visão comum sobre os objetivos do órgão para os próximos anos.

Todos os servidores da Agência foram convidados para contribuir com sua visão para o futuro da ABIN.

Posteriormente, os gestores foram responsáveis por consolidar as projeções levantadas pelas unidades para o futuro de médio prazo da instituição.

O documento final contribuirá para a elaboração do Plano Orçamentário Anual (POA 2026) e para a revisão dos demais instrumentos de planejamento e governança estratégica.

Programa de Transformação Digital

O Programa de Transformação Digital da ABIN (PDX) é um conjunto de 5 projetos pactuados com a Secretaria de Governo Digital do MGI para digitalizar os serviços de integração do Sistema Brasileiro de Inteligência

(Sisbin), de segurança das comunicações e de produção de Inteligência de Estado prestados pela ABIN.

O PDX concretizará a integração do Sisbin por meio de dois serviços digitais principais, protegidos por criptografia de estado: solução de comunicação segura e plataforma de intercâmbio de conhecimentos.

Sustentabilidade

A Agência lançou em 2024 a campanha "ABIN Verde", iniciativa que pretende viabilizar a economia de recursos e a sustentabilidade na instituição, reforçando a conscientização dos integrantes do órgão sobre a importância de racionalizar o uso de recursos.

Assim, busca-se reforçar as práticas que serão alicerçadas pelo Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS), em fase final de aprovação.

O PLS irá compreender o biênio 2025-2026, e trata-se de um instrumento de governança vinculado ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias, para que as contratações estejam de acordo

com critérios e práticas de sustentabilidade.

Nesse sentido, a entrada em operação das usinas fotovoltaicas na sede da ABIN, em Brasília/DF, almeja obter não só a redução de custos, com a consequente redução dos valores a serem pagos pelo consumo de energia elétrica, mas também minimizar o impacto ambiental e ofertar relativa independência energética com a geração de energia limpa, sustentável e renovável.

A conversão de energia solar em elétrica será feita de forma estática, não poluente, sustentável e renovável. Projeta-se que seja evitada a produção de 308,65 toneladas de CO₂ por ano.

A.2.19 Oportunidades e Perspectivas

No contexto da missão institucional da ABIN – antecipar fatos e situações que possam impactar a segurança da sociedade e do Estado brasileiros, de modo a assessorar o mais alto nível decisório do País, bem como salvaguardar conhecimentos sensíveis

e aprimorar a Atividade de Inteligência de Estado – foram definidos os seguintes objetivos centrais.

Primeiro, garantir maior efetividade na gestão dos recursos públicos disponibilizados e melhor desempenho das atividades voltadas para o funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência - Sisbin. Para tanto, estão em curso ações que visam potencializar o financiamento de projetos estratégicos via aporte de recursos extraorçamentários, no intuito de implementar a Plataforma de Produção e de Difusão de Conhecimentos de Inteligência e o aplicativo de Comunicação Segura para fortalecimento do Sisbin.

Nesse sentido, destaca-se que a ABIN, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) assinaram, em dezembro de 2024, o projeto Inovações na Inteligência para a promoção da Segurança da Sociedade e do Estado.

A iniciativa tem como objetivo gerar subsídios voltados ao fortalecimento institucional da

Inteligência de Estado brasileira por meio do desenvolvimento de soluções inovadoras, do aperfeiçoamento de processos e da proposição de novas metodologias de trabalho que visem a efetivação da função integrativa do Sisbin, bem como a geração de ganhos de eficiência, eficácia e efetividade nas atividades de salvaguarda e segurança da sociedade e do Estado.

De forma complementar, projeta-se o fortalecimento da relação entre órgãos públicos e empresas privadas em prol da criação de ambientes de inovação que tragam o crescimento da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico, mediante a implementação da Política de Inovação da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação da ABIN, instituída por intermédio da Portaria/ABIN nº 2844, de 20 de dezembro de 2024.

A estrutura regimental da ABIN prevê, ademais, no art. 7º do Anexo I do [Decreto nº 11.816/2023](#), que compete ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - Cepesc/ABIN, realizar pesquisas



em tecnologia da informação e comunicação, para uso no âmbito da ABIN, do Sisbin e da Administração Pública Federal. A ABIN carece de recursos e de infraestrutura, razão pela qual buscou o desenvolvimento dessas atribuições legais. Para tanto, pretende-se estabelecer diretrizes gerais, regras de parceria, de sigilo, de propriedade intelectual, de gestão de recursos, de transferência de tecnologia, de prestação de serviço técnico especializado e de permissão de uso e compartilhamento de laboratórios, mediante a criação do Comitê Gestor de Inovação e a institucionalização do Núcleo de Inovação Tecnológica da ABIN.

Em segundo lugar, busca-se incrementar a qualidade da Produção de inteligência. Nesse contexto, os integrantes do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência (Consisbin) definiram proposta de uma nova Política Nacional de Inteligência (PNI), a ser apresentada à Presidência da República.

A Política Nacional de Inteligência define os parâmetros e limites de atuação da atividade de

inteligência e de seus executores no âmbito do Sisbin.

A atual PNI foi publicada pela Presidência da República em 2016, por meio do [Decreto nº 8.793/2016](#).

A proposta da nova PNI amplia o foco de atuação da inteligência, deixando de ser centrada na segurança nacional. São abarcados temas como segurança da sociedade, proteção de dados sensíveis e riscos transnacionais.

Finalmente, está sendo priorizada a implementação de mecanismos de controle mais adequados, visando garantir mais legitimidade e legalidade na atuação da ABIN perante a sociedade.

Nesse contexto, registra-se que já foram iniciadas ações de caráter preventivo com vistas ao aprimoramento de processos internos que permitam agregar maior valor à gestão institucional.

Essas iniciativas têm como finalidade gerar subsídios voltados ao fortalecimento institucional da Inteligência do Estado Brasileiro por meio do desenvolvimento de soluções

inovadoras, do aperfeiçoamento de processos e da proposição de novas metodologias de trabalho que visem a efetivação da função integrativa do Sisbin, bem como a geração de ganhos de eficiência, eficácia e efetividade nas atividades de salvaguarda e segurança da sociedade e do Estado.

Como resultado, espera-se contribuir para a consolidação do Sisbin e da ABIN como seu órgão central, aprimorar suas capacidades e fortalecer as estruturas de controle e conformidade da atividade de inteligência, tendo em vista o cumprimento de sua função precípua relacionada à preservação da soberania nacional, à defesa do Estado Democrático de Direito e à proteção da dignidade da pessoa humana.



Palácio do Planalto
Praça dos Três Poderes
Brasília, Distrito Federal,
CEP 70.150-900
Telefone: +55613411-1221

